

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GIOVANA BANDINI

América Latina em pauta: narrativas sobre soberania, democracia e crise na editoria de
Exterior da *Folha de S. Paulo* (1981-1984)

Uberlândia
2026

GIOVANA BANDINI

América Latina em pauta: narrativas sobre soberania, democracia e crise na editoria de Exterior da *Folha de S. Paulo* (1981-1984)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Cultura e Poder. Linha de pesquisa: Práticas Culturais e Relações de Poder.

Orientadora: Daniela Magalhães da Silveira

Uberlândia

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B214a
2026 Bandini, Giovana, 2001-
 América Latina em pauta [recurso eletrônico] : narrativas sobre
 soberania, democracia e crise na editoria de Exterior da *Folha de S.
 Paulo* (1981-1984) / Giovana Bandini. -- 2026.

Orientadora: Daniela Magalhães da Silveira.
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.11079>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Silveira, Daniela Magalhães da, 1980-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
História. III. Título.

CDU: 930

André Carlos Francisco
Bibliotecário(a)-Documentalista - CRB-6/3408



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 50, PPGHI				
Data:	Vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	11:00
Matrícula do Discente:	12412HIS012				
Nome do Discente:	Giovana Bandini				
Título do Trabalho:	América Latina em pauta: Narrativas sobre soberania, democracia e crise na editoria de Exterior da <i>Folha de S. Paulo</i> (1981-1984)				
Área de concentração:	História, Cultura e Poder				
Linha de pesquisa:	Práticas Culturais e Relações de Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Perfeitas, bem relacionadas e com preços razoáveis: a especialização profissional das mulheres pobres trabalhadoras na virada do século XIX para o XX				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professoras Doutoras: Priscila Ribeiro Dorella - UFV; Endrica Geraldo - UNILA; Daniela Magalhães da Silveira orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dra. Daniela Magalhães da Silveira, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação

interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Magalhães da Silveira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/08/2026, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA RIBEIRO DORELLA, Usuário Externo**, em 27/08/2026, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Endrica Geraldo, Usuário Externo**, em 02/09/2026, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7532390** e o código CRC **CDA59831**.

Agradecimentos

Esta pesquisa avançou por tempo demais antes que eu me desse conta do potencial do meu objeto. Então, deu alguns passos para trás, chegou a ser deixada de lado, e eu fui atrás daquilo que pensava querer. Tudo isso, porém, levou tempo, e já não havia mais nenhum para reformular toda a pesquisa. E, bem, às vezes a falta de opção faz a gente transformar aquilo que tem no melhor que pode fazer. Em diversos momentos, achei que não conseguiria seguir: porque não me sentia interessada o suficiente pelo meu objeto e porque não me julgava capaz de fazer algo que nunca havia feito. Mas, pouco a pouco, meu objeto e eu nos conhecemos melhor.

Ainda assim, muitas vezes, esqueci-me de aproveitar o caminho - que, afinal, é onde está a graça da pesquisa. Esqueci que ela havia sido uma escolha minha e passei a senti-la como uma atribuição. Em muitos dias, organizar palavras para contar o que vi naquelas páginas de domingo, que li sozinha durante tantas semanas, não foi tarefa fácil. Aos percalços da pesquisa somaram-se agruras pessoais. É curioso me ver emotiva agora que encontro o tão esperado fim.

Ao mesmo tempo em que eu só queria terminar, receava fazê-lo, porque então alguém teria que ler o que havia sido apenas meu durante dois anos. Faria muitas coisas de modo diferente agora que vejo o todo: mexeria em um capítulo, refaria outro por completo e dedicaria mais páginas deste trabalho aos Dossiês-Folha, agora que finalmente nos entendemos. Mas, se houvesse tempo para tudo isso, quando ele acabasse, eu voltaria a me sentir da mesma forma diante do resultado, como me lembrou minha orientadora.

Agradeço à Daniela. Quando eu quis deixar tudo para trás e seguir em busca de um novo tema de pesquisa, ela me entendeu. Mas, quando soubemos que era isso ou nada, ela acreditou que eu seria capaz de transformar isso em algo mais. A ela sou grata pela orientação atenta e participativa, pela confiança e pela autonomia para desenvolver este trabalho, pelo tempo dedicado a mim e à minha pesquisa desde a graduação.

Sou especialmente grata à minha irmã, pela amizade de toda uma vida e pelo incentivo para que eu seguisse com aquilo que havia me proposto a fazer. Agradeço aos meus amigos, pela paciência com minhas queixas durante a trajetória.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa. Agradeço também a todos os professores e professoras que, em alguma medida, fizeram parte deste trabalho, seja

pelas disciplinas que ministraram, seja pela disposição de ler e contribuir com o que escrevi para que pudesse chegar até aqui.

RESUMO

Esta pesquisa investiga as narrativas e enquadramentos construídos pela *Folha de S. Paulo* sobre a América Latina entre os anos de 1981 e 1984. O recorte privilegia a editoria de Exterior e, de modo especial, o Dossiê-Folha - dispositivo editorial dominical que articulava reportagens, artigos de opinião, entrevistas, cronologias e recursos imagéticos para aprofundar temas de destaque no cenário internacional. O objetivo central é compreender como o jornal selecionou e organizou processos políticos, econômicos e sociais latino-americanos para o leitor brasileiro em um contexto marcado pela transição democrática nacional e pelo processo de implementação do Projeto Folha. O procedimento metodológico combinou o mapeamento quantitativo do noticiário regular de Exterior e dos 27 Dossiês-Folha dedicados à região com a análise qualitativa das páginas. Os resultados demonstram que, embora mantivesse dependência em relação às agências internacionais de notícia, o jornal fortaleceu um espaço autoral por meio de correspondentes, analistas e ilustradores. Conclui-se que o Dossiê-Folha operou como um dispositivo de integração narrativa que, ao aproximar conjunturas distintas em torno dos eixos da soberania, da democracia e da crise, produziu determinada compreensão sobre a América Latina, apresentando-a de forma ambivalente: ora como espaço de solidariedade democrática, ora como território aprisionado ao autoritarismo e à instabilidade.

Palavras-chave: história da imprensa; Folha de S. Paulo; Dossiê-Folha; América Latina; jornalismo internacional.

ABSTRACT

This research investigates the narratives and frames constructed by *Folha de S. Paulo* about Latin America between 1981 and 1984. The study focuses on the newspaper's Foreign Affairs section and, in particular, on the Dossiê-Folha, a Sunday editorial format that brought together reports, opinion articles, interviews, chronologies, and visual resources to provide more in-depth coverage of prominent issues on the international scene. The main objective is to understand how the newspaper selected and organized Latin American political, economic, and social processes for Brazilian readers in a context marked by Brazil's democratic transition and the implementation of the *Projeto Folha*. The methodological approach combined the quantitative mapping of the regular coverage published in the Foreign Affairs section and of the 27 Dossiê-Folha devoted to the region with a qualitative analysis of the pages. The results show that, although the newspaper remained dependent on international news agencies, it strengthened an authorial space through correspondents, analysts, and illustrators. The study concludes that the Dossiê-Folha operated as a device of narrative integration which, by bringing together different contexts around the themes of sovereignty, democracy, and crisis, produced a particular understanding of Latin America, portraying the region in an ambivalent way: at times as a space of democratic solidarity, and at others as a territory trapped in authoritarianism and instability.

Keywords: press history; *Folha de S. Paulo*; Dossiê-Folha; Latin America; international journalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Recorte superior da capa do noticiário de 1º jan. 1960	24
Figura 2 - Recorte inferior da capa do noticiário de 1º jan. 1960	25
Figura 3 - Recorte da segunda página da edição de 3 de janeiro de 1960, com destaque para a organização do noticiário internacional	28
Figura 4 - Recorte superior da capa de 4 jan. 1981	31
Figura 5 - Recorte inferior da capa de 4 jan. 1981	31
Figura 6 - Página da editoria de Exterior da edição de 4 de janeiro de 1981	34
Figura 7 - Detalhe do selo Dossiê-Folha na página “A luta isolada e perdida dos guerrilheiros no Cone Sul”	78
Figura 8 - Primeira página do Dossiê-Folha “Ilhado, o comunismo cubano chega aos 25 anos”	82
Figura 9 - Continuação do Dossiê-Folha “Ilhado, o comunismo cubano chega aos 25 anos”	83
Figura 10 - Cabeçalho, título e composição fotográfica do Dossiê sobre os 25 anos da Revolução Cubana	84
Figura 11 - Cronologia “No Réveillon de 1959, Batista foge”	85
Figura 12 - Diferentes autorias e entradas temáticas no Dossiê sobre Cuba	86
Figura 13 - Exemplo da composição visual do Dossiê-Folha “Crise, palavra comum nas Américas”	105
Figura 14 - Recorte do Dossiê “Na América Central, o jogo do tudo ou nada”	110
Figura 15 - Recorte do Dossiê “América Central, a explosão latente”	114
Figura 16 - Página do conjunto editorial “A guerra no Atlântico Sul”	118
Figura 17 - Recorte do Dossiê “A aventura democrática no Cone Sul”	126
Figura 18 - Recorte do Dossiê “Os argentinos decidem hoje o futuro da nação”	131
Figura 19 - Recorte do Dossiê “A grande festa da posse de Alfonsín”	132
Figura 20 - Recorte do Dossiê “No verão argentino, a alegre festa da democracia”	136
Figura 21- Recorte do Dossiê “Desaparecidos, uma ferida aberta na história argentina”	140
Figura 22 - Recorte do Dossiê “El Salvador vota, apostando na paz que não virá”	145
Figura 23 - Recorte do Dossiê “A revolução sandinista na encruzilhada”	149
Figura 24 - Recorte do Dossiê “Divididos, nicaraguenses esperam a paz impossível”	153
Figura 25 - Recorte do Dossiê “O Chile quebrou com Pinochet”	157
Figura 26 - Página do Dossiê “Crise leva Pinochet a namorar o populismo”	160

Figura 27 - Recorte do Dossiê “Bolívia, das casernas à falência”	163
Figura 28 - Recorte do Dossiê “A implosão do regime militar”	167
Figura 29 - Recorte do Dossiê “O fracasso do regime militar e a crise uruguaia”	170

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1	
A construção do objeto: o dispositivo editorial da <i>Folha</i> frente ao mercado da notícia .	20
1.1 - <i>Folha</i> , uma cobertura em transformação	21
1.2 - As agências internacionais de notícias	36
1.3 - O <i>Projeto Folha</i> e a reestruturação da editoria de Exterior	47
Capítulo 2	
Narrativas, enquadramentos e a construção da alteridade continental na editoria de Exterior	57
2.1 - Qual América Latina interessa? Autoria, temas e hierarquias na cobertura internacional	58
2.2 - O Dossiê-Folha	74
2.3 – A imprensa brasileira e a América Latina imaginada	87
Capítulo 3	
“Crise, palavra comum nas Américas”: soberania, democracia e os rastros do autoritarismo no Dossiê-Folha.....	102
3.1 Soberania em disputa: tutela externa, intervenção e nacionalismos na América Latina.....	107
3.2 Sentidos de democracia: as transições no Cone Sul e as possibilidades para a América Central.....	123
O Cone Sul e a democracia como reconstrução institucional	125
A América Central e a democracia como conceito em disputa.....	143
3.3 É possível sair do túnel? Colapso econômico, repressão e a herança compartilhada pelas nações latino-americanas.....	155
Considerações finais.....	181
Fontes	188
Referências	189
APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE DADOS DA EDITORIA DE EXTERIOR PARA A AMÉRICA LATINA (1981, 1983, 1984).....	195
ANEXO A – RECORTE DO DOSSIÊ “NA AMÉRICA CENTRAL, O JOGO DO TUDO OU NADA”, COM FOCO NA ILUSTRAÇÃO DE MARIZA COSTA	201

Introdução

Com a renovação historiográfica e a ampliação dos objetos de estudo, a imprensa, há muito reconhecida como um registro dos acontecimentos passa a ser entendida também como agente participante dos processos históricos. Os jornais selecionam temas, hierarquizam vozes, interpretam fatos e disputam sentidos sobre a realidade política e social. Cabe ao historiador compreender o conteúdo publicado, mas também as condições de produção, os interesses editoriais e as estratégias discursivas mobilizadas na tentativa de conquistar “corações e mentes”.¹

Ao longo do século XX, o desenvolvimento da grande imprensa empresarial brasileira foi acompanhado pela profissionalização das redações, pela racionalização dos processos produtivos e pela valorização do discurso da objetividade jornalística. Entretanto, como observa Maria Helena Capelato, o fortalecimento do jornalismo informativo não eliminou a dimensão opinativa dos periódicos, que continuou presente nos editoriais, nos artigos assinados e nos próprios enquadramentos do noticiário. A partir da segunda metade da década de 1970, a progressiva redução da censura e o avanço da abertura política brasileira ampliaram a autonomia dos grandes veículos de comunicação, que passaram a disputar mais intensamente os sentidos atribuídos à democratização do país.²

É partindo desta compreensão da relevância da imprensa como fonte histórica, que esta pesquisa investiga as narrativas construídas pela *Folha de S. Paulo* sobre a América Latina entre 1981 e 1984. O recorte concentra-se na editoria de Exterior e, de maneira particular, no Dossiê-Folha, dispositivo editorial que reunia, em uma mesma página, reportagens, artigos autorais, entrevistas, fotografias, ilustrações, mapas e outros recursos gráficos destinados ao aprofundamento de determinados acontecimentos internacionais. Busca-se examinar o que o jornal publicou sobre os países latino-americanos e de que maneira selecionou, organizou e articulou essas informações para torná-las inteligíveis ao público brasileiro.

A escolha da *Folha de S. Paulo* está diretamente relacionada às transformações vividas pelo próprio jornal no período. Desde o final da década de 1970, a empresa investia na construção de uma nova identidade editorial, procurando apresentar-se como um veículo moderno, plural e comprometido com o processo de abertura política frente ao desgaste da

¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p.35.

²*Ibid.*, p.37.

ditadura militar. Esse reposicionamento se intensificou nos primeiros anos da década seguinte e alcançou uma de suas expressões mais visíveis na cobertura da campanha das Diretas Já.

Depois do comício realizado na Praça da Sé, em 25 de janeiro de 1984, a *Folha* ampliou significativamente o espaço concedido à mobilização, estampou em sua capa imagens da praça ocupada pelos manifestantes, difundiu a expressão “Diretas Já” e incentivou seus leitores a pressionar os parlamentares pela aprovação da emenda que restabeleceria as eleições presidenciais diretas. O engajamento na campanha contribuiu para o crescimento do jornal³ e para a consolidação da imagem que a empresa procurava construir para si: a de um veículo identificado com as liberdades democráticas e capaz de atuar como intérprete das demandas da sociedade civil.⁴

Essa atuação no cenário político brasileiro constitui uma dimensão importante para a análise da cobertura internacional. Se a *Folha* procurava se legitimar como defensora da democratização no Brasil, fomos provocados a investigar como esse posicionamento repercutia nos sentidos atribuídos aos processos políticos dos demais países latino-americanos. De que maneira o jornal interpretava as ditaduras ainda vigentes, as transições para governos civis, os conflitos revolucionários e as intervenções estrangeiras na região? Em que medida os valores mobilizados na defesa da abertura brasileira - pluralismo, liberdade de imprensa, eleições e participação política - também orientavam a avaliação das experiências dos países vizinhos?

A pesquisa parte da hipótese de que a *Folha*, especialmente por meio do Dossiê-Folha, não apresentava os países latino-americanos como conjunturas inteiramente isoladas. Em muitas publicações, essa aproximação era explícita: os jornalistas comparavam processos políticos, personagens, modelos econômicos e experiências autoritárias de diferentes nações. Em outras, mesmo quando não havia referência direta a outro país, a recorrência de determinadas estruturas narrativas, metáforas, categorias e problemas aproximava as

³Fernanda Peixoto traz esse crescimento em números: a circulação paga da *Folha* que em janeiro de 84 era 17% superior à do *Estado* (7.303.451 exemplares/mês contra 6.255.553), aumentou para 45% (8.203.135 da *Folha* contra 6.275.808 do Estado). Em termos das assinaturas, na capital, a *Folha* passou de 66.489 em 1984 para 101.843 em 1986. Teve, portanto, um aumento de 80,2% no número de assinantes, contra 23,2% do *Estado*. Ver: PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 3, n. 4, 1998, p.41.

⁴ Segundo Elaine Pires, essa defesa enfática revela o grau de importância atribuído pelo jornal à realização de eleições diretas e ao atendimento das demandas populares por meio dos mecanismos institucionais de representação democrática, isto é, manifestações pacíficas que não firam a ordem social burguesa ou que atrasem o desenvolvimento econômico. Pires entende que “Encampando a luta destes setores numa clara estratégia de marketing, conseguiu tornar-se a expressão daqueles que enxergavam o fracasso do regime militar e vislumbravam a possibilidade de mudanças”. Ver: PIRES, E. *Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha 1978/2004*. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, p.37.

experiências nacionais. A ameaça à soberania, os limites das democratizações e o vocabulário da crise constituíam repertórios comuns, capazes de integrar acontecimentos distintos a uma interpretação regional.

Essa unidade continental, contudo, não era produzida pelo apagamento das particularidades nacionais. Ao contrário, cada conjuntura mantinha suas especificidades, mas era incorporada a uma teia comparativa na qual a experiência de um país fornecia chaves para compreender os demais. A hipótese é que esse procedimento permitiu ao Dossiê-Folha construir uma inteligibilidade comum para os processos latino-americanos da primeira metade da década de 1980.

O recorte temporal compreende os anos de 1981 a 1984. O marco inicial corresponde à elaboração, em junho de 1981, do documento programático *A Folha e alguns passos que é preciso dar*, vinculado às primeiras formulações do Projeto Folha. Ao sistematizar os objetivos de modernização do jornal, a ampliação de sua influência pública e a defesa de uma atuação pluralista e crítica, o texto oferece um ponto de partida para acompanhar como essas diretrizes se materializaram na organização editorial e na cobertura internacional da *Folha de S. Paulo*.

O ano de 1984 encerra o recorte porque, a partir de 1985, o jornal passou por alterações significativas em sua configuração material, com mudanças gráficas, no volume e na organização dos cadernos, e por uma diminuição considerável da frequência de publicação dos Dossiês sobre a região. A delimitação também se justifica pela conjuntura política do período: entre 1981 e 1984, aprofundaram-se as crises dos regimes ditatoriais no Cone Sul, foram realizadas eleições em diferentes países latino-americanos e ampliadas as expectativas em torno da redemocratização.

Embora a imprensa brasileira tenha sido amplamente investigada pela historiografia, o jornalismo internacional ainda constitui um campo menos explorado, sobretudo quando considerado em sua historicidade, condições de produção e suas formas específicas de construção narrativa. Obras gerais sobre a história da imprensa, como a de Nelson Werneck Sodré, fornecem indícios sobre a formação dessa editoria, desde a circulação de periódicos estrangeiros no século XIX até a crescente dependência das agências internacionais no século XX⁵. Entretanto, são ainda escassas as pesquisas históricas dedicadas sistematicamente às práticas, aos agentes e às transformações do jornalismo internacional produzido no Brasil.

⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. - 4ª ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Parte importante da bibliografia disponível foi produzida pelos próprios profissionais da área. Os trabalhos de João Batista Natali, Clóvis Rossi e José Arbex Jr. oferecem reflexões sobre as rotinas das redações, o trabalho dos correspondentes, a dependência das agências internacionais e as relações entre informação, mercado e poder. Apesar de não constituírem propriamente análises historiográficas sistemáticas, essas obras permitem acessar percepções construídas no interior do campo profissional e são mobilizadas nesta pesquisa como fontes de contextualização e, em determinados casos, como testemunhos sobre a prática jornalística.⁶

Um conjunto de pesquisas permite situar este trabalho no campo historiográfico e delimitar suas aproximações e diferenças em relação a estudos anteriores. Entre os estudos que compartilham o recorte temporal e o objeto, destacam-se os de Elaine Pires e Sonia Menezes, com perspectivas sobre o reposicionamento da *Folha de S. Paulo* entre o final da década de 1970 e os anos 1980.

Enquanto Pires analisa a construção da autoimagem institucional do Grupo Folha, evidenciando como editoriais, peças publicitárias, obras comemorativas e documentos produzidos pela própria empresa contribuíram para apresentar o jornal como moderno, plural, democrático e comprometido com a objetividade⁷, Menezes concentra-se nas estratégias discursivas por meio das quais a *Folha* ressignificou sua atuação durante a ditadura. A autora chama atenção para a elaboração de uma memória seletiva, que valorizava episódios de enfrentamento à censura e relativizava ou silenciava formas anteriores de colaboração com o regime militar.⁸

As autoras mostram que a nova identidade pública reivindicada pelo jornal é resultado de um processo articulado a interesses políticos, editoriais, empresariais e mercadológicos. Partindo dessas contribuições, esta dissertação desloca a observação para a editoria de Exterior e investiga de que maneira esse reposicionamento institucional atravessou a interpretação das ditaduras, revoluções e transições políticas dos países latino-americanos.

Ainda que distantes de nosso recorte temporal, duas pesquisas que, focando na repercussão de dois eventos pela imprensa brasileira, apresentam interessantes perspectivas para que este trabalho possa avançar no tempo e dar sequência às discussões sobre o papel ativo da imprensa na construção de imaginários sobre os países latino-americanos, além de

⁶ As obras são *Jornalismo Internacional*, de Natali, *Enviado Especial: 25 anos ao redor do mundo*, de Rossi, e *Showrnlismo: A notícia como espetáculo*, de Arbex. Elas serão propriamente mobilizadas nos capítulos.

⁷PIRES, E. *Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha 1978/2004*. 132 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Estudos Pós Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁸MENESES, Sônia. Ditadura, Democracia e Esquecimento: 1964 - o acontecimento recalcado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. *Revista Tempo e Argumento*, v. 5, n. 10, p. 39-71, 2013.

nos apresentar possibilidades metodológicas do jornalismo internacional para a pesquisa em História.

Ao analisar a forma como cinco periódicos brasileiros - *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite* e *O Tempo* - repercutiram o movimento sandinista na Nicarágua entre 1926 e 1934, Raphael Sebrian argumenta que a imprensa enfrentava a ambivalência entre uma adesão ao referencial liberal norte-americano e a crítica à política intervencionista dos Estados Unidos no continente. Sebrian assume uma perspectiva que valoriza os discursos veiculados em editoriais, artigos, notas e telegramas de agências internacionais, buscando identificar as recorrências e silenciamentos sobre o conflito.⁹

Já Andreia de Souza de Carvalho investiga os sentidos atribuídos à Revolução Cubana em jornais como *Última Hora*, *Semanário Novos Rumos*, *Correio da Manhã*, *A Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil*, analisando como o uso de metáforas, palavras-força, imagens e símbolos foram acionados pelos discursos jornalísticos em uma disputa simbólica pela hegemonia política em um contexto de instabilidade latino-americana. A autora identifica que, a partir da década de 1950, os jornais passaram a simular uma “objetividade” jornalística que retirava o sujeito do texto, delegando ao leitor a ilusão de estar diante de uma leitura “literal” dos acontecimentos. Entretanto, conclui que essa neutralidade é apenas aparente: a seleção de vozes e os enquadramentos narrativos revelam uma leitura interpretativa dos fatos, construída a partir da associação entre discurso e memória coletiva.¹⁰

Apesar das diferenças de contexto e objeto, os dois trabalhos tratam a imprensa brasileira como participante ativa da produção de sentidos sobre a região. A seleção de vozes, os silenciamentos, o uso de metáforas e imagens e a dependência de determinadas fontes de informação revelam que o noticiário internacional também constituía um espaço de disputa política e ideológica. Esta dissertação dá continuidade a essas discussões ao avançar para o início da década de 1980 e ampliar o foco para diferentes países e conjunturas, buscando compreender não apenas a representação de uma revolução específica, mas a construção de uma leitura regional articulada em torno da soberania, da democracia e da crise.

Por fim, no campo da Comunicação, destacam-se estudos voltados ao comportamento editorial do noticiário internacional em grandes periódicos brasileiros, especialmente entre os

⁹ SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. *A repercussão do movimento sandinista na imprensa brasileira: 1926-1934*. 2005. 254 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2005.

¹⁰ CARVALHO, Andreia de Souza de. *De revolução salvadora a conspiração maligna: representações da revolução cubana na imprensa escrita brasileira (1959 a 1964)*. 2004. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

anos 1990 e o início dos anos 2000, período em que a globalização e a expansão da internet passaram a transformar de maneira decisiva as práticas jornalísticas. Essas pesquisas ajudam a problematizar o lugar ocupado - ou frequentemente negado - à América Latina no noticiário nacional.

Francisco Sant'Anna investiga os critérios que orientam o tratamento editorial dispensado aos acontecimentos latino-americanos e identifica uma omissão sistemática da região, associada à predominância de referências eurocêntricas e norte-americanas¹¹. Alexandre Barbosa, por sua vez, concentra-se nos silêncios estruturais e nas barreiras simbólicas e institucionais que definem o que pode ou não se tornar notícia. Ao contrapor a “América Latina oficial” à “América Latina popular”, Barbosa evidencia como critérios de noticiabilidade, rotinas profissionais e interesses econômicos contribuem para excluir determinadas experiências sociais e políticas das páginas da grande imprensa.¹²

Os dois estudos relacionam a reduzida presença da América Latina no noticiário brasileiro a escolhas editoriais, práticas profissionais e hierarquias informativas historicamente consolidadas. Nesse sentido, o silêncio também constitui uma forma de enquadramento.

Esta dissertação desloca o foco da ausência para as formas pelas quais a América Latina se tornou presente nas páginas da *Folha de S. Paulo* em um período marcado por ditaduras, guerras, transições políticas e crises econômicas. Embora o trabalho também realize um levantamento quantitativo, sua questão central não se limita a medir quanto o jornal publicou sobre a região, mas busca analisar de que maneira essa presença foi selecionada, organizada e narrativamente apresentada ao leitor brasileiro.

A pesquisa situa-se, portanto, no encontro entre a história da *Folha de S. Paulo*, os estudos sobre o jornalismo internacional e as investigações sobre as representações brasileiras da América Latina. Sua contribuição específica consiste em examinar o Dossiê-Folha como dispositivo editorial e demonstrar como a articulação entre autoria jornalística, materialidade gráfica, imagens e comparações entre países produziu uma inteligibilidade continental para processos nacionais distintos.

¹¹SANT'ANNA, Francisco Cláudio Corrêa Meyer. *Papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-americana: um estudo do comportamento editorial de grandes periódicos nacionais*. 2001. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

¹²BARBOSA, Alexandre. *A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Para a leitura das fontes, mobilizamos as contribuições de Tânia Regina de Luca, que nos orienta na compreensão da imprensa simultaneamente como fonte e objeto da pesquisa histórica. Consideramos que trabalhar com a imprensa como fonte exige compreendê-la como um espaço de intervenção social atravessado por embates políticos, econômicos e culturais que integram seu contexto de produção.¹³

Também se fazem relevantes os aspectos relacionados à produção e circulação de ideias, e por isso, localizamos o conjunto documental em um contexto sociocultural específico. A historiadora ainda aponta para a importância de entender a materialidade de jornais e revistas em diferentes momentos, bem como de analisar a estruturação e distribuição interna do conteúdo. É preciso, portanto, pensá-la como um todo.

Para compreender a página do *Dossiê-Folha* em sua totalidade, a pesquisa se apoia em Roger Chartier, que postula que a materialidade dos impressos participa ativamente da produção de significado. Sob essa perspectiva teórica, os textos e as imagens constroem sentidos para o público não apenas pelo seu conteúdo intrínseco, mas pelas formas físicas que os tornam legíveis e inteligíveis. O suporte físico, seu formato, a diagramação, a disposição na página e o fato de o texto estar ou não acompanhado de fotografias ou ilustrações atuam como uma moldura que influencia profundamente como o discurso jornalístico é lido e interpretado.¹⁴

Uma particularidade do Dossiê-Folha é a presença de recursos imagéticos em todos os exemplares examinados, seja por meio de fotografias, seja por meio de ilustrações. Sua análise parte das considerações de Peter Burke sobre o uso das imagens como evidências históricas. Para o autor, elas não devem ser empregadas como simples ilustrações de conclusões alcançadas por meio dos textos, nem tomadas como testemunhos transparentes da realidade. Assim como a documentação escrita, as fontes visuais precisam ser submetidas à crítica, considerando-se suas condições de produção, as convenções mobilizadas, os objetivos de seus realizadores e os contextos nos quais foram selecionadas e colocadas em circulação.¹⁵

Nesta pesquisa, fotografias e ilustrações são interrogadas tanto em sua linguagem própria quanto em sua relação com os demais componentes da página. A análise observa a composição, os símbolos e personagens mobilizados, a organização dos espaços, a presença

¹³LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 111-153.

¹⁴CHARTIER, R.A *ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de M. D. Piori. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.

¹⁵BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

ou ausência de autoria, as legendas e a posição ocupada pela imagem no Dossiê. Buscamos compreender como sua seleção e sua articulação com outros conteúdos participam da construção de sentidos.

Para a análise das fotografias, a pesquisa mobiliza Boris Kossoy, afastando a premissa de que a imagem técnica seja um reflexo neutro e completo da realidade. A fotografia resulta de escolhas, enquadramentos e mediações culturais que intervêm entre o acontecimento e sua representação.¹⁶ No caso das ilustrações, as contribuições de Gilmar Hermes permitem compreendê-las como produções autorais dotadas de relativa autonomia, frequentemente utilizadas na imprensa para comentar matérias opinativas ou temas complexos.¹⁷ Esses desenhos condensam interpretações e oferecem uma perspectiva própria sobre o assunto ao qual foram associados.

A atenção à materialidade da página e à capacidade narrativa das fotografias e ilustrações orienta a análise dos sentidos produzidos pelos Dossiês. Ao compreender a página como uma composição integrada, seus elementos são interrogados de maneira relacional, como vestígios das escolhas editoriais e discursivas que orientavam a apresentação dos acontecimentos latino-americanos.

Para aprofundar a análise dessas construções narrativas e investigar a lógica editorial mobilizada pela *Folha de S. Paulo* em sua cobertura da América Latina, o tratamento do corpus documental apoia-se no paradigma indiciário formulado por Carlo Ginzburg.¹⁸ O levantamento incorporou os 27 Dossiês-Folha identificados como dedicados a países ou processos latino-americanos entre 1982 e 1984. A investigação qualitativa, entretanto, não atribui a todos os documentos a mesma extensão ou intensidade analítica. Determinados exemplares são examinados de maneira mais detida, de acordo com os problemas que estruturam o capítulo, e relacionados aos demais Dossiês do corpus.

Na perspectiva indiciária, detalhes aparentemente secundários e vestígios dispersos podem oferecer acesso a aspectos de uma realidade que não se apresentam de forma direta ou inteiramente sistematizada nas fontes. O procedimento não consiste em tomar um único documento como representação automática de todo o corpus, mas em identificar indícios

¹⁶ KOSSOY, B. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

¹⁷ HERMES, Gilmar Adolfo. *As Ilustrações de Jornais Diários Impressos: Explorando Fronteiras entre Jornalismo, Produção e Arte*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

¹⁸ GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

recorrentes e confrontá-los com outras evidências, construindo relações que se tornam perceptíveis por meio da comparação entre diferentes publicações.

Benedict Anderson oferece outra possibilidade para pensar os efeitos produzidos pela organização jornalística dos acontecimentos no espaço e no tempo. Ao discutir a formação das comunidades imaginadas, o autor destaca o papel do capitalismo tipográfico e da circulação periódica dos impressos na construção de uma percepção de simultaneidade entre eventos espacialmente distantes. Por reunir acontecimentos diversos em uma mesma edição, o jornal os insere em um tempo compartilhado e estabelece relações entre experiências inicialmente dispersas.¹⁹

Nesta pesquisa, o conceito não é mobilizado para afirmar que a *Folha de S. Paulo* tenha produzido uma identidade latino-americana entre seus leitores, conclusão que exigiria fontes específicas de recepção. A análise se concentra em como a justaposição de países, as comparações entre conjunturas e a recorrência de categorias como soberania, democracia e crise criavam condições narrativas para aproximar o Brasil de seus vizinhos ou, inversamente, reforçar fronteiras simbólicas entre eles.

O corpus principal da pesquisa é formado pelas edições da *Folha de S. Paulo* publicadas entre 1981 e 1984, com atenção especial à editoria de Exterior e às páginas do chamado Dossiê-Folha. O levantamento procurou identificar a presença dos países latino-americanos no noticiário, os temas abordados, a autoria dos textos, a procedência das informações e os recursos gráficos utilizados na apresentação dos acontecimentos.

Além das páginas da editoria de Exterior, foram mobilizadas fontes complementares relacionadas à trajetória institucional e às práticas profissionais da empresa, como manuais de redação, editoriais, documentos produzidos pelo Grupo Folha, publicações comemorativas e depoimentos de jornalistas. Esses materiais auxiliam na compreensão das transformações editoriais do período, dos critérios de seleção das notícias e das representações que os próprios profissionais construíram sobre sua atuação.

O tratamento da documentação desenvolveu-se em etapas complementares. Inicialmente, foi realizado um levantamento quantitativo da editoria de Exterior, com o registro dos países mencionados, dos temas predominantes, da origem das informações, das agências de notícias, dos periódicos estrangeiros, dos correspondentes e dos articulistas presentes na cobertura. Esses dados foram organizados em tabelas, permitindo visualizar

¹⁹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

recorrências, concentrações e desigualdades na presença dos países latino-americanos ao longo do período.

Já a análise qualitativa concentrou-se especialmente no Dossiê-Folha, compreendido como uma composição editorial integrada. Alguns Dossiês foram selecionados para uma leitura intensiva por condensarem de maneira mais evidente os problemas centrais da investigação. Neles, foram examinadas as relações entre as reportagens, os artigos laterais, as fotografias, as ilustrações e a disposição gráfica da página. Outros documentos foram mobilizados de maneira mais pontual, como indícios capazes de confirmar, tensionar ou ampliar as interpretações construídas a partir dessas análises aprofundadas.

Esses procedimentos articulam diferentes escalas de observação, partindo da análise de páginas específicas para o confronto entre publicações distintas. O objetivo é identificar recorrências, variações e limites nas estratégias editoriais e narrativas mobilizadas pela *Folha de S. Paulo*, examinando de que maneira acontecimentos internacionais foram apresentados ao leitor brasileiro no conjunto da cobertura latino-americana.

* * *

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado “A construção do objeto: o dispositivo editorial da *Folha* frente ao mercado da notícia”, examinamos a *Folha de S. Paulo* como objeto material, empresa de comunicação e agente político. A comparação entre sua configuração editorial em 1960 e no início do recorte, em 1981, permite acompanhar transformações em sua organização gráfica e empresarial. O capítulo também discute a trajetória das agências internacionais de notícias, as condições de produção do noticiário de Exterior e as mudanças promovidas pelo *Projeto Folha* no contexto de abertura política e modernização da imprensa brasileira.

No segundo capítulo, “Narrativas, enquadramento e a construção da alteridade continental na editoria de Exterior”, investigamos a presença da América Latina no noticiário internacional do jornal. Inicialmente, são apresentados os resultados quantitativos do mapeamento documental, com atenção aos países mais noticiados, aos temas predominantes e à origem das informações. Em seguida, examinamos as particularidades do Dossiê-Folha, compreendido como dispositivo editorial que articulava autoria jornalística, textos, imagens e organização gráfica, e discutimos a construção histórica da América Latina como unidade regional.

No terceiro capítulo, “‘Crise, palavra comum nas Américas’: soberania, democracia e os rastros do autoritarismo no Dossiê-Folha”, analisamos as narrativas produzidas pelos Dossiês a partir de três eixos relacionados: as disputas pela soberania diante da intervenção estrangeira; os sentidos atribuídos à democracia nos processos de transição política e nos conflitos centro-americanos; e a crise como categoria capaz de articular os legados políticos, econômicos, sociais e humanos das ditaduras. Ao final, a escala de observação é ampliada para demonstrar como comparações explícitas e recorrências narrativas aproximaram experiências nacionais distintas, produzindo uma interpretação de alcance regional sobre a América Latina dos anos 1980.

Capítulo 1

A construção do objeto: o dispositivo editorial da *Folha* frente ao
mercado da notícia

1.1 - *Folha*, uma cobertura em transformação

Tomar a imprensa como objeto histórico implica observá-la não apenas pelo conteúdo que veicula, mas também pelas formas materiais e editoriais que organizam a leitura. A disposição dos textos, a hierarquia dos títulos, a segmentação dos cadernos, a presença de imagens e a identificação das autorias participam da construção de sentidos tanto quanto o discurso escrito. É sob essa perspectiva que este capítulo se volta para a *Folha de S. Paulo*, buscando compreender como as transformações de sua estrutura material e editorial criaram novas condições para a cobertura internacional e, mais especificamente, para a construção de narrativas sobre a América Latina.

Para isso, realizamos uma comparação entre dois momentos distintos da trajetória do jornal: sua primeira edição unificada, publicada em 1960, e a configuração apresentada no início de 1981, marco inicial do recorte desta pesquisa. A escolha dessas datas não pretende reconstruir de maneira exaustiva toda a história da empresa, mas tornar visíveis mudanças que interessam diretamente ao objeto investigado: a crescente segmentação dos conteúdos, a reorganização gráfica das páginas, a valorização da autoria jornalística e a constituição de uma editoria de Exterior mais estruturada e interpretativa.

A edição de 1º de janeiro de 1960 permite observar o momento em que a *Folha da Manhã*, a *Folha da Tarde* e a *Folha da Noite* passaram a circular sob o título unificado de *Folha de S. Paulo*. Já a edição dominical de 3 de janeiro oferece um termo de comparação mais adequado com o primeiro domingo de 1981, uma vez que ambas apresentam uma estrutura mais extensa, marcada pela ampliação do número de cadernos e pela maior variedade temática. Assim, podemos acompanhar as alterações de formato e as mudanças na maneira como o jornal organizava, hierarquizava e atribuía autoridade às notícias.

A modernização empresarial e técnica da *Folha* se materializou nas páginas e esse processo alterou o lugar ocupado pelo noticiário internacional. Em 1960, as notícias estrangeiras apareciam de forma dispersa, quase sempre atribuída a agências e sem uma seção própria; em 1981, a editoria de Exterior já reunia correspondentes, artigos assinados e uma organização gráfica capaz de articular informação, interpretação e opinião.

Essa transformação permite situar o surgimento do Dossiê-Folha e compreender as condições editoriais que levaram o jornal a oferecer leituras mais autorais e aprofundadas dos acontecimentos latino-americanos. Antes de examinar diretamente esse dispositivo, contudo,

vamos acompanhar alguns momentos da trajetória do Grupo Folha que ajudam a explicar a mudança observada entre as páginas de 1960 e 1981.²⁰

A configuração encontrada no início da década de 1980 resultava de um processo mais longo, marcado por mudanças de proprietários, públicos pretendidos e projetos editoriais nem sempre convergentes. A trajetória do Grupo Folha começou em 1921, com o lançamento da *Folha da Noite*, criada por Olival Costa, Pedro Cunha e outros jornalistas oriundos de *O Estado de S. Paulo*. Voltado inicialmente às camadas médias e aos trabalhadores urbanos, o periódico adotava uma linguagem mais direta e conferia destaque às reportagens. Quatro anos depois, a criação da *Folha da Manhã* ampliou a presença da empresa no mercado paulista e permitiu a circulação de um jornal de perfil mais tradicional.

As sucessivas mudanças de controle alteraram também os vínculos sociais e políticos dos periódicos. Sob a direção de Octaviano Alves de Lima, na década de 1930, as Folhas aproximaram-se dos interesses agrários. Em 1945, a empresa foi adquirida por José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles, período em que passou a reivindicar uma postura democrática e editorialmente imparcial. A criação da *Folha da Tarde*, em 1949, completou o conjunto de títulos que, pouco mais de uma década depois, seria reunido sob o nome *Folha de S. Paulo*.

A unificação de 1960, contudo, não eliminou as diferenças acumuladas ao longo dessa trajetória. Quando Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiram a empresa, em 1962, encontraram um grupo que necessitava ampliar sua capacidade financeira e tecnológica para competir com os principais jornais paulistas. Os novos proprietários promoveram uma reorganização administrativa, investiram em gráficas, adquiriram outros empreendimentos e estruturaram uma frota própria de distribuição. A introdução da impressão *offset*, em 1967, e o abandono da composição a chumbo, no início da década seguinte, inserem-se nesse movimento de racionalização da produção.

A expansão empresarial e tecnológica do Grupo Folha, entretanto, não pode ser dissociada de sua atuação durante a ditadura militar. Pesquisa recente, desenvolvida por historiadores e estudiosos do jornalismo, reunida no livro *A serviço da repressão: Grupo Folha e violações de direitos na ditadura*, amplia o conhecimento sobre essa relação ao demonstrar que a colaboração da empresa não se restringiu ao apoio editorial ao regime.

²⁰ A reconstrução histórica do Grupo Folha foi realizada com base nas publicações da própria empresa sobre sua trajetória, destacando-se o livro *A História da Folha de S. Paulo* (1980), de Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Rolim Capelato, por ocasião do aniversário de 60 anos do jornal. MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História da Folha de S. Paulo: 1921-1981*. São Paulo: IMPRES, 1980.

A partir de documentos e depoimentos, os autores identificam diferentes formas de sustentação ao regime, que incluíram a legitimação da política repressiva nas páginas de seus veículos, o empréstimo de automóveis utilizados por agentes do Estado para a perseguição e captura de militantes políticos e a incorporação de militares e policiais aos quadros das empresas do grupo para atividades de vigilância e controle dos trabalhadores. Com isso, mostram os pesquisadores, a empresa se beneficiou economicamente e de maneira contundente do contexto instaurado pela ditadura.²¹

Nesse quadro, a *Folha da Tarde* distinguiu-se por sua orientação claramente favorável ao regime e pela proximidade com os órgãos repressivos, que lhe rendeu a caracterização de “diário oficial da Oban”.²² Embora a *Folha de S. Paulo* não tenha assumido exatamente o mesmo perfil editorial, sua atuação também precisa ser compreendida no interior dessa estrutura empresarial. A coexistência entre manifestações pontuais em defesa das liberdades democráticas, práticas de autocensura, reprodução de versões oficiais e formas concretas de colaboração impede que a trajetória do grupo seja resumida a uma simples oscilação entre apoio e oposição à ditadura. A obra recente desloca a análise de uma caracterização genérica de “ambiguidade” para a investigação das diferentes modalidades de participação da empresa na sustentação do regime militar brasileiro.

Esse passado atribui um significado particular ao reposicionamento iniciado no final da década de 1970. À medida que a abertura política avançava, o Grupo Folha passou a investir na construção de uma imagem associada à modernização, ao pluralismo e à defesa das liberdades públicas. O movimento articulava a busca por credibilidade, a ampliação do público leitor, a disputa por espaço no mercado jornalístico e a reelaboração da memória institucional da empresa. O posterior engajamento na campanha das Diretas Já tornaria esse processo mais visível, embora suas bases editoriais e empresariais já estivessem sendo estabelecidas nos anos anteriores.

As mudanças na linguagem, na organização interna e na apresentação gráfica do jornal seriam progressivamente sistematizadas nos documentos vinculados ao Projeto Folha, examinados mais adiante. Antes disso, a comparação entre as edições de 1960 e 1981 é importante para acompanhar como esse processo já se manifestava nas páginas. As duas

²¹ ROMANELLI, Amanda; RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BONSANTO, André; DAEMON, Flora; ROUCHOU, Joëlle; PEDRETTI, Lucas. *A serviço da repressão: Grupo Folha e violações de direitos na ditadura*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024. E-book Kindle.

²²A Operação Bandeirante (OBAN) foi um centro de informações, investigações e torturas montado pelo Exército do Brasil em 1969.

edições revelam diferentes formas de organizar os conteúdos, identificar as autorias e hierarquizar a informação.

A primeira publicação da *Folha de S. Paulo* data de 1º de janeiro de 1960. Naquela sexta-feira, a primeira edição chegou aos leitores com dois cadernos de dez páginas cada. No alto da capa, o novo logotipo aparece em letras maiúsculas e serifadas, conferindo um caráter institucional ao impresso. A unificação, entretanto, ainda se apresenta como um processo em curso: logo abaixo do título principal permanece a inscrição “Folha da Manhã - 4 horas”, preservando a referência a um dos periódicos que deram origem ao novo jornal.

Figura 1- Recorte superior da capa do noticiário de 1º jan. 1960



Fonte: Folha de S. Paulo (1960).

Figura 2 - Recorte inferior da capa do noticiário de 1º jan. 1960



Fonte: Folha de S. Paulo (1960).

À esquerda do cabeçalho, um quadro reúne diferentes assuntos e indica as páginas em que poderiam ser encontrados. O recurso funciona como um índice de navegação, revelando uma tentativa inicial de classificar o conteúdo em áreas como Justiça, Medicina, Ensino, Engenharia e Economia e Finanças. Essas categorias, contudo, ainda não correspondem a editorias claramente identificadas no interior do jornal.

A manchete “Deter a inflação, o objetivo do governo no ano que começa” ocupa quase toda a largura da página. A caixa alta, a espessura das letras e o grande corpo tipográfico estabelecem uma hierarquia clara, colocando a economia no centro da edição. Abaixo dela, porém, a página retorna a uma organização densa, composta por colunas estreitas, linhas divisórias, pequenas chamadas e blocos fotográficos rigidamente enquadrados. A hierarquia visual é produzida principalmente pelo contraste entre o tamanho dos títulos, enquanto a reduzida presença de espaços vazios confere à capa um aspecto carregado.

A organização assume a forma de um mosaico. Notícias econômicas e políticas dividem espaço com uma fotografia do Tribunal de Justiça, uma matéria sobre Juscelino Kubitschek e uma imagem de temática médica. Na metade inferior da página, acontecimentos no Laos, na Índia, na China, em Cuba e nos Estados Unidos aparecem lado a lado, sem uma identificação editorial que os reúna como parte de uma seção internacional. O noticiário estrangeiro, portanto, não era ausente ou necessariamente secundário, mas estava disperso entre outros assuntos, sem a autonomia e a organização temática que caracterizariam a editoria de Exterior nas décadas seguintes.

As fotografias já ocupavam espaços expressivos, mas sua inserção permanecia subordinada a uma estrutura rígida de colunas. Acompanhadas de legendas pequenas e descritivas, elas interrompiam a massa textual e conferiam visibilidade aos acontecimentos. O quadro lateral “Nesta edição”, por sua vez, reunia chamadas para o conteúdo interno, antecipando um recurso que seria preservado, mas reformulado graficamente, na edição de 1981.

A identidade ainda em transição, visível no cabeçalho da edição, é explicitada pelo editorial publicado na página 3. Apresentado em uma coluna destacada sob o nome e o slogan do jornal, o texto procura explicar aos leitores a unificação da *Folha da Manhã*, da *Folha da Tarde* e da *Folha da Noite*. Segundo o editorial, “os três nomes tiveram justificativa enquanto designavam órgãos de estrutura diferente”, mas a edição cotidiana pela mesma empresa teria conduzido os periódicos à aproximação de um “padrão comum”.

O texto desempenha uma função programática e procura atribuir coerência a uma trajetória composta por títulos, públicos e orientações editoriais diferentes. A unificação é apresentada como resultado natural do desenvolvimento da empresa, construindo uma ideia de continuidade que ultrapassava as divergências existentes entre os antigos periódicos. Mesmo reunidos sob nova identificação, seus nomes não desaparecem completamente: permanecem inscritos abaixo do título principal, em caracteres menores, conservando referências já conhecidas pelo público.

A nova identidade é apresentada da seguinte forma:

Somos, efetivamente, a FOLHA DE S. PAULO, porque em São Paulo se edita nosso jornal e a São Paulo se consagra. Sem eiva regionalista, todavia, antes com a preocupação de servir ao Brasil, que é a única maneira de defender eficazmente os interesses do Estado e do país. Essa a razão do “slogan” que a partir de hoje figura sob o título destas colunas: “Um jornal a serviço do Brasil”.²³

Embora o nome preservasse sua vinculação com São Paulo, o jornal procurava afastar-se de uma identidade estritamente regional. O slogan “Um jornal a serviço do Brasil” reivindicava uma atuação de alcance nacional e apresentava a empresa como intérprete de interesses que ultrapassariam os limites do estado. Essa pretensão adquiria especial importância em um mercado dominado por periódicos já consolidados e revela que a unificação constituía também uma estratégia de afirmação pública e comercial.

²³ FOLHA de S. Paulo. Um só nome para os nossos três jornais. São Paulo, 1 jan. 1960. 1º Caderno, p. 3.

O editorial, portanto, registra a identidade que a empresa desejava projetar naquele momento. O confronto entre esse discurso de unidade e a organização concreta das páginas revela, entretanto, uma publicação sem uma separação editorial realmente consolidada. A edição inaugural era composta por dois cadernos de dez páginas, cuja organização ainda não correspondia a uma divisão rigorosa entre editorias especializadas.

No primeiro, notícias políticas, econômicas, técnicas e internacionais apareciam distribuídas entre colunas e páginas sem uma identificação das seções. O quadro localizado no cabeçalho da capa funcionava como um índice temático, indicando assuntos como Justiça, Medicina, Ensino, Engenharia, Economia e Finanças e Progresso Técnico, mas essas classificações nem sempre reapareciam de maneira explícita no interior do jornal.

A exceção era *Progresso Técnico-Industrial*, espaço composto por duas páginas dedicadas a novos processos, equipamentos e atividades industriais. A concentração de anúncios relacionados ao setor reforçava a articulação entre especialização temática e interesse comercial, ainda que essa organização não se estendesse ao restante da edição. De modo geral, os conteúdos do primeiro caderno permaneciam misturados, sem uma separação gráfica consistente entre política nacional, economia e acontecimentos internacionais.

O segundo caderno apresentava um conteúdo mais voltado ao entretenimento, à vida cotidiana e às sociabilidades urbanas. O quadro da capa anunciava seções como Reportagem, Para a mulher, Panorama, Viagens e Passeios, Teatro, Rádio e TV, Turfe e Esportes. Nessa parte da edição, fotografias e elementos gráficos adquiriam maior presença, contribuindo para uma experiência de leitura menos concentrada nas longas colunas de texto.

Alguns desses conteúdos já apareciam sob títulos destacados e com autoria identificada. A coluna *Reportagem*, assinada por José Tavares de Miranda, reunia notas sobre a vida social paulistana, famílias tradicionais e acontecimentos diplomáticos.²⁴ Apesar do nome, não se tratava de uma reportagem aprofundada, mas de um mosaico de registros breves, próximo da crônica social. *Panorama*, de J. Monteiro, combinava pequenas notícias, fotografias, anedotas e charge, assumindo um tom mais leve, marcado pelo humor e pela crítica de costumes.²⁵

²⁴ Tavares de Miranda (1918-1992) foi definido com um dos colunistas mais influentes da imprensa paulista, tendo assinado uma coluna social na *Folha de S. Paulo* por mais de 40 anos. Seu estilo era caracterizado por misturar notas sobre a alta sociedade com comentários políticos e econômicos, sendo considerado um precursor do jornalismo social moderno, que ia além do simples registro de festas para atuar como um termômetro de prestígio e poder na capital paulista. Ver: DELUCA, Naná. Tavares de Miranda inovou jornalismo social em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jun. 2021

²⁵ Não foi possível identificar com precisão a identidade do jornalista que utilizava a assinatura “J. Monteiro”. No contexto da *Folha de S. Paulo* de 1960, era comum o uso de iniciais ou pseudônimos em colunas de

A configuração dos dois cadernos revela, portanto, um jornal que ensaiava formas de classificação e especialização, mas com uma estrutura que ainda misturava conteúdo. Os espaços assinados concentravam-se nas colunas sociais e de variedades, enquanto as notícias factuais - especialmente as internacionais - apareciam em geral sem autoria individual, vinculadas aos serviços das agências estrangeiras.

Dois dias depois da publicação de 1º de janeiro, no primeiro domingo de 1960, a *Folha de S. Paulo* chegou aos leitores com uma configuração mais ambiciosa, composta por seis cadernos, ampliando a segmentação dos conteúdos. Por essa razão, é mais produtiva sua comparação com a edição de 4 de janeiro de 1981, também publicada em um domingo. O primeiro caderno, identificado no rodapé como *Assuntos Diversos*, ainda reunia política nacional e acontecimentos internacionais. Entretanto, a segunda página era dedicada quase integralmente ao noticiário estrangeiro, revelando que, embora o jornal ainda não apresentasse uma editoria formalmente identificada como Exterior, já reservava um espaço concentrado para temas internacionais, conforme se observa na Figura 3.

Figura 3 - Recorte da segunda página da edição de 3 de janeiro de 1960, com destaque para a organização do noticiário internacional

AMEAÇA DE KRUCHEV: REDUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS SOVIÉTICAS

MOSCÚ, 3 (APF) — O primeiro-ministro soviético, Nikita Kruchev, afirmou hoje que a União Soviética não reduzirá suas forças armadas, mas sim as manterá em um nível que garanta a segurança do país e da paz mundial. Kruchev, em um discurso proferido no Parlamento soviético, afirmou que a redução das forças armadas soviéticas não é uma questão de princípio, mas sim de necessidade. Ele afirmou que a União Soviética não reduzirá suas forças armadas, mas sim as manterá em um nível que garanta a segurança do país e da paz mundial. Kruchev, em um discurso proferido no Parlamento soviético, afirmou que a redução das forças armadas soviéticas não é uma questão de princípio, mas sim de necessidade. Ele afirmou que a União Soviética não reduzirá suas forças armadas, mas sim as manterá em um nível que garanta a segurança do país e da paz mundial.

— "Dr. Hightower Generalíssimo! Doutor! Exato sem dúvida... Não posso servir!"

NAVIO CHOCA CONTRA RECIFE E NAUFRAGA

RECIFE, 3 (APF) — Um navio de carga, o "Choca", chocou-se com o Recife e naufragou hoje. O navio, que vinha de Santos, estava carregado de mercadorias e passageiros. O acidente ocorreu no porto de Recife, onde o navio estava atracado. O navio, que vinha de Santos, estava carregado de mercadorias e passageiros. O acidente ocorreu no porto de Recife, onde o navio estava atracado.

Stroessner diz que Cuba auxiliou os insurretos

ASUNCIÓN, 3 (APF) — O presidente paraguaiense, Alfredo Stroessner, afirmou hoje que Cuba auxiliou os insurretos no Paraguai. Stroessner afirmou que Cuba estava fornecendo armas e munição para os insurretos. Ele afirmou que Cuba estava fornecendo armas e munição para os insurretos. Ele afirmou que Cuba estava fornecendo armas e munição para os insurretos.

CHESSMAN BRIGA EM SAN QUENTIN

SAN QUENTIN, 3 (APF) — O prisioneiro britânico, Peter Chessman, brigou hoje com os guardas no presídio de San Quentin. Chessman afirmou que os guardas estavam tratando-o mal. Ele afirmou que os guardas estavam tratando-o mal. Ele afirmou que os guardas estavam tratando-o mal.

Dois crimes sangrentos aterrorizam Birmingham

BIRMINGHAM, 3 (APF) — Dois crimes sangrentos aterrorizaram Birmingham hoje. Um homem foi assassinado e outro ferido gravemente. Os crimes ocorreram no centro da cidade. Os crimes ocorreram no centro da cidade. Os crimes ocorreram no centro da cidade.

SEDOV PROGNOSTICA "ATREVIDOS VOOS ESPACIAIS EM 1960"

MOSCÚ, 3 (APF) — O líder soviético, Nikita Kruchev, afirmou hoje que a União Soviética realizará voos espaciais em 1960. Kruchev afirmou que a União Soviética realizará voos espaciais em 1960. Kruchev afirmou que a União Soviética realizará voos espaciais em 1960.

Caminhão caiu da ponte: seis mortos

SÃO PAULO, 3 (APF) — Um caminhão caiu de uma ponte hoje, matando seis pessoas. O acidente ocorreu no centro da cidade. O acidente ocorreu no centro da cidade. O acidente ocorreu no centro da cidade.

INCOMPATÍVEIS

Fonte: Folha de S. Paulo (1960).

variedades e crônicas, em contraste com a padronização e a identificação institucional mais rígida adotada mais tarde.

A manchete “Ameaça de Krushev: redução das Forças Armadas soviéticas” ocupa a parte superior esquerda e estabelece a principal hierarquia da página. A escolha do termo “ameaça” atribui um sentido de suspeita a uma medida que poderia sugerir distensão militar, inserindo-a no vocabulário político da Guerra Fria. Mesmo quando o conteúdo era proveniente de agências, portanto, sua apresentação envolvia escolhas de titulação e hierarquização capazes de orientar a leitura.

Ao lado, uma caricatura política ocupa parcela expressiva da faixa superior e estabelece uma relação direta com a matéria principal. Texto e imagem formam um conjunto interpretativo, pois a caricatura acrescenta uma leitura política à matéria principal, embora a página ainda estivesse organizada por blocos rígidos e colunas densas.

Na metade inferior, notícias sobre Paraguai, Cuba, Estados Unidos, União Soviética, corrida espacial, crimes e acidentes são distribuídas em pequenos módulos. A concentração espacial do internacional não resulta em uma unidade temática ou narrativa: acontecimentos políticos, científicos e policiais aparecem reunidos sob a condição de notícias estrangeiras. As localidades e as siglas que acompanham os textos indicam a origem dos despachos, mas não a presença de correspondentes próprios da *Folha*.

Essa configuração encontra respaldo no relato de João Batista Natali sobre o funcionamento da cobertura internacional da *Folha* naquele período.²⁶ Segundo o jornalista, a seção operava com recursos limitados, equipe reduzida e forte dependência dos serviços das agências, em posição bastante desigual diante de concorrentes que já mantinham uma tradição mais consolidada de correspondência internacional, como o *Estado de S. Paulo*. Seu testemunho ajuda a relacionar essa configuração das páginas às condições profissionais da seção: o noticiário estrangeiro possuía espaço, mas ainda sem a estrutura autoral e a especialização que alcançaria nas décadas seguintes.²⁷

Se, no noticiário internacional, predominavam os despachos fornecidos por agências e uma linguagem mais próxima do relato factual, a expressão política mais direta do jornal concentrava-se no editorial. Na edição de 3 de janeiro, o texto “As perspectivas para

²⁶ João Batista Natali é jornalista com trajetória de mais de cinco décadas na *Folha de S. Paulo*. Iniciou seu trabalho no jornal aos 21 anos, em 1969, passando pela editoria de Exterior e ocupando a função de correspondente internacional. Sua obra é interessante para esta pesquisa pois, ao mesclar a fundamentação teórica do jornalismo com o relato pessoal, oferece um testemunho das mudanças estruturais pelas quais o jornal passou. O autor fornece detalhes sobre a rotina produtiva e as características específicas da editoria de Exterior, possibilitando confrontar a materialidade das páginas com os bastidores da redação. Ver: NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, p.82.

²⁷ A transformação dessa estrutura, a ampliação da equipe e a criação de condições para uma cobertura internacional mais autoral serão examinadas adiante, quando tratarmos dos efeitos do Projeto Folha sobre a editoria de Exterior.

1960”articulava sentimentos de esperança e inquietação diante do ano eleitoral que se iniciava. Ao defender uma campanha marcada pela “maturidade política” e pelo “patriotismo”, o jornal atribuía aos candidatos, partidos e instituições a responsabilidade pela preservação da estabilidade democrática:

O Brasil vem caminhando, com segurança, desde a reconstitucionalização, dentro do regime democrático, e é indispensável que não se criem condições capazes de desprestigiar esse regime aos olhos do povo. Interesse dos candidatos à chefia da nação só pode ser, portanto, fortalecer o regime. Não o farão, entretanto, se, na campanha eleitoral, consentirem que os seus partidários baseiem a sua luta na exacerbação de ódios e nos ataques pessoais aos adversários.²⁸

A defesa de uma campanha “em alto nível”, livre de “ódios” e “ataques pessoais”, coloca o editorial em uma posição de racionalidade e defesa do interesse nacional. A *Folha* se apresenta como observadora da disputa eleitoral e, ao mesmo tempo, estabelece os limites considerados legítimos para o conflito político. Esse discurso dialoga com o editorial publicado dois dias antes. Enquanto o texto de unificação apresentava a nova *Folha de S. Paulo* como “um jornal a serviço do Brasil”, “As perspectivas para 1960” procurava demonstrar como essa missão seria exercida na prática: pela intervenção no debate público, pela defesa da ordem democrática e pela reivindicação de uma posição moderadora diante das disputas políticas. Os dois editoriais contribuíam para a construção da identidade que o periódico pretendia projetar no momento de sua unificação.

A edição dominical distribuía, ainda, seus conteúdos entre áreas como Economia e Finanças, Esportes e Turfe, Vida Social e Mulher e Lar. A especialização, contudo, ainda não correspondia ao grau de padronização que seria observado em 1981. Os cadernos dominicais possuíam perfis temáticos mais reconhecíveis, mas sua organização interna continuava marcada pela convivência entre notas, colunas, fotografias, anúncios e textos de extensões variadas. O uso das imagens também se tornava mais expressivo nessa edição.

Entre esses suplementos, destaca-se a extensão dedicada à vida social, superior inclusive ao espaço ocupado por parte da cobertura política. Casamentos, recepções, eventos e hábitos de consumo das elites paulistanas compunham um repertório que permitia ao jornal dialogar com públicos específicos e ampliar as possibilidades de inserção publicitária. Essa distribuição sugere que a edição de domingo já funcionava como um produto diferenciado,

²⁸FOLHA de S. Paulo. *As perspectivas para 1960*. São Paulo, 3 jan. 1960. Primeiro Caderno, p. 3.

orientado ao mesmo tempo pela informação, pelo entretenimento e pela expansão do mercado leitor.

Na edição do primeiro domingo de 1981, as transformações editoriais e gráficas iniciadas nas décadas anteriores aparecem mais consolidadas. Em ambos os casos, a *Folha de S. Paulo* apresentava ao leitor sua configuração dominical mais extensa; vinte anos depois, contudo, a hierarquia das informações e a segmentação dos conteúdos aparecem de maneira mais definida.

Figura 4- Recorte superior da capa de 4 jan. 1981



Fonte: Folha de S. Paulo (1981).

Figura 5- Recorte inferior da capa de 4 jan. 1981



Fonte: Folha de S. Paulo (1981)

A capa preserva o logotipo serifado e o slogan “Um jornal a serviço do Brasil”, formulado no momento da unificação das Folhas, em 1960. Essa permanência estabelece uma continuidade na identidade institucional reivindicada pelo periódico, embora o restante da página revele uma configuração editorial distinta. Logo abaixo do cabeçalho, a manchete “PDS em minoria no Colégio-84” ocupa posição central e é antecidida por uma frase que sintetiza o sentido político atribuído ao acontecimento: “O partido do governo, sozinho, não garantirá a sucessão presidencial”.

A fotografia principal, colocada abaixo da manchete e ocupando parcela expressiva do centro da página, organiza o eixo visual da capa. Ao seu redor, matérias menores e colunas laterais são distribuídas em blocos bem delimitados. Na lateral esquerda, a coluna “Nesta edição” reúne chamadas acompanhadas das páginas em que os textos podem ser encontrados. As chamadas não se limitam a enumerar assuntos: destacam conteúdos políticos, econômicos e culturais, como a Fuvest, o Folhetim, a coluna de Paulo Francis, a interferência do Banco Mundial na política de importações e uma matéria da Ilustrada. O espaço funciona ao mesmo tempo como índice e como instrumento de divulgação dos diferentes cadernos.

A capa também apresenta uma maior diversidade tipográfica. A manchete política em grandes caracteres, as chamadas menores, os títulos em itálico das colunas e as marcas próprias de suplementos como Folhetim e Ilustrada criam diferenciações entre tipos de conteúdo e formas de leitura. Enquanto a capa de 1960 organizava sua hierarquia, sobretudo pela dimensão das manchetes e pela divisão rígida das colunas, a edição de 1981 combina tamanho, posição, tipografia e imagem para orientar o percurso do leitor.

No alto da página, a identificação de Boris Casoy como “Editor Responsável” torna visível uma função que não aparecia da mesma maneira nas edições analisadas de 1960. A indicação parece sinalizar uma maior exposição da estrutura profissional do jornal e dialoga com a valorização das autorias observada em suas páginas. Manchete, fotografia, chamadas e colunas passam a desempenhar funções visuais mais diferenciadas, permitindo que o leitor reconheça com maior rapidez o conteúdo principal e os diferentes caminhos oferecidos pela edição.

No interior da edição, a transformação torna-se ainda mais perceptível. O jornal distribuía seus conteúdos entre Exterior, Local/Educação, Economia, Ilustrada, Folhetim e Folhinha. Embora a publicação dominical de 1960 já apresentasse uma ampliação do número de cadernos, em 1981 essas divisões aparecem de maneira mais regular e identificável. Cada área possuía um título próprio e oferecia ao leitor um percurso relativamente previsível entre

política nacional, acontecimentos internacionais, questões urbanas, economia, cultura e conteúdos destinados ao público infantil.

A organização interna procurava diferenciar os conteúdos segundo sua natureza, seu público e sua função dentro da edição. A segmentação conferia maior autonomia às áreas do jornal e permitia que cada uma desenvolvesse formas próprias de apresentação. O Primeiro Caderno se iniciava com a seção Opinião, na qual apareciam espaços como Tendências e Debates e Painel do Leitor. Abaixo do primeiro título, o jornal explicitava a diretriz que afirmava orientar a seleção dos artigos assinados:

Os artigos publicados com a assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.²⁹

A declaração procurava separar a posição institucional do periódico das opiniões expressas por seus colaboradores. Ao mesmo tempo, apresentava a *Folha* como espaço aberto à circulação de perspectivas distintas, atribuindo à pluralidade um lugar central na identidade editorial que o jornal buscava construir. Na edição inaugural, a opinião política da empresa concentrava-se principalmente nos editoriais, enquanto as demais colunas assinadas estavam ligadas, sobretudo à vida social e às variedades. Em 1981, a interpretação se distribuía por diferentes áreas da publicação: artigos de colaboradores, colunas especializadas, manifestações de leitores e textos de jornalistas identificados ampliavam a presença da autoria no interior do jornal. A impessoalidade não desaparecia, mas deixava de constituir a forma predominante de apresentação de todos os conteúdos.

Após a seção Opinião, o noticiário nacional era organizado sob uma identificação própria. A separação entre Nacional e Local/Educação também revela a maior especialização da edição. Os acontecimentos de alcance nacional já não se confundiam com os assuntos cotidianos da cidade de São Paulo, embora ambos permanecessem no interior de um jornal cuja origem e principal mercado leitor era paulista. Essa distinção permitia à *Folha* conservar o vínculo com o espaço urbano de São Paulo e, simultaneamente, sustentar a pretensão de intervir nos debates de alcance nacional, dialogando com o slogan “Um jornal a serviço do Brasil”, preservado no cabeçalho desde a unificação de 1960.

Entre as seções Nacional e Local/Educação situava-se a editoria de Exterior. Sua presença como divisão autônoma é particularmente significativa para esta pesquisa, pois

²⁹FOLHA de S. Paulo. Tendências e Debates. São Paulo, 4 jan. 1981, 1º Caderno, p. 3.

evidência que o noticiário internacional já não era apresentado apenas como um agrupamento de informações provenientes de outros países. Ele passava a constituir uma área especializada, com organização própria, profissionais identificados e diferentes modalidades de texto.

Figura 6 - Página da editoria de Exterior da edição de 4 de janeiro de 1981

9 — 1.º caderno — EXTERIOR

FOLHA DE S. PAULO

Domingo, 4 de janeiro de 1981

Miséria explica violência na América Central

Mauro Santayana, de Madri

Os guerrilheiros guatemaltecos editam dois boletins de campanha. Um tem o título de "Erguendo" e o outro se chama "Sustentando". A América Central tem sido sempre o fogo e a sede, oposição dialética entre a violência e a esperança. Os Maías, senhores daquelas terras abertas no meio do dos oceanos, sob os montes vulcânicos e em cima de solo instável, venceram os deuses, para enfrentar-lhes a ira, e se uniam na fraternidade. Depois vieram os espanhóis, impuseram-lhes fronteiras, instituíram estados, violando-lhes o destino.

Hoje, neste começo de ano, a América Central é o epicentro do terremoto na América — e só os tolos não o percebem. O sangue se misturará às cinzas vulcânicas, formando terríveis argamassas de futuro.

OPosição anuncia nova greve em El Salvador

SAN SALVADOR — A Frente Democrática Revolucionária, que reúne a oposição salvadorenha, anunciou ontem à noite que convocará uma greve geral em apoio à futura ofensiva guerrilheira contra o regime.

Em outro comunicado divulgado pouco antes, a FDR anunciou que o seu novo presidente é o doutor Guillermo Ungo, que já foi membro da Junta de Governo em 1979, durante a fase anterior.

prestígio e importância nos setores democráticos do país". Ele substitui Enrique Álvarez, um dos sete dirigentes políticos que integraram a FDR sequestrados e assassinados em novembro, segundo as denúncias, por tropas do governo.

A Frente divulgou uma carta a Duarte em que o acusa de colocar seus objetivos pessoais à frente do bem-estar nacional.

"Não é possível repousar sobre os laços

PASSADO

Não se pode entender o presente sem as informações do passado. Na Guatemala, por exemplo, o centro do antigo Império Maia, sobreviveu inspiradora lenda: o "quepetz", seu pássaro sagrado, tem as penas do peito vermelhas, que dizem tingidas do sangue de Ytzuun Uruu, chefe guerreiro assassinado pelos es-

Papel da China no cenário mundial foi marcante em 80

Gerardo Mello Mourão, de Pequim

"Este será um ano fértil de acontecimentos" — declarava nos primeiros dias de 80 o sr. Deng Xiaoping, colocado, de mesmo, no centro desses acontecimentos, como o estadista maior e o dirigente vital da nova China. É em sua edição de primeiro de janeiro, definido os rumos da China pelo Mao, o "Renmin Ribao" (O), órgão oficial do Partido Comunista anunciava como "radiantes e promissoras" as perspectivas do país em 1980, que denominava de "ano do ciclo de equilíbrio nacional". Dentro dessas previsões, quais terão sido os mais importantes entre os acontecimentos anunciados pelo sr. Deng Xiaoping, ao longo da última etapa preparatória neste país, que tem, aliás, seu próprio calendário?

1 — Presença mundial da China — O acontecimento capital para a vida do país foi o papel que a República Popular da China assumiu no cenário internacional, tornando-se, apesar de suas ostensivas deficiências econômicas e militares, no verdadeiro epicentro da política mundial. Como os discursos das contradições de Mao Tse-tung, em que um país, justamente por ser o mais fraco, acaba sendo o mais forte. Pequim, na opinião de Wily Brandt e de Kissinger, de Brezhnev e de Tito, e até dos nossos franceses de prospecta e de centros universitários de sociologia nos Estados Unidos, como dos professores Bouling e Simons na Inglaterra, transformou-se no plebiscito da paz e da guerra. Sem falar na escala de poder das potências europeias, todas elas — políticas apenas nostálgicas — de uma grandiosa militância que é uma glória do passado, cubra-

Senador dos EUA realiza visita a Pequim e Taipé

PRQUIM — Numa aparente atitude de endurecimento em relação à China, o vice-líder da maioria republicana no Senado, Theodore Stevens, irá a Pequim amanhã, depois de concluir suas atuais conversações em Pequim.

Stevens chegou ontem à China, na primeira visita de um político republicano do alto escalão ao país desde a eleição de Ronald Reagan, em novembro, mas ainda não ficou claro se ele tem condições de fazer em nome do futuro presidente.

A promessa feita por Reagan durante a sua campanha de dar um status maior ao relacionamento com Pequim parece não ocorrer, cortará relações com a BUA. Desde então, os republicanos tentaram evitar o assunto.

Stevens viajou à China juntamente com Anna Chan Chenail, nascida no país e viva do general norte-americano Claire Chenail, que comandou o esquadrão "Tigre Verde" da Força Aérea na China durante a Segunda Guerra Mundial. Ela também irá a Pequim, cujo governo sempre afirmou ardorosamente.

Fonte: Folha de S. Paulo (1981)

A autonomia adquirida pela cobertura internacional torna-se visível já no cabeçalho da página, identificada como parte da editoria de Exterior. Diferentemente da edição de 1960, na qual os acontecimentos estrangeiros eram reunidos sem uma marca editorial próprios, em 1981 o leitor encontrava uma seção claramente nomeada e reconhecível dentro da estrutura do primeiro caderno.

A página também confere visibilidade às autorias. O artigo "Miséria explica violência na América Central", assinado por Mauro Santayana e enviado de Madri, divide espaço com "Papel da China no cenário mundial foi marcante em 80", de Gerardo Mello Mourão, escrito de Pequim. A indicação do nome e do local de produção atribui autoridade aos textos e evidencia a presença de vozes jornalísticas identificadas, em contraste com a predominância dos despachos impessoais observada vinte anos antes.

A autoria não é a única diferença, a organização da página aproxima textos distintos em torno de dois grandes núcleos. À esquerda, a situação da América Central é apresentada por meio de uma análise sobre as raízes da violência, de uma reportagem sobre a oposição salvadorenha e de uma fotografia de forte impacto. À direita, diferentes matérias tratam da

China, de sua posição internacional e das relações mantidas com os Estados Unidos. A editoria procura oferecer ao leitor conjuntos temáticos capazes de associar acontecimentos, contexto e interpretação.

A página revela, ainda, a convivência entre diferentes modalidades de produção jornalística. Artigos autorais e analíticos aparecem ao lado de matérias mais breves, ligadas ao fluxo cotidiano de informações internacionais. As agências não desapareceram, mas deixaram de sustentar unicamente a seção. A editoria passou a combinar despachos, correspondência, análise e recursos iconográficos, ampliando as formas pelas quais os acontecimentos estrangeiros eram apresentados e interpretados.

A especialização observada na editoria de Exterior integrava uma reorganização mais ampla da edição, visível também na transformação do antigo caderno de variedades. Em 1960, esse espaço reunia vida social, pautas femininas, entretenimento, turismo, rádio, televisão e pequenas notas de conteúdo diverso. Em 1981, parte desses assuntos havia sido reorganizada na Ilustrada, caderno diário dedicado à cultura, ao entretenimento e às sociabilidades urbanas.

A vida social paulistana não desapareceu, mas deixou de concentrar quase sozinha o perfil do caderno. Ao lado das colunas sobre os círculos da elite, a Ilustrada apresentava páginas dedicadas à literatura, ao cinema, ao teatro, à televisão, à música e às artes visuais. Resenhas, entrevistas, críticas, notícias sobre lançamentos e cobertura de premiações nacionais e internacionais ampliavam o repertório oferecido ao leitor. Fotografias, ilustrações e anúncios publicitários também ocupavam espaço expressivo, conferindo ao caderno uma linguagem visual mais aberta do que a encontrada nas seções políticas e econômicas.

A mudança pode ser percebida na permanência de Tavares de Miranda. Em 1960, sua coluna *Reportagem* reunia breves registros sobre casamentos, recepções, famílias tradicionais e eventos diplomáticos. Duas décadas depois, o colunista ocupava um espaço mais amplo, no qual as informações sociais apareciam combinadas a referências à política, à economia e aos bastidores dos círculos de poder. Sua trajetória evidencia que a modernização editorial não ocorreu pela simples eliminação de formatos anteriores, mas por sua reformulação dentro de uma estrutura mais segmentada.

Também as pautas destinadas ao público feminino foram reorganizadas. O antigo caderno Mulher e Lar, marcado por conteúdos de moda, culinária, cuidados domésticos e criação dos filhos, já não aparecia como unidade autônoma. Esses assuntos continuavam presentes nas páginas e nos anúncios, mas passaram a dividir espaço com discussões como

aquelas reunidas na coluna Feminismo, revelando a incorporação de debates que ganhavam projeção social e política naquele momento.

A Ilustrada exemplifica, assim, um movimento que atravessava toda a publicação: a criação de identidades editoriais mais definidas, a valorização das assinaturas e o uso mais intencional dos recursos visuais. Ao mesmo tempo, a diversificação dos conteúdos permitia à *Folha* dialogar com setores urbanos, jovens, universitários e intelectualizados, sem romper completamente com os públicos e repertórios já consolidados nas décadas anteriores.

A comparação entre as edições de 1960 e 1981 mostra que a transformação da *Folha de S. Paulo* foi além da renovação gráfica. A maior segmentação dos cadernos, a identificação das editorias, a valorização das assinaturas e a integração mais intencional entre texto e imagem alteraram também as formas pelas quais os acontecimentos eram dispostos ao leitor.

No caso do noticiário internacional, essas diferenças, contudo, remetem também às condições materiais de produção da notícia, à circulação internacional das informações e às relações estabelecidas entre jornais brasileiros, agências estrangeiras e correspondentes. Para compreender de que maneira a *Folha* passou de uma cobertura predominantemente apoiada em despachos externos para um noticiário mais autoral e interpretativo, vamos examinar o mercado internacional de notícias no qual o periódico estava inserido e os limites que esse sistema impunha à representação da América Latina.

1.2 - As agências internacionais de notícias

Como este trabalho se concentra nas discussões sobre a América Latina, a editoria de Exterior da *Folha de S. Paulo* assume um papel central, pois reúne as matérias dedicadas à política, à economia e aos conflitos ocorridos no continente. Uma parcela significativa desse noticiário, contudo, não era produzida diretamente pelos jornalistas do periódico, mas chegava à redação por meio de agências internacionais de notícias. O funcionamento dessas empresas é parte das condições em que os acontecimentos latino-americanos eram selecionados, organizados e apresentados aos leitores brasileiros.

As agências constituíam uma das estruturas que sustentavam a circulação internacional das notícias. Elas tornavam possível a cobertura cotidiana de acontecimentos distantes, frequentemente fora do alcance dos repórteres dos jornais assinantes, ao mesmo

tempo em que submetiam esse fluxo a critérios de seleção e hierarquização definidos em seus centros de operação.

Mas a dependência desses serviços não eliminava a intervenção das redações nacionais. Como veremos, os telegramas recebidos pela *Folha* eram selecionados, reescritos, combinados e reorganizados pelos jornalistas antes de sua publicação. Por isso, esse sistema impunha limites ao jornal, mas também deixava espaço para a reelaboração das informações recebidas.

A formação das agências remonta ao contexto europeu do século XIX, quando transformações técnicas e econômicas alteraram profundamente os modos de produção e circulação da palavra impressa. Com a expansão da imprensa comercial, o crescimento da publicidade e a ampliação do público leitor, os jornais passaram a responder de maneira mais direta às exigências do mercado e ao ritmo do consumo de massas. A notícia passava a ser a matéria-prima de um produto vendido diariamente nas bancas ou entregue aos assinantes.

Ao mesmo tempo, ampliava-se o mundo que os periódicos pretendiam acompanhar. O crescimento do comércio internacional, os processos de independência no continente americano, as mudanças políticas ocorridas na Europa e a intensificação dos fluxos migratórios criavam uma demanda crescente por informações provenientes de lugares cada vez mais distantes. As redações, porém, não dispunham de recursos para manter repórteres em todos os territórios considerados relevantes nem podiam apurar diretamente cada acontecimento. Como fornecer, então, um fluxo contínuo de notícias internacionais em uma imprensa que passava a operar em ritmo cada vez mais acelerado?

A resposta a esse problema não surgiu de forma repentina. Antes da criação das agências, redes privadas e informais já faziam circular informações comerciais, políticas e diplomáticas. Entre elas estavam as cartas e boletins mercantis dos séculos XVI e XVII, os cafés londrinos do século XVIII e os circuitos coloniais de correspondência. As agências marcaram, contudo, uma inflexão importante ao transformar essas práticas dispersas em uma atividade profissional, centralizada e voltada à distribuição regular de notícias para diferentes clientes.³⁰

³⁰A análise sobre o surgimento das agências internacionais de notícias e sua atuação na América Latina fundamenta-se primordialmente na tese de Aguiar (2018), que realiza um mapeamento de 110 agências estatais do Sul Global. O autor examina dimensões estruturais - redes institucionais, redes de correspondentes e vínculos estatais - para demonstrar que a discrepância centro-periferia na Comunicação reside, fundamentalmente, na circulação da informação. A tese destaca a dependência informativa das periferias globais em relação às agências transnacionais do Norte, herdeiras de uma ordem moldada pela colonialidade. Para esta pesquisa, tal referencial foi indispensável para compreender a centralidade das agências hegemônicas e os desafios de autonomia informativa na América Latina. Ver: AGUIAR, Pedro. *Agências de Notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e*

A primeira empresa geralmente reconhecida como uma agência moderna foi fundada por Charles-Louis Havas, em Paris, em 1835. Nas décadas seguintes, surgiram a Associated Press, em Nova York, em 1846; a Wolff, em Berlim, em 1849; e a Reuters, em Londres, em 1851. A localização dessas empresas não era fortuita. Todas estavam sediadas em cidades que concentravam poder econômico, político e financeiro e se beneficiavam da expansão das ferrovias, do telégrafo elétrico e da imprensa de grande circulação. Sua consolidação acompanhou, portanto, o fortalecimento dos centros que organizavam parte significativa dos fluxos comerciais e informacionais do século XIX.

Pedro Aguiar identifica no modelo desenvolvido pela Havas alguns dos elementos que se tornariam característicos das agências modernas: a manutenção de uma rede própria de correspondentes; o aproveitamento e a tradução de informações produzidas por terceiros; a distribuição contínua e simultânea de conteúdo; e a atuação voltada a clientes institucionais, como jornais, investidores e órgãos governamentais, em vez de diretamente ao público leitor. A tradução ocupava nesse sistema uma função decisiva, pois permitia converter informações produzidas em diferentes línguas em um material padronizado, capaz de circular rapidamente por vários mercados.³¹

A esses elementos somava-se a relação próxima com os Estados. Assinaturas governamentais, acesso privilegiado a informações oficiais e acordos de cooperação contribuíram para o crescimento dessas empresas e para a expansão de suas redes. Desde suas origens, portanto, o funcionamento das agências se articulava também aos interesses diplomáticos, financeiros e estratégicos dos países em que estavam sediadas. A circulação das notícias passava a se organizar como uma malha de escritórios e correspondentes conectados a centros responsáveis por receber, traduzir, selecionar e redistribuir as informações.

Do outro lado do Atlântico, o desenvolvimento da imprensa nos Estados Unidos também contribuiu para consolidar o modelo das agências. Ao longo da primeira metade do século XIX, a chamada *pennypress* ampliou o público leitor ao reduzir o preço dos jornais e intensificou a concorrência entre os periódicos. A busca por notícias recentes, capazes de atrair compradores diariamente, aumentava a pressão sobre as redações, sobretudo quando se tratava de acontecimentos ocorridos fora das cidades em que os jornais eram produzidos.³²

circulação da informação nas periferias do sistema-mundo. 2018. 667 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p. 45.

³¹AGUIAR, 2018, p.58.

³²AGUIAR, 2018, p.60.

A competição, contudo, encontrava limites nos elevados custos da cobertura de longa distância. Manter repórteres, mensageiros e linhas próprias de transmissão nem sempre era viável, especialmente quando vários jornais buscavam acompanhar os mesmos acontecimentos. Em resposta a esse problema, alguns periódicos passaram a dividir despesas e informações. A cooperação não eliminava a concorrência entre eles, mas introduzia uma forma de racionalizar os custos da coleta de notícias.

Esse modelo ganhou força durante a Guerra Mexicano-Americana, entre 1846 e 1848, quando a demanda por informações rápidas sobre o conflito levou jornais de Nova York a organizar um serviço conjunto de transmissão. As notícias eram transportadas da frente de batalha até as estações telegráficas e, depois, encaminhadas aos periódicos participantes. Nesse contexto, formou-se a Associated Press of New York, uma cooperativa de jornais que passou a compartilhar os custos da apuração e o material produzido por seus repórteres. O sistema privilegiava a exclusividade de uma informação, a rapidez e sua distribuição simultânea entre os associados.³³

A Associated Press apresentava uma estrutura distinta daquela desenvolvida pela Havas, mas respondia a uma necessidade semelhante: transformar a obtenção de notícias distantes em uma atividade regular e economicamente sustentável. Enquanto a agência francesa organizava-se como empresa fornecedora de conteúdo para diferentes clientes, a AP nasceu da associação entre jornais interessados em dividir os gastos da cobertura. Em ambos os casos, a notícia passava a ser produzida dentro de uma cadeia especializada, separada, ao menos parcialmente, da redação que a publicaria.

Aguiar explica que as condições técnicas do período também influenciaram a forma assumida por esse material. O telégrafo permitia que informações percorressem grandes distâncias em um intervalo reduzido, mas seu uso envolvia custos e limitações. As mensagens precisavam ser transmitidas com clareza e economia de palavras, sobretudo quando as linhas eram instáveis ou cobradas de acordo com a extensão do texto. Nesse ambiente, ganharam importância formas de redação mais concisas, que apresentavam inicialmente os elementos considerados essenciais e deixavam os detalhes complementares para os parágrafos seguintes.

A relação entre o telégrafo e a consolidação da lide ou da pirâmide invertida, entretanto, não deve ser entendida como uma causalidade exclusivamente tecnológica. Essas formas também respondiam às necessidades comerciais das agências, à circulação de um mesmo texto entre jornais diferentes e à progressiva padronização do trabalho jornalístico.

³³AGUIAR, 2018, p. 65.

Uma notícia organizada de maneira direta podia ser transmitida mais rapidamente, reduzida pelos editores sem perder seus elementos iniciais e aproveitada por clientes com orientações políticas diversas.³⁴

No caso da Associated Press, a distribuição de conteúdo para periódicos que não compartilhavam necessariamente as mesmas posições reforçou a busca por uma escrita apresentada como factual e imparcial. A chamada objetividade assumia, assim, uma dimensão pragmática: ao evitar comentários explícitos e adotar uma linguagem mais impessoal, a agência ampliava as possibilidades de utilização do mesmo despacho por vários clientes. O texto deveria parecer suficientemente neutro para ser incorporado a jornais com públicos e linhas editoriais distintas.

Essa neutralidade, contudo, não eliminava as escolhas envolvidas na produção da notícia. A definição do acontecimento que mereceria ser transmitido, a seleção das fontes, a ordem em que as informações eram apresentadas e a decisão sobre aquilo que poderia ser omitido permaneciam operações de valor. Mesmo quando escrita segundo procedimentos formais de concisão e impessoalidade, a notícia carregava critérios de relevância e enquadramento. A objetividade não eliminava a mediação, mas a organizava para torná-la menos visível.

A eficácia desse modelo fez com que as agências se tornassem fontes indispensáveis para a cobertura internacional. Já em meados do século XIX, os jornais dependiam de seus serviços para acompanhar acontecimentos que não poderiam apurar diretamente. Em poucas décadas, empresas sediadas em Paris, Londres, Berlim e Nova York passaram a coordenar grande parte dos fluxos internacionais de notícias, recolhendo informações em diferentes regiões, encaminhando-as aos centros de operação e, depois, redistribuindo-as aos assinantes.³⁵

O alcance dessas redes ultrapassava o mercado jornalístico. Bancos, bolsas de valores, seguradoras, representações diplomáticas, forças militares e órgãos governamentais também dependiam da circulação rápida de informações. Pedro Aguiar chama atenção para a articulação entre imprensa, capital financeiro e Estado na sustentação do modelo das agências. Embora os jornais fossem seus clientes mais visíveis, o funcionamento dessas empresas estava igualmente ligado às necessidades econômicas e estratégicas dos centros em que se desenvolveram.

³⁴AGUIAR, 2018, p.70.

³⁵*Ibid.*, p. 71.

Essa estrutura produzia uma circulação desigual. As informações captadas em diferentes partes do mundo convergiam para as sedes das grandes agências, onde eram selecionadas, traduzidas, hierarquizadas e ajustadas aos padrões profissionais e culturais dessas empresas. Só então voltavam a circular em direção aos jornais assinantes. O trajeto nem sempre obedecia à proximidade geográfica entre o acontecimento e o público interessado: uma notícia produzida em um país latino-americano podia passar por um centro europeu ou norte-americano antes de chegar a outro país da própria região.

A centralização tinha também conseqüências editoriais: conferia a um grupo restrito de empresas a capacidade de determinar quais acontecimentos atravessariam as fronteiras, quais receberiam destaque e de que maneira seriam inicialmente apresentados. Ao tornar possível a cobertura cotidiana do mundo, as agências também participavam da construção das hierarquias que organizavam esse mundo nas páginas dos jornais.

No caso da América Latina, antes que se consolidassem estruturas regionais capazes de disputar o mercado internacional de notícias, seus países já estavam integrados às redes organizadas pelas grandes empresas europeias. A expansão dessas agências não eliminou iniciativas locais, mas estabeleceu condições de concorrência difíceis para organizações que dispunham de menor infraestrutura técnica, financeira e diplomática.

A instalação do cabo telegráfico transatlântico sul, em 1874, marcou um momento importante desse processo. A conexão passou a integrar a América do Sul de maneira mais regular ao sistema internacional de transmissão, inicialmente por meio da atuação conjunta da Havas e da Reuters. Com a retirada da agência britânica da parceria, em 1876, a Havas ampliou sua presença na captação e na distribuição de notícias no continente, ocupando uma posição privilegiada no fornecimento de informações aos jornais da região.³⁶

Isso não significa que a América Latina tenha permanecido passiva diante do avanço das empresas estrangeiras. Pedro Aguiar recupera experiências que demonstram a existência de tentativas precoces de organizar serviços próprios de informação. Entre elas estava o *Asiento Mexicano de Noticias Importantes al Público*, criado no México em 1803. No Brasil, a *Agência Americana Telegráfica*, fundada em 1874, chegou a distribuir conteúdo fornecidos pela associação entre Havas e Reuters para clientes brasileiros e portugueses, embora suas atividades tenham sido encerradas no ano seguinte. Mais tarde, em 1900, a *Agência Noticiosa Saporiti*, na Argentina, representaria outra iniciativa regional.

³⁶AGUIAR, 2018, p.293.

Essas experiências, contudo, não foram suficientes para modificar a posição dominante das grandes agências europeias. A vantagem acumulada pelas empresas estrangeiras reunia recursos técnicos, redes internacionais de correspondentes, acesso às linhas telegráficas, relações com governos e capacidade de fornecer um fluxo de notícias. A dependência informacional latino-americana resultava, sobretudo, da desigualdade existente entre empresas inseridas em posições muito distintas no sistema mundial de comunicação.

A Primeira Guerra Mundial tornou mais visível o caráter político dessa estrutura. A cobertura produzida pelas agências europeias refletia, em diferentes graus, os interesses dos países envolvidos no conflito, despertando desconfiança entre jornais latino-americanos que dependiam de seus serviços. O momento abriu espaço para a entrada da United Press na região, em 1914. Por não integrar o antigo cartel europeu de agências, a empresa norte-americana apresentou-se como uma alternativa ao predomínio de *Havas*, *Reuters* e *Wolff*.

Durante a guerra, surgiu também a *Prensa Asociada*, uma experiência cooperativa que reuniu jornais de diferentes países latino-americanos, entre eles o *Jornal do Brasil*, o argentino *La Nación* e o chileno *El Mercurio*. A iniciativa contou com apoio do governo alemão e procurava oferecer um circuito alternativo às agências ligadas aos países adversários. Encerrado o conflito, porém, a rede foi incorporada à estrutura da *Associated Press*, que ampliou sua atuação no continente e fortaleceu a presença das empresas norte-americanas no mercado regional.

Ao longo do século XX, a disputa pela circulação das notícias na América Latina passou a envolver também projetos políticos distintos. A Revolução Cubana de 1959 abriu um novo momento nesse processo. Diante daquilo que o governo revolucionário identificava como uma cobertura hostil produzida pelas agências europeias e norte-americanas, foi criada a *Prensa Latina*, agência estatal voltada à divulgação de informações sobre Cuba e outros países do continente a partir de uma perspectiva vinculada ao projeto revolucionário.³⁷

A *Prensa Latina* procurava se apresentar como alternativa ao fluxo informativo comandado pelo Norte global, mas sua proposta de contrainformação também assumia de maneira explícita um posicionamento político. Sua existência mostra que as críticas às grandes agências envolviam a capacidade de produzir interpretações sobre os acontecimentos latino-americanos e de definir sua visibilidade internacional.

Durante as décadas marcadas pelas ditaduras militares, as agências internacionais continuaram a desempenhar um papel central na circulação das informações. A *United Press*

³⁷AGUIAR, 2018, p. 295.

International ampliou sua presença no continente e, em alguns mercados, superou a *Associated Press*. Ao mesmo tempo, mantinham atuação relevante a francesa *AFP*, a britânica *Reuters* e, posteriormente, a espanhola *EFE*. A pluralidade de fornecedores não eliminava, contudo, a concentração do mercado em empresas sediadas fora da região.

Foi nesse contexto que ganhou força a crítica à chamada ordem desigual da informação. O conceito procurava demonstrar que a circulação mundial das notícias se organizava a partir de poucos centros, responsáveis por selecionar, processar e redistribuir os acontecimentos produzidos nas periferias. A América Latina aparecia frequentemente nos fluxos internacionais como objeto da notícia, mas possuía menor capacidade de determinar os critérios pelos quais seus acontecimentos seriam narrados e apresentados a outros públicos.³⁸

As críticas à dependência estimularam novas tentativas de articulação entre países e agências do Sul global. O Movimento Não Alinhado de Agências de Notícias reuniu iniciativas estatais de diferentes continentes e contou, na América Latina, com a participação de organizações como a Notimex, do México, a Andina, do Peru, e a própria Prensa Latina. Também surgiram redes regionais, como a Acción de Sistemas Informativos Nacionales e a ALASEI, que buscaram ampliar a circulação de reportagens produzidas a partir das realidades latino-americanas.

Esses projetos apresentavam diferenças de organização, alcance e orientação política, mas compartilhavam a preocupação de reduzir a dependência das grandes empresas euro-americanas. Seus resultados foram limitados diante da infraestrutura e da presença comercial acumuladas pelas agências internacionais. Ainda assim, revelam que a circulação das notícias nunca ocorreu sem disputas. A posição ocupada pela América Latina no sistema informativo foi constantemente questionada por iniciativas que procuraram construir outros canais de produção e intercâmbio.

No Brasil, os grandes conglomerados jornalísticos também criaram serviços próprios de distribuição de informação, como a *Agência JB*, a *Agência Estado* e a *Agência O Globo*. Essas empresas, entretanto, não desempenhavam exatamente a mesma função das redes internacionais. Em muitos casos, comercializavam textos, fotografias e materiais inicialmente produzidos para os veículos dos grupos aos quais pertenciam, transformando o conteúdo jornalístico em fonte adicional de receita e ampliando sua circulação entre outros periódicos. Por essa razão, convém distingui-las das agências que mantinham redes internacionais de coleta e transmissão contínua de notícias.

³⁸AGUIAR, 2018, p. 297.

Na América Latina, dependência estrutural e tentativas de construção de alternativas regionais marcaram a trajetória das agências. Apesar da criação de organizações próprias e de redes de cooperação, as empresas europeias e norte-americanas conservaram uma posição predominante durante grande parte do século XX. Era por meio delas que boa parte dos jornais brasileiros acompanhava diariamente acontecimentos ocorridos em toda parte do mundo, inclusive nos países vizinhos.

Uma notícia produzida na América Central, nos Andes ou no Cone Sul podia ser recolhida por uma agência estrangeira, encaminhada a um centro de edição localizado fora da região e, somente depois, transmitida às redações brasileiras. O percurso contribuía para submeter acontecimentos próximos a critérios de relevância e formas de interpretação definidos em outros centros. Ao mesmo tempo, o material recebido ainda passava por novas escolhas no interior dos jornais assinantes.

Na *Folha de S. Paulo*, esse sistema tomava forma no modo como os telegramas chegavam à seção de Exterior e de que maneira eram transformados em notícias pelos profissionais. Se essas empresas estruturavam o fluxo disponível, cabia à redação decidir quais despachos seriam publicados, como seriam reescritos, que títulos receberiam e com quais outros textos dividiriam a página.

Na década de 1960, quando o jornal paulista ainda estruturava sua cobertura internacional com uma equipe reduzida, a editoria de Exterior recorria principalmente aos serviços da *United Press International*, da *Agence France-Presse* e da *Associated Press*. Segundo o relato de João Batista Natali, os despachos chegavam às redações brasileiras já traduzidos para o português pelas sucursais mantidas pelas agências no país. A rapidez exigida pela transmissão, contudo, resultava com frequência em textos prolixos, redundantes e escritos em um português que o jornalista descreve como “sofrível”.³⁹

O material recebido, antes de ser publicado, passava por um trabalho de edição conhecido na linguagem das redações como “pentear” o texto. Natali conta que expressões consideradas desnecessárias eram riscadas, termos imprecisos eram substituídos e a pontuação e a acentuação eram acrescentadas aos telegramas, que chegavam impressos apenas em letras maiúsculas. Cabia também ao jornalista reconstruir a lide (a introdução da notícia) e reorganizar as informações segundo os padrões adotados pelo periódico.⁴⁰

³⁹NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, p.84.

⁴⁰*Ibid.*

Em muitos casos, uma única notícia era composta pela combinação de diferentes telegramas. O redator selecionava trechos, eliminava repetições e reunia informações dispersas em uma nova lauda. O procedimento assumia um caráter quase artesanal: o material das agências fornecia a base informativa, mas sua forma final resultava de sucessivas intervenções realizadas no interior da redação. Embora dependesse desse fluxo externo, a *Folha* participava ativamente da transformação dos despachos em um produto próprio.

O papel da redação também era decidir quais telegramas seriam aproveitados, que informações abririam a matéria, quais poderiam ser suprimidas e como o texto seria relacionado aos demais conteúdos da página. A escolha do título, a extensão concedida à notícia, sua posição e a eventual associação com fotografias, artigos ou outros despachos interferiam diretamente no sentido oferecido ao leitor. Entre o acontecimento e sua publicação, existiam, portanto, diferentes níveis de mediação: a coleta realizada pela agência, o tratamento recebido em suas sucursais e a reelaboração promovida pelo jornal assinante.

O testemunho de Natali é compreendido como uma reconstrução memorialística das rotinas de trabalho. Produzido posteriormente por um profissional que participou desse processo, ele não oferece uma descrição neutra ou completa da editoria. Ainda assim, os detalhes sobre o funcionamento do teletipo, a tradução dos despachos e o trabalho cotidiano dos redatores ajudam a compreender práticas que dificilmente seriam percebidas apenas pela leitura das páginas publicadas. Confrontado com as indicações de procedência, as assinaturas das agências e a própria organização do jornal, o relato permite aproximar-se das condições materiais em que o noticiário internacional era produzido.

No início da década de 1980, o mercado das informações internacionais atravessava uma nova fase de concorrência. As agências buscavam aperfeiçoar seus serviços para atender às exigências de redações que exigiam velocidade nos despachos, mas também maior precisão e contextualização. Natali identifica a Reuters como uma das empresas que assumiram a dianteira nesse processo, oferecendo um serviço telegráfico considerado mais cuidadoso e ágil.⁴¹

Entre as inovações citadas está a correção quase imediata de qualquer erro que pudesse ter cometido; o hábito de “soltar” uma notícia rapidamente, com a promessa de reenvio de uma versão mais completa depois; e a inclusão, nos seus telegramas, de pequenos resumos factuais e históricos, além de maior contextualização, o que ajudava o jornalista a situar o leitor. Se o despacho noticiava tensões entre a Nicarágua e El Salvador, por exemplo,

⁴¹ NATALI, 2016, p. 92.

a agência recordava incidentes de fronteira ocorridos nas semanas anteriores, fornecendo uma base de dados imediata para a redação.

A *Associated Press* também procurou adaptar seus serviços a esse novo padrão, enquanto a UPI perdeu progressivamente espaço em algumas redações. A melhoria técnica, porém, não alterava inteiramente a estrutura centralizada do sistema. Os conteúdos transmitidos continuavam submetidos às prioridades estabelecidas pelas sedes das agências e às necessidades de seus principais mercados. A ampliação da rapidez e da qualidade dos telegramas não significava que o fluxo passasse a responder de maneira equilibrada aos interesses de todos os países assinantes.

Uma lembrança de Natali sobre a Guerra das Malvinas torna esse limite particularmente visível. O jornalista narra, com ironia, a ansiedade de aguardar um despacho urgente sobre a Guerra das Malvinas - conflito entre Argentina e Reino Unido pelo controle do arquipélago localizado na América do Sul. Sem se afastar do teletipo, esperava a chegada de nova mensagem, apenas para “ver a máquina cuspir, durante vinte minutos eternos, resultados de um campeonato de críquete disputado entre a Austrália e a Nova Zelândia”.⁴²

Como o teletipo transmitia uma notícia por vez, os resultados do críquete ocupavam fisicamente o canal - em uma limitação estrutural desse sistema - , enquanto as informações sobre a guerra permaneciam aguardando. Para os responsáveis pelo serviço da *Reuters* em Londres, o conteúdo esportivo certamente faz parte de uma agenda relevante para parte de seus clientes. Para uma redação brasileira, contudo, a prioridade era acompanhar um conflito ocorrido na América do Sul e com implicações diretas para a região.

Essa situação mostra que o sistema não era organizado de acordo com as demandas específicas de cada assinante. O fluxo enviado ao Brasil obedecia a critérios estabelecidos fora do país e carregava consigo hierarquias culturais próprias dos centros emissores. Ainda assim, as páginas da *Folha* não refletiam necessariamente as prioridades estrangeiras. Como vimos, o material das agências era recebido, selecionado e confrontado com textos produzidos por correspondentes, articulistas e outros colaboradores.

A editoria podia combinar informações de diferentes origens, atribuir maior espaço a determinados acontecimentos ou procurar compensar as limitações do fluxo telegráfico com análises próprias. A desigualdade informativa delimitava o campo de possibilidades, mas não determinava de forma automática o resultado publicado.

⁴² NATALI, 2016, p. 91.

As agências possibilitavam à *Folha* acompanhar diariamente acontecimentos ocorridos em lugares onde o jornal não mantinha profissionais próprios, oferecendo um volume de informações que seria inviável produzir apenas com recursos internos. Ao mesmo tempo, submetiam a cobertura a um sistema centralizado, no qual a seleção inicial dos fatos, o ritmo da transmissão e parte dos enquadramentos era definido fora da redação brasileira.

Nos capítulos seguintes, a identificação das fontes utilizadas permitirá observar como se deu essa relação na cobertura da América Latina. A ampliação das assinaturas, a presença de correspondentes e a criação de formatos mais interpretativos não eliminaram a dependência das agências, mas alteraram a maneira como seus conteúdos eram incorporados ao jornal. Do encontro entre o fluxo internacional de notícias e as escolhas realizadas pela redação surgiram condições para experiências como o Dossiê-Folha.

1.3 - O Projeto *Folha* e a reestruturação da editoria de Exterior

As agências internacionais tornaram possível a manutenção de um fluxo regular de notícias estrangeiras nas páginas dos jornais brasileiros, mas a existência desses serviços não levou imediatamente à formação de equipes especializadas em política internacional. Durante muito tempo, o trabalho realizado nas editorias de Exterior esteve concentrado na seleção, tradução e reelaboração de despachos produzidos fora das redações nacionais.

João Batista Natali identifica uma mudança mais perceptível a partir da década de 1960, quando revistas como *Visão* e, posteriormente, *Veja* passaram a reunir equipes de redatores especializados em assuntos internacionais. Inspiradas em publicações estrangeiras, sobretudo na norte-americana *Time*, essas revistas investiam em textos mais extensos e contextualizados, nos quais os acontecimentos eram relacionados a processos políticos, econômicos e históricos. O modelo mostrava que a dependência das agências poderia conviver com formas mais autorais de interpretação.⁴³

Nos jornais diários, a especialização da cobertura também esteve relacionada às condições políticas impostas pela ditadura. Durante os momentos de maior censura, as páginas internacionais funcionaram, segundo Natali, como uma espécie de “válvula” pela qual o jornalismo respirava com temas proibidos na agenda interna. Ao tratar de golpes de Estado, censura, violência política ou violações de direitos humanos ocorridas em outros países, o

⁴³NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 44.

noticiário estrangeiro oferecia referências que permitiam ao leitor estabelecer relações com a realidade brasileira.⁴⁴

Nesse cenário de dependência das agências, aumento das formas interpretativas de jornalismo e abertura política, a *Folha de S. Paulo* passou a reorganizar sua estrutura editorial. O chamado Projeto Folha não correspondeu a uma mudança única e repentina, tampouco pode ser reduzido a um documento ou à atuação isolada de um diretor. Tratou-se de um processo construído ao longo de diferentes momentos, por meio de reformas que atingiram a organização da redação, a apresentação do jornal, os critérios de produção da notícia e a identidade pública que a empresa procurava construir.

Os órgãos da grande imprensa ocupavam uma dupla condição: ao mesmo tempo em que intervêm no debate político, eles funcionam como empresas submetidas às exigências do mercado. Maria Helena Capelato observa que, nesses veículos, “o público de leitores é mais um público consumidor que adepto de uma causa política”.⁴⁵ A formulação de uma identidade editorial, a seleção das opiniões publicadas e a própria reivindicação de pluralismo estavam relacionadas tanto a projetos políticos quanto à construção de um produto capaz de conquistar credibilidade, circulação e estabilidade comercial.

Essa condição ajuda a compreender por que a modernização proposta pela *Folha* articulava a defesa da abertura política à preocupação com a profissionalização da redação, a diferenciação do jornal no mercado e a aproximação com novos setores do público. A pluralidade aparecia como valor democrático e também como uma forma de ampliar o campo de interlocução do periódico, oferecendo espaço a diferentes posições sem que a empresa abrisse mão do controle sobre sua linha institucional.

Parte dessas mudanças adquiriu maior visibilidade em meados da década de 1970, quando Cláudio Abramo assumiu um papel central na reformulação da redação. Na lembrança de Alberto Dines - um dos primeiros jornalistas convidados a participar dessas mudanças -, Abramo teria mostrado a Octávio Frias de Oliveira que, “para ele ganhar mais dinheiro, precisava de influência, e para ter influência tinha que ter um bom jornal”. A afirmação relaciona diretamente a busca por prestígio jornalístico à consolidação empresarial do periódico.⁴⁶

⁴⁴ NATALI, 2016, p. 56

⁴⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p.37.

⁴⁶ NUNES, Leticia. Quando a Folha se tornou a Folha. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, ed. 336, 4 jul. 2005.

A criação da página 2, em 1975, e da seção *Tendências/Debates*, no ano seguinte, ampliou a presença de artigos assinados e de autores externos, trazendo para o interior do jornal controvérsias que ganhavam espaço no contexto da distensão política. A experiência sofreu um recuo em 1977, após a prisão de Lourenço Diaféria e o afastamento de Abramo da direção da redação, mas deixou estruturas que seriam retomadas nos anos seguintes.⁴⁷

A cronologia elaborada posteriormente pela própria empresa situa a origem do Projeto Folha nas discussões iniciadas por volta de 1974. Em “A Folha depois da campanha Diretas-Já”, de 1984, a empresa afirmava que o modelo não havia surgido pronto, mas fora progressivamente sistematizado, sobretudo em dois documentos produzidos anteriormente no âmbito do Conselho Editorial: “A Folha e alguns passos que é preciso dar”, de junho de 1981, e “A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo”, de março de 1982. Desse modo, o emprego do termo “projeto” nomeava a formulação gradual de uma “ideia de jornal”, construída em meio a experiências anteriores, disputas internas e mudanças na conjuntura política.⁴⁸

No documento de 1981, a *Folha* apresentava três elementos como fundamentais ao jornal que pretendia construir: “informação correta, interpretação competente” e “pluralidade de opiniões”. A distinção entre essas dimensões não era casual. À notícia, atribuía-se uma escrita sintética e distanciada; a interpretação deveria ser produzida por profissionais que combinassem o domínio sobre determinado assunto com o domínio da escrita jornalística; e a pluralidade apareceria por meio da publicação de artigos, entrevistas, depoimentos e textos que reproduzissem a diversidade de posições existentes na sociedade.⁴⁹

A publicação admitia, ainda, que não bastava reunir opiniões diferentes. Caso se limitasse a isso, o jornal seria apenas “um mero repositório, sem forma nem vontade”. A

⁴⁷ O “caso Diaféria” refere-se à crise entre o jornalista Lourenço Diaféria e a ditadura militar em setembro de 1977. O cronista publicou um texto na *Folha de S. Paulo* exaltando um sargento que morreu ao salvar um garoto de um poço de ariranhas no zoológico, mas comparou o heroísmo do militar ao do Duque de Caxias, patrono do Exército, gerando revolta nos generais. O texto intitulado “Herói. Morto. Nós”, trazia o seguinte trecho sobre a estátua do Duque de Caxias: “[...] O povo está cansado de espadas e cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal”. O episódio teve importantes desdobramentos: Diaféria foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e preso em 15 de setembro de 1977. Como forma de protesto, o jornal publicou um espaço em branco no lugar de sua coluna na primeira página do caderno Ilustrada. No mesmo dia, Frias recebeu uma ligação do general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar do governo Geisel, em que ameaçava fechar o jornal caso o espaço da coluna continuasse a ser publicado em branco e as críticas ao governo não cessassem. Para aplacar a pressão militar, a direção da *Folha* demitiu o então secretário de redação, Cláudio Abramo. Diaféria chegou a ser condenado a 8 meses de prisão pelo Superior Tribunal Militar em 1979, mas no ano seguinte foi absolvido pelo STF. Ver: NUNES, Leticia. Quando a Folha se tornou a Folha. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, ed. 336, 4 jul. 2005.

⁴⁸ FOLHA DE S. PAULO. A Folha depois da campanha Diretas-Já. São Paulo, 1984. In: FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial da Folha: projetos editoriais anteriores*. São Paulo, 12 mar. 2019.

⁴⁹ FOLHA DE S. PAULO. A Folha e alguns passos que é preciso dar. São Paulo, jun. 1981. In: FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial da Folha: projetos editoriais anteriores*. São Paulo, 12 mar. 2019.

pluralidade reivindicada não significava, portanto, o abandono de uma posição institucional. A *Folha* afirmava que deveria estimular controvérsias e permitir a publicação de perspectivas contrárias às suas, mas também tornar visíveis suas próprias convicções. A identidade do periódico seria formada justamente pela convivência entre a abertura do espaço opinativo e a preservação de uma linha editorial própria.⁵⁰

Essa formulação já revelava a presença do mercado na maneira como o jornal compreendia sua atividade. Ao lado da discussão interna, o documento atribuía às reações dos leitores a capacidade de “punir ou premiar o jornal”. A relação com o público aparecia como diálogo político e como mecanismo de avaliação da adequação do produto oferecido. Em 1984, o vocabulário do projeto apareceria condensado na defesa de um jornalismo “crítico, pluralista, apartidário e moderno”. O documento foi publicado depois da campanha pelas Diretas-Já, momento em que a *Folha* afirmava ter ampliado sua credibilidade e sua capacidade de interferência no debate público.

A empresa relacionava a autonomia política do jornal à sua solidez financeira, consequência de “um mandato expresso de quase 300 mil compradores de jornal, renovado a cada dia nas bancas e na não-suspensão das assinaturas, para levar esse Projeto adiante”.⁵¹ A afirmação torna particularmente visível a relação apontada por Maria Helena Capelato entre intervenção política e lógica empresarial. O leitor era convocado como participante do debate público, mas também aparecia como consumidor cuja decisão cotidiana de comprar ou abandonar o jornal funcionava como medida de avaliação do projeto editorial.

O pluralismo anunciado nos documentos não excluía a existência de um comando interno centralizado. O texto de 1981 incluía editores, subeditores, diretores de sucursais e correspondentes no exterior no chamado “núcleo dirigente” da publicação. Esses profissionais deveriam conhecer e aplicar o projeto, impedindo que interesses externos introduzissem nas páginas pretensões “hegemônicas ou excludentes”. Ao mesmo tempo que prometia abrir o jornal à diversidade de posições presentes na sociedade, a empresa procurava assegurar que as decisões tomadas nas diferentes editorias permanecessem vinculadas às diretrizes estabelecidas pela direção.⁵²

Michelle Roxo de Oliveira chama atenção para outro lado desse processo: a modernização esteve acompanhada pelo aumento do controle sobre o trabalho e pela

⁵⁰ FOLHA DE S. PAULO, ref. 49.

⁵¹ FOLHA DE S. PAULO. A Folha depois da campanha Diretas-Já. São Paulo, 1984. In: FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial da Folha: projetos editoriais anteriores*. São Paulo, 12 mar. 2019.

⁵² FOLHA DE S. PAULO. A Folha e alguns passos que é preciso dar. São Paulo, jun. 1981. In: FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial da Folha: projetos editoriais anteriores*. São Paulo, 12 mar. 2019.

padronização e das rotinas. Os manuais, avaliações e mecanismos de acompanhamento procuravam tornar as rotinas mais previsíveis e reduzir a dependência dos conhecimentos transmitidos informalmente entre os jornalistas. A reforma atingia os conteúdos publicados, a divisão, a supervisão e o ritmo do trabalho realizado na redação.⁵³

O documento de 1984 joga luz sobre isso, pois celebrava o crescimento do jornal e também reconhecia “graves problemas de estrutura jornalística”. A direção registrava a existência de serviços noticiosos precários, critérios heterogêneos, falhas no fluxo interno e ausência de orientações suficientemente uniformes para repórteres e redatores. Além disso, afirmava que parte dos profissionais cuja qualificação não correspondesse às exigências do projeto teria de ser substituída. A linguagem utilizada evidencia que a modernização era concebida também como racionalização administrativa da redação e como redefinição dos critérios de permanência e ascensão dos trabalhadores.⁵⁴

Os depoimentos posteriores identificam alguns dos agentes que participaram dessa transformação. Matinas Suzuki Jr., por exemplo, afirma que sua própria participação teria sido reduzida e atribui a condução editorial principalmente a Otavio Frias Filho, Caio Túlio Costa e Carlos Eduardo Lins e Silva. Em suas palavras, “os líderes das mudanças na área editorial” foram esses três profissionais, apontando para uma rede de jornalistas que circulou entre diferentes cadernos e funções de direção.⁵⁵

A exemplo dessa circulação, Matinas chegou à *Ilustrada* no final de 1981, levado por Caio Túlio Costa, e assumiu posteriormente a edição do caderno, enquanto o colega passou à Secretaria de Redação. A experiência mostra que a modernização envolveu a incorporação de uma geração mais jovem, parte dela formada na universidade e com passagem pela imprensa alternativa. Esses profissionais deslocaram-se entre cadernos, sucursais e cargos de chefia, participando da difusão das novas diretrizes pela estrutura do jornal.⁵⁶

O Projeto Folha combinava objetivos empresariais e editoriais atravessados por tensões. De um lado, o periódico reivindicava pluralidade, interpretação, crítica e abertura ao debate; de outro, investia na uniformização das técnicas, no controle das rotinas e na adesão das chefias a uma linha institucional claramente definida.

⁵³ OLIVEIRA, Michelle Roxo de. O projeto de reestruturação do trabalho jornalístico na Folha de S. Paulo: racionalidade e gerenciamento. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159–179, 2013.

⁵⁴ FOLHA DE S.PAULO. A Folha depois da campanha Diretas-Já. São Paulo, 1984. In: FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial da Folha: projetos editoriais anteriores*. São Paulo, 12 mar. 2019.

⁵⁵ REBINSKI, Luiz. Entrevista: Matinas Suzuki Jr. *Cândido*, Curitiba, 2016.

⁵⁶ FINOTTI, Ivan. De redator a editor-executivo, Matinas Suzuki acompanhou modernização do jornal. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 jan. 2022. Folha, 100 anos.

Essas transformações atingiram diretamente a editoria de Exterior. A valorização de correspondentes capazes de produzir análises assinadas conviveu com a ampliação e a especialização de uma equipe interna que trabalhava com agências, documentos diplomáticos, relatórios e materiais de procedências variadas. Essa estrutura distribuída de forma desigual autoria e autonomia entre correspondentes, articulistas, editores e redatores.

Na configuração descrita por João Batista Natali para o início da década de 1980, a *Folha* mantinha uma rede de correspondentes distribuída por cidades consideradas estratégicas para a cobertura internacional. Clóvis Rossi atuava em Buenos Aires; Paulo Francis, em Nova York; Cláudio Abramo, em Londres; Mauro Santayana, em Madri; Gerardo Mello Mourão, em Pequim; Osvaldo Peralva, em Tóquio; Pedro del Picchia, em Roma; e o próprio Natali, em Paris.⁵⁷ A composição da equipe também revela o investimento em profissionais cujos nomes e trajetórias conferiam autoridade à editoria de Exterior.

A posição ocupada pelos correspondentes era distinta daquela reservada aos profissionais que trabalhavam na sede do jornal. É o profissional que tinha como matéria-prima, muitas vezes, a vivência direta no local dos fatos, a articulação com fontes exclusivas e a liberdade para assinar textos de caráter autoral e opinativo. Segundo Natali, exigia-se dessa equipe textos longos, que abarcassem contextualização histórica, econômica ou estratégica dos acontecimentos. A manifestação explícita de opiniões não era apenas tolerada, mas estimulada como parte do trabalho de interpretação.

O prestígio atribuído a essa função pode ser observado também na apresentação escrita pelo jornalista Jânio de Freitas para uma coletânea de reportagens e artigos de Clóvis Rossi. Ao traçar o perfil do jornalista, Freitas afirma que “o jornalismo brasileiro nunca foi pródigo em repórteres itinerantes”. Embora os periódicos mantivessem correspondentes fixos no exterior, seriam poucos aqueles que se deslocavam continuamente para acompanhar acontecimentos em diferentes países. O trabalho de Rossi distinguia-se, portanto, pela frequência das viagens, pela necessidade de atualização permanente e pela disposição para enfrentar as dificuldades práticas de coberturas realizadas longe da redação.⁵⁸

Mais significativa para esta pesquisa é a preocupação que Freitas atribui ao jornalista em tratar os assuntos internacionais, sempre que possível, “de um ponto de vista brasileiro”. A valorização do correspondente não estava apenas em sua proximidade física aos acontecimentos. Cabia-lhe também interpretar o exterior para um público localizado no

⁵⁷ NATALI, 2016, p. 86.

⁵⁸ FREITAS, Jânio de. [Texto de apresentação]. In: ROSSI, Clóvis. *Enviado especial: 25 anos ao redor do mundo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999. p. 9-10.

Brasil, estabelecendo relações entre processos internacionais e questões consideradas relevantes para os leitores do jornal.

Na apresentação da mesma coletânea, Rossi compara o trabalho do correspondente e do enviado especial ao de um naufrago que lança ao mar uma mensagem dentro de uma garrafa: “nunca sabe se foi bem ou mal recebida, se foi bem ou mal interpretada, se foi ao menos entendida. Muito menos sabe se, algum dia, irá ter uma resposta”. Ao reconstruir sua trajetória, define sua atuação profissional como ser “testemunha ocular da história”. Essas formulações participam de uma memória profissional que associa o correspondente à presença nos lugares onde os acontecimentos se desenrolavam, ao testemunho direto e à capacidade de transformar a experiência vivida em narrativa jornalística.⁵⁹

Tal posição autoral não significava, entretanto, controle integral sobre a forma final da matéria. Rossi informa que os títulos reproduzidos no livro foram mantidos como nas publicações originais, embora “não são de minha autoria, mas dos editores de cada momento”.⁶⁰ Pois a autonomia do correspondente era relativa: a ele era atribuída maior liberdade para selecionar fontes, contextualizar os acontecimentos e explicitar interpretações, conferindo autoridade, mas sua produção ainda era integrada a uma estrutura editorial mais ampla, que envolviam a elaboração dos títulos, a seleção dos destaques, o espaço concedido e a posição ocupada na página.

Porém, enquanto os correspondentes assinavam análises e chegavam até o leitor como intérpretes dos acontecimentos, a equipe instalada na sede do jornal, em São Paulo, permanecia responsável por assegurar o fluxo cotidiano de notícias. Natali descreve essa divisão do trabalho:

Tanto no período em que havia sete correspondentes quanto já naquele em queos correspondentes eram apenas três, era previsível que a retaguarda interna fosse assegurada pelos redatores, encarregados apenas dos assuntos sobre os quais a equipe externa não estava pautada. Ou seja, os redatores tinham uma função mais impessoal, mais discreta. Trabalhavam com os telegramas das agências e asseguravam o resto do noticiário.⁶¹

A distinção não significa que o trabalho dos redatores fosse meramente mecânico. Como visto no tópico anterior, era sua função selecionar telegramas, combinar informações, elaborar títulos, reorganizar as lides e decidir quais aspectos de um acontecimento receberiam destaque. A impessoalidade mencionada por Natali dizia respeito, sobretudo, à menor

⁵⁹ ROSSI, Clóvis. Apresentação. In: ROSSI, Clóvis. *Enviado especial: 25 anos ao redor do mundo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999. pp. 11-12.

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ NATALI, 2016, p.89.

visibilidade de sua autoria e à posição ocupada na divisão do trabalho. Mesmo sem assinar a maior parte dos textos, esses profissionais participavam ativamente da forma final assumida pelo noticiário.

Aos correspondentes e articulistas reconhecidos era concedido um espaço mais amplo para a interpretação e para a expressão de posições individuais. Aos redatores internos cabia produzir a continuidade diária da seção, trabalhando com materiais cuja origem e forma inicial era externa ao jornal. Essa distribuição desigual de autonomia aproxima o testemunho de Natali da leitura crítica apresentada por José Arbex Jr.⁶²

Para Arbex Jr., a modernização promovida pela *Folha* esteve associada à adoção de um “discurso-para-o-mercado”, em um processo de “despolitização” das redações, onde a padronização técnica e o rigor dos novos manuais de redação teriam como objetivo esvaziar o caráter militante e o debate ideológico interno. O pluralismo e o apartidarismo proclamados pelo projeto não eliminavam, em sua interpretação, a existência de uma linha institucional nem o controle exercido pela empresa sobre a redação. Embora o jornal abrisse suas páginas a diferentes posições, a autonomia interna era concedida de forma seletiva, preservando-se maior liberdade para alguns “jornalistas-intelectuais”, entre os quais o autor inclui Paulo Francis.⁶³

A partir de sua interpretação, Arbex Jr. descreve esse processo como uma “guerra contra a esquerda” dentro da redação. Esse relato chama atenção para os limites do pluralismo anunciado pela empresa e para os conflitos produzidos pela implantação de novos mecanismos de controle profissional. A abertura das páginas à divergência podia conviver com o afastamento da militância política da rotina interna e com a exigência de adesão das chefias às diretrizes formuladas pela direção.

A opinião explícita era valorizada quando associada a nomes reconhecidos, capazes de agregar prestígio e diferenciação ao produto oferecido ao leitor. Na produção cotidiana, por outro lado, reforçavam procedimentos impessoais, critérios uniformes e uma separação mais clara entre o posicionamento individual do jornalista e a informação publicada. A liberdade autoral não desaparecia, mas era organizada segundo a função, a posição hierárquica e o valor simbólico atribuído a cada profissional.

A operacionalização dessa nova editoria de Exterior era sustentada por uma rotina complexa de obtenção e tratamento das informações. Natali recorda que, no início da década

⁶² José Arbex Jr. atuou na *Folha de S. Paulo* entre 1984 e 1992 como correspondente internacional e chegou a chefiar a editoria de internacional, saindo por divergências com a linha editorial.

⁶³ ARBEX JR., José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p.151.

de 1980, cada redator encontrava sobre sua mesa uma pasta formada por telegramas das agências, recortes de comentaristas e estudiosos publicados pela imprensa estrangeira, discursos de autoridades, declarações de chancelarias, materiais distribuídos por embaixadas, relatórios de organismos internacionais e denúncias produzidas por entidades de direitos humanos.⁶⁴ O tratamento desse volume de informações ocorria em um ambiente marcado pela convivência entre procedimentos manuais e novas tecnologias. Em 1983, a máquina de escrever foi substituída definitivamente pelo computador na redação, mas os telegramas das agências continuavam chegando pelo teletipo.

Ao lado das mudanças tecnológicas, ocorreu uma ampliação da equipe interna. Em 1982, segundo Natali, a editoria dobrou e passou a contar com oito profissionais: seis redatores, um editor e um editor-assistente. O crescimento da retaguarda permitiu que alguns redatores deixassem de atuar exclusivamente sobre os telegramas e passassem a levantar informações e produzir textos com maior independência. A especialização podia ocorrer em torno de um problema, como as negociações de desarmamento entre as superpotências, ou de uma área geográfica, como a América Central.⁶⁵

Essa reorganização aproximava, em determinados momentos, o trabalho do redator daquele realizado pelo repórter ou pelo analista. O conhecimento acumulado sobre uma região permitia reconhecer continuidades entre acontecimentos, recuperar antecedentes e avaliar o material fornecido pelas agências com maior segurança. Embora a assinatura e a visibilidade continuassem concentradas nos correspondentes e articulistas, a especialização ampliava a participação intelectual da equipe interna na construção autoral do noticiário.

O fortalecimento da redação em São Paulo ocorreu, porém, ao mesmo tempo que a rede externa começava a sofrer reduções. Essa mudança deve ser compreendida no contexto da redemocratização e da crise econômica vivida pelo país. Conforme visto, durante os anos de maior censura, o noticiário internacional havia adquirido uma função política particular, servindo como espaço indireto para a circulação de temas limitados na cobertura nacional. À medida que a política brasileira recuperava espaço nas páginas, a editoria de Exterior perdia parte dessa centralidade.

Somava-se a isso o custo elevado da manutenção de profissionais no exterior. Natali define o jornalismo internacional como uma das áreas mais caras da atividade jornalística, especialmente quando dependia de correspondentes permanentes. Diante da recessão, parte

⁶⁴ NATALI, 2016, p. 90.

⁶⁵ *Ibid.*

deles foi repatriada e uma parcela crescente das tarefas passou a ser executada pelos profissionais instalados na própria empresa. Em 1982, a rede já se encontrava mais reduzida, embora nomes como Paulo Francis, Clóvis Rossi e Cláudio Abramo continuassem a ocupar posições importantes na cobertura.

A diminuição do número de correspondentes e a ampliação da equipe interna indicam um movimento de redistribuição dos recursos da editoria. A *Folha* preservava alguns nomes de prestígio no exterior, mas transferia para a redação em São Paulo uma parcela maior da pesquisa, da contextualização e do fechamento das páginas. A especialização dos redatores permitia compensar parcialmente o recuo da rede externa e ampliar a produção analítica realizada dentro do jornal.

Nesse contexto surgiu o *Dossiê-Folha*, definido por Natali como o “lado magazine” do jornal. Inspirado em experiências de revistas, consistia em uma página dominical sem anúncios, previamente negociada com a secretaria de Redação, na qual um determinado tema era dissecado de modo quase ensaístico:

A África do Sul ainda estava submetida ao regime do apartheid. Então o dossiê poderia fazer um balanço dessa política de discriminação racial. Na ocasião também se noticiou que um velho satélite russo, havia muito desativado, poderia não se desintegrar ao entrar na atmosfera e cair em uma região pouco habitada da Amazônia. Preparava-se, então, um dossiê sobre o lixo espacial que estava em órbita e os estragos que ele já tivesse provocado.⁶⁶

O formato interrompia de maneira planejada o ritmo cotidiano da editoria, de maneira que o redator responsável poderia ser afastado temporariamente das tarefas diárias e dedicar parte da semana à pesquisa, à reunião das fontes e à elaboração do texto. O Dossiê reuniu várias das transformações em andamento: a especialização dos redatores, o acesso a materiais variados, a busca por contextualização e a abertura de espaços de autoria no interior da equipe interna.

Naquele momento, a redação buscava administrar a dependência das agências, o prestígio dos correspondentes, a redução dos investimentos externos e a ampliação das responsabilidades assumidas pelos profissionais que trabalhavam em São Paulo. O capítulo seguinte examina como esse formato organizou temas e escolhas editoriais para construir determinadas leituras sobre a América Latina.

⁶⁶NATALI, 2016, p. 90.

Capítulo 2

Narrativas, enquadramentos e a construção da alteridade continental na
editoria de Exterior

2.1 - Qual América Latina interessa? Autoria, temas e hierarquias na cobertura internacional

“Nós, escritores da América Latina e do Caribe, temos de reconhecer, com a mão no coração, que a realidade escreve melhor. Nosso destino, e talvez nossa glória, é tentar imitá-la com humildade, e da melhor maneira possível.” Com essas palavras, Gabriel García Márquez - ele próprio um jornalista de longa trajetória - encerrou uma de suas crônicas publicadas no jornal espanhol *El País*.⁶⁷ Para além de um espaço geográfico, a afirmação apresenta a América Latina como um desafio de representação: uma realidade tão complexa que, por vezes, não há recursos disponíveis para narrá-la. Afinal, pouco tempo havia se passado da publicação da saga dos Buendía e o continente parecia “não ter uma segunda oportunidade sobre a terra”: golpes de Estado, guerras civis, perseguições políticas, exílios e ditaduras atravessaram as experiências de diferentes países do continente e ocuparam um lugar central nas narrativas produzidas sobre a região.

No início da década de 1980, parte dos países latino-americanos ainda enfrentava a continuidade dos regimes autoritários, enquanto outros começavam a lidar com sua crise ou desagregação. Ao mesmo tempo, conflitos armados, endividamento externo, inflação e instabilidade institucional reforçavam a presença da América Latina no noticiário internacional. Isso não significa que a região fosse naturalmente caótica ou que seus acontecimentos fossem, em si, mais extraordinários do que aqueles ocorridos em outras partes do mundo. No entanto, o modo de apresentar a América Latina como espaço de absurdos constituiu uma forma de organizar narrativamente o continente, especialmente por meio da literatura do realismo fantástico.

O jornalismo, na visão de João Batista Natali, atua como um mediador e estruturador do mundo: “é também um modo de organizar uma linguagem extremamente fragmentada, que passará a refletir a própria fragmentação que existia e ainda existe entre os cidadãos e, por extensão, entre os leitores brasileiros de periódicos.”⁶⁸ A editoria de Exterior é esse espaço de mediação que aproximava o público brasileiro de processos ocorridos em outros países, estabelecia hierarquias entre eles e atribuía determinados sentidos ao que era publicado.

⁶⁷GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O escândalo do século*. Tradução de Joel Silveira, Léo Schlafman e Remy Gorga Filho. Rio de Janeiro: Record, 2020, p.275.

⁶⁸NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2016, p.44.

A presença da América Latina no jornal, porém, não era contínua nem homogênea. Durante a década de 1960, a Revolução Cubana e seus desdobramentos atraíram a atenção da imprensa internacional, sobretudo porque a ilha passou a ocupar um lugar estratégico na disputa entre Estados Unidos e União Soviética. Nas décadas seguintes, golpes militares, movimentos guerrilheiros e crises políticas mantiveram a região sob os holofotes. No início dos anos 1980, entretanto, esse quadro se modificava: parte das guerrilhas havia sido derrotada ou deslocada para espaços específicos, os regimes militares do Cone Sul começavam a enfrentar processos de desgaste e a crise da dívida externa assumia crescente importância.

Diante desse cenário, a América Latina poderia ser conhecida pelo leitor brasileiro por meio de agências sediadas na Europa ou nos Estados Unidos, por jornais estrangeiros, por redatores instalados em São Paulo ou por profissionais da própria *Folha* enviados ao local dos acontecimentos. Também importa a escolha dos países e temas considerados relevantes, a seleção das fontes, a definição do espaço concedido a cada notícia, a composição dos títulos, a presença ou ausência de assinaturas e a associação entre textos, imagens e comentários.

A comparação entre essas diferentes formas de produção da notícia possibilita investigar a tensão entre dependência informativa, seleção editorial e intervenção autoral, impulsionando a pergunta central deste tópico: qual América Latina interessava à *Folha de S. Paulo* e sob quais condições ela se tornava visível em suas páginas?

A seletividade da editoria envolvia decidir quais acontecimentos seriam publicados, as formas de narrá-los e as posições ocupadas pelos profissionais encarregados da cobertura. A presença de um correspondente no local, por exemplo, poderia ampliar o acesso a fontes, permitir a observação direta do ambiente político e favorecer interpretações menos dependentes dos despachos internacionais. Ainda assim, essa proximidade não anulava os critérios editoriais do jornal nem garantia, por si só, a superação dos enquadramentos predominantes.

A experiência de Clóvis Rossi em Buenos Aires oferece um ponto de partida para pensar essa dimensão subjetiva da cobertura. Em 1980, o jornalista foi enviado à capital argentina, onde acompanhou o desgaste da ditadura militar, a Guerra das Malvinas e o processo de redemocratização. Ao reconstruir posteriormente esse período, Rossi não procurou sustentar uma imagem de neutralidade emocional. Buenos Aires, afirma, foi o lugar que o fez “chorar de emoção duas vezes no mesmo dia, as primeiras e únicas vezes de toda minha vida profissional”. Diante do desmoronamento de um “regime homicida”, um dentre

aqueles que, em suas palavras, haviam “infernizado a vida da América Latina”, falar espanhol e manter boas fontes no governo e na oposição não seriam suficientes. Era preciso também “conectar o coração e os nervos” à realidade observada.⁶⁹

Esse relato não pode ser ampliado às condições de produção de cada reportagem, mas revela como Rossi atribui sentido ao trabalho do correspondente. Em sua memória profissional, o envolvimento não era apresentado como um desvio do rigor jornalístico, mas como parte das condições necessárias para reconhecer a importância histórica de um acontecimento e aproximar o leitor de experiências que não cabiam na linguagem impessoal dos telegramas.

Ao mesmo tempo, tal postura não elimina a necessidade de examinar os enquadramentos adotados e as vozes privilegiadas, afinal, a experiência direta constitui uma posição de observação, e não um lugar isento de mediações. José Arbex Jr. chama atenção justamente para os limites impostos por essas mediações. Ao recuperar sua atuação relacionada à cobertura da Nicarágua, o jornalista sustenta que a imprensa brasileira da década de 1980 operava, muitas vezes, sob uma “inércia preconceituosa”, marcada pela reprodução de narrativas produzidas no Hemisfério Norte.

Em sua avaliação, a comodidade oferecida pelas grandes agências e pelos veículos norte-americanos reduzia o incentivo para investigar as dinâmicas políticas e sociais locais:

A mídia nacional, incluindo a própria *Folha de S. Paulo*, adotou uma linha colonizada e provinciana, limitada a refletir a percepção da mídia americana. Basicamente, era muito mais cômodo aceitar a cobertura feita pelas grandes agências de notícia e pelos veículos americanos do que investigar o que de fato acontecia na “república de bananas” nicaraguense.⁷⁰

A leitura crítica de Arbex sobre a cobertura produzida naquele período, não se restringe à presença quantitativa das agências. O problema estaria na transformação dos enquadramentos externos em uma espécie de referência normativa para a interpretação dos acontecimentos. O jornalista recorre à noção de “consenso fabricado” para explicar essa homogeneização: o conceito, formulado por Edward S. Herman e Noam Chomsky, descreve os mecanismos pelos quais grandes empresas de comunicação, fontes oficiais e estruturas econômicas contribuem para delimitar os temas e interpretações que alcançam maior legitimidade no debate público. Em vez de resultar necessariamente de uma ordem explícita

⁶⁹ROSSI, Clóvis. *Enviado especial: 25 anos ao redor do mundo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999, p. 36.

⁷⁰ARBEX JR., José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p.190.

ou de uma conspiração coordenada, o consenso pode ser produzido por rotinas, dependências, critérios de seleção e repertórios compartilhados entre os diferentes veículos.⁷¹

No uso feito por Arbex, o conceito ajuda a pensar a circulação internacional dos enquadramentos. Narrativas construídas por jornais e agências sediados nos Estados Unidos podiam chegar às redações brasileiras já revestidas de autoridade e oferecer uma chave pronta para a compreensão dos conflitos. No caso da Revolução Sandinista, isso significava interpretar a Nicarágua prioritariamente como capítulo da disputa entre Estados Unidos e União Soviética, deixando em segundo plano suas tensões sociais, seus atores locais e as disputas internas do processo revolucionário.

O consenso adquire um caráter normativo de modo que, segundo o jornalista, a presença física de um profissional no local dos fatos não teria sido suficiente para alterar essa estrutura. Arbex recorda que estando na capital, Manágua, “Seria apenas muito natural [...] a FSP pedir que eu procurasse as autoridades sandinistas para conhecer a sua versão dos fatos”, o que não ocorreu.⁷² O jornal teria demonstrado pouco interesse pelas particularidades políticas do país - ignorando as nuances da Teologia da Libertação e as vozes locais -, exceto quando a Nicarágua se convertia em palco de um evento extraordinário ou assumia importância na agenda externa dos Estados Unidos.

O testemunho de Arbex é uma interpretação retrospectiva, produzida por um jornalista que ocupava uma posição específica nas disputas políticas e profissionais do período. Seu valor para esta pesquisa está em indicar problemas que podem ser confrontados nas páginas: quais fontes eram acionadas, quem recebia o direito de explicar os conflitos, de que lugares vinham os textos e em que medida os atores locais apareciam como sujeitos das notícias.

Os relatos de Rossi e Arbex oferecem versões distintas das escolhas operadas na editoria de Exterior. Em Rossi, a indignação e a experiência no local podiam participar da produção de uma interpretação autoral. Arbex, por sua vez, chama atenção para o fato de que a existência de um correspondente não eliminava os filtros institucionais, as prioridades da direção e a autoridade atribuída às narrativas produzidas fora da região.

A editoria podia abrigar textos comprometidos com a denúncia das ditaduras e, ao mesmo tempo, reproduzir enquadramentos centrados na política externa norte-americana. Podia investir em correspondentes e articulistas reconhecidos, mas continuar alimentando

⁷¹ Ver: CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon Books, 1988.

⁷² ARBEX JR., 2001, p.178.

grande parte de suas páginas com conteúdo de agências e jornais estrangeiros. A interpretação própria e a dependência informacional conviviam dentro do mesmo espaço editorial.

Não havia, portanto, uma única América Latina nas páginas da *Folha*. Diante disso, combinamos um mapeamento quantitativo do conjunto documental com a investigação de páginas e textos selecionados. A primeira etapa tornou possível identificar recorrências de autoria, procedência, localização geográfica e temática; a segunda buscou compreender como essas escolhas se materializavam nos títulos, nas fontes mobilizadas, na organização das informações e nos enquadramentos oferecidos ao leitor.

O universo documental da pesquisa é constituído pelas 209 edições dominicais publicadas durante os quatro anos do recorte: 52 edições em 1981, 52 em 1982, 52 em 1983 e 53 em 1984. A escolha pelos domingos justifica-se por ser o dia de publicação do Dossiê-Folha, possibilitando acompanhar tanto o noticiário cotidiano da editoria quanto os espaços reservados a esse dispositivo. Desse montante, foram divididos dois conjuntos distintos de fontes: o primeiro reúne o noticiário regular da editoria de Exterior, formado pelos textos jornalísticos cujo assunto central envolvia pelo menos um país latino-americano ou processos políticos, econômicos e diplomáticos diretamente relacionados à região. Esse conjunto é a base do mapeamento quantitativo apresentado neste capítulo, revelando a frequência das notícias, os países e temas mais recorrente e as formas de autoria e procedência.

Foram incluídos matérias, notas, artigos e colunas publicados fora do espaço identificado como Dossiê-Folha. Também foram contabilizados os textos nos quais atores externos, especialmente os Estados Unidos, apareciam como protagonistas ou mediadores, desde que o assunto principal dissesse respeito aos países latino-americanos, a exemplo de uma matéria sobre a política externa norte-americana para El Salvador.

Esse primeiro conjunto abrange tanto acontecimentos de grande repercussão política quanto conteúdos aparentemente menos centrais para a interpretação histórica do período: a contagem inclui textos sobre regimes militares, guerrilhas, transições democráticas, eleições e dívida externa, mas também notas sobre desastres naturais, relações comerciais e outros acontecimentos relacionados aos países da região. O objetivo dessa abertura foi identificar o que o próprio jornal havia escolhido publicar sobre a América Latina, para depois determinar quais temas receberam maior atenção analítica.

Para o noticiário regular, a presença de título próprio serviu como referência para a contagem, independentemente de o texto apresentar assinatura. Quando uma mesma matéria abordava mais de um país, ela era registrada uma única vez no total de unidades publicadas e

os diferentes países mencionados foram contabilizados separadamente no levantamento geográfico.

No reconhecimento da autoria e da procedência do noticiário regular, os textos assinados por jornalistas, colunistas, correspondentes ou colaboradores vinculados à *Folha* foram agrupados como produção assinada do jornal. À parte, registraram-se os conteúdos identificados como provenientes de agências internacionais e de periódicos estrangeiros. Os textos que não apresentavam assinatura nem indicação explícita de procedência foram classificados como não assinados.⁷³

O segundo conjunto é formado pelas páginas do Dossiê-Folha dedicadas à América Latina. Por possuir estrutura e finalidade distintas do noticiário corrente, foi contabilizado separadamente. As matérias que o integravam não foram somadas ao total geral das notícias apresentado nas tabelas deste tópico. Para seu mapeamento, cada página identificada como Dossiê-Folha foi considerada uma unidade que reúne diferentes textos, notas, imagens e assinaturas, organizados em torno de um mesmo tema ou problema de relevância naquele momento. O dispositivo, porém, não é tratado na pesquisa como um formato desvinculado da cobertura diária, pois investiga-se também a relação entre assuntos recorrentes no cotidiano da seção e aqueles que receberam uma página do dossiê.⁷⁴

Portanto, a adoção de unidades distintas decorre da materialidade dos dois formatos, que cumprem funções complementares. O noticiário regular revela quais acontecimentos permaneceram em circulação e adquiriram centralidade na agenda da editoria; o Dossiê ajuda a entender quais temas ultrapassaram o tratamento fragmentado das notícias cotidianas e foram reorganizados em uma estrutura mais extensa. A passagem de um formato a outro constitui, assim, um indício de hierarquização: entre os muitos assuntos publicados diariamente, alguns foram considerados capazes de sustentar uma página temática e uma interpretação mais desenvolvida.

⁷³ Essa precaução decorre das próprias rotinas da editoria examinadas no capítulo anterior. Os redatores podiam selecionar, cortar e combinar telegramas de diferentes procedências, produzindo uma matéria final que não conservava necessariamente a identificação das fontes utilizadas. Por essa razão, autoria e procedência não foram tomadas como categorias equivalentes. Um texto não assinado podia ser resultado do trabalho interno da redação, ainda que tivesse sido elaborado a partir de informações fornecidas por agências internacionais.

⁷⁴ Essa relação não pressupõe que todo tema recorrente tenha necessariamente originado um Dossiê, nem que a frequência quantitativa fosse o único critério para sua escolha. A decisão podia ser influenciada pela relevância conjuntural, pela existência de um correspondente ou articulista especializado, pela disponibilidade de fontes e pelo potencial interpretativo atribuído ao assunto. O que o cruzamento entre os dois conjuntos permite verificar é em que medida a recorrência observada no noticiário regular da editoria acompanhava ou justificava a produção de uma página temática.

A aplicação desses critérios ao conjunto das edições dominicais resultou em 1.216 unidades jornalísticas pertencentes ao noticiário regular da editoria Exterior. O quadro abaixo apresenta a distribuição anual.

Tabela 1 – Unidades do noticiário regular da editoria Exterior, 1981-1984

Ano	Unidades jornalísticas
1981	318
1982	326
1983	315
1984	257
Total	1216

Fonte: elaboração própria a partir das edições dominicais da Folha de S.Paulo.

Não interpretamos essas diferenças anuais automaticamente como aumento ou diminuição do interesse da *Folha* pela América Latina. O número de textos estava relacionado também à quantidade de páginas destinadas à editoria, ao tamanho das unidades, à concentração da cobertura em determinados acontecimentos e à presença de páginas temáticas, como o Dossiê. Esses números dimensionam o corpus e permitem comparar, ano a ano, as frequências de autoria, procedência e foco geográfico.

Entre os quatro anos, 1982 apresentou o maior número de unidades, ainda que a diferença em relação a 1981 e 1983 seja pequena. Esse ano foi escolhido para uma apresentação mais detalhada porque reúne, de maneira particularmente visível, diferentes movimentos observados ao longo do recorte: a presença recorrente dos articulistas da própria *Folha*, a continuidade do noticiário sobre os conflitos na América Central e a concentração de textos sobre a Argentina e a Guerra das Malvinas.⁷⁵ O primeiro aspecto observado foi a autoria e a procedência dos textos. A tabela abaixo apresenta os resultados.

⁷⁵ As tabelas completas dos demais anos permitem verificar permanências e variações, mas serão apresentadas nos anexos para não interromper o desenvolvimento da análise.

Tabela 2 - Autoria e procedência do noticiário regular da editoria Exterior em 1982

Categoria	Ocorrências	Participação (%)
Produção assinada da Folha	131	40,2%
Jornal internacional	21	6,4%
Agência internacional	6	1,8%
Colaboração externa identificada	4	1,2%
Sem assinatura ou procedência identificável	164	50,3%
Total	326	100%

Fonte: elaboração própria a partir das edições dominicais da *Folha de S. Paulo* em 1982.

A proporção de produção assinada pela *Folha* em 1982 se distingue dos demais anos. Em 1981, ela representou 30,2% das unidades; em 1983, 30,5%; e, em 1984, 30%. No conjunto dos quatro anos, foram identificados 400 textos assinados por profissionais do jornal, correspondentes a 32,9% das 1.216 unidades regulares. Para os demais textos, a ausência de assinatura ou indicação de procedência não permite que sua origem – interna ou externa - , seja determinada com segurança, por isso foram mantidos em uma categoria própria.

Em 1982, Clóvis Rossi aparece como o autor mais recorrente, com 45 unidades, seguido por Newton Carlos, com 37. Barreto Leite Filho, Cláudio Abramo, Paulo Francis, Luiz Alberto Bahia e Moacir Werneck de Castro também integram o grupo de articulistas com presença regular. Essa concentração em alguns nomes indica que parte significativa da cobertura da América Latina passava pela intervenção recorrente de jornalistas que acompanhavam processos políticos específicos ou ofereciam ao leitor interpretações sobre diferentes acontecimentos.

A identificação de quem escrevia revela apenas uma das dimensões da seleção editorial. Interessa-nos saber, sobretudo, quais países ou recortes regionais adquiriram maior visibilidade no fluxo regular da editoria. Para esse levantamento, cada unidade recebeu um foco geográfico principal, definido a partir do país ou da escala regional que organizava o acontecimento noticiado. O quadro a seguir apresenta as categorias mais recorrentes em 1982 e sintetiza as principais abordagens temáticas associadas a cada uma delas.

Quadro 1 – Países e recortes regionais mais recorrentes no noticiário regular da editoria Exterior em 1982⁷⁶

País/região	Frequência	Palavras-chave da abordagem temática
Argentina	100	Guerra das Malvinas; junta militar; crise e sucessão de Galtieri; oposição; desaparecidos e redemocratização
América Latina	36	Política dos Estados Unidos; Guerra Fria; sistema interamericano; TIAR e OEA; autoritarismo e democracia
El Salvador	26	Guerra civil; FMLN; eleições; repressão; apoio e intervenção dos Estados Unidos
Nicarágua	21	Revolução Sandinista; tensão com Washington; contrarrevolução; relações regionais; Igreja
Guatemala	18	Guerrilha; golpes e regime militar; eleições; massacres; violência política
Bolívia	15	Crise política; militares e golpes; oposição; crise econômica; corrupção
México	10	PRI; eleições; sistema político; política externa regional; crise e corrupção
Chile	10	Pinochet; militarização; crise do regime; oposição; repressão
América do Sul	10	Guerra das Malvinas; soberania; Atlântico Sul e Antártida; Pacto Andino; dependência econômica
Brasil	10	Guerra das Malvinas; Itamaraty; relações com a Argentina; sanções; relações Brasil–Estados Unidos

Fonte: elaboração própria a partir das edições dominicais da *Folha de S. Paulo* em 1982 e da base de dados da pesquisa.

⁷⁶ Cada unidade jornalística recebeu apenas um foco geográfico principal. As categorias “América Latina”, “América do Sul” e “América Central” foram utilizadas quando o texto articulava dois ou mais países em torno de um problema regional, não correspondendo à soma das ocorrências nacionais. As palavras-chave resultam da leitura conjunta dos títulos, das categorias temáticas e dos processos específicos registrados na planilha no momento do levantamento do material. Foram incluídos no quadro os focos com dez ou mais ocorrências.

Em primeiro lugar, chama atenção a concentração da cobertura sobre a Argentina. O país constituiu o foco principal de cem das 326 unidades contabilizadas em 1982, o equivalente a 30,7% do noticiário regular analisado. Essa centralidade está diretamente relacionada à Guerra das Malvinas, que reorganizou a agenda da editoria durante muitas semanas. Dentre as notícias rastreadas, aparecem abordagens sobre as operações militares, as negociações diplomáticas, as sanções econômicas, a atuação dos Estados Unidos e os posicionamentos dos países latino-americanos. A Argentina, entretanto, não desapareceu das páginas após o encerramento do conflito. A derrota deslocou o noticiário para a crise da junta, a sucessão de Galtieri, as divisões entre os militares, o crescimento da oposição e as denúncias relacionadas aos desaparecidos políticos.

A guerra também ultrapassou os limites de uma cobertura estritamente argentina. Parte dos textos foi classificada sob as categorias América do Sul, América Latina e Brasil porque articulava o conflito a questões mais amplas, como a soberania no Atlântico Sul, a validade do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o alinhamento dos Estados Unidos com o Reino Unido e a posição assumida pelo Itamaraty. Assim, um mesmo acontecimento podia ser tratado em escalas diferentes: como guerra envolvendo a Argentina, como crise sul-americana, como ruptura do sistema interamericano ou como problema para a política externa brasileira.

Ao lado da Argentina, a América Central constituiu o segundo grande eixo da cobertura. Considerados conjuntamente, El Salvador, Nicarágua, Guatemala e os textos classificados diretamente sob a escala regional somaram 74 unidades, sem contar as ocorrências específicas de Honduras, Costa Rica e Panamá. Nesse conjunto, a região aparecia principalmente como espaço de guerras civis, guerrilhas, contra insurgência e crescente intervenção norte-americana.

Enquanto El Salvador era associado à atuação da guerrilha Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), às eleições realizadas sob violência e ao apoio dos Estados Unidos ao governo, a Nicarágua era representada a partir da Revolução Sandinista, dos conflitos com Washington e da organização de forças contra revolucionárias. Na Guatemala, golpes, massacres, eleições e ações guerrilheiras compunham a imagem de uma guerra interna prolongada.

A presença de 36 unidades classificadas diretamente como América Latina também é significativa, pois a região aparece como uma escala própria de interpretação. Os textos

discutiam a política de Ronald Reagan, a Guerra Fria, a crise do sistema interamericano, o papel da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o autoritarismo militar e as possibilidades de democratização. Essa categoria revela uma organização que ia além da divisão por país: em determinados momentos, os articulistas relacionavam acontecimentos distintos a problemas de alcance continental.

O Brasil, por sua vez, aparece em apenas dez unidades, mas sua presença chama atenção justamente por ocorrer dentro da editoria de Exterior, o que significa que o faz relacionado a um contexto maior. Em 1982, o país entrou no noticiário internacional principalmente por meio da Guerra das Malvinas, das decisões do Itamaraty, das relações comerciais com a Argentina e das tensões entre a solidariedade regional e o alinhamento ocidental. Esses textos procuravam situar a posição do país diante de uma crise que obrigava a repensar suas relações com a região.

Em 1982, dois núcleos dominaram a cobertura: o Atlântico Sul, dominado pela guerra e seguido pela crise do regime argentino, e a América Central, associada à expansão dos conflitos armados e ao intervencionismo norte-americano. As categorias regionais - América Latina, América do Sul e América Central – mostram que parte da cobertura aproximava países distintos por meio de problemas compartilhados, transformando acontecimentos nacionais em sinais de crises políticas, militares e econômicas mais amplas.

A comparação com os demais anos mostra que os focos do noticiário se alteram em resposta às conjunturas políticas, embora alguns eixos se mantêm. A Argentina, os países da América Central, os regimes militares, os processos eleitorais e a atuação dos Estados Unidos se fazem presente em todo o período, mas assumiram pesos e combinações diferentes entre 1981 e 1984. O quadro seguinte reúne os países e recortes regionais mais recorrentes em cada ano, assim como as principais abordagens temáticas associadas a eles.

Quadro 2 – Principais países e recortes regionais no noticiário regular da editoria Exterior, 1981–1984⁷⁷

País/ região	1981	1982	1983	1984	Total	Palavras-chave da abordagem temática
Argentina	60	100	54	28	242	Regime militar e Forças Armadas; Guerra das Malvinas; crise econômica; eleições e democratização; desaparecidos e direitos humanos.
América Latina	39	36	44	26	145	Política externa dos Estados Unidos; Guerra Fria; intervenção e diplomacia; autoritarismo e democracia; dependência econômica.
El Salvador	41	26	33	26	126	Guerra civil e FMLN; Forças Armadas e contra insurgência; eleições; esquadrões da morte e repressão; apoio dos Estados Unidos.
Nicarágua	22	21	34	34	111	Revolução Sandinista e FSLN; contrarrevolução; pressão dos Estados Unidos; eleições e pluralismo; tensões regionais.
Chile	24	10	27	20	81	Regime de Pinochet; repressão e direitos humanos; oposição e protestos; crise econômica; abertura política.
América Central	12	9	32	25	78	Intervenção dos Estados Unidos; militarização regional; conflitos armados; Grupo de Contadora; negociações de paz.
Bolívia	20	15	5	18	58	Golpes e instabilidade militar; crise governamental; Siles Zuazo; crise econômica e greves; democratização.
Uruguai	15	6	12	14	47	Regime militar; abertura e transição; oposição e protestos; eleições; censura e liberdade de imprensa.

⁷⁷ Foram selecionados os dez focos geográficos mais frequentes no conjunto do período. Cada unidade jornalística foi contabilizada uma única vez, de acordo com seu foco geográfico principal. As categorias “América Latina” e “América Central” identificam textos organizados em escala regional. As palavras-chave sintetizam os títulos, as categorias de tema principal e os processos específicos registrados nas bases.

Peru	11	9	13	13	46	Sendero Luminoso; guerrilha e contra insurgência; Ayacucho; repressão estatal; crise social.
Guatemala	14	18	8	5	45	Regime militar e golpes; guerrilha; massacres e direitos humanos; eleições; relações com os Estados Unidos.

Fonte: elaboração própria a partir do levantamento de dados do noticiário regular da editoria Exterior nos anos 1981, 1982, 1983 e 1984.

A comparação entre os quatro anos revela certa estabilidade hierárquica. Argentina, El Salvador, Nicarágua e Chile atravessaram todo o período como destaques, acompanhados, em menor proporção, por Bolívia, Uruguai, Peru e Guatemala. Também se mantiveram relevantes as categorias América Latina e América Central. A principal transformação ocorreu no interior da cobertura dedicada a esses mesmos lugares. Os países permaneciam na agenda, mas os acontecimentos pelos quais eram apresentados mudaram ao longo dos anos.

Na Argentina, a guerra das Malvinas foi sucedida pela crise da Junta militar, pelas eleições, pela posse de Raúl Alfonsín e pelos impasses da relação entre o governo civil e legado do regime militar. No Chile e no Uruguai, a permanência dos regimes autoritários passou a conviver com notícias sobre protestos, negociações, abertura e reorganização das oposições. Na América Central, conflitos inicialmente apresentados em suas dimensões nacionais foram cada vez mais relacionados à intervenção dos Estados Unidos, à militarização regional e às disputas em torno da democracia e da soberania.

Os dados apontam para a existência de preferências geográficas e temáticas na representação da América Latina. Ditaduras, conflitos armados, eleições, crises econômicas e intervenções externas sucediam-se, mantendo determinados países em circulação e atualizando as razões de sua relevância jornalística. A permanência dessa hierarquia sugere que, para além da novidade de acontecimentos, existia uma agenda relativamente consolidada sobre quais experiências nacionais eram priorizadas dentre os dilemas latino-americanos.

Para aproximar os resultados quantitativos da escrita jornalística, foram selecionados três textos que evidenciam diferentes formas de mediação presentes em Exterior: uma análise produzida pela própria *Folha*, uma matéria proveniente da imprensa estrangeira e um artigo que constrói a América Latina como escala de interpretação. O Chile oferece um ponto de comparação interessante, pois permaneceu entre os países mais recorrentes ao longo do

período, associado à crise do regime de Pinochet, à repressão, aos protestos e às expectativas de abertura.

Em 12 de junho de 1983, foi publicado “Crise chilena se acelera e pode apressar abertura”, de Clóvis Rossi.⁷⁸ O artigo tem início logo abaixo da reprodução de uma fotografia, que registra uma fila de pessoas sendo conduzidas para fora de um ônibus ou van. A legenda esclarece: “Santiago, 14 de maio último: detenções em massa para conter protestos”. O título do texto organiza a conjuntura como um processo em movimento, no qual o agravamento da crise poderia acelerar uma transição política, sem que esse resultado fosse certo. O subtítulo - “Mas se teme em Santiago um novo ciclo de violências” - introduz outra possibilidade e impede uma leitura linear do enfraquecimento do regime. A abertura surgia como hipótese produzida pela crise, mas convivía com o risco de maior polarização.

Rossi articula economia e política para explicar esse momento. Desemprego, redução do poder de compra e dificuldades no acesso a serviços básicos aparecem relacionados ao crescimento das manifestações e à perda de apoio do governo. Os intertítulos “Pinochet resiste”, “Regime militar perde suas bases com rapidez” e “Paliativos” resumem sua argumentação: o general permanecia no poder, mas enfrentava a perda de apoio, enquanto as medidas governamentais não eram capazes de resolver as causas da insatisfação.

A oposição também não era apresentada como um bloco homogêneo. Rossi assinala divergências entre os setores que defendiam a negociação e aqueles que consideravam que “é tarde para isso”. Ainda assim, o crescimento dos protestos mostrava que Pinochet já não enfrentava apenas os opositores tradicionais. Segundo o jornalista, mesmo integrantes da direita percebiam que “os tempos mudaram” e que os prazos anteriormente defendidos já não seriam suficientes para impedir o aprofundamento da crise.

O quadro “Reivindicações do movimento sindical”, logo ao lado do artigo de Rossi, reforçasse enquadramento ao apresentar os protestos como parte de uma mobilização organizada, que combinava demandas trabalhistas e políticas. A disposição gráfica - praticamente sob o mesmo título do artigo de Rossi - conferia visibilidade ao sindicalismo como importante protagonista dessa pressão ao regime.

A autoria identificada reforça o caráter interpretativo do texto. Rossi explicou os protestos relacionando-os a fatores econômicos, sociais e institucionais, avaliando a força dos grupos envolvidos e projetando possíveis desdobramentos. O protagonismo da abertura era

⁷⁸ ROSSI, Clóvis. Crise chilena se acelera e pode apressar abertura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 1983. Exterior, 2º Caderno, p. 19.

localizado, sobretudo nas pressões exercidas sobre o regime, embora permanecessem dúvidas sobre a capacidade da oposição e sobre o comportamento das Forças Armadas.

Três meses depois, a *Folha* publicou “Jarpa e o impasse da abertura”, de Jacques Després, do *Le Monde*, uma curta entrevista com Sergio Onofre Jarpa, ministro do Interior do Chile e interlocutor do regime nas negociações com setores oposicionistas.⁷⁹ Os dois textos constroem o mesmo processo a partir de percepções distintas: em Rossi, pelas pressões sociais sobre o governo; em Després, pela fala de um representante encarregado de controlar institucionalmente a abertura.

A introdução de Després já colocava em evidência a contradição da posição de Jarpa. O ministro recebera uma “missão que esta semana beirou os limites do impossível”, pois reunia “duas atribuições potencialmente contraditórias”: comandava o aparato policial envolvido na repressão e, simultaneamente, deveria negociar uma “tímida abertura política”. Quando a entrevista foi realizada “o diálogo está rompido”. A fala governamental não era, portanto, reproduzida sem enquadramento, pois antes das perguntas o jornalista já expunha os limites de uma abertura conduzida por um regime que continuava reprimindo seus opositores.

Nas respostas, Jarpa procurava construir para si uma posição moderada. Definiu-se como “nacionalista, progressista, patriota e apegado à terra chilena, democrata e defensor da ordem, do respeito à lei”. Porém, a democracia que defendia estava condicionada à seleção dos atores autorizados a participar da vida política. Ao ser questionado sobre o Partido Comunista, afirmou: “O Partido Comunista não pode existir no Chile”.

Sobre os socialistas, aceitava sua presença somente se fossem “democráticos”, pois o regime não poderia admitir partidos que pregassem “a luta de classes, o confronto entre os chilenos”. A abertura proposta pelo governo assumia, assim, um caráter seletivo. Não significava simplesmente devolver a disputa política à sociedade, mas delimitar quais organizações poderiam integrar o novo regime.

De modo geral, a discussão promovida por ambas publicações coloca em circulação interpretações distintas sobre um mesmo processo, mostrando que a origem do conteúdo e o gênero textual poderiam interferir na posição de observação oferecida ao leitor. Já em “O refluxo das Forças Armadas na América Latina”, publicado em julho de 1984, Newton Carlos faz a passagem da escala nacional à regional.⁸⁰ Seu artigo parte da metáfora do “refluxo da

⁷⁹ DESPRÉS, Jacques. Jarpa e o impasse da abertura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 1983. Exterior, 2º Caderno, p. 14.

⁸⁰ CARLOS, Newton. O refluxo das Forças Armadas na América Latina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jul. 1984. Exterior, 1º Caderno, p.11.

maré militar”, empregada pelo cientista político Alain Rouquié, para aproximar processos distintos. Peru, Equador, Bolívia, Argentina, Uruguai e Chile foram inseridos por Carlos em uma temporalidade comum, marcada pelo enfraquecimento dos regimes militares e pelo avanço dos governos civis.

Essa abordagem regional não eliminava as diferenças nacionais. O articulista faz importantes distinções: “os militares argentinos já foram desordenadamente, os uruguaios aceitam entregar o poder por meio de transição negociada e Pinochet continua sob o assédio de uma oposição até o momento ineficiente”. Mas faz uma interpretação de experiências diversas como parte de um mesmo movimento histórico.

A Bolívia funciona como ponto central da argumentação. Carlos destaca o apoio norte-americano ao governo constitucional de Hernán SilesZuazo, apesar da presença de comunistas em sua base política. Isso porque, conforme relata, autoridades norte-americanas têm criticado os “excessos” das ditaduras de direita e os antigos Estados de Segurança Nacional, pois teriam se tornado “fábricas de bolchevismo”. À vista disso, poderia servir melhor aos interesses estratégicos de Washington lidar com “democracias como peças de contrainsurgência e como tal defendê-las se possível com os controles necessários”.

O caráter seletivo dessa política tornava-se mais visível na comparação entre as regiões. Newton Carlos observava que “a agressividade na América Central, em nome da defesa da democracia, exige limitar o apoio a ditaduras militares em outras partes”. Assim, o jornalista expõe o paradoxo da política norte-americana, isto é, o apoio à redemocratização é um meio de preservar de modo mais eficiente a influência do país na região.

Os três textos evidenciam dimensões diferentes, mas relacionáveis entre si, do funcionamento da editoria Exterior. A análise de Rossi mostra um diagnóstico de conjuntura por um jornalista da própria Folha; o texto do *Le Monde* introduz a perspectiva de um integrante do regime, submetida ao enquadramento do entrevistador; o artigo de Newton Carlos amplia a escala e reúne processos nacionais em uma perspectiva continental. A editoria selecionava espaços considerados relevantes e oferecia chaves para lê-los tanto em suas experiências nacionais particulares quanto como parte de problemas mais amplos da região.

As informações aqui apresentadas mostram que a América Latina construída pela *Folha* não se distribuía de maneira homogênea entre os países do continente. A presença de certos países, a atuação de articulistas e a incorporação de conteúdos da imprensa estrangeira contribuíam para manter determinados acontecimentos e processos em circulação e para consolidá-los como temas e países relevantes da agenda internacional do jornal. Essa lógica

de seleção também se manifesta em um formato específico, no qual parte desses assuntos foi reunida e reorganizada de maneira mais concentrada: o Dossiê-Folha, nosso próximo objeto.

2. 2 - O Dossiê-Folha

É absurdamente equivocada a ideia de que o jornalista lida apenas com a atualidade. Essa atualidade pode fazer parte daquilo que é visível em seu trabalho. Mas não há competência profissional sem que tenhamos em nossas pautas uma visão clara daquilo que está historicamente por detrás da notícia e que as agências internacionais não nos transmitem em seus telegramas. Não que precisemos ser diplomados em história ou em relações internacionais. O que precisamos é manter acesa nossa curiosidade⁸¹.

Ao questionar a ideia de que o jornalista trabalharia exclusivamente com a atualidade, João Batista Natali chama a atenção para uma dimensão fundamental do jornalismo internacional: a necessidade de relacionar o acontecimento imediato aos processos históricos que o tornam inteligível. A notícia pode ser produzida sob a urgência do fechamento da edição, mas sua compreensão depende de referências que ultrapassam o tempo breve do cotidiano. Como observa Maria Helena Capelato, “o profissional da imprensa se movimenta entre o tempo longo da história e o tempo curto do cotidiano. A combinação de atualidade-permanência é que dá conteúdo ao jornalismo.”⁸²

Nas páginas de Exterior da *Folha de S. Paulo*, essa articulação entre diferentes temporalidades podia ocorrer no interior de matérias do noticiário diário, mas ela adquire uma configuração mais evidente quando textos, imagens e informações eram organizados em torno de um mesmo acontecimento ou processo político. Entre 1982 e 1984, essa forma de organização foi identificada pelo selo Dossiê-Folha, que se distinguia visualmente do fluxo regular da editoria.

Nesta pesquisa, o Dossiê-Folha é entendido como um dispositivo editorial, isto é, uma forma específica de selecionar, hierarquizar e relacionar informações. Seu funcionamento envolvia a combinação de análise de conjuntura, contextualização histórica, diversidade de autores e uso de recursos visuais. Títulos, subtítulos, fotografias, ilustrações, mapas, tabelas, boxes e artigos participavam da construção de um percurso de leitura, no qual o acontecimento imediato era inserido em uma trama temporal e política mais ampla. Essa

⁸¹NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, p. 72.

⁸²CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p.30.

perspectiva aproxima-se das reflexões de Roger Chartier sobre a materialidade dos impressos, segundo as quais os sentidos não dependem apenas do conteúdo dos textos, mas também das formas que os organizam, hierarquizam e tornam legíveis.

Esse formato não surgiu de maneira abrupta. Algumas páginas não apresentavam o selo, que se tornaria característico do formato, mas já concentravam diferentes textos e recursos em torno de um mesmo tema. Por isso, em determinadas análises, são tratadas como antecedentes do dispositivo. No conjunto examinado, a primeira ocorrência identificada como Dossiê data de setembro de 1982. Entre aquele momento e o final de 1984, foram localizados 98 Dossiê-Folha na editoria de Exterior. Desses, 27 Dossiês foram identificados como dedicados especificamente a países ou processos latino-americanos, sendo quatro em 1982, onze em 1983 e doze em 1984.

Quadro 3 – Dossiês-Folha dedicados à América Latina em 1982

Data de publicação	Título do Dossiê-Folha
19/09/1982	“O Chile quebrou com Pinochet”
26/09/1982	“A implosão do regime militar”
05/12/1982	“A aventura democrática no Cone Sul”
12/12/1982	“Começo do fim na crise argentina”

Fonte: elaborado pela autora com base nas edições da *Folha de S. Paulo* de 1982.

Quadro 4 – Dossiês-Folha dedicados à América Latina em 1983

Data de publicação	Título do Dossiê-Folha
09/01/1983	“Crise leva Pinochet a namorar o populismo”
23/01/1983	“A revolução sandinista na encruzilhada”

06/02/1983	“Paraguai, a história se repete”
13/03/1983	“Bolívia, das casernas à falência”
10/04/1983	“Na América Central, o jogo do tudo ou nada”
01/05/1983	“América Central, a explosão latente”
08/05/1983	“Crise, palavra comum nas Américas”
11/09/1983	“O Chile na encruzilhada, 10 anos depois”
30/10/1983	“Os argentinos decidem hoje o futuro da nação”
27/11/1983	“Bomba atômica argentina atemoriza países vizinhos”
11/12/1983	“A grande festa da posse de Alfonsín”

Fonte: elaborado pela autora com base nas edições da *Folha de S. Paulo* de 1983.

Quadro 5 – Dossiês-Folha dedicados à América Latina em 1984

Data de publicação	Título do Dossiê-Folha
01/01/1984	“Ilhado, o comunismo cubano chega aos 25 anos”
08/01/1984	“O fracasso do regime militar e a crise uruguaia”
19/02/1984	“No verão argentino, a alegre festa da democracia”
25/03/1984	“El Salvador vota, apostando na paz que não virá”
01/04/1984	“Colômbia tenta escapar das mãos da oligarquia”
13/05/1984	“Divididos, nicaraguenses esperam a paz impossível”

10/06/1984	“Duelo regime-oposição tem data marcada no Uruguai”
05/08/1984	“Argentina, um país aprisionado pelo legado militar”
26/08/1984	“A luta isolada e perdida dos guerrilheiros no Cone Sul”
09/09/1984	“Regime militar chileno faz 11 anos avesso a mudanças”
23/09/1984	“Desaparecidos, uma ferida aberta na história da Argentina”
25/11/1984	“Uruguaios farão nas urnas sua primavera democrática”

Fonte: elaborado pela autora com base nas edições da *Folha de S. Paulo* de 1984.

A partir da leitura dos quadros, observamos que os Dossiês não se distribuíram da mesma maneira pelo continente. Dos 27 exemplares identificados, 22 tinham como foco principal um país específico e cinco adotaram uma escala regional. A Argentina foi o espaço mais frequente, com oito Dossiês, seguida pelo Chile, com quatro, e pelo Uruguai, com três. A Nicarágua apareceu em dois, enquanto Paraguai, Bolívia, Cuba, El Salvador e Colômbia receberam um Dossiê cada. Entre os recortes regionais, dois tratavam do Cone Sul, dois da América Central e um articulava diferentes crises do continente americano. Argentina, Chile e Uruguai concentraram, portanto, 15 dos 27 exemplares, mais da metade do corpus.

Essa concentração chama atenção para o destaque conferido às crises das ditaduras e aos processos de abertura política no Cone Sul. No caso argentino, os Dossiês acompanharam diferentes momentos de uma mesma conjuntura: o desgaste do regime militar, a crise posterior à Guerra das Malvinas, as eleições de 1983, a posse de Raúl Alfonsín e, já no governo civil, os problemas relacionados à herança militar e aos desaparecidos.

O Chile foi retomado a partir da crise do regime de Pinochet, das tentativas de reorganização política e dos aniversários do golpe de 1973, enquanto as edições sobre o Uruguai se concentraram na transição e nas eleições de 1984. Paraguai e Bolívia também foram abordados pelas relações entre autoritarismo, poder militar e crise econômica. Quando consideramos ainda os dois Dossiês dedicados ao Cone Sul como região, esses temas ocupam 19 das 27 ocorrências, demonstrando o peso que as ditaduras, seu desgaste e as possibilidades de democratização adquiriram no formato.

A América Central é o segundo eixo mais visível, embora com número menor de exemplares. Dois Dossiês foram dedicados diretamente à Nicarágua, acompanhando os impasses da Revolução Sandinista; um tratou das eleições em El Salvador; e outros dois construíram a região como um espaço comum de conflitos armados, intervenção externa e instabilidade política. Fora desses dois grandes núcleos, aparecem balanços mais pontuais sobre os 25 anos da Revolução Cubana, a permanência da oligarquia colombiana e a crise compartilhada por diferentes países das Américas.

O mapeamento da fonte mostra que o Dossiê-Folha também acompanhava processos prolongados, retomando determinados países quando novas conjunturas justificavam outra leitura. A repetição da Argentina, do Chile, do Uruguai e da Nicarágua indica que esses espaços foram submetidos a sucessivas análises políticas, nos quais eleições, datas marcantes, mudanças de governo e agravamentos de crises funcionavam como ocasiões para reorganizar acontecimentos anteriores e avaliar seus possíveis desdobramentos.

Além da concentração temática, alguns elementos gráficos e editoriais distinguem o Dossiê-Folha do noticiário regular de Exterior. O primeiro elemento para tal é o próprio selo. Em algumas edições, a identificação gráfica do Dossiê-Folha aparecia no alto da página, centralizada e integrada ao cabeçalho; em outras, assumia a forma de uma faixa inclinada, com letras maiúsculas e espessas, semelhante a um carimbo sobreposto à composição. Apesar das variações, a presença do nome distinguia aquele conjunto do fluxo regular do noticiário e indicava que textos, imagens e informações deveriam ser lidos como componentes de uma mesma unidade temática.

Figura 7 - Detalhe do selo Dossiê-Folha na página “A luta isolada e perdida dos guerrilheiros no Cone Sul”



Fonte: Folha de S. Paulo (1984).

Embora as páginas variassem conforme o tema e a quantidade de textos reunidos, na maior parte dos exemplares o Dossiê ocupava o espaço de uma página. A estrutura tradicional de colunas era preservada, mas os diferentes textos - identificados por títulos próprios e assinaturas específicas - deixavam de funcionar como unidades inteiramente independentes. Eles apareciam subordinados a um título principal e relacionados entre si por imagens, chamadas e outros recursos complementares.

Em alguns casos, o Dossiê apresentava apenas uma assinatura, e uma única reportagem extensa conduzia a discussão, aprofundando determinados aspectos por meio de subtítulos. A configuração mais recorrente, contudo, era a presença de uma reportagem central, mais extensa e diretamente relacionada ao título do Dossiê, em torno da qual se articulavam artigos menores assinados, textos sem autoria identificada e informações complementares, como reconstituições cronológicas.

A respeito da autoria, há uma concentração significativa em torno de alguns profissionais. Nos 27 exemplares sobre países latino-americanos, Clóvis Rossi assina textos em dezesseis Dossiês e Newton Carlos aparece em nove. Em um segundo nível de recorrência, Galeano de Freitas e Flávio Tavares participam de três publicações cada. Logo, além do selo e da organização gráfica, a unidade do formato passava também pela atuação continuada de correspondentes e analistas, que mobilizavam posições de observação e repertórios próprios para narrar os acontecimentos.

Clóvis Rossi ocupava posição central nessa produção autoral. Ingressou na *Folha de S. Paulo* em 1980, depois de passagens pelo *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal da República* e pela revista *Isto É*. Ao longo da carreira, atuou como correspondente do jornal em Buenos Aires e Madri, além de integrar seu Conselho Editorial. Durante o período examinado, sua presença na capital argentina oferecia à editoria uma posição de observação próxima das transformações políticas do Cone Sul.⁸³

Seus textos não se restringiam, contudo, à conjuntura argentina: Rossi também escreveu sobre Bolívia, Paraguai, Chile, Uruguai e América Central. Nos Dossiês, a experiência do correspondente aparecia na combinação entre acompanhamento factual, entrevistas, descrição do ambiente político e comparações com o Brasil e com outros países da região. A recorrência de sua assinatura dava continuidade interpretativa à cobertura latino-americana dos dossiês.

⁸³ FOLHA DE S. PAULO. Clóvis Rossi, decano da Redação da Folha, morre aos 76 em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2019. Poder.

Newton Carlos, considerado um dos pioneiros da cobertura internacional na imprensa brasileira, iniciou sua carreira no *Correio da Manhã*, foi chefe de reportagem da revista *Manchete* e tornou-se o primeiro editor de Internacional do *Jornal do Brasil*. Posteriormente, foi colunista da *Folha de S. Paulo* durante 25 anos, destacando-se por suas análises sobre a América Latina.⁸⁴

Nos Dossiês examinados, seus textos aparecem ao lado das reportagens centrais e ampliam a escala da interpretação: acontecimentos nacionais eram relacionados à política externa dos Estados Unidos, à Guerra Fria, às relações interamericanas e às formas de intervenção sobre o continente. A presença conjunta de Rossi e Newton Carlos em várias páginas produz uma complementaridade editorial entre a observação do correspondente, mais próxima do acontecimento, e a análise geopolítica, voltada à inserção daquele caso em um quadro regional e internacional.

A participação de Flávio Tavares concentra-se, sobretudo em 1984, quando seus textos enviados de Buenos Aires acompanham o governo de Raúl Alfonsín, a permanência da ameaça golpista, os desaparecidos políticos e as eleições uruguaias. Editor e repórter da *Última Hora* em Porto Alegre, Tavares acompanhou de dentro do Palácio Piratini a Campanha da Legalidade de 1961. Depois do golpe de 1964, participou da resistência à ditadura brasileira, foi preso três vezes e integrou o grupo de presos políticos libertados em troca do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969.⁸⁵

Essa trajetória ajuda a situar a posição a partir da qual Tavares escrevia, nos Dossiês, sobre repressão, desaparecimento, memória e responsabilização dos agentes estatais. Sua cobertura combinava análise política e caráter documental, recorrendo a depoimentos, relatórios e evidências sobre o funcionamento dos aparatos repressivos do Cone Sul.

Já os recursos imagéticos, ainda que não fosse exclusividade do Dossiê, exerciam uma função importante nessas publicações. Tabelas e gráficos produzidos pelo Banco de Dados da *Folha* eram mobilizados para quantificar e sistematizar informações. Os mapas buscavam situar o leitor no espaço dos acontecimentos e eram comuns nos Dossiês dedicados à América Central. Fotografias e ilustrações, por sua vez, acrescentavam uma dimensão mais simbólica e interpretativa. Em todos os exemplares examinados, foi identificado ao menos um recurso visual.

⁸⁴ FOLHA DE S.PAULO. Morre Newton Carlos, pioneiro do jornalismo internacional, aos 91. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 set. 2019. Mundo.

⁸⁵ CANOFRE, Fernanda. Sem Campanha da Legalidade teríamos tido ditadura já em 1961, lembra jornalista que resistiu em porão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 set. 2021. Poder.

As fotografias, em geral, não apresentam autoria individual ou são creditadas ao Banco de Dados da *Folha*. Nas ilustrações, três profissionais foram identificados. O cartunista Paulo Caruso (1949–2023) aparece associado a composições marcadas pela sátira política e pela caricatura de personalidades públicas. Luiz Carneiro é o nome menos frequente e sobre ele não foi possível obter mais informações, pois as buscas realizadas a partir da assinatura não produziram resultados conclusivos.

Já as ilustrações de Mariza Dias Costa (1952-2019) tornaram-se reconhecíveis ao longo do contato com o material, em razão de características marcantes de sua produção, especialmente o uso acentuado do claro-escuro e a configuração expressiva das figuras. Em algumas imagens, entretanto, não aparece a rubrica “Mariza” nem qualquer outra indicação de autoria. Nesses casos, embora o traço apresente proximidade formal com seu trabalho, não é possível atribuí-las de maneira conclusiva à artista.⁸⁶

O Dossiê possuía uma composição característica, o que não significa uma diagramação invariável. A quantidade de textos, sua disposição, o espaço ocupado pelas imagens, a quantidade delas, e a presença de mapas, tabelas ou boxes dependiam das características de cada tema. O elemento constante estava menos na repetição de um modelo espacial rígido do que na articulação desses componentes em torno de uma questão central.

A distribuição entre títulos, textos, imagens, mapas, dados, legendas estabelecia hierarquias, sugeria uma ordem de leitura e aproximava acontecimentos imediatos de antecedentes históricos e interpretações mais abrangentes. O estudo de caso a seguir concentra-se na composição visual e editorial de um Dossiê que não será retomado nas análises do capítulo seguinte.

A escolha permite separar dois níveis da pesquisa. Neste tópico, o Dossiê-Folha é examinado como dispositivo editorial, conforme o definimos; no capítulo 3, nosso interesse estará nos sentidos políticos produzidos por conjuntos de Dossiês a partir de certos eixos temáticos estabelecidos. Essa abordagem com a fonte evita antecipar as análises posteriores por meio da descrição do formato, ao mesmo tempo em que estabelece as condições materiais a partir das quais essas narrativas foram construídas.

⁸⁶ Ilustradora e artista gráfica nascida na Guatemala, filha de diplomata brasileiro, Mariza Costa viveu em diferentes países antes de se radicar no Brasil. Ingressou na *Folha* na década de 1970 e suas ilustrações possuíam uma identidade visual impactante. Seu trabalho rompia com o papel secundário da ilustração jornalística, elevando-a a uma obra autônoma que complementava e, por vezes, subvertia o texto. Mariza utilizava o nanquim e sombras densas para retratar temas para criar uma linguagem visual marcada por uma estética que beirava o grotesco, traduzindo a estranheza e o horror do cotidiano através de figuras bastante expressivas, com olhos e dentes arregalados. Ver: FOLHA DE S. PAULO. ILUSTRAÇÕES de Mariza levaram o horror do cotidiano para as páginas do jornal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 out. 2020.

Mobilizamos o Dossiê “Ilhado, o comunismo cubano chega aos 25 anos”, publicado em 1º de janeiro de 1984. O conjunto ocupava duas páginas da editoria Exterior, ligadas pelas indicações de continuidade impressas no alto de cada uma, de modo a compor uma unidade editorial por meio de textos, fotografias, legendas e informações organizadas em torno do aniversário da revolução. O exemplar não será tomado como modelo único para os demais Dossiês, mas como uma composição que abarca muitas características do formato. Para tornar visível a arquitetura do conjunto, as Figuras 8 e 9 reproduzem as duas páginas que compõem a publicação.

Figura 8- Primeira página do Dossiê-Folha “Ilhado, o comunismo cubano chega aos 25 anos”



Fonte: Folha de S. Paulo (1984).

Figura 9 - Continuação do Dossiê-Folha “Ilhado, o comunismo cubano chega aos 25 anos”



Fonte: Folha de S. Paulo (1984)

A identificação “Dossiê-Folha” aparece centralizada no cabeçalho, acima do título principal, sem assumir a forma inclinada do selo presente em outras edições. A variação gráfica não elimina sua função de demarcar o conteúdo especial. Logo abaixo, o título “Ilhado, o comunismo cubano chega aos 25 anos” atravessa quase toda a largura da página e estabelece simultaneamente o recorte temporal e a chave interpretativa do conjunto. A Revolução Cubana era retomada a partir de sua duração, enquanto o adjetivo “ilhado” associava a condição geográfica do país ao isolamento político e econômico atribuído ao regime.

A parte superior da primeira página é ocupada predominantemente por fotografias, acompanhadas por legendas que identificam momentos e aspectos distintos da experiência cubana. Fidel Castro aparece como liderança central; outras imagens remetem aos primeiros anos do regime, aos julgamentos e fuzilamentos de opositores, à aproximação com a União

Soviética, à participação cubana em conflitos externos, à saída de refugiados e às manifestações de apoio à revolução.

A montagem fotográfica participa da temporalidade retrospectiva que organiza o Dossiê. Como observa Peter Burke, imagens organizadas em sequência podem construir narrativas e condensar processos históricos.⁸⁷ Nesse contexto, as fotografias cumprem uma função: sua justaposição, as legendas e a cronologia orientam uma leitura que parte da queda de Batista e alcança a situação contemporânea do regime. A retrospectiva é construída, portanto, pela relação entre o que se vê, o que se lê e a ordem em que esses elementos foram distribuídos.

Figura 10 - Cabeçalho, título e composição fotográfica do Dossiê sobre os 25 anos da Revolução Cubana



Fonte: Folha de S. Paulo (1984).

Essa construção temporal é aprofundada na segunda página pelo quadro “No Réveillon de 1959, Batista fugia”, produzido pelo Banco de Dados da *Folha*. Organizado por anos, o recurso recupera acontecimentos que se estendiam da queda de Fulgêncio Batista aos desdobramentos posteriores da revolução. A escolha do título estabelece ainda uma correspondência entre o calendário histórico e o momento da publicação: o Dossiê circulava

⁸⁷ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 175.

em 1º de janeiro de 1984, exatamente quando se completavam 25 anos da fuga de Batista e da vitória revolucionária.

Figura 11- Cronologia “No Réveillon de 1959, Batista fuga”

No Réveillon de 1959, Batista fuga

Banco de Dados	
Relacionamos a seguir os principais fatos ocorridos desde a batalha de Santa Clara (29/12/1958), quando o destino da guerra civil cubana passou a pender a favor do movimento 26 de Julho, provocando a fuga do presidente Fulgencio Batista para a República Dominicana em pleno “réveillon”.	Julho - Realiza-se em Havana a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), com representantes de organizações subversivas de 27 países da América Latina e Caribe. O governo cubano se compromete a apoiar e fomentar atividades guerrilheiras nos países latino-americanos (31/7/ 11/8).
1959	1968
Janeiro - São executados 485 membros do governo de Batista, mas o “paredón” continuará fazendo vítimas nos meses e anos seguintes. Manuel Urrutia torna-se o novo presidente de Cuba. Fidel Castro e seus seguidores entram em Havana.	Janeiro - É anunciada a prisão de 9 comunistas de destaque, entre eles Anibal Escalante, veterano do antigo PC cubano, condenando a 15 anos de prisão.
Agosto - Anticastrostas são repelidos ao invadirem a ilha de Pinar, para libertar cerca de 4 mil presos políticos ali confinados.	Agosto - Cerca de 600 presos políticos iniciam greve de fome, mantida por várias semanas, ao longo das quais pelo menos seis morrem de inanição. O protesto foi motivado pelas más condições carcerárias, objeto de denúncias periódicas da parte de entidades internacionais de defesa dos direitos humanos.
1960	1969
Fevereiro - É firmado o primeiro acordo comercial com a União Soviética.	Julho - Fidel Castro admite o fracasso do plano de produzir 10 milhões de toneladas de açúcar.
Julho - O novo governo intervém em empresas norte americanas - Esso (Standard Oil), Shell e Texaco, por se recusarem a retirar petróleo soviético e em unânime de açúcar.	1970
Outubro - A intervenção atinge os bancos e 382 empresas diversas (14/10), sendo a 23/10 concluída a operação com a inclusão de mais 167 empresas, entre elas Coca Cola, Sears e 30 seguradoras. Em represália as EUA, entre outras medidas, suspendem a importação de açúcar cubano.	Julho - Fidel Castro admite o fracasso do plano de produzir 10 milhões de toneladas de açúcar.
1961	1971
Janeiro - O governo do presidente norte americano Dwight Eisenhower rompe relações diplomáticas com Cuba.	Abri - O governo cubano promulga a lei “antipropaganda”, prevendo pena de até dois anos de trabalhos forçados para os infratores.
Abri - Forças de Fidel derrotam, após 72 horas de combate na praia de Girón, na Baía dos Porcos, cerca de 2 mil invasores anticomunistas apoiados pelos EUA ja no governo Kennedy.	1973
Maio - Fidel declara que “a revolução é socialista”.	Fevereiro - Cuba e EUA firmam acordo (13/2) para extradição de piratas do ar (de 1961 a 1973 foram desviados 143 aviões para Cuba).
Dezembro - O regime cubano institui o marxismo-leninismo como ideologia oficial.	1974
1962	Dezembro - As relações de Cuba com o Vaticano não oficialmente normalizadas (20/12). A Venezuela é o primeiro país da OEA a restituir relações diplomáticas com Havana. O México não chegou a rompê-las.
Fevereiro - A OEA exclui Cuba de seus quadros (18/2).	1975
Outubro - Washington constata a instalação de mísséis nucleares soviéticos em Cuba e bloqueia a ilha de 22/10 a 22/11, fazendo com que Moscou se obrigasse, em 21/12, a retirar os mísseis e não fornecer mais armas ofensivas a Fidel Castro.	Novembro - Fidel embarca tropa de elite (600 homens), que chega a Angola. O dirigente cubano proclama juízo oficial de três dias pela morte do dirigente espanhol Francisco Franco (20/11), com cujo governo havia rentado relações meses antes.
1963	Dezembro - Realiza-se o 1º Congresso do PC cubano (17-22/12), após o qual Fidel passa a ocupar os cargos de presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros, mantendo ainda o de comandante das Forças Armadas. É extinto o cargo de presidente da República, ocupado por Osvaldo Dorticos.
De abril a junho , o governo nacionaliza 70 por cento das terras.	1976
1964	Fevereiro - 3,5 milhões de cubanos participam de um plebiscito - em que opositores não puderam discutir suas idéias - que aprova a nova Constituição do país.
Maio - O Brasil rompe relações diplomáticas com Havana.	Setembro - Fidel assinala a gravidade da situação econômica de Cuba, que atribui ao baixo preço do açúcar no mercado internacional (US\$ 0,075 por libra contra US\$ 0,055 por libra em novembro de 1974) o prevê queda de 25 por cento na produção do exercício (27/9).
1965	Outubro - Havana denuncia o acordo sobre pirataria aérea que mantinha com os EUA (15/10).
Abri - Ernesto “Che” Guevara renuncia ao cargo de ministro da Indústria e vai para a África a fim de participar da guerrilha no Congo, onde permanece até novembro, indo depois para Angola e em seguida para a Bolívia, onde é morto a 8/10/1967.	Dezembro - É criada a Assembléia Nacional, de 479 membros, órgão legislativo monopartidário.
Outubro - É criado o novo Partido Comunista Cubano.	1977
1967	Janeiro - A Anistia Internacional afirma haver 4 mil prisioneiros políticos em Cuba (1/1).
Maio - Fidel põe fim à ponte aérea iniciada em 1961 entre Havana e Miami, o que desde 1965 levava 300 mil refugiados cubanos para os EUA.	Fevereiro - O presidente Jimmy Carter vincula a melhoria de relações com Cuba ao fim da interferência cubana no exterior, principalmente em Angola.
	Março - Carter suspende a proibição sobre viagens de turismo e negócios a Cuba (9/3).
	Junho - Fidel Castro declara à TV norte americana haver de 2 mil a 3 mil presos políticos na ilha, contra 15 mil em 1959. Na mesma época, fontes do governo norte-americano registravam essa cifra entre 10 e 15 mil prisioneiros, em sua maioria submetidos a trabalhos forçados.
	Setembro - Os EUA e Cuba iniciam contatos a nível de encarregado de negócios (1/9).
	1978
	Novembro - Fidel Castro afirma que se dispõe a liberar 3 200 prisioneiros políticos (400 por mês) se os EUA lhes derem asilo (22/11).
	1979
	Julho - Fidel critica o desempenho dos trabalhadores cubanos, considerando-o sintoma do “fracasso do nosso sistema” (4/7). Desde o início do ano o regime libertou cerca de 1.900 presos políticos.
	Setembro - Realiza-se em Havana a Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados (3/9).
	Outubro - Fidel vai a Nova York depois de 19 anos, para proferir discurso perante a Assembléia Geral da ONU (11-14/10). É libertado, após 20 anos de prisão, o ex-comandante revolucionário dissidente Hubert Matos (21/10).
	1980
	Janeiro - Fidel Castro reformula o gabinete e assume os ministérios da Defesa, Interior, Saúde Pública e Cultura (11/1).
	Abri - Cerca de 10 mil cubanos pedem asilo à embaixada do Peru (4-5/4). A permissão para que saiam do país os que o desejarem provoca um êxodo de dezenas de milhares de cubanos para os EUA nos meses subsequentes.
	1981
	Setembro - O governo Reagan anuncia plano de transmissões radiofônicas voltadas para Cuba, através do Rádio Martí (23/9).
	1982
	Abri - Reagan restringe viagens turísticas e comerciais para Cuba (19/4).
	Outubro - O poeta Armando Villalón é libertado após 22 anos de prisão (18/10). Maus-tratos e subalimentação o deixaram semiparalítico.
	1983
	Janeiro - A agência de notícias UPI divulga relatório de uma o grupo de inteligência ocidental, segundo o qual a ajuda soviética a Cuba é de 4 bilhões de dólares anuais e a dívida total atinge de 7 a 9 bilhões de dólares (25/1).
	Maio - O governo dos EUA pede a Cuba que aceite vários milhares de cubanos “indesejáveis” que emigraram para Miami em 1980; a proposta é rejeitada por Havana.
	Junho - O ex-presidente Osvaldo Dorticos (1969-1976) suicida-se aos 64 anos.
	Dezembro - A Comissão de Direitos Humanos da OEA divulga relatório ressaltando a ainda total intolerância do regime cubano, dando ênfase à aguda restrição dos direitos individuais e ao tratamento extremamente cruéis dispensado aos presos políticos, mas reconhecendo os avanços de Havana nos campos da saúde, educação e alimentação.

Fonte: Folha de S. Paulo (1984).

A cronologia se relaciona com os demais textos, que examinam diferentes dimensões do regime. Na primeira página, J. B. Natali apresenta um balanço da situação cubana; Paulo Francis discute a combinação entre repressão política e garantia de condições materiais de vida em “Um Estado policial onde não falta comida”; Newton Carlos aborda as relações com os Estados Unidos em “Com Reagan, intensifica-se o cerco iniciado em 61”. Na continuação, Roberto Pereira analisa a estrutura das Forças Armadas, enquanto Antonio Candido, Jorge

a identificação gráfica, a concentração temática e a combinação de temporalidades distinguiam o Dossiê do fluxo regular de notícias. No caso cubano, a data comemorativa forneceu o ponto de partida para uma narrativa retrospectiva que fazia da página jornalística também um espaço de balanço histórico.

2.3 – A imprensa brasileira e a América Latina imaginada

“Ahora todos quieren ser latinos, pero Le faltan sazón, batería y reggaeton”. A provocação feita por Bad Bunny na faixa musical *El Apagón*, de 2022, sintetiza um fenômeno peculiar de uma época em que a latinidade se tornou um ativo de prestígio no mercado pop global.⁸⁸ No cenário contemporâneo, ser latino-americano parece estar “na moda”, configurando uma estética exportável por meio de ritmos que dominam as paradas de sucesso e são consumidos em larga escala pela indústria cultural. Ao mesmo tempo, trata-se de uma identidade mobilizada como símbolo de autenticidade, pertencimento e resistência cultural.

Não à toa, o cantor porto-riquenho foi o artista mais escutado no mundo em 2025 na plataforma de áudio Spotify.⁸⁹ No entanto, o *sazón* - “tempero” ou “molho” - ao qual Bad Bunny se refere parece apontar para a latinidade enquanto uma designação de pertencimento e autodeterminação, isto é, para uma experiência histórica que não pode ser simplesmente mimetizada. Mais do que um conjunto de referências estéticas ou culturais, o “ser latino” carrega sentidos construídos a partir de experiências políticas, sociais e históricas específicas.

Quando Darcy Ribeiro indaga se “a América Latina existe?”, é evidente que a resposta é afirmativa enquanto região geográfica e, nesse sentido, dificilmente se negaria hoje que o Brasil faz parte dela. Entretanto, a ideia de que os brasileiros são latinos está longe de constituir um consenso entre nós. No início deste ano, com a projeção internacional conquistada por Bad Bunny, foi reaceso nas redes sociais o debate sobre os significados atribuídos à latinidade e sobre o lugar ocupado pelos brasileiros nessa identidade.

Na ocasião, a BBC Brasil publicou o artigo intitulado “Brasileiros são latinos ou não - e por que isso é tão polêmico?”, trazendo dados da pesquisa “O Brasil, as Américas e o Mundo segundo a Opinião Pública”, realizada pelo Cebrap em 2023. Diante da pergunta

⁸⁸BAD BUNNY. *El Apagón*. [S. l.]: Rimas Entertainment, 2022. 1 fonograma (ca 3 min). Disponível no Spotify. Acesso em: 27 jul. 2026.

⁸⁹SPOTIFY. The top artists, songs, albums, podcasts, and audio books of 2025. *Spotify Newsroom*, 3 dez. 2025. Disponível em: <https://newsroom.spotify.com/2025-12-03/wrapped-top-artists-songs-albums-podcasts-audiobooks/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

“Com relação à sua identidade, o senhor/senhora se sente:”, 83% dos entrevistados afirmaram sentir-se brasileiros. Os resultados tornam-se ainda mais reveladores quando 10% preferem a designação de “cidadão do mundo”, enquanto apenas 4% se identificam como latino-americanos.⁹⁰ Ao escolherem uma suposta universalidade cosmopolita em detrimento da identificação regional, os brasileiros reiteram uma aspiração histórica de pertencimento que, muitas vezes, abre mão da América Latina como espaço de reconhecimento coletivo.

Mas essa não é uma questão exclusivamente brasileira, tampouco se trata de um debate recente. A América Latina constitui uma categoria histórica, formulada e reformulada em diferentes contextos políticos e intelectuais. Sua abrangência, limites e os elementos considerados capazes de conferir unidade à região nunca foram inteiramente consensuais. O termo reuniu sociedades marcadas por experiências coloniais, formações nacionais e trajetórias políticas diversas, mas também foi mobilizada para estabelecer diferenças em relação aos Estados Unidos e à Europa.

Na *Folha*, a organização temática promovida pelo Dossiê pressupunha também uma operação de nomeação. Ao aproximar países e processos políticos sob “América Latina”, “América Central” ou “Cone Sul”, a editoria localizava os acontecimentos e, ao mesmo tempo, construía relações entre eles, sugerindo a existência de experiências compartilhadas. Como demonstraram o levantamento do noticiário e a análise dos Dossiês, em determinados momentos, predominavam os recortes nacionais; em outros, diferentes países eram reunidos em interpretações continentais ou sub-regionais.

Discutir a América Latina remete à questão da formação das comunidades políticas no continente, pois tanto as nações americanas quanto as identidades supranacionais que procuraram reuni-las decorrem das aproximações e dos distanciamentos historicamente construídos. Por isso, para analisar a representação da região pela *Folha de S. Paulo*, é preciso considerar como determinados territórios e populações passaram a ser imaginados como integrantes de um mesmo espaço histórico e político.

Benedict Anderson parte justamente do caráter historicamente construído dessas comunidades para apontar que, longe de ser um dado natural ou o despertar de uma unidade atemporal, “[...] a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal

⁹⁰CARRANÇA, Thais. Brasileiros são latinos ou não - e por que isso é tão polêmico? *BBC News Brasil*, 13 fev. 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0zdpj7ppeo>. Acesso em: 27 jul. 2026.

diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou um cenário para a nação moderna.”⁹¹

A nação é, pois, uma comunidade política imaginada, inerentemente limitada e soberana. Imaginada porque os membros de até mesmo a menor nação jamais conhecerão, ouvirão ou encontrarão a maioria de seus compatriotas, não dependendo do contato físico, mas sim de um vínculo mental construído. Limitada pois existem fronteiras, além das quais residem outras nações: a nação define quem “somos nós” ao definir quem “não somos”. Soberana, pois detém autoridade política própria, isto é, um povo que quer governar a si mesmo. Mas ao contrário das formulações clássicas que tendem a localizar a gênese do nacionalismo na Europa, Anderson demonstra que os primeiros Estados-nações modernos, na verdade, nasceram nas Américas no final do século XVIII e início do XIX, de modo que o continente americano atuou como o pioneiro da consciência nacional.⁹²

A variedade linguística e a consolidação da burguesia em decorrência do avanço capitalista são os fatores identificados pelo autor como imprescindíveis para o surgimento do nacionalismo europeu, contudo, na América Latina tais elementos não estavam presentes, ao menos não da mesma maneira. A tentativa de aumento do controle metropolitano em finais de século XVIII e a chegada às colônias das ideias iluministas contribuíram para o ímpeto de resistência nas Américas espanholas, mas sozinhas também não são capazes de explicar porque entidades nacionais se tornaram “emocionalmente plausíveis e politicamente viáveis” pela América.⁹³

Os Estados independentes americanos que se consolidaram no século XIX herdaram em grande parte suas fronteiras da moldagem inicial das unidades administrativas designadas pelo poder metropolitano espanhol a partir do século XVI. Do ponto de vista geográfico, político e econômico - a imensidão do Império Hispano-americano, variedade de climas e solos, limitação na comunicação, formação de zonas econômicas distintas - havia uma certa dimensão de isolamento e autossuficiência nessas regiões que se traduziria nas fronteiras nacionais após-independência.⁹⁴ Ainda assim, a existência dessas áreas não era suficiente para criar laços, isto é, o sentimento de um pertencimento coletivo a elas.

Anderson atribui aos pioneiros crioulos papel central nas revoluções na América Espanhola. Essa elite colonial, descendente de espanhóis, ocupava uma posição

⁹¹ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.82.

⁹²ANDERSON, 2008, p. 85.

⁹³ANDERSON, 2008, p. 90.

⁹⁴*Ibid.*, p. 91.

estruturalmente ambígua: compunha a parcela latifundiária que explorava a mão de obra nativa e escravizada, mas sofria uma subordinação política e administrativa insuperável imposta pela Coroa em favor dos peninsulares.

A base territorial e emocional que daria contorno aos novos Estados nacionais americanos foi forjada pelo que Benedict Anderson denomina peregrinações administrativas. Ao contrário dos funcionários peninsulares, que usufruíam de uma mobilidade global por todo o Império e podiam aspirar aos cargos mais altos na metrópole, o funcionário crioulo enfrentava uma dupla limitação geográfica. Havia uma barreira vertical, que lhes impedia o acesso ao topo da hierarquia administrativa na Europa, e uma restrição lateral, que limitava seus deslocamentos e cargos ao território específico de sua província ou vice-reino.

O compartilhamento dessa jornada limitada teria contribuído para que os crioulos desenvolvessem um senso de coletividade, na medida em que “todos na América espanhola se consideravam americanos, visto que esse termo designava justamente a fatalidade de terem nascido fora da Espanha.”⁹⁵ O isolamento geográfico e administrativo forçou esses indivíduos a imaginarem aquele espaço restrito não mais como uma subdivisão administrativa da Coroa, mas como uma pátria soberana e distinta.

Anderson explica que a viabilização dessa nova solidariedade política e a percepção de uma comunidade horizontal foram consolidadas pela emergência do capitalismo tipográfico na transição do século XVIII para o XIX. A expansão das tecnologias de impressão para o solo americano marcou uma etapa decisiva na reconfiguração do mercado de ideias, transformando o periódico em um elemento-chave para a vida pública e comercial. A elite crioula passou a dispor, então, de uma plataforma para expressar seus anseios e demandas coletivas.

A imprensa tipográfica, por meio da figura do editor-jornalista, permitiu que eventos díspares fossem justapostos em uma mesma página impressa, operando um sentimento de simultaneidade. As gazetas locais publicavam datas da chegada e da partida de navios, preços de mercadorias, decretos coloniais e casamentos. Ao fazer isso, o jornal criava uma comunidade imaginada específica entre os leitores para os quais aqueles navios, noivas e preços pertenciam, unificando-os pela estrutura mercantil da própria colônia.⁹⁶

Contudo, esse mercado editorial era profundamente localista. O leitor de Caracas não consumia o jornal da Cidade do México, e vice-versa. Esse isolamento estrutural e a vasta pluralidade de circuitos de comunicação separados é importante para explicar por que a utopia

⁹⁵ ANDERSON, 2008, p. 103.

⁹⁶ *Ibid.*, p.102.

de uma única nação hispano-americana ruiu, resultando na fragmentação do antigo Império hispano-americano em dezoito repúblicas distintas. Ainda assim, a circulação dos impressos foi capaz de gerar a diferenciação entre *nós* e *eles*: a noção de *nosotros los americanos* forjada a partir da oposição à metrópole europeia.

A essas construções nacionais somaram-se, no século XIX, as disputas em torno da própria denominação “América Latina”. Como aponta a historiografia contemporânea, a nomeação da região e a própria consolidação do conceito operaram, desde o início, sob a égide da colonialidade do poder. Antes mesmo de ser adjetivada como “latina”, a imposição da palavra “América” já representava o silenciamento das denominações dos povos originários, enquadrando o novo espaço territorial estritamente nos limites da cosmologia europeia.⁹⁷

A adjetivação “latina”, por sua vez, emergiu em meados do século XIX como um instrumento retórico do imperialismo francês. O historiador inglês Leslie Bethell demonstra que a expressão *Amérique latine* foi inicialmente gestada por intelectuais franceses vinculados aos interesses de Napoleão III, com destaque para Michel Chevalier na década de 1830⁹⁸. O objetivo primordial dessa formulação pan-latina era estabelecer uma afinidade cultural e linguística que justificasse a intervenção da França sobre as repúblicas americanas de origem ibérica. Tratava-se de um movimento geopolítico calculado para conter a influência anglo-saxã e protestante dos Estados Unidos sobre o continente, projeto que culminou, de forma prática, na invasão militar francesa ao México em 1861.

Contudo, a polissemia do conceito o fez ser rapidamente apropriado e ressignificado por intelectuais hispano-americanos. Nesse contexto, destacam-se o poeta colombiano José María Torres Caicedo e o chileno Francisco Bilbao, que, na década de 1850, mobilizaram publicamente a expressão “América Latina”.

Apesar da fragmentação da América Espanhola em dez repúblicas no momento de sua independência (até meados do século já havia 16), esses políticos, intelectuais e escritores, nos anos 1850 e 1860, mantinham a ideia (anteriormente propagada não só por Simón Bolívar, mas mais notavelmente por Andrés Bello) de que existe uma consciência e identidade hispano-americana/latino-americana comum que supera os “nacionalismos” locais e regionais. E, tal como Michel Chevalier, eles argumentavam que a “América Latina” era fundamentalmente distinta dos Estados

⁹⁷SILVA, Aline Santos; OLIVEIRA, Gilca Garcia de; OLIVEIRA, Gabriela de Freitas. O Brasil na América Latina: reflexões sobre a construção da identidade(s) latino-americana. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 31., 2017, Montevideo. Anais [...]. Montevideo: ALAS, 2017, p.7.

⁹⁸BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, jul./dez. 2009, p.292.

Unidos, a “outra” América. Acima de tudo, também acreditavam que os Estados Unidos eram seu inimigo.⁹⁹

Para essa elite intelectual *criolla*, a “latinidade” tornou-se sinônimo de unidade das repúblicas hispânicas frente à agressividade letal da *raza sajona* (raça saxônica), isto é, a expansão territorial e utilitarista dos Estados Unidos – materializada na anexação do Texas e na Guerra Mexicano-Americana.¹⁰⁰ Nesse período de gênese discursiva, vale destacar que o conceito de América Latina equivalia estritamente à América Espanhola, não incluindo o Brasil.

O Império brasileiro, dotado de uma estrutura monárquica, dimensões continentais e uma economia balizada pela escravidão africana em larga escala, era visto com profunda desconfiança pelas repúblicas hispânicas. Simón Bolívar excluiu categoricamente o Brasil do Congresso do Panamá em 1824, pois o via como uma ramificação do sistema europeu colonial. O próprio Brasil, em contrapartida, não demonstrava interesse pelos países de língua espanhola, não fossem as disputas fronteiriças com os vizinhos do sul.

Bethell explica que o Estado brasileiro, durante o Segundo Reinado (1840-1889), consolidou uma identidade nacional pautada pelo distanciamento deliberado em relação a uma “América Latina” ou “Hispano-América”, postura fundamentada em uma orientação atlântica. Pois diferente das repúblicas hispânicas, cujas trajetórias eram marcadas pelo temor de intervenções de potências como Estados Unidos, França ou Espanha, o Brasil monárquico desfrutava de uma posição de relativa segurança e estabilidade.

O historiador ressalta que as conexões brasileiras eram hierarquizadas, sendo que o pragmatismo econômico ligava o país aos britânicos, enquanto o repertório civilizacional e cultural era importado da França.¹⁰¹ A terminologia utilizada pelos diplomatas da época – “América Meridional” ou “América do Sul” – também expressava uma leitura pela perspectiva geográfica e estratégica da vizinhança. O interesse brasileiro restringia-se a pontos de tensão específicos, como a região do Rio da Prata, tratando a relação com os vizinhos como uma questão de fronteira e não como uma comunhão continental.

A proclamação da República em 1889 alterou, em certa medida, essa orientação, pois para os signatários do Manifesto de 1870, o Império era o principal responsável pelo distanciamento entre o Brasil e seus vizinhos. Ao isolamento geográfico, cultural e linguístico, somava-se as diferenças de caráter político-ideológico. Inspirada pelo lema

⁹⁹ BETHELL, 2009, p. 292.

¹⁰⁰ *Ibid.*

¹⁰¹ BETHELL, 2009, p. 295.

“Somos da América e queremos ser americanos”, para a nova elite política, ser monarquista era ser “europeu” em solo americano, o que impedia maior integração com as repúblicas hispano-americanas e, principalmente, com os Estados Unidos. Com a queda do Império, houve uma aproximação com os vizinhos do Sul, como Argentina e Chile, mas Bethell ressalta que o movimento mais vigoroso foi em direção ao Norte, e o Brasil tornou-se um defensor do pan-americanismo. Assim, a vontade de “ser americano” traduziu-se em uma aliança estratégica com os Estados Unidos.¹⁰²

Na formulação dessa narrativa diplomática, o Brasil projetava a si mesmo e aos Estados Unidos como os dois “gigantes” do hemisfério ocidental, ressaltando suas excepcionalidades frente à América Espanhola. Ambos compartilhavam dimensões continentais, vastos recursos naturais e de potencial econômico, regimes de estabilidade institucional - a Constituição de 1891 foi fortemente decalcada na estadunidense - e, sobretudo, ambos eram essencialmente distintos das “nações latino-americanas”.¹⁰³

Do ponto de vista estrutural e econômico, ao longo das primeiras décadas do século XX, os Estados Unidos substituíram a Grã-Bretanha como o principal parceiro comercial do Brasil, despontando como o maior comprador do nosso principal bem de exportação, o café, e como o fornecedor prioritário de bens manufaturados. Essa relação próxima avançou também para o campo financeiro, com o capital estadunidense passando a desafiar e suplantar os investimentos britânicos.¹⁰⁴

No campo político-ideológico, a atuação brasileira contrastava com a resistência observada na região. As repúblicas hispano-americanas recebiam o projeto pan-americano dos EUA com intensa desconfiança, enxergando-o como um mecanismo de exploração para ratificar sua hegemonia política e econômica, e assegurar a futura exploração da região. O Brasil, por outro lado, adotava uma postura colaborativa.¹⁰⁵ O governo republicano brasileiro ofereceu apoio aos Estados Unidos nas Conferências Pan-Americanas, não censurou a Guerra Hispano-Americana de 1898, fez vista grossa às inúmeras e violentas intervenções militares norte-americanas na América Central, Caribe e México, e chegou a aprovar o controverso corolário de Roosevelt à Doutrina Monroe¹⁰⁶.

¹⁰² BETHELL, 2009, p. 296.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 297.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 298.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p.296.

¹⁰⁶ O Corolário Roosevelt buscava legitimar as intervenções militares dos EUA como defensivas e preventivas, já que não visavam à aquisição de territórios, mas à preservação da “civilização, da ordem, da estabilidade e do progresso”. A intenção era levar ao poder governantes ou grupos políticos favoráveis aos interesses norte-

Nesse momento, Washington também representava a única defesa eficaz contra o imperialismo europeu - este sim, temido pelo Brasil - e a única força capaz de impor ordem à suposta instabilidade hispano-americana. O ápice prático dessa diplomacia evidenciou-se no engajamento militar e diplomático internacional, quando o Brasil foi a única grande república sul-americana a abandonar a neutralidade e seguir os Estados Unidos na declaração de guerra à Alemanha na Primeira Guerra Mundial (1917).

Os intelectuais hispano-americanos, dos anos 1880 até a Segunda Guerra Mundial, eram bastante hostis aos Estados Unidos, ao imperialismo norte-americano, à cultura norte-americana, e ao pan-americanismo¹⁰⁷. Tal resistência ao expansionismo anglo-saxão levou intelectuais hispano-americanos a mobilizarem diversos termos que tinham em comum a sistemática exclusão do Brasil. As nomenclaturas buscavam ressaltar aspectos culturais, étnicos ou raciais específicos que se restringiam às fronteiras do antigo Império hispano-americano.

No fim do século XIX e início do XX, intelectuais como o cubano José Martí e o uruguaio José Enrique Rodó popularizaram a expressão “Nuestra América”, que exaltava o idealismo e o humanismo “latinos” em oposição ao materialismo e ao utilitarismo dos Estados Unidos. Nas décadas seguintes, buscando dar protagonismo às populações nativas e mestiças, o peruano Victor Raúl Haya de la Torre formulou o conceito de “Indoamérica”, enquanto seu compatriota José Carlos Mariátegui preferiu “América Indo-Ibérica”. Para esses pensadores, as repúblicas hispano-americanas formavam uma totalidade cultural e política da qual o Brasil não fazia parte, ao menos não até o fim do Império e a abolição da escravidão. Além de que estavam preocupados, em sua maioria, com a consolidação de suas próprias identidades nacionais ou de uma cultura pan-hispânica que não contemplava nem o vizinho lusófono, nem os Estados Unidos.¹⁰⁸

Há, contudo, algumas exceções de intelectuais que tentaram inserir o Brasil na formulação de uma identidade hemisférica. O diplomata argentino Martín García Merou foi um precursor ao escrever a obra *El Brasil intelectual* (1900), buscando apresentar a cultura brasileira ao público de fala espanhola¹⁰⁹. Do ponto de vista político e identitário, o argentino Manuel Baldomero Ugarte destaca-se como, possivelmente, o primeiro grande intelectual hispano-americano a defender de forma veemente a inclusão do Brasil na “América Latina”.

americanos, obter o pagamento de dívidas, ou ainda combater movimentos revolucionários em sua área de influência.

¹⁰⁷BETHELL, 2009, p. 299.

¹⁰⁸*Ibid.*, p. 300.

¹⁰⁹*Ibid.*, p. 301.

O argentino argumentava que o Brasil era “uma variante especial” da herança ibérica e deveria ser tratado como “parte integrante da nossa família de nações”. Para ele, a oposição ao imperialismo norte-americano exigia uma unidade continental absoluta, advertindo que não poderia existir um “latino-americanismo parcial”, tal como defenderia Darcy Ribeiro, décadas depois.

Outra exceção foi o pensador mexicano José Vasconcelos. Em seu ensaio *El problema del Brasil* (1921), defendeu a integração do país com as demais repúblicas do continente, tendo inclusive se inspirado na miscigenação brasileira para formular o seu célebre capítulo sobre *El mestizaje*. Vasconcelos influenciou outros intelectuais, como o embaixador mexicano Alfonso Reyes, que publicaria dezenas de ensaios sobre a cultura brasileira na década de 1930. Ainda assim, a relação de Vasconcelos com o Brasil carregava ambiguidades: em escritos posteriores, como *Bolivarismo y Monroismo* (1934), ele manifestou o receio de que o Brasil não se aliasse à América Espanhola contra os Estados Unidos e alertou para as potenciais ambições imperialistas do Estado brasileiro na região.¹¹⁰

Por aqui, durante a Primeira República, os principais intelectuais brasileiros tinham suas próprias visões sobre as relações com os Estados Unidos e o pan-americanismo: o distanciamento brasileiro não era único em suas motivações, mas convergia para o mesmo resultado de afastamento. Eduardo Prado, por exemplo, embora fosse um crítico do imperialismo estadunidense na América Espanhola em sua obra *A ilusão americana* (1893), enquanto monarquista, nutria igual antipatia pelas repúblicas vizinhas, considerando a “fraternidade americana” uma mentira. Prado foi um dos expoentes da ideia de que o Brasil seria uma “imensa ilha”, separada pela origem e língua, moral e fisicamente das nações hispânicas.

No espectro oposto da diplomacia republicana encontrava-se Joaquim Nabuco, arquiteto do alinhamento aos Estados Unidos. Nabuco via na potência do Norte o nosso “único aliado possível” e justificava o distanciamento da América Espanhola apontando a anarquia, a guerra civil e o caudilhismo que, segundo ele, imperavam na região, com exceção de Argentina e Chile. Para o diplomata, a barreira da língua já era suficiente para isolar o Brasil do resto da Ibero-América, não havendo espaço para hesitação entre escolher a parceria com Washington ou com os vizinhos do Sul. Euclides da Cunha partilhava de um pragmatismo semelhante: considerava a hegemonia norte-americana inevitável e mantinha um

¹¹⁰ BETHELL, 2009, p. 301.

profundo pessimismo em relação à solidariedade sul-americana, vislumbrando, no máximo, uma confederação liderada em conjunto pelos EUA e pelo Brasil.¹¹¹

Mesmo aqueles que tentaram formular uma visão mais integrada acabaram esbarrando no abismo da alteridade. Manuel de Oliveira Lima criticava o pan-americanismo (que via como uma tentativa de “latinizar o monroísmo”), mas ainda assim concebia o Brasil e a América Espanhola como civilizações distintas e, por vezes, hostis. Manoel Bomfim, que em 1905 chegou a denunciar a dominação norte-americana e defendeu a “fraternidade” com base em uma “homogeneidade de sentimentos”, acabou, anos depois, concluindo que a região abrigava diferenças inconciliáveis, opondo radicalmente os “neoibéricos” (brasileiros) aos “neocastelhanos”.

Apenas vozes marginais, como a do crítico literário José Veríssimo, lamentavam publicamente o fato de que “nós, latino-americanos”, vivêssemos alheios e indiferentes uns aos outros, ignorando quase por completo nossas origens e interesses comuns. De qualquer maneira, as discussões em torno de “Ibero América”, “Nuestra América” ou “América Latina”, pouco reverberaram no Brasil. Os intelectuais brasileiros do período entreguerras, assim como os hispano-americanos, estavam mais interessados na formação de sua própria identidade nacional.

Mas quando foi, afinal, que o Brasil passou a fazer parte da América Latina? A inclusão do país operou-se fundamentalmente como uma imposição classificatória externa, capitaneada pelo projeto geopolítico e científico dos Estados Unidos. Segundo Bethell, a virada conceitual ocorre precisamente quando a “América Latina” é traduzida e institucionalizada como *Latin America*, momento em que o mundo passa a olhar para o Brasil como parte integrante da região. Essa reconfiguração territorial e simbólica começou a tomar forma nas décadas de 1920 e 1930, mas se consolidou durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.¹¹²

Durante o conflito mundial, o aparelho estatal norte-americano mobilizou a ciência para fins de inteligência, segurança e ensino, criando o *Ethnogeographic Board*. Esse órgão reuniu especialistas do *National Research Council*, da Smithsonian Institution e de outros centros acadêmicos com a finalidade de criar uma estrutura em torno da qual se organizariam as políticas e através da qual se desenvolveriam ensino e pesquisa. O *Board* começou por separar o mundo em continentes, com uma exceção: em vez de hemisfério ocidental, ou as Américas, ou mesmo América do Norte e América do Sul, criaram-se os Estados Unidos e a

¹¹¹BETHELL, 2009, p. 302-303.

¹¹²*Ibid.*, p. 306.

América Latina. Nesse contexto, as repúblicas situadas ao sul da fronteira estadunidense foram aglutinadas em um único bloco.¹¹³

A nova cartografia científica estadunidense passou a definir a América Latina como uma das regiões globais mais coesas em seus aspectos religiosos, linguísticos, históricos, políticos e econômicos. Para que esse enquadramento macroestrutural fizesse sentido, o aparato acadêmico dos Estados Unidos pouco considerou as profundas disparidades históricas, dimensões territoriais e diferenças linguísticas que separavam o Brasil da América Hispânica.

No período do imediato pós-guerra, essa taxonomia oficial estadunidense espalhou-se globalmente, passando a balizar a atuação de governos europeus, organizações multilaterais (a exemplo da CEPAL - Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe, fundada pela ONU em 1948), bem como fundações e ONGs. Contudo, o fator decisivo para a cristalização acadêmica e política do termo foi a proliferação dos *Latin American Studies* nas universidades norte-americanas. Financiados inicialmente pelo imperativo de compreender a “vizinhança” durante a Guerra Fria, o desenvolvimento desses programas sofreu uma aceleração após o triunfo da Revolução Cubana de 1959.

João Feres Jr. demonstra que havia, nesse momento, a existência de uma profunda simbiose entre o Estado norte-americano e os cientistas sociais: historiadores, sociólogos e cientistas políticos operavam como *policyscientists*, ou cientistas políticos, formulando teorias que justificavam as políticas de intervenção governamental. O enfoque teórico que prevaleceu nesse novo campo de estudos foi a teoria da modernização, que surgiu como uma tentativa de dar um discurso sociocientífico à agenda da política externa dos EUA, especialmente o combate ao comunismo no “Terceiro Mundo”.¹¹⁴

Segundo Feres Jr., essa teoria construiu discursivamente a América Latina por meio da formulação de oposições binárias assimétricas, que tinham invariavelmente os Estados Unidos como o polo de comparação positivo. Nos trabalhos de *LatinStudies* analisados em seu estudo, o autor identifica duas dimensões principais dessa assimetria. A primeira é a oposição assimétrica cultural: a academia estadunidense definiu a sociedade norte-americana - anglo-saxônica e protestante - pela racionalidade instrumental, pelo universalismo e *achievement* (realização). Em contrapartida, a América Latina foi patologizada como um *Outro* coletivo

¹¹³BETHELL, 2009, p. 308.

¹¹⁴FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: ANPOCS, 2005, p. 94.

marcado pela irracionalidade, pelo personalismo, pela “atribuição” hereditária e por heranças católicas que impediriam seu desenvolvimento.¹¹⁵

A segunda é a oposição assimétrica temporal. Feres Jr. demonstra que o discurso sociocientífico representava o Ocidente - centrado nos EUA - como dinâmico e em constante mudança histórica, enquanto a América Latina era enquadrada como “tradicional”, estática e imutável. A região padeceria de um “*handicap* histórico”, isto é, seu desenvolvimento estaria aprisionado a um passado feudal ibérico. Nessa interpretação, a instabilidade política crônica e as revoluções no continente não significavam progresso ou mudança política, mas constituíam uma “história não-histórica”, caracterizada por “movimento sem mudança”, que negava a esses povos a capacidade de ação.¹¹⁶

O autor continua, explicando que, ao retratar a região como culturalmente deficiente e historicamente incapacitada, a Teoria da Modernização indicava que os latino-americanos jamais alcançariam a modernidade por seus próprios esforços. Em consequência, o desenvolvimento exigia a intervenção, a tutela e o capital norte-americanos, justificando a política imperialista como necessária para “civilizar” a região. Essa mentalidade foi expressa na Aliança para o Progresso, programa lançado pelo presidente John F. Kennedy em 1961, destinado a fomentar o desenvolvimento socioeconômico na América Latina e conter a influência do socialismo.

Ainda assim, Bethell observa que mesmo nos centros de *Latin American Studies*, as pesquisas continuavam concentradas principalmente na América Espanhola (sobretudo México e América Central), de forma que os estudos especificamente brasileiros acabavam relegados a uma posição subalterna.¹¹⁷ Portanto, esse processo de composição da “América Latina” incorporou o Brasil a uma categoria geopolítica e sociocientífica formulada, em grande medida, para atender as necessidades estratégicas dos Estados Unidos.

Tal inclusão, contudo, não encerra o debate em torno da ideia de pertencimento do país a uma esfera maior que a posição geográfica. A noção de latino-americanidade chega com mais força nos anos 1960, com a esquerda intelectual que, no contexto da ascensão de governos ditatoriais, buscou realizar uma cooperação intelectual e um movimento de emancipação contra o imperialismo americano.

Darcy Ribeiro formula uma leitura oposta às visões que reduzem a região a uma categoria geopolítica externa ou a uma “patologia” institucional. O antropólogo constrói uma

¹¹⁵ FERES JÚNIOR, 2005, p.97.

¹¹⁶ *Ibid.*, p.98.

¹¹⁷ BETHELL, 2009, p.306.

perspectiva bastante engajada, na qual a América Latina constitui também uma identidade histórica a ser assumida politicamente na luta contra a dominação externa.¹¹⁸ Ribeiro reconhece a profunda fragmentação política do continente, apontando que, historicamente, as nações latino-americanas operaram como um “arquipélago de ilhas” que não convivem entre si, voltando-se invariavelmente para fora, para os grandes centros econômicos mundiais.

No entanto, argumenta que por baixo dessa desunião cívica, existe uma “uniformidade essencial” - macroétnica e cultural - fruto do mesmo processo civilizatório, isto é, a violenta expansão ibérica mercantil. Para o autor, a verdadeira causa do nosso atraso histórico reside no caráter intrinsecamente retrógrado de nossas elites.¹¹⁹ Ribeiro inverte, portanto, a lógica da Teoria da Modernização: em vez de atribuir ao Norte o papel de agente modernizador, identifica na tutela estadunidense uma das causas da dependência latino-americana.

A partir dessa crítica, Ribeiro associa a identidade latino-americana a um antagonismo essencial contra o imperialismo, e a superação dessa condição de dependência exige a retomada da utopia de Simón Bolívar e José Martí: a construção da “Pátria Grande”. Para o autor, o destino do Brasil está inescapavelmente atrelado a assumir essa identidade latino-americana, rompendo com a alienação que nos faz olhar para a Europa ou para a América saxônica enquanto ignoramos nossos vizinhos.

As questões que atravessam o campo historiográfico não permaneceram restritas à produção acadêmica. A unidade e a diversidade regional, a influência dos Estados Unidos e o lugar ambíguo do Brasil também apareciam nas páginas da *Folha de S. Paulo* em 1980. Como afirmava João Batista Natali, a competência do profissional de Exterior dependia de uma visão sobre aquilo que estava “historicamente por detrás da notícia” e que os telegramas das agências não eram capazes de transmitir.¹²⁰ Mesmo submetida à atualidade e às condições de produção do jornal diário, essa escrita mobilizava antecedentes, estabelecia periodizações, propunha explicações, de modo que os jornalistas realizavam um trabalho de historização.

A própria organização da cobertura participava desse processo. No levantamento do noticiário regular, os recortes nacionais eram predominantes, mas conviviam com textos que adotavam escalas regionais, como América Latina, América Central, América do Sul e Cone Sul. Nos Dossiês, essa operação torna-se ainda mais evidente. Títulos como “A aventura democrática no Cone Sul”, “Na América Central, o jogo do tudo ou nada” e “Crise, palavra

¹¹⁸RIBEIRO, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012. (Biblioteca Básica Brasileira).

¹¹⁹*Ibid.*, p. 43.

¹²⁰NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Ed. Contexto, 2016, p.72.

comum nas Américas” situam os acontecimentos em escalas regionais e aproximam experiências nacionais distintas, sugerindo problemas que ultrapassam as fronteiras de cada Estado.

A América Latina construída pelo jornal não era, entretanto, homogênea. Na cobertura do Cone Sul, a aproximação entre os países ocorria principalmente por meio das experiências ditatoriais, das crises dos governos militares e das possibilidades de abertura política. Na América Central, o vocabulário regional era associado com maior frequência à revolução, à guerra civil, à contrarrevolução e à intervenção dos Estados Unidos. Em outros textos, a dívida externa, a inflação e a dependência econômica permitiam reunir países distantes em um mesmo cenário de crise. O conteúdo atribuído à categoria mudava conforme os acontecimentos e os problemas que organizavam a cobertura.

A própria distribuição desigual das notícias participava dessa construção. Alguns países apareciam com recorrência, enquanto outros permaneciam em posição marginal. Essa seleção fazia com que determinadas experiências nacionais adquirissem a capacidade de representar questões mais amplas do continente. Argentina, Chile e Uruguai tornavam visíveis os dilemas das ditaduras e das transições civis; Nicarágua e El Salvador concentravam as tensões entre revolução, guerra e intervenção externa. A América Latina jornalística era construída a partir de alguns espaços privilegiados de observação, e não pela presença equilibrada dos países da região.

Nessa composição, o lugar do Brasil permanecia ambíguo. A presença do país na editoria se dá, principalmente, como ator diplomático, econômico ou político relacionado aos acontecimentos da região. Os dados quantitativos indicam essa posição, mas não permite por si só definir se o Brasil era apresentado como parte da região ou como observador externo, visto que a relação variava conforme o tema e a comparação estabelecida.

Em algumas ocasiões, a experiência brasileira era aproximada das demais sociedades latino-americanas pela ditadura, crise econômica, dívida externa ou expectativa de redemocratização; em outras, o país servia como parâmetro para avaliar os vizinhos. A categoria regional funcionava, assim, como uma escala interpretativa acionada de acordo com os problemas em discussão.

Conforme discute Benedict Anderson, ao reunir em uma mesma edição acontecimentos na Argentina, no Chile, na Nicarágua ou em El Salvador, o jornal produzia um efeito de simultaneidade: experiências espacialmente distantes passavam a integrar o mesmo presente político oferecido ao leitor brasileiro. Isso não é suficiente para afirmar que a *Folha*

tenha constituído uma comunidade latino-americana ou produzido uma identificação regional entre seus leitores. O que o jornal fez foi criar condições para que a América Latina fosse imaginada como um campo histórico relacionado: como espaço de autoritarismo e resistência, de dependência e intervenção estrangeira, de crise econômica e busca pela democracia.

A partir daqui, a análise se desloca da presença dos países para os sentidos atribuídos às suas experiências. Entre 1982 e 1984, dois eixos políticos ocuparam posição especialmente relevante: o esgotamento dos regimes militares e as transições civis no Cone Sul, de um lado, e a permanência das guerras revolucionárias e da intervenção estrangeira na América Central, de outro. As narrativas construídas pelo Dossiê-Folha em torno desses processos constituem o objeto do capítulo a seguir.

Capítulo 3

“Crise, palavra comum nas Américas”: soberania, democracia e os rastros
do autoritarismo no Dossiê-Folha

A História não é produto de uma articulação natural entre fatos. Ao contrário, o encadeamento dos acontecimentos constitui uma das condições de produção do próprio discurso historiográfico. Nenhum acontecimento pode ser apreendido em sua totalidade, pois o acesso ao passado é sempre atravessado por filtros cognitivos, culturais, políticos e institucionais. Conforme adverte Paul Veyne, o sentido dos fatos depende da trama na qual são inseridos, uma vez que “só existem histórias parciais; nenhum geometral compreenderá todas as tramas que se pode eleger dentro desse campo factual”.¹²¹

Essa perspectiva também se coloca para o jornalismo. A notícia não constitui um espelho da realidade, mas uma forma particular de selecionar acontecimentos, organizar informações, distribuir vozes, estabelecer relações causais e conferir inteligibilidade ao presente. Como observa Margarethe Steinberger, o fato não se confunde com a notícia, pois sua transformação em acontecimento jornalístico depende de condições específicas de noticiabilidade:

Nos discursos jornalísticos, há uma especificidade no modo de recortar fatos. O fato não se confunde com a notícia. É preciso lidar com a substância específica da “atualidade” e com o recorte do “acontecimento” como fato jornalístico ou noticioso. Isso pressupõe condições de noticiabilidade (cf. Wolf, 2001), como, por exemplo, que o fato seja de interesse público, que sua divulgação preste algum tipo de serviço à comunidade receptora, que ele tenha um potencial de sedução apelativa, ou seja, capacidade de despertar a curiosidade e a atenção dos potenciais receptores etc.¹²²

O relato jornalístico nasce, portanto, daquilo que se pôde saber sobre um fato e do lugar que lhe foi atribuído no interior da publicação. O espaço concedido a determinado assunto resulta da relação entre sua importância para a editoria, o material disponível, as condições de produção e as escolhas dos profissionais envolvidos. Assim como a História não comporta a totalidade do passado, o jornal também não abarca a multiplicidade da vida cotidiana de todos os sujeitos, lugares e tempos. O peso de um acontecimento depende do sistema de referência que o institui como digno de registro e determina as formas pelas quais será apresentado.

Na virada para a década de 1980, essas escolhas eram realizadas em um contexto particular. O Brasil atravessava o esgotamento do regime militar e a ampliação das

¹²¹VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.25.

¹²²STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Cortez; FAPESP, 2005, p.92.

mobilizações pela redemocratização, enquanto a *Folha de S. Paulo* passava por uma reestruturação editorial e empresarial. Por meio do chamado Projeto Folha, o periódico buscava distanciar-se da imagem ambígua construída durante a ditadura e apresentar-se como um veículo moderno, plural e identificado com a abertura política. Sua posterior adesão à campanha das Diretas Já se tornou um marco desse reposicionamento e contribuiu para ampliar sua projeção no mercado jornalístico.

A reorientação alcançou também a editoria de Exterior. Diariamente, a redação recebia um volume extenso de despachos de agências internacionais e operava uma espécie de “guilhotina” editorial para definir quais acontecimentos chegariam ao leitor brasileiro. Essa dependência dos grandes centros internacionais de produção de notícias, historicamente constitutiva do jornalismo brasileiro, não desapareceu. Na *Folha*, contudo, os telegramas conviviam com um campo autoral relevante, formado por correspondentes, repórteres, analistas e colaboradores que procuravam oferecer interpretações próprias sobre os acontecimentos internacionais.

Profissionais como Clóvis Rossi e Newton Carlos acrescentavam à informação imediata uma camada analítica pautada pela recuperação de antecedentes, comparação entre processos nacionais e discussão das implicações regionais dos acontecimentos. A editoria combinava conteúdos provenientes de agências e jornais estrangeiros com textos assinados pela própria equipe, atuando como mediadora entre o público brasileiro e um continente atravessado por ditaduras, transições políticas, conflitos armados, crises econômicas e intervenções externas.

O processo de reconhecimento do corpus documental teve início com a leitura sistemática do noticiário regular de Exterior. No decorrer desse levantamento, entretanto, destacou-se um formato que não integrava o recorte inicial da pesquisa: o Dossiê-Folha. Sua singularidade editorial, a concentração de diferentes textos e linguagens e a recorrência de temas latino-americanos levaram à sua incorporação como fonte privilegiada. Entre setembro de 1982 e dezembro de 1984, foram identificados 27 Dossiês dedicados especificamente a países ou processos da América Latina.

A comparação com o noticiário cotidiano mostrou que determinados temas recebiam, nesse formato, um investimento editorial distinto. Isso não significa que toda matéria transformada em Dossiê deixasse de estar vinculada à atualidade ou que os assuntos mais frequentes fossem automaticamente selecionados. O formato indica, porém, que alguns acontecimentos foram considerados capazes de sustentar uma composição mais extensa, na

qual a informação imediata podia ser relacionada a antecedentes históricos, análises de conjuntura, comparações regionais e projeções sobre seus possíveis desdobramentos.

O Dossiê-Folha constituía uma unidade editorial organizada em torno de um eixo temático comum. Na maior parte dos casos, ocupava uma página da editoria, embora alguns exemplares se prolongassem por mais de uma. Sua composição variava: podia apresentar uma única reportagem extensa ou reunir textos de diferentes autores, acompanhados por fotografias, ilustrações, mapas, cronologias, tabelas e quadros informativos. Também a apresentação de sua marca gráfica sofreu alterações. O elemento constante estava menos na repetição de uma diagramação rígida do que na subordinação dos diferentes componentes a uma questão central.

Figura 13-Exemplo da composição visual do Dossiê-Folha “Crise, palavra comum nas Américas”



Fonte: Folha de S. Paulo (1983).

O dispositivo estabelecia, assim, um contrato de leitura com seu público. Ao reunir em uma única página diferentes linguagens e níveis de informação, o jornal convida o leitor a relacionar esses elementos e produzir uma interpretação sobre o acontecimento apresentado.

A narrativa é resultado da interação entre títulos, imagens, subtítulos, artigos complementares e demais recursos editoriais e, por isso, se torna objeto de análise.

A investigação desenvolveu-se em dois movimentos complementares. O primeiro consistiu no levantamento quantitativo dos Dossiê-Folha publicados nas edições dominicais entre 1982 e 1984, a partir do qual identificamos a frequência de países, temas e autores. Esse mapeamento revelou padrões de recorrência e indicou quais acontecimentos receberam tratamento diferenciado na cobertura internacional.

O segundo movimento voltou-se para a análise qualitativa dessas edições. A investigação procura reconhecer em elementos aparentemente secundários - uma metáfora, uma palavra no título, a escolha de uma imagem, a nomeação de um ator ou a disposição de dois textos na mesma página -, indícios das operações interpretativas realizadas pelo jornal. Não se pretende demonstrar que cada dossiê representa isoladamente a totalidade da cobertura, mas compreender como determinados casos condensam mecanismos discursivos que reaparecem ao longo da série.

A escolha dos documentos também não se orientou apenas pela frequência dos países. Foi considerada a recorrência dos processos políticos, a possibilidade de acompanhar suas transformações ao longo do período e a capacidade das páginas de condensar questões presentes em diferentes partes do corpus. A leitura combina, assim, comparação e contextualização: aproxima Dossiês sobre temas similares, sem ignorar as condições específicas de publicação, autoria e conjuntura de cada um.

A organização deste capítulo acompanha a própria lógica identificada no conjunto documental. Em vez de adotar uma divisão por países, optou-se por três eixos temáticos. A escolha procura investigar não somente quais temas apareceram, mas como a *Folha* aproximou acontecimentos distintos e os inseriu em uma interpretação mais ampla sobre a região.

Por isso, alguns Dossiês aparecem em mais de um eixo analítico devido à própria natureza das fontes. Por articularem simultaneamente questões políticas, econômicas, diplomáticas e sociais, essas publicações permitem ser interrogadas a partir de problemas distintos. Em alguns tópicos, certos documentos são revisitados sob novas perguntas, privilegiando aspectos específicos de sua construção narrativa.

O primeiro eixo examina como o jornal tratou as disputas em torno da soberania nacional diante de intervenções estrangeiras, sobretudo norte-americana, e de que modo essas ameaças foram apresentadas como um problema compartilhado pelo continente. Em seguida,

o capítulo investiga os sentidos atribuídos à democracia nas transições políticas latino-americanas, analisando como os Dossiês construíram determinadas expectativas, limites e dilemas em torno da redemocratização. Por fim, o terceiro eixo acompanha a maneira pela qual a cobertura interpretou os legados deixados pelos regimes militares, articulando crise econômica, autoritarismo, violência política e dependência externa para construir uma narrativa integrada sobre a experiência histórica latino-americana.

Embora cada eixo privilegie determinados documentos, os Dossiês selecionados são relacionados uns aos outros para observar como certos argumentos, imagens e modos de representar a América Latina reapareceram, são reformulados ou entram em tensão ao longo da série. O capítulo examina as tramas construídas pelo Dossiê-Folha para conferir sentido a uma região na qual soberania, democracia e autoritarismo apareciam como problemas interligados.

3.1 Soberania em disputa: tutela externa, intervenção e nacionalismos na América Latina

Em 12 de maio de 2026, a *Folha de S. Paulo* publicou na seção Mundo - antiga editoria Exterior - uma reportagem que ilustra a permanência de uma das questões centrais desta pesquisa: as disputas em torno da soberania das nações latino-americanas. O presidente norte-americano, Donald Trump, publicou uma imagem em sua rede *Truth Social*, compartilhada pelo perfil oficial da Casa Branca na rede social X, de um mapa no qual a Venezuela figurava como o “51º estado” dos Estados Unidos. O episódio ocorreu, explica a matéria, após a líder interina venezuelana, Delcy Rodríguez rejeitar publicamente qualquer ideia de anexação, defendendo a “integridade, soberania e independência” do país.¹²³

A reação venezuelana retoma uma tradição política profundamente enraizada na história da região. O nacionalismo na América Latina constituiu-se na defesa da soberania nacional em contraposição ao colonialismo, ao imperialismo e à dependência. Como explica a historiadora Kátia Gerab Baggio, a colonização europeia e a posterior presença do poderio estadunidense no continente implicaram na “consolidação de sentimentos nacionalistas em todos os países ao sul do Rio Grande”. Em todas as suas vertentes, aponta Baggio, isto é, “o conservadorismo, o republicanismo liberal, o socialismo ou o autoritarismo de direita [...] é

¹²³ FOLHA DE S. PAULO. TRUMP publica imagem de mapa que mostra Venezuela como 51º estado americano. *Folha de S. Paulo*, 12 maio 2026. Mundo.

possível detectar a presença de concepções nacionalistas, em que a defesa da soberania e a construção de uma “identidade nacional” têm papel central”.¹²⁴

Em 2026, a *Folha* reporta a lógica norte-americana em um contexto no qual o “meme” ou a linguagem das redes sociais é utilizada como ferramenta de propaganda política, quando um presidente, por meio de um *post*, “brinca” com a possibilidade de anexar um país. No período de 1982 a 1984, o campo opinativo do jornal inserido no *Dossiê-Folha*, se defrontava com cenários agudos, mas também não inéditos, de violação da soberania.

Embora separados por mais de quatro décadas, os episódios aproximam-se pela permanência de determinadas justificativas discursivas para a intervenção externa. A pretensão contemporânea de Washington de tutelar os rumos políticos da Venezuela aproxima-se daquilo que Edward Said definiu como a “ilusão de benevolência” do imperialismo. Essa retórica, “usada com uma frequência ensurdecidamente repetitiva”, atualiza mecanismos discursivos já identificados pelos correspondentes da *Folha* nos anos 1980.

Ao longo dos Dossiês analisados, os jornalistas chamam atenção para a recorrência de argumentos que, em nome da democracia, dos direitos humanos ou do combate ao comunismo, legitimam diferentes formas de intervenção sobre a autonomia política dos países latino-americanos. Pois é isso “que os americanos sentem em relação a seus vizinhos do sul: que a independência é desejável para eles, desde que seja o tipo de independência que nós aprovamos. Qualquer outra coisa é inaceitável e, pior, impensável.”¹²⁵.

Naqueles anos, o foco da tensão imperialista não se situava em Caracas necessariamente, mas se dividia entre a asfixia militar imposta pelo governo Reagan na América Central - com os conflitos em El Salvador e as pressões contra o regime sandinista na Nicarágua - e a eclosão da Guerra das Malvinas em 1982. A análise privilegia os Dossiês em que a questão da intervenção externa constitui o princípio organizador da narrativa.

Nessas publicações, a *Folha* articula dimensões militares, econômicas e diplomáticas do imperialismo e coloca em circulação concepções de soberania latino-americana. O espaço autoral da editoria se torna particularmente visível, com correspondentes que ultrapassavam o relato factual para construir interpretações críticas sobre os rumos políticos do continente.

¹²⁴BAGGIO, Kátia Gerab. Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 28, p. 39-54, dez. 2002, p. 42.

¹²⁵SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 17.

O Dossiê “Na América Central, o jogo do tudo ou nada” (10/04/1983) seleciona diferentes vozes e linguagens: uma longa reportagem assinada por Clóvis Rossi, uma entrevista exclusiva com o ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, Miguel D'Escoto, um texto complementar de Newton Carlos sobre Eden Pastora e uma ilustração de Mariza Dias Costa. O conjunto da publicação interpreta a crise centro-americana a partir da ameaça à soberania da Nicarágua e, por extensão, da própria América Latina, diante da lógica geopolítica da Guerra Fria.

Essa leitura é anunciada já na composição visual da página. A ilustração ocupa o centro do Dossiê e apresenta uma paisagem centro-americana enquadrada pela mira de uma arma. Em primeiro plano aparecem três civis - um homem, uma mulher e uma criança - de expressão abatida; atrás deles, uma palmeira e, ao fundo, a silhueta de uma igreja cuja cruz se destaca sobre o céu claro. A vegetação, a população civil e o próprio templo religioso são atravessados pelo enquadramento da mira, transformando toda a paisagem em alvo militar.

O recurso gráfico opera uma metonímia: não é apenas um exército que está sob ataque, mas a própria sociedade centro-americana. A escolha dialoga diretamente com o título do Dossiê - “Na América Central, o jogo do tudo ou nada” -, pois converte a região em um tabuleiro estratégico onde a disputa entre Estados Unidos e sandinistas parece admitir apenas duas possibilidades: sobrevivência ou destruição. Ao simular a perspectiva de quem observa através da mira, a ilustração aproxima o leitor do olhar militar que transforma a região e sua população em alvo, tornando desconfortável qualquer posição de neutralidade diante da cena.¹²⁶

¹²⁶ A mira branca nesta imagem foi inserida pela autora exatamente sobre onde foi identificada a mira original da ilustração, porém na cor preta, dificultando sua distinção sobre o fundo também preto. É próximo onde pende a folha da planta, em contraste com o céu, que se torna possível ver parte do arco superior da mira. A imagem original encontra-se nos anexos deste trabalho para consulta.

Figura 14 - Recorte do Dossiê “Na América Central, o jogo do tudo ou nada”



Fonte: Folha de S. Paulo (1983).

A própria abertura do artigo de Clóvis Rossi reforça essa construção dramática. Antes mesmo de contextualizar o conflito, o correspondente afirma categoricamente:

Só há duas possibilidades para resolver a crise centro-americana: ou a aniquilação do atual governo nicaraguense, por meio de uma intervenção direta dos Estados Unidos, ou a queda dos demais dominós da área, até a completa “sandinização” do istmo. Essa é a inevitável conclusão a que se chega depois de conversar com os chanceleres dos dois países mais diretamente envolvidos no conflito conjuntamente mais importante (Honduras e Nicarágua), e depois de se considerar as informações da imprensa norte-americana a respeito dos planos para desestabilizar o governo de Manágua. Diálogo, planos de paz, reuniões de chanceleres - tudo isso pode apenas alongar no tempo a duração da crise, mas não fornecer a solução, porque a radicalização chegou ao ponto do não-retorno. É evidente, a esta altura, que Honduras decidiu assumir o papel de ponta-de-lança dos Estados Unidos na área centro-americana, inclusive no que se refere à batalha de propaganda que cerca a luta militar e política propriamente dita.¹²⁷

Rossi fala que negociação, mediação diplomática ou coexistência já não é mais possível; utiliza a palavra “aniquilação”, ao mesmo tempo em que amplia imediatamente o problema da Nicarágua para todo o “istmo”¹²⁸, sugerindo que a crise no país poderia passar a ser o destino político para toda a América Central. O correspondente estrutura seu argumento segundo uma lógica binária típica da Guerra Fria, mas a apresenta justamente para evidenciar

¹²⁷ ROSSI, Clóvis. Na América Central, o jogo do tudo ou nada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 abr. 1983, Segundo Caderno, Exterior, p. 18.

¹²⁸ “Istmo” refere-se ao Istmo Centro-Americano, a faixa de terra que conecta as Américas do Norte e do Sul. Rossi utiliza essa expressão para descrever um dos cenários geopolíticos projetados ou temidos - a depender do observador - para a região na época: a expansão do modelo da Revolução Sandinista da Nicarágua para os demais países vizinhos da América Central.

seu caráter destrutivo: a política regional passava a ser conduzida pela eliminação do adversário, e não pelo reconhecimento da soberania dos países envolvidos.

Ao reproduzir a coletiva concedida em Buenos Aires pelo chanceler hondurenho Edgardo Paz Barnica, Rossi evidencia a tentativa dos aliados de Washington de transformar a guerra numa questão estritamente doméstica da Nicarágua:

Aqui em Buenos Aires, seu chanceler Edgardo Paz Barnica, preparou cuidadosamente uma entrevista coletiva para expor denúncias que vêm sendo feitas repetidamente pelos norte-americanos (as respostas nicaraguenses estão na entrevista abaixo, exclusiva para a “Folha”, do chanceler Miguel D'Escoto). Paz Barnica considera a Nicarágua sandinista como o elemento essencial de desestabilização da região, seja porque é o ponto básico do tráfico de armas para a guerrilha salvadorenha, seja porque trabalha para desestabilizar os vizinhos. [...] Paz Barnica tentou vender a idéia de que a atual invasão somozista é uma questão interna nicaraguense, que nada tem a ver com o apoio dos EUA e Honduras aos ex-guardas nacionais.¹²⁹

A justaposição das versões expõe a contradição denunciada pelo correspondente: Washington buscava apresentar o conflito como questão interna da Nicarágua, enquanto outras informações mobilizadas na própria página indicavam seu envolvimento direto. A leitura de Rossi dialoga diretamente com aquilo que José Roberto Martins Filho posteriormente identificaria como a política de “guerra de baixa intensidade” adotada pela administração Reagan. Segundo o autor, para evitar os custos políticos de uma intervenção militar aberta, os Estados Unidos passaram a financiar, treinar e equipar forças paramilitares locais - como os *contras* estabelecidos em Honduras - encarregadas de desestabilizar o governo sandinista.¹³⁰ O jornalista identifica esse mecanismo ao apresentar a suposta guerra civil nicaraguense como profundamente condicionada pela atuação indireta de Washington.

Este Dossiê também organiza um confronto claro entre diferentes interpretações do conflito. Ao reservar o espaço central para uma extensa entrevista exclusiva com Miguel D'Escoto, ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, a narrativa incorpora diretamente a voz de um dos protagonistas latino-americanos do conflito. A diagramação da página ainda destaca visualmente algumas de suas declarações de maior impacto sintetizando seu argumento: “Zero, Robelo, CIA, somozistas... estão todos no mesmo baile”; “O problema é histórico. Se há culpado externo, são os Estados Unidos”; e “Parece-me que a reação da América Latina não foi bastante forte.”

¹²⁹ROSSI, Clóvis. Na América Central, o jogo do tudo ou nada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 abr. 1983, Segundo Caderno, Exterior, p. 18.

¹³⁰MARTINS FILHO, João Roberto. As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989). *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, n. 46, p. 105-139, jan. 2005, p. 131.

As perguntas formuladas pela *Folha* estruturam esse confronto de interpretações e, buscam, sobretudo, confrontar D'Escoto com temas sensíveis e acusações que partem dos envolvidos no outro lado do conflito, como a suposta presença cubana na Nicarágua; o desgaste provocado pela visita do papa João Paulo II; a postura dos próprios governos latino-americanos, questionando se o Brasil “fez algo de positivo até agora ou se manteve nessa atitude de silêncio.” Vejamos um trecho que deixa explícito a questão sobre o envolvimento norte-americano e a noção de soberania:

“Folha” - O Sr. não acredita que, ante a hipótese de uma vitória da guerrilha salvadorenha, que os Estados Unidos dizem estar armada pelos nicaraguenses, se poderia produzir a invasão à Nicarágua? D'Escoto - Os Estados Unidos sabem que não está. “Folha” - Mas dizem que está. D'Escoto - Porque têm que procurar um pretexto para justificar suas ações criminosas contra a Nicarágua. Ocorre que, no momento em que está se realizando uma profunda revolução na Nicarágua, ocorrem problemas em El Salvador. Então, nada mais fácil que culpar a Nicarágua por isso, quando, na verdade, trata-se de um processo que vem de cinquenta anos. É um problema que tem raízes históricas. E se alguém tem culpa, fora da região, são os Estados Unidos. E, internamente, os governos ditatoriais e oligárquicos que regeram os destinos de nossas nações e se recusaram a fazer as mudanças profundas que os povos centro-americanos reclamaram com todo direito e toda a justiça. Os povos querem, já, tomar seus destinos nas próprias mãos e melhorar suas próprias vidas. “Folha” - O sr. admite que está dada uma conjunção de fatores que serve de pretexto para uma intervenção direta dos Estados Unidos na América Central? D'Escoto - Nunca se pode descartar qualquer ato dos Estados Unidos. Sua capacidade de ação ultrapassa nossa capacidade de imaginação. Mas é preciso reconhecer também que, apesar da vontade do presidente Reagan, existe igualmente a vontade do povo norte-americano, do Congresso norte-americano, a opinião pública internacional. Além disso, a situação existente na Nicarágua exige mais unidade ao menos de parte dos países latino-americanos, na forma de uma condenação enérgica à política intervencionista norte-americana.¹³¹

Ao formular essas questões, a *Folha* faz mais do que transmitir a fala oficial sandinista; ela organiza o debate público, obrigando o entrevistado a responder precisamente aos argumentos utilizados pela Casa Branca para justificar sua política externa. Newton Carlos acrescenta outra dimensão ao dedicar sua reportagem à figura de Eden Pastora, o chamado “Comandante Zero”, antigo herói da revolução sandinista que passara a combater seus companheiros. Carlos assinala a participação do país norte-americano e chama atenção para as disputas internas, interesses pessoais e diferentes projetos de poder dentro da própria revolução.

¹³¹D'ESCOTO, Miguel. Para D'Escoto, é demência falar em ajuda cubana. [Entrevista à] *Folha de S. Paulo*, 10 abr. 1983, Segundo Caderno, Exterior, p. 18. Integrante do Dossiê-Folha “Na América Central, o jogo do tudo ou nada”.

O respeito mútuo, de Pastora para com os comandantes sandinistas e destes para com Pastora, acabou por completo a 15 de abril do ano passado. Nesse dia, numa entrevista coletiva na Costa Rica, com grande encenação, Pastora chamou os comandantes sandinistas de traidores e os acusou de impor um clima de terror na Nicarágua e desfrutar dos mesmos privilégios dos somozistas “derrubados pelo povo”. Prometeu tirá-los do poder a “balaços”, dando o prazo de um ano para iniciar as ações “que forem necessárias”. O prazo termina dentro de poucos dias. Daí a expectativa por alguma coisa espetacular de parte do comandante Zero, a 15 de abril. [...] é difícil que ele consiga sustentar seus “princípios” atuando na prática como aliado de combatentes somozistas que penetraram a fundo na Nicarágua com cobertura da CIA. Independente disso, o fato é que os sandinistas conhecem a sua capacidade de atuação e têm receio dela. Membros de sua organização, ex-combatentes da frente sul hoje na “Aliança Democrática Revolucionária”, informam vagamente que Pastora deixou a Costa Rica em 28 de março, disposto a preparar “ação política que deve ser executada dentro da Nicarágua, para fazer com que o próprio povo derrube os comandantes do poder”.¹³²

Ao caracterizar Pastora como personagem envolvido num “jogo de ambições”, o jornalista fornece ao leitor mais uma visão que complexifica o processo revolucionário. A soberania nicaraguense aparecia ameaçada simultaneamente por pressões externas e pelas divisões internas exploradas pelos próprios Estados Unidos. Conforme discute Abraham Lowenthal, a política externa de Ronald Reagan tornou-se “obcecada” pela Nicarágua, financiando de forma aberta e clandestina os *contras* com o objetivo explícito de derrubar o governo sandinista e restabelecer sua hegemonia na América Central.¹³³ A cobertura da *Folha* revela sintonia com esse diagnóstico ao apresentar a intervenção norte-americana não apenas como reação defensiva ao avanço socialista, mas como política deliberada de tutela regional.

Raphael Sebrían identifica antecedentes dessa postura na cobertura da Nicarágua feita pelas antigas *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*. O autor demonstra que desde as décadas de 1920 e 1930, as páginas desses jornais já constituíam espaços de disputa em torno do imperialismo norte-americano, contrapondo a retórica pan-americana de Washington às sucessivas intervenções militares no país de Augusto César Sandino.¹³⁴ O Dossiê de 1983 atualiza essa abordagem ao substituir o simples repasse das versões oficiais por uma construção multifacetada, baseada na articulação entre reportagem, entrevista, contextualização histórica e representação visual.

¹³²CARLOS, Newton. Eden Pastora, o grande mistério. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 abr. 1983. Exterior, Segundo Caderno, p. 18. Integrante do Dossiê-Folha “Na América Central, o jogo do tudo ou nada”.

¹³³LOWENTHAL, Abraham F. Os Estados Unidos e a América Latina: além da era Reagan. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 18, p. 41-61, ago. 1989, p. 43.

¹³⁴SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. *A repercussão do movimento sandinista na imprensa brasileira: 1926-1934*. 2005. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005, p.15.

Em conjunto, os diferentes componentes da página convergem para a questão da soberania. A ilustração transforma a América Central em alvo; o artigo de Clóvis Rossi argumenta que a lógica da Guerra Fria reduzia o futuro da região à alternativa entre “aniquilação” e “sandinização”; a entrevista com Miguel D'Escoto dá voz a um sujeito envolvido diretamente; e Newton Carlos revela a complexidade política interna da revolução. O *Dossiê-Folha* organiza, portanto, o conflito em torno de uma questão central: a capacidade – ou impossibilidade – de um país latino-americano decidir seus próprios rumos diante da política intervencionista dos Estados Unidos.

Já o *Dossiê América Central, a explosão latente* (01/05/1983) apresenta uma estrutura distinta das demais publicações analisadas. A edição transforma em *Dossiê-Folha* um debate realizado entre especialistas a respeito dos conflitos centro-americanos. Tal estratégia aponta para o modo como a *Folha* produz um espaço próprio de elaboração intelectual sobre a região. O auditório da empresa transforma-se em extensão da editoria de Exterior, enquanto o *Dossiê* converte aquele debate presencial em documento destinado a um público mais amplo. O *Dossiê* traz uma fotografia do momento do debate, junto a retratos individualizados dos especialistas participantes. A composição atribui legitimidade intelectual ao encontro ao apresentar a *Folha* como instituição capaz de reunir especialistas, promover o debate e transformá-lo em interpretação sobre os conflitos latino-americanos.

Figura 15 - Recorte do Dossiê “América Central, a explosão latente”



Fonte: Folha de S. Paulo (1983).

A abertura escrita por Paulo Valle reforça essa legitimação. Antes mesmo de apresentar os desdobramentos do debate, o jornalista informa que “o tema, bastante polêmico e atual, atraiu estudantes, sociólogos e estudiosos dos problemas da América Central”, com o público “lamentando que debates como esse não sejam realizados com mais frequência”. O registro da recepção positiva apresenta o evento como resposta a uma demanda pública por interpretações qualificadas sobre a política latino-americana.

No debate, um dos convidados, o professor Hugo Assmann ataca diretamente a retórica do governo de Ronald Reagan. Ele aponta que os EUA justificaram suas ações sob o pretexto genérico de que “governos de esquerda em países da América Central vão comprometer a sua Segurança Nacional”. Assim, o governo norte-americano adotava posturas opostas para intervir na região:

[...] não diferencia as características de cada um dos países em que pretende intervir. Eles ajudam, por exemplo, através de um apoio militar e logístico, o governo cada vez menos representativo de El Salvador. E, ao mesmo tempo, fazem incursões desestabilizadoras para derrubar o governo da Nicarágua, onde os sandinistas contam com o apoio de 70 a 80% da população [...] “E para isso - diz o professor Assmann - eles armam um ‘boom’ desinformativo sobre o avanço da contra-revolução salvadorenha, na tentativa de desviar a opinião pública nacional.”¹³⁵

A crítica de Assmann organiza-se em torno da desconstrução do próprio vocabulário empregado por Washington. O conceito de “Segurança Nacional”, utilizado pelo governo Reagan para justificar intervenções militares, aparece no debate como uma categoria ideológica e não como diagnóstico objetivo da realidade centro-americana. A disputa envolve também a autoridade para explicar os conflitos da região, dimensão central na crítica de Edward Said ao imperialismo. Ao denunciar um “boom desinformativo”, Assmann desloca o problema da esfera militar para a esfera simbólica, sugerindo que o imperialismo também opera produzindo interpretações capazes de legitimar sua própria intervenção. Said identifica esse mecanismo como um dos pilares do projeto imperial: o poder de narrar os outros antes que eles possam narrar a si próprios.¹³⁶

O professor Júlio Santana traz outra dimensão, explicando que os problemas da América Central seriam resultado do agravamento de um processo histórico:

[...] por trás há toda uma tradição de divisionismo causada pelo imperialismo, que provocou matança em massa de camponeses salvadorenhos e marginalização dos indígenas na Guatemala depois da invasão de forças mercenárias norte-americanas.

¹³⁵ VALLE, Paulo. América Central, a explosão latente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 maio 1983. Exterior, 2º caderno, p. 18.

¹³⁶ SAID, 2011.

[...] as tensões na América Central começaram a piorar com o fracasso dos projetos econômicos implantados na região através do Mercado Comum de Centro América que praticamente faliu, provocando conjuntamente um enfraquecimento do projeto militar na região, que até então controlava a situação em toda América Central.¹³⁷

Ao definir a política norte-americana como uma “lógica de morte”, Santana desloca o debate para um plano ético. A expressão sintetiza uma interpretação segundo a qual a intervenção dos Estados Unidos não produzia estabilidade, como afirmava o discurso oficial de Washington, mas aprofundava ciclos históricos de violência, exclusão social e dependência econômica.

O debate na *Folha* captura, ainda, a polarização da própria sociedade brasileira quanto ao tema da solidariedade regional. Valle resume: “Alguns esperam que o Brasil assuma uma posição favorável ao governo nicaraguense, enquanto outros não querem ver o Itamarati envolvido nesse problema, argumentando que “já temos problemas internos suficientes para polarizar a atenção dos brasileiros”. A respeito do primeiro ponto, o deputado Geraldo Siqueira (PT - SP) convoca o Brasil a “sair do muro” e se posicionar para deter a escalada da guerra de Reagan, defendendo abertamente o direito de a Nicarágua construir seu país de forma soberana; e condena a atitude do governo brasileiro de reter aviões líbios que levavam armamentos para os sandinistas.

Em resposta conservadora, o escritor e ensaísta Jorge Boaventura argumenta que o Brasil não deveria se envolver numa confrontação entre potências, pois os brasileiros não teriam “nada a ver” com esse conflito. Assim concorda Lenildo Tabosa Pessoa, jornalista e escritor, para quem “se quisermos tomar uma atitude imparcial e honesta, temos de nos abster de ideologias”. A incorporação dessas posições divergentes desloca o debate para a própria política externa brasileira. A América Central torna-se também um meio de discutir o lugar que o Brasil deveria ocupar na região durante a abertura democrática.

Os EUA construíram historicamente a América Latina como um território primitivo, um *wilderness* que precisava ser dominado e civilizado. Na Guerra Fria, esse imaginário transformou a instabilidade local e a ameaça comunista em patologias, justificando a intervenção saneadora.¹³⁸ Em artigo anexo ao dossiê, Newton Carlos mapeia essa engrenagem ao denunciar o aparato militar físico e burocrático do imperialismo na região:

¹³⁷VALLE, Paulo. América Central, a explosão latente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 maio 1983. Exterior, 2º caderno, p. 18.

¹³⁸JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2000, p. 135.

O Comando Sul abriga a Escola das Américas, centro de treinamento de militares latino-americanos por onde passaram muitos ditadores, como Pinochet. (...) Hoje o Comando Sul é descrito (...) como 'um obscuro enclave externo transformado na linha de frente da luta do governo Reagan contra as insurgências na América Latina'. A Escola das Américas 'é uma parte pequena, mas essencial' desse comando.¹³⁹

Ao destacar que a Escola das Américas treinou “muitos ditadores, como Pinochet”, Carlos constrói uma relação direta de causa e efeito entre a política externa de Washington e os regimes militares na América Latina. A escolha de citar o Comando Sul como a “linha de frente” revela um esforço do colunista em desmascarar a narrativa diplomática de Reagan, isto é, demonstra ao leitor que a violação da soberania não era uma resposta a crises isoladas, mas sim um projeto pedagógico e militar institucionalizado, financiado e exportado de forma sistemática para garantir a hegemonia ianque no continente. O imperialismo aparece no Dossiê como uma engrenagem permanente de coordenação de forças responsáveis pela repressão latino-americana.

Por fim, logo abaixo das fotografias, o box “Cronologia da crise” amplia a temporalidade do Dossiê ao ordenar anos e acontecimentos que antecederam a conjuntura de 1983, apresentando a crise centro-americana como resultado de um processo histórico acumulado. Ao condensar essas informações em um percurso visual e sequencial, o recurso também orienta a leitura da página e fornece ao leitor referências para relacionar as questões apresentadas nos demais textos.

Ao informar sobre os conflitos centro-americanos, o Dossiê-Folha organiza um enquadramento no qual a soberania latino-americana aparece ameaçada por um sistema permanente de intervenção política, militar e informacional. A publicação joga luz sobre procedimentos históricos da política externa dos Estados Unidos, convertendo o imperialismo em categoria explicativa para compreender parte considerável dos conflitos da região.

A análise aqui desenvolvida mobiliza também o conjunto editorial “A Guerra no Atlântico Sul”, publicado durante o período de conflito entre Argentina e Reino Unido pelas Ilhas Malvinas. Contudo, essas páginas não integram o corpus formal dos 27 Dossiês-Folha identificados entre 1982 e 1984, pois não apresentam o selo que posteriormente passou a distinguir o formato. Sua inclusão aqui se dá por considerá-las como um antecedente editorial próximo. A concentração de textos em torno de um mesmo acontecimento, a combinação entre informação, análise, imagens e contextualização histórica e a organização da página

¹³⁹CARLOS, Newton. A tática de Washington. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 maio 1983. Exterior, 2º caderno, p. 18. Integra o Dossiê-Folha “América Central, a explosão latente”.

como uma unidade temática antecipavam procedimentos que seriam retomados pelo Dossiê-Folha.

O conflito também colocou em circulação questões centrais para este tópico: os limites da soberania nacional diante das potências estrangeiras, a atuação dos Estados Unidos no continente, as tensões entre alianças internacionais e pertencimento regional e a possibilidade de uma resposta latino-americana comum. O conjunto mostra como a *Folha* começou a organizar essas questões imediatamente antes da formalização do Dossiê.

A composição visual e informativa da publicação articula diferentes escalas de análise. Na lateral esquerda da página, o texto de Rossi intitulado “A batalha interna está para começar”, conduz o leitor para a crise política vivida pela ditadura argentina. Na lateral direita, Newton Carlos amplia a escala de observação ao discutir a disposição argentina para um conflito prolongado e suas implicações para as relações interamericanas. Entre os dois artigos, as notícias e fotografias do conflito reforçam o efeito de atualidade e mantêm o campo de batalha visível. A organização da página passa pela guerra como acontecimento militar imediato para uma crise mais ampla de soberania política, econômica e regional.

Figura 16 - Página do conjunto editorial “A guerra no Atlântico Sul”

14 — 3.º caderno — EXTERIOR — Domingo, 6 de junho de 1982 FOLHA DE S. PAULO

A guerra no Atlântico Sul

A batalha interna está para começar

Clóvis Rossi, de Buenos Aires

Quinta-feira, dia 13, na Federação Argentina de Bases, realiza-se a primeira reunião de Militância e de Defesa Nacional e Militar. A reunião tem como objetivo discutir a situação política e militar do país. A reunião é aberta às 14h, com a presença de Clóvis Rossi, de Buenos Aires, e de outros membros da Federação. Rossi, que é jornalista e escritor, fala sobre a situação política e militar do país. Ele afirma que a situação é grave e que a Argentina precisa se preparar para uma possível guerra. Ele também fala sobre a importância da defesa nacional e da militarização do país. A reunião termina às 18h, com a presença de cerca de 50 pessoas.

Inglêses prevêem dura resistência

Os britânicos não acreditam que as tropas argentinas estejam preparadas para uma guerra. Eles acreditam que as tropas argentinas não têm a capacidade de resistir a uma guerra prolongada. Eles acreditam que as tropas argentinas não têm a capacidade de resistir a uma guerra prolongada. Eles acreditam que as tropas argentinas não têm a capacidade de resistir a uma guerra prolongada.

Argentina está disposta a um longo conflito

Newton Carlos, enviado especial

NOVA YORK — Os argentinos se preparam para manter o que chamam de “guerra prolongada” com os britânicos. A Argentina está disposta a um longo conflito. A Argentina está disposta a um longo conflito. A Argentina está disposta a um longo conflito.

Londres fará protesto formal no caso Vulcan

BRASILIA — O governo britânico deverá formalizar um protesto formal no caso Vulcan. O governo britânico deverá formalizar um protesto formal no caso Vulcan. O governo britânico deverá formalizar um protesto formal no caso Vulcan.

Mau tempo, a razão da longa espera

ROMA — O mau tempo é a razão da longa espera. O mau tempo é a razão da longa espera. O mau tempo é a razão da longa espera.

Fonte: Folha de S. Paulo (1982).

Newton Carlos mapeia explicitamente o expansionismo norte-americano e a lógica imperial que orientava sua política para o continente. Para isso, mobiliza um documento produzido pelo próprio Pentágono sobre os “interesses de segurança dos Estados Unidos na América Latina”, conferindo à denúncia um efeito de legitimidade documental. O jornalista

destaca como o conflito despertou um forte “sentimento antiamericano e antieuropeu” e revela que:

[...] o mundo já se aproxima do ano dois mil. A crescente preocupação em Washington, quanto às Malvinas, mostra que os impérios não se sentem seguros. [...] Um documento a respeito, relacionado com a América Latina, “com os interesses de segurança dos Estados Unidos na América Latina”, foi recentemente completado no Pentágono. Ele trata de cooperação nos próximos cinco anos, tendo em vista a necessidade, segundo os analistas norte-americanos, de preparar militarmente a América Latina para encargos estratégicos em sua área. [...] O Pentágono também conta obter “facilidades” para movimentos aéreos e marítimos de unidades dos Estados Unidos. A ideia é estabelecer acordos de “cooperação militar ativa” sobretudo com Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela e Colômbia. “Uma retórica velha, mas que se torna terrível com os tempos de hoje”, exclamou um norte-americano ouvindo o embaixador do Panamá dizer no Conselho de Segurança que “agora sabemos muito bem quem são nossos amigos e quem são nossos inimigos”.¹⁴⁰

Ao trazer a público os termos pragmáticos do documento, o jornalista desconstrói qualquer ilusão de cooperação igualitária entre o Norte e o Sul. O vocabulário por ele mobilizado - preparar militarmente a América Latina para assumir “encargos estratégicos” e oferecer “facilidades para movimentos aéreos e marítimos” - evidencia a forma de tratamento da lógica imperialista sobre os países latino-americanos, vistos não como parceiros soberanos, mas como peças subordinadas a um projeto geopolítico conduzido por Washington.

A própria escolha do verbo “preparar” chama atenção para essa relação hierárquica, na qual o continente aparece como objeto de planejamento estratégico e não como sujeito de sua política internacional. Ao concluir o raciocínio afirmando que essa é “uma retórica velha, mas que se torna terrível com os tempos de hoje”, Newton Carlos transforma a Guerra das Malvinas em um alerta dirigido também ao leitor brasileiro: a crise do Atlântico Sul poderia servir de justificativa para uma nova etapa de militarização do continente sob liderança norte-americana.

Moacir Werneck de Castro, por sua vez, dirige sua crítica à apropriação seletiva do discurso democrático pelas potências ocidentais e por parte da própria opinião pública brasileira. O articulista reconhece que a oposição à junta militar argentina, “responsável (...) por inúmeros atentados aos direitos humanos”, constitui um sentimento democrático legítimo. Todavia, alerta para o equívoco “dos que partiram de uma premissa certa e agora se veem levados a aceitar sem reservas a sangrenta ofensiva bélica dos ingleses no Atlântico Sul”. Indignado, escreve:

¹⁴⁰CARLOS, Newton. Argentina está disposta a um longo conflito. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 jun. 1982. Exterior, 1º caderno, p. 14. Conjunto editorial sobre a Guerra das Malvinas.

Contra as ditaduras militares no Continente? Mas quem sempre as combateu? Não eram muitos esses democratas, esses militantes da causa dos direitos humanos, enquanto governos reacionários como os de Thatcher e Reagan ou estimulavam abertamente as nossas ditaduras ou faziam vista grossa ante os crimes que elas cometiam, tudo em nome da santa cruzada comum pela defesa da civilização ocidental e cristã. (...) De repente surgiram, como milagre, os cristãos-novos do combate à ditadura militar. (...) Nos Estados Unidos e na Europa, os meios oficiais e a chamada grande imprensa nunca deram atenção ao drama dos desaparecidos na Argentina (...). Agora descobriram o assunto, por uma conveniência de momento. Essa guinada tem origem espúria e é a isso que, me parece, a opinião democrática brasileira deveria estar mais atenta para não se deixar enganar pela propaganda das centrais metropolitanas. Botar banca de antiditatorialismo (...) é cortina de fumaça para encobrir uma realidade muito mais perigosa.¹⁴¹

A ironia empregada por Werneck de Castro constitui um potente recurso de deslegitimação moral da narrativa produzida pelas potências ocidentais. Ao utilizar perguntas retóricas e classificar como “cristãos-novos” aqueles que subitamente descobriram a defesa dos direitos humanos, o jornalista denuncia o caráter oportunista dessa conversão. Sua crítica ultrapassa os governos de Reagan e Thatcher e alcança também a grande imprensa internacional, acusada por ele de ignorar sistematicamente o drama dos desaparecidos argentinos enquanto a ditadura servia aos interesses estratégicos do Ocidente.

A crítica de Werneck também alcança a dimensão narrativa do imperialismo discutida por Edward Said, isto é, o imperialismo não atua apenas por meio da força militar, mas também através da produção de narrativas que selecionam quando determinadas violações merecem indignação pública.¹⁴² Ao denunciar essa seletividade, Werneck alerta o leitor brasileiro para que não se deixe seduzir por uma propaganda que instrumentaliza os direitos humanos como “cortina de fumaça” destinada a legitimar “novas formas de colonialismo e intervenção” sobre a América Latina.

Clóvis Rossi retorna à realidade argentina para realizar uma autópsia do próprio regime militar. O correspondente demonstra que a guerra representou uma tentativa desesperada da Junta de recuperar legitimidade por meio do nacionalismo. Contudo, a perda da soberania não ocorria apenas no plano militar; ela também se manifestava na dependência econômica construída ao longo dos anos de ditadura. Assim observa:

É preciso não esquecer que toda a retórica anti norte-americana e antibritânica não foi capaz de impor uma única medida concreta que realmente afetasse os interesses de fundo dos capitais desses países estabelecidos na Argentina. É preciso não esquecer, por exemplo, que 80 por cento da produção agrícola argentina - principal riqueza do país - são comercializadas por umas poucas empresas ligadas ou

¹⁴¹ CASTRO, Moacir Werneck de. As dúvidas do democrata. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 jun. 1982. Exterior, 1º caderno, p. 13. Conjunto editorial sobre a Guerra das Malvinas.

¹⁴² SAID, 2011.

dominadas por capitais europeus e/ou norte-americanos (Cargill, Dreyfus, Bunge y Born e Continental, entre outras).¹⁴³

A constatação do jornalista evidencia a cisão entre o discurso nacionalista e a prática econômica da Junta Militar. Ao deslocar o foco do campo de batalha em si, para a estrutura produtiva argentina, desmonta a retórica patriótica mobilizada pelos militares: enquanto soldados eram enviados para morrer em defesa da soberania territorial das Malvinas, permanecia intacta a dependência econômica em relação aos mesmos centros financeiros pertencentes às potências que o regime dizia combater.

A partir da leitura da cobertura reunida sob o título “A Guerra no Atlântico Sul, a soberania aparece como um problema militar, político, econômico e informacional. A guerra das Malvinas fornece, desse modo, uma chave para discutir a situação argentina, mas também convida a pensar sobre as vulnerabilidades compartilhadas por outros países latino-americanos diante das diferentes formas de intervenção externa.

Cenário semelhante, associando regimes militares à precarização financeira e à perda de soberania, reaparece em dossiês dedicados à Bolívia e ao Chile¹⁴⁴. Em vez de tratar esses processos como crises exclusivamente nacionais, a *Folha* volta a construir um mesmo encadeamento explicativo: autoritarismo, dependência econômica e limitação da autonomia dos Estados latino-americanos aparecem como fenômenos inseparáveis.

Em “Bolívia, das casernas à falência” (13/03/1983), Galeano de Freitas demonstra que a vulnerabilidade produzida pelo regime militar envolvia diretamente a submissão aos mercados internacionais:

[...] a desorganização das finanças internas e externas bolivianas (o período Banzer foi caracterizado pela “captação de poupança externa”, com o incremento da dívida externa), aliada à crise econômica internacional, entrava qualquer esforço de restauração. Vale notar que a Bolívia continua dependente do estanho e as enormes reservas estratégicas deste metal, em poder dos Estados Unidos, na prática dão aos americanos o poder de controlar o preço do estanho e isto, de fato, é um fator limitativo da soberania do país andino.¹⁴⁵

A expressão “fator limitativo da soberania” relaciona diretamente a dependência financeira, expressa no controle estrangeiro sobre a principal riqueza nacional, à restrição da

¹⁴³ROSSI, Clóvis. A batalha interna está para começar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 jun. 1982. Exterior, 1º caderno, p. 14. Conjunto editorial sobre a Guerra das Malvinas.

¹⁴⁴ Esses Dossiês serão retomados no tópico 3.3, momento mais oportuno para a análise integral de seus elementos, conforme procedimento sinalizado no início do capítulo.

¹⁴⁵FREITAS, Galeano de. Difícil morte do Estado delinquente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 mar. 1983. Exterior, 1º caderno, p. 14. Integra o Dossiê-Folha “Bolívia, das casernas à falência”.

autonomia política boliviana. Nesse caso, soberania é também a capacidade de controlar os próprios recursos estratégicos.

Essa mesma lógica reaparece no dossiê *O Chile na encruzilhada, 10 anos depois* (11/09/1983). Novamente transformando em Dossiê-Folha um debate realizado em seu auditório, o jornal oferece espaço para que especialistas interpretem a experiência chilena. Segundo o relato de Antonio Melo, responsável por organizar a publicação, o economista Paulo Sandroni contrapôs diretamente o projeto econômico de Salvador Allende às reformas implementadas por Pinochet:

[Allende] colocou em prática uma política de redução dos lucros das empresas, de incremento ao emprego e aos salários, aumentando assim o consumo e reduzindo a inflação, Pinochet optou pelo contrário. “Adotou o que preconiza a escola de Chicago e, para reduzir a inflação, diminuiu drasticamente o número de empregos, achatou os salários e isso trouxe a recessão, a falência, a miséria cada vez maior”. Ele argumenta que, enquanto o modelo permitia que se agisse assim, sufocando somente a classe trabalhadora mais pobre “em benefício de outros setores da burguesia, tudo era flores. Mas, as dificuldades econômicas começaram a aparecer e a ficar cada vez maiores e novos setores precisavam ser sacrificados. Aí o esquema não pôde mais se manter, porque começa a perder apoio inclusive no setor monopolista e ter dificuldades no exterior - devido às turbulências no relacionamento com os credores que não suportam os atrasos constantes”.¹⁴⁶

O vocabulário marcado pela deterioração - “achatou”, “recessão”, “falência”, “miséria” - desconstrói discursivamente o chamado “milagre chileno”. Ao mesmo tempo, a explicação associa continuamente a adoção das políticas dos *Chicago Boys* ao enfraquecimento da economia nacional e ao aumento da dependência em relação aos credores internacionais. A narrativa inverte a retórica militar: o regime que se apresentava como defensor da pátria aparece como responsável por comprometer a autonomia econômica do país.

Considerados em conjunto, o antecedente editorial sobre a guerra das Malvinas e os Dossiês examinados revelam uma regularidade discursiva que atravessa o corpus. A noção de soberania incorporava as dimensões diplomática, militar e econômica, de modo que a intervenção estrangeira materializava-se tanto na presença de tropas, bases militares e operações de inteligência quanto nos mecanismos de dependência econômica, que resultaram no endividamento externo, no condicionamento das políticas nacionais pelos organismos financeiros internacionais e no controle estrangeiro de setores estratégicos.

¹⁴⁶MELO, Antonio. O Chile na encruzilhada, dez anos depois. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1983. 2º caderno, Exterior, p.18. Matéria de abertura do Dossiê-Folha “O Chile na encruzilhada, dez anos depois”.

Seria excessivo afirmar que a *Folha de S. Paulo* tenha formulado propriamente um projeto de “defesa continental”. A recorrência desses enquadramentos, contudo, possibilitaram que acontecimentos de diferentes países pudessem ser reconhecidos pelo leitor como manifestações de problemas comuns à região. Ditaduras, intervenções estrangeiras e dependência econômica eram apresentadas como formas distintas, mas relacionadas, de limitação da capacidade de decisão dos Estados latino-americanos. Nos textos analisados, não há soberania efetiva nem sob o autoritarismo doméstico nem sob a tutela das potências externas.

3.2 Sentidos de democracia: as transições no Cone Sul e as possibilidades para a América Central

É interessante pensar a democracia como um conjunto de ideias e práticas políticas que foram criadas, que estiveram aparentemente esquecidas por longos períodos da história, mas que foram redescobertas e reinventadas pelas sociedades modernas. Dessa maneira, não se pode formular uma única e simples definição de democracia. Ela deve ser entendida historicamente em suas concepções e práticas em cada sociedade.¹⁴⁷

Na década de 1980, “democracia” não era um conceito dado, mas um sentido em disputa, e o Dossiê-Folha foi um dos dispositivos escolhidos pela *Folha de S. Paulo* para sediar esse embate. Os dossiês selecionados para pensar a abordagem da democracia na América Latina dividem-se em dois conjuntos recorrentes. O primeiro concentra-se no Cone Sul - especialmente na Argentina -, onde o debate se organiza em torno da crise das ditaduras militares e dos desafios da reconstrução democrática. O segundo reúne reportagens dedicadas à América Central, particularmente a El Salvador e à Nicarágua, nas quais os sentidos atribuídos à democracia eram tensionados pelas guerras civis, pelos projetos revolucionários e pela intervenção dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Os próprios títulos indicam perspectivas distintas para o debate. Os processos no Cone Sul são focados na reconstrução institucional e na justiça de transição, evidenciando certa expectativa em chamadas como “A aventura democrática no Cone Sul” (05/12/1982), “Os argentinos decidem hoje o futuro da nação” (30/10/1983), “A grande festa da posse de Alfonsín” (11/12/1983) e “No verão argentino, a alegre festa da democracia” (19/02/1984).

¹⁴⁷ PRADO, Maria Lígia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p.8.

Como explica Maria Ligia Prado, a experiência com regimes militares no Cone Sul - marcada pela suspensão dos direitos civis, censura de imprensa, proibição ou limitação de eleições e da existência de partidos políticos, prisões, tortura e assassinatos de militantes de esquerda - fez compreender a importância dos direitos humanos liberais e das práticas democráticas. Assim, no período final das ditaduras, a democracia como valor político adquiriu uma centralidade inédita na região.¹⁴⁸

Por outro lado, o horizonte democrático apresentado nos Dossiês dedicados à América Central é atravessado, essencialmente, por conflitos armados e disputas políticas, como sugerem os próprios títulos “A revolução sandinista na encruzilhada” (23/01/1983), “El Salvador vota, apostando na paz que não virá” (25/03/1984) e “Divididos, nicaraguenses esperam paz impossível” (13/05/1984). Se, no Cone Sul, o desafio consistia em reconstruir instituições democráticas após anos de ditadura, na América Central a própria definição de democracia tornava-se objeto de disputa entre projetos políticos concorrentes.

A análise parte de uma questão: quais elementos o discurso jornalístico apresenta como pilares da democracia para a América Latina? Conforme argumenta Norberto Bobbio, o futuro e a qualidade de um regime democrático dependem da definição de suas “regras do jogo”. Na cobertura da *Folha*, essas regras limitavam-se à realização de eleições ou incorporavam também demandas por justiça social, responsabilização pelas violações dos direitos humanos e projetos de reconstrução econômica? Em outras palavras, que concepção de democracia a *Folha de S. Paulo* constrói nesses diferentes contextos latino-americanos e por meio de quais recursos textuais e visuais?

Para responder a essas questões, acompanhamos a própria experiência de leitura dos Dossiês. Nesse formato, a imagem participa da construção do argumento jornalístico desde o primeiro contato do leitor com a página, e durante a pesquisa, essa foi também a ordem pela qual os documentos se apresentaram: antes da leitura dos artigos, foram os títulos, subtítulos, ilustrações e fotografias que orientaram as primeiras hipóteses de interpretação. Por essa razão, a análise realizada neste tópico parte inicialmente da composição visual de cada dossiê, para, então, examinar a narrativa construída pelos correspondentes.

¹⁴⁸PRADO; SOARES; COLOMBO, 2007, p. 65.

O Cone Sul e a democracia como reconstrução institucional

Os cinco Dossiês centrados na Argentina e no Cone Sul serão analisados em sua ordem de publicação, o que permite acompanhar a transformação do próprio enquadramento construído pela *Folha*: do cenário de ruína e ceticismo decorrente dos regimes militares e das incertezas da transição, às expectativas pelas eleições e, por fim, aos limites e desafios da nova ordem democrática. Em “A aventura democrática no Cone Sul” (05/12/1982), a redemocratização aparece como um processo aberto, marcado por expectativas e incertezas. O termo “aventura” afasta a ideia de um processo linear ou garantido, sugerindo que a reconstrução democrática ainda era uma experiência em curso, sujeita a avanços e retrocessos.

Na reportagem, Rossi lança um olhar panorâmico sobre a região, identificando uma “débil luz” no fim do túnel autoritário. Sinais como “um governo civil na Bolívia”, a “promessa dos militares argentinos de entregar o poder até fins de 1983”, a “vitória esmagadora das oposições nas eleições internas dos partidos políticos uruguaios”, e as “dissensões sérias nos setores que apoiam o governo Pinochet, no Chile” apontavam para uma transição iminente.¹⁴⁹ A ilustração - da qual não é possível identificar a autoria - é a síntese visual do argumento construído pelo jornalista. Tudo o que vemos na imagem é um círculo branco, e três pares de olhos olhando para diferentes direções, em contraste com o fundo totalmente preto, logo não existe paisagem ou horizonte. Os olhares que se destacam na escuridão parecem sugerir uma sociedade que começa a enxergar uma luz ou uma possibilidade.

¹⁴⁹ ROSSI, Clóvis. A aventura democrática no Cone Sul. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 dez. 1982. Exterior, 2º caderno, p. 22.

Figura 17 - Recorte do Dossiê “A aventura democrática no Cone Sul”



Fonte: Folha de S. Paulo (1982).

Rossi descreve essa saída do túnel como “obstruída por uma pilha de cadáveres, de desaparecidos, de desempregados, de empresas quebradas, de dívidas monstruosas com o Exterior, o que torna o caminho para a redemocratização extremamente tortuoso e delicado”. Para dimensionar os desafios impostos a esses países em tal percurso, utiliza o Brasil como categoria de comparação:

Por isso, é ilusório imaginar que esses países possam repetir a experiência brasileira dos últimos anos, marcados por uma rápida transição da distensão para a abertura e desta para uma quase-democracia. Para começar, é preciso apontar diferenças fundamentais entre os regimes militares do Brasil e os de seus vizinhos: os militares brasileiros, habilmente, mantiveram o Congresso funcionando, a não ser por breves períodos, nunca congelaram os partidos políticos e, periodicamente, abriam as urnas, embora espalhassem obstáculos e casuísmos para torcer os resultados e, com isso, entregar apenas as pedras dos anéis, preservando a estes e aos dedos principalmente. Não foi o que aconteceu na Argentina, no Chile, na Bolívia e no Uruguai. Nesses quatro países, adotou-se a política de terra arrasada: fechou-se o Congresso, foram congelados ou dissolvidos os partidos políticos, e colocados na ilegalidade as combativas centrais sindicais que tinham uma longa tradição de luta político-sindical (a CUT chilena, a CGT argentina, a COB boliviana e a CNT uruguia).¹⁵⁰

Ao usar o Brasil como parâmetro, o jornalista transforma a análise do Cone Sul também em uma interpretação da própria abertura brasileira. A escolha do adjetivo “ilusório” enfatiza a impossibilidade de se fazer analogias simplificadoras entre os processos de abertura política, legitimando a necessidade de compreender cada transição a partir de suas

¹⁵⁰ROSSI, Clóvis. A aventura democrática no Cone Sul. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 dez. 1982. Exterior, 2º caderno, p. 22.

especificidades históricas. A comparação proposta por Rossi pode ser confrontada com os modelos de transição discutidos por Lidiane Elizabete Friderichs.¹⁵¹ Esse diálogo exige considerar as diferentes temporalidades das duas análises, afinal, publicado em dezembro de 1982, o Dossiê acompanhava processos em curso, e Rossi escrevia a partir dos indícios disponíveis naquele momento, sem conhecer os caminhos que cada transição realmente assumiria.

Posteriormente, Friderichs mobiliza as diferenças entre as concepções de transição por colapso, nas quais a desagregação do regime reduziu a capacidade dos militares de controlar sua saída, das transições por consenso ou pactuadas, marcadas por negociações e pela preservação de maior poder de intervenção dos setores autoritários. Argentina e Bolívia são aproximadas do primeiro modelo, enquanto Brasil, Chile e Uruguai são associados ao segundo.

Rossi separa o Brasil de seus vizinhos, sobretudo a partir da profundidade da destruição institucional promovida pelas ditaduras: enquanto o regime brasileiro preservava, ainda que de forma restrita e controlada, o Congresso, os partidos políticos e a realização periódica de eleições, Argentina, Chile, Bolívia e Uruguai teriam experimentado uma política de “terra arrasada”. Friderichs adota outro critério, relacionado à capacidade dos regimes de condicionar a passagem para a democracia. Por isso, Chile e Uruguai podem aproximar-se do Brasil quanto à forma pactuada da transição, embora se aproximem da Argentina e da Bolívia na descrição feita por Rossi sobre a repressão e o desmonte das instituições políticas.

A comparação mostra que a intensidade da repressão não determinava automaticamente a modalidade assumida pela transição. Também reforça o sentido de incerteza contido no título do dossiê. A “aventura democrática” se materializava nas crises, negociações, promessas de abertura e colapsos em diferentes países, cujos resultados ainda não podiam ser conhecidos pelo correspondente. A unidade do Cone Sul era construída pela experiência compartilhada do autoritarismo e pela expectativa de redemocratização, mas não pressupunha a existência de um único caminho para a democracia.

Diante de tal cenário, Rossi utiliza o caso brasileiro como espelho para dimensionar a profundidade da crise institucional vivida pelos países vizinhos:

Cavou-se, em resumo, um imenso fosso entre, de um lado, o poder militar e seus escassos seguidores (ou inspiradores) civis e o conjunto da sociedade - manietada,

¹⁵¹ FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas. *Aedos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 439-455, ago. 2017.

marginalizada e perseguida. E, mais que isso, declarou-se a guerra contra a subversão, entendida esta como tudo aquilo que se manifestasse contra o governo. [...] Essa guerra sem quartel nem piedade trouxe a paz. A paz dos cemitérios, cenário ideal para que governantes de índole autoritária impusessem tranquila e comodamente seus planos de governo. O problema é que nem assim deu certo.¹⁵²

O vocabulário empregado constrói um cenário de catástrofe, que associa as dificuldades da transição à devastação produzida pelas ditaduras. Nesse sentido, a ilustração não é o único recurso imagético presente neste Dossiê: expressões como “uma débil luz”, “pilha de cadáveres”, “terra arrasada”, “paz dos cemitérios”, “imenso fosso”, são metáforas que constroem verdadeiras imagens para quem está lendo. Como consequência, a narrativa constrói uma atmosfera lúgubre, marcada pela morte e pela devastação, para representar a realidade desses países.

Por todo o artigo há comparações com o Brasil. No campo econômico, o Palácio do Planalto pôde executar a abertura “quando ainda havia resíduos do falso milagre econômico”, e “podia dosificar a liberalização a seu gosto”. Já nas vizinhanças, segundo Rossi, os militares “estão saindo do poder não por convicção democrática”, mas porque estavam acuados por uma recessão sem precedentes, perdendo o apoio até mesmo do empresariado, seu aliado habitual.

A publicação mapeia para o leitor essa falência múltipla: a Argentina e o Uruguai com recordes de empresas quebradas e queda no PIB; o Chile mergulhado em um pesadelo com mais de 25% de desemprego; e a Bolívia dedicando 80% de seus recursos apenas para pagar a dívida externa. A leitura de Gleidiane Ferreira situa historicamente essa relação entre o legado militar e a inserção econômica dependente, explicando como a crise econômica “aprisionou” as novas democracias sul-americanas antes mesmo de seu nascimento.¹⁵³

Rossi continua, e estabelece outra “clara distinção” entre o Brasil e seus vizinhos sobre a responsabilização pela repressão:

Geisel pode afastar os generais Ednardo D'Avila Mello e Silvio Frota, que acabaram ficando, implicitamente, como os responsáveis pelos excessos. Nos outros países, a coisa é muito mais complicada. Todas as evidências são de que o programa

¹⁵²ROSSI, Clóvis. A aventura democrática no Cone Sul. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 dez. 1982. Exterior, 2º caderno, p. 22. Integra o Dossiê “A aventura democrática no Cone Sul”.

¹⁵³FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Qual democracia? O período de redemocratização na América Latina: uma reflexão sobre Brasil e Argentina. *Ameríndia: História, Cultura e Outros Combates*, Fortaleza, v. 10, p. 42-54, nov. 2011, p. 45.

repressivo foi planejado e executado pelo conjunto das Forças Armadas e não por eventuais paramilitares ou pequenos núcleos delirantes.¹⁵⁴

Um dos maiores obstáculos da transição consistia em saber como “desmontar a máquina repressiva”. O jornalista demonstra como a violência foi institucionalizada em todos esses países - na Argentina e no Uruguai, os militares negavam-se a prestar contas de seus atos; na Bolívia, o terror operava por meio de paramilitares; e no Exército uruguaio havia aulas práticas de tortura – e questiona: “Mas quem garante que a impunidade de hoje não será o estímulo para que, amanhã, essa negra história se repita outra vez?”

Ao descrever a crise das ditaduras do Cone Sul, o dossiê participa da elaboração de um determinado sentido de democracia. Ela não é traduzida apenas em retorno das eleições ou na substituição de governos militares por civis. É, na verdade, apresentada como um processo necessariamente vinculado à reconstrução das instituições políticas, ao enfrentamento do legado repressivo, à recuperação econômica e à redefinição das relações entre Estado e sociedade. A narrativa de Clóvis Rossi aproxima o conceito à ideia de reconstrução de uma sociedade profundamente marcada pela violência autoritária.

Publicado quase um ano depois, “Os argentinos decidem hoje o futuro da nação” (30/10/1983) apresenta o momento em que a democracia deixa de ser uma possibilidade para tornar-se uma escolha concreta diante das urnas. O próprio título já sintetiza essa mudança de temporalidade e o parágrafo de abertura transforma o rito eleitoral em um acontecimento excepcional:

Quase 18 milhões de argentinos irão hoje às urnas para o que os analistas mais desapaixonados consideram a última oportunidade deste traumatizado país para conseguir a estabilidade institucional que lhe permita recuperar as posições perdidas ao longo dos últimos cinquenta anos. O 30 de outubro significa para a nação argentina muito mais do que a mera escolha de seus mandatários em todos os níveis por si já importantes. Representa, acima de tudo, a opção entre a estabilidade e a dissolução nacional [...]¹⁵⁵

A oposição construída entre “estabilidade” e “dissolução nacional” confere a esse momento um significado que vai além da escolha de um presidente, e a realização do pleito se torna decisivo para a reconstrução institucional do país. O voto é apresentado como condição indispensável para romper definitivamente com o ciclo de intervenções militares. A

¹⁵⁴ ROSSI, Clóvis. A aventura democrática no Cone Sul. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 dez. 1982. Exterior, 2º caderno, p. 22.

¹⁵⁵ ROSSI, Clóvis. Os argentinos decidem hoje o futuro da nação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 1983. Exterior, 2º caderno, p. 18.

expectativa que cercava o retorno das eleições aparece na maneira como Rossi apresenta as campanhas dos dois principais candidatos:

Não é à toa, por isso, que os dois únicos candidatos com chances de vencer a eleição [...] tenham posto ênfase, em sua campanha, menos em um programa concreto que consiga tirar o país do poço e mais nas excelsas virtudes da democracia. “É preciso fortalecer o pólo institucional”, insiste sempre Ítalo Luder. “Com a democracia, não apenas se vota, se come, se cura e se educa”, repicou Alfonsín [...] E é absolutamente natural essa defesa apaixonada das virtudes democráticas: a decadência argentina coincide justamente com o período de permanentes intervenções militares na vida política.¹⁵⁶

Nos discursos de Ítalo Luder e Raúl Alfonsín, a democracia é associada à capacidade solucionar problemas de alimentação, saúde, educação e estabilidade institucional, convertendo-se em um projeto de reconstrução nacional. Entretanto, o próprio correspondente pondera essa expectativa, argumentando que a consolidação democrática dependeria de enfrentar um desafio ainda maior, o legado da repressão militar:

Já perguntei aos dois principais candidatos presidenciais com chances de ganhar o que fariam na hipótese de que as “Madres” voltassem à plaza durante o governo constitucional. A resposta de ambos foi idêntica: caberá à Justiça resolver o assunto. Até aí, tudo bem. O problema é saber se o futuro governo dará à Justiça todas as condições para investigar a fundo a questão, o que implica chegar à mais alta cúpula militar. Que ninguém se iluda: aqui, não houve “excessos” na luta anti-subversiva que expliquem as mortes e os desaparecimentos. O que aconteceu, para usar palavras de um notório conservador como o escritor Jorge Luis Borges, é “atroz”. Pergunta o célebre escritor: “Que se pode pensar de um governo que assassinou 25 mil cidadãos sem julgamento, sem testemunhas, sem provas?” A repressão foi executada de acordo com um plano previamente traçado nos mais altos estratos militares, o que torna inócua a punição a um outro bode expiatório. Ou se chega à medula do sistema repressor, ou simplesmente corre-se o risco de que tragédia se repita no futuro, essa mulada pela impunidade dos homens que a planejaram.¹⁵⁷

Ainda que a eleição fosse caracterizada como a “última oportunidade” de um país “traumatizado”, Rossi relativiza a ideia de que o mero rito de ir às urnas seria suficiente para redemocratizar a Argentina. O correspondente desmonta a retórica oficial das Forças Armadas de que as violações de direitos humanos teriam sido apenas “excessos” de uma guerra perpetrada por dois lados. As expressões “plano previamente traçado” e “medula do sistema” tiram a responsabilidade de indivíduos isolados para enfatizar toda uma estrutura repressora. A citação a Borges, qualificado por Rossi como um “notório conservador”, também não é

¹⁵⁶ROSSI, Clóvis. Os argentinos decidem hoje o futuro da nação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 1983. Exterior, 2º caderno, p. 18.

¹⁵⁷*Ibid.*

casual: o julgamento moral ultrapassa divisões ideológicas e o uso do termo “atroz” é condenatório, tornando impossível a neutralidade diante da violência estatal sobre toda uma nação.

A ilustração ganha força quando lida em conjunto com a argumentação sobre o legado da repressão. Os elementos selecionados por Mariza Costa sugerem o principal obstáculo à redemocratização argentina, isto é, a permanência do passado autoritário. Essa angústia é condensada por uma figura encapuzada, sem rosto e sem identificação clara, o que possibilita lê-la como uma espécie de memória ou fantasma do autoritarismo que acompanha o eleitor no momento da decisão.

A figura está inclinada sobre um homem que - podemos supor após a leitura da reportagem - tem uma cédula de voto na mão. A imagem captura o instante anterior à concretização do ato, o momento de decisão, e a democracia aparece como escolha, mas também como incerteza. Também a direção do olhar do homem é significativa. O eleitor não olha para uma urna, inexistente na imagem, nem para a cédula, mas sim para a sombra que passa um braço sobre seu ombro. A composição pode sugerir que o ato de votar não resolve o passado autoritário; ao contrário, ele ocorre sob sua permanente presença.

Figura 18 - Recorte do Dossiê “Os argentinos decidem hoje o futuro da nação”



Fonte: Folha de S. Paulo (1983).

Neste dossiê, a democracia adquire uma dimensão ética e jurídica. O voto aparece como condição necessária, mas insuficiente para a consolidação do novo regime. A narrativa de Clóvis Rossi e a ilustração de Mariza Dias Costa convergem ao sugerir que a

redemocratização argentina dependeria da capacidade de enfrentar o legado da violência estatal e romper com a impunidade construída pela ditadura.

Um mês após as eleições, o Dossiê “A grande festa da posse de Alfonsín” (11/12/1983) olha para a efetiva transferência do poder aos civis. A *Folha* representa esse momento como marco simbólico da redemocratização argentina, atribuindo à posse um significado que ultrapassa a simples sucessão presidencial. Diferentemente dos dois Dossiês anteriores, cuja força interpretativa recai sobre ilustrações alegóricas, este organiza sua narrativa visual por meio de uma fotografia da cerimônia de transmissão do poder.

A imagem registra o instante em que o último presidente da ditadura, Reynaldo Bignone, entrega o bastão presidencial ao recém eleito Raúl Alfonsín. No entanto, é a legenda escolhida que orienta sua interpretação: “Bignone transmite a Alfonsín o bastão que não recebeu nas urnas”. Além de identificar as figuras em cena, a legenda contrapõe a legitimidade conferida pelo voto à origem ilegítima do governo militar. Antes mesmo da leitura do texto, o leitor é conduzido à compreensão de que a cerimônia representa também a restituição da soberania popular.

Figura 19 - Recorte do Dossiê “A grande festa da posse de Alfonsín”



Fonte: Folha de S. Paulo (1983).

Sob essa perspectiva, a posse de Alfonsín converte-se numa “impressionante festa da democracia”. Enquanto observador privilegiado, Rossi reconstrói para o leitor a atmosfera da cerimônia e da mobilização popular:

A posse de Raul Alfonsín como 42º presidente da Argentina foi uma impressionante festa da democracia em todos os planos; de um lado, o discurso de uma hora de duração, que o presidente pronunciou no Congresso Nacional, transformou-se em

notável peça de defesa da democracia, das liberdades públicas e do insuperável valor do voto popular. Do lado de fora do Congresso e da Casa Rosada, concentrou-se uma incalculável maré humana para aplaudir o presidente, gritar “Viva la Democracia” e comemorar o reencontro da sofrida Argentina com a liberdade.¹⁵⁸

A reportagem inicia em tom de celebração, mas logo dá espaço para discutir os desafios do novo governo. A festa da posse, portanto, não aparece como ponto de chegada, mas como o início de um processo de reconstrução institucional. Rossi observa que Alfonsín terá que lidar com uma inflação descontrolada, uma dívida de 40 bilhões de dólares e, sobretudo, o legado deixado pela ditadura militar.

Entre essas tarefas, uma ocupa posição central na narrativa do jornalista: a necessidade de dismantlar o aparato repressivo. Segundo Rossi, “limpar as Forças Armadas” é essencial para a estabilidade democrática, já que existem inúmeros “golpistas de plantão”. Então, apresenta a estratégia anunciada por Alfonsín para julgar os responsáveis pela repressão, estabelecendo diferentes graus de responsabilidade entre os integrantes das Forças Armadas:

[...] em primeiro, como principais acusados, oficiais que deram ordens (junta de presidentes), depois os que se excederam no cumprimento das ordens e violaram direitos humanos, por fim, quase sem sanções, os que simplesmente cumpriram ordens. Essa gradação parece a única maneira viável de enfrentar a questão: é sabido que as Forças Armadas se envolveram praticamente por inteiro na repressão. Tentar punir todos os seus integrantes equivaleria a dissolver as instituições armadas, o que está absolutamente fora de cogitações. O remédio é estabelecer a escala de responsabilidades, na esperança de que a justiça a torne operacional e, por sua natural lentidão, deixe passar algum tempo até que a ferida purgue menos.¹⁵⁹

A análise de Rossi expõe a tensão entre justiça e governabilidade. Ao considerar a gradação das responsabilidades “a única maneira viável” de enfrentar o problema, o correspondente reconhece os limites políticos impostos à nova democracia. Punir todos os envolvidos significaria, segundo ele, inviabilizar o funcionamento das próprias Forças Armadas; por outro lado, deixar os crimes impunes colocaria em risco a legitimidade do regime recém-restaurado.

No dossiê anterior, Rossi defendia a necessidade de chegar à “medula do sistema repressor”; agora, a questão é como responsabilizar os autores da violência sem desestabilizar o novo regime. À luz da bibliografia sobre justiça de transição, essa leitura da redemocratização argentina ultrapassa a dimensão estritamente eleitoral. Roberta Baggio observa que uma transição democrática substancial pressupõe não apenas eleições, mas

¹⁵⁸ ROSSI, Clóvis. A grande festa da posse de Alfonsín. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 dez. 1983. Exterior, 2º caderno, p. 22.

¹⁵⁹ *Ibid.*

também o acesso à verdade, a responsabilização dos agentes estatais, a reparação das vítimas e a reforma das instituições. A autora destaca que, apesar dos limites e das tensões políticas enfrentadas pelo governo Alfonsín, a abertura dos primeiros processos contra o alto escalão militar representou um avanço decisivo no enfrentamento dos crimes da ditadura.¹⁶⁰

Fabiana Rousseaux, por sua vez, ressalta que as medidas jurídicas e de memória produzem efeitos reparadores ao restituírem dignidade às vítimas, reconstruírem publicamente a verdade ocultada pelo Estado e contrapõem-se aos efeitos persistentes da impunidade. Sem atribuir à *Folha de S. Paulo* uma formulação conceitual consolidada posteriormente, o Dossiê já mobilizava elementos que seriam sistematizados pelo campo da justiça de transição, vinculando a consolidação democrática ao reconhecimento das vítimas, à elaboração pública da violência estatal e à responsabilização por seus crimes.¹⁶¹

Newton Carlos amplia essa interpretação afirmando que, o que a Argentina esperava “não é uma liderança mítica, mas o exercício de uma presidência efetiva, seguindo as regras do jogo democrático”. Uma dessas regras seria justamente a capacidade de formar uma ampla base de sustentação política:

A equação é simples: Alfonsín tem um programa de consolidação democrática e não um programa do partido Radical. Em função disso, ele partirá em busca de aliados onde quer que eles possam ser encontrados. Seus estrategistas definem esse esforço de conquista como uma luta pela hegemonia da idéia de democracia, em contraponto a golpismos que se sabe não liquidados de todos, e já se manifestando sob forma residual.¹⁶²

A afirmativa inicial do jornalista chama atenção para a capacidade de construção de consensos. Carlos busca dissociar o novo governo de interesses estritamente partidários e apresenta a democracia como um projeto nacional, isto é, como um valor que precisa ser compartilhado por diferentes setores da sociedade, que reunidos em torno da reconstrução institucional, busquem o isolamento das forças contrárias ao regime constitucional.

Ainda contribui para esse dossiê Flávio de Almeida Salles, que alterna o olhar da Argentina para o Brasil. Se em “A aventura democrática no Cone Sul” (1982), nosso país parecia ocupar posição relativamente favorável no processo de abertura política, agora o

¹⁶⁰BAGGIO, Roberta Camineiro. Tensionamentos sociais e justiça de transição: contribuições ao constitucionalismo latino-americano. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; TORELLY, Marcelo D.; ABRÃO, Paulo (org.). *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 87-117.

¹⁶¹ROUSSEAU, Fabiana. Las políticas públicas de reparación y sus incidencias en los procesos de memoria, verdad y justicia: el caso argentino. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; TORELLY, Marcelo D.; ABRÃO, Paulo (org.). *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 185-193.

¹⁶²CARLOS, Newton. Há um novo perfil do país pós-peronista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 dez. 1983. Exterior, 2º caderno, p. 22. Integra o Dossiê “A grande festa da posse de Alfonsín”.

espelho se inverte. Salles afirma que “os argentinos avançam em direção à democracia, deixando o Brasil à distância”, e para estabelecer essa comparação, aproxima inicialmente as trajetórias dos dois países:

Com muito cuidado, Brasil e Argentina iniciam hoje a partir da posse do presidente Raúl Alfonsín, uma etapa importante de seu relacionamento bi-lateral, onde o reencontro dos argentinos com a democracia terá efeitos sobre todos os aspectos que constituem as relações com os brasileiros. Enquanto os dois países possuíam regime nitidamente militar, o diálogo foi possível, pois, em última análise, as Forças Armadas assumiram o poder em Brasília e Buenos Aires com objetivos bastante semelhantes. Coincidência ou não, os processos políticos dos dois países caminham de forma bastante próxima um do outro, e se assemelham até mesmo no caos econômico que a aliança militar-tecnocrata implantou no Brasil e na Argentina nestes últimos 20 anos. Agora, no entanto, os argentinos avançaram em direção à democracia, deixando o Brasil à distância, numa separação que se tornou maior depois que o presidente João Figueiredo afirmou (...) que as instituições brasileiras, inclusive as militares, ainda não se fortaleceram para a plenitude do jogo democrático.¹⁶³

Em um primeiro momento, o jornalista enfatiza as semelhanças entre os dois países, tanto nos “objetivos”, como no “caos” deixado pelos militares. Em seguida, parte para o contraste, afirmando que a posse de Alfonsín inaugura uma diferença fundamental entre os dois processos: enquanto a Argentina recupera plenamente a presidência civil, o Brasil permanece condicionado aos limites da abertura conduzida pelos próprios militares. Ao incorporar a declaração de João Figueiredo ao texto, Salles utiliza as palavras do próprio presidente brasileiro para evidenciar a lentidão da transição nacional. A experiência argentina passa a funcionar como um espelho crítico da realidade brasileira, um meio pelo qual é possível expor os limites da abertura política em curso no país.

A fotografia, a legenda e os relatos convergem para uma mesma ideia: a legitimidade do poder decorre do voto e da soberania popular, mas o próprio Dossiê recusa transformar essa legitimidade em ponto de chegada. A festa da posse ocupa apenas o primeiro momento da reportagem; rapidamente, ela abre espaço aos desafios econômicos, à desmontagem do aparato repressivo e à necessidade de impedir novos golpismos. Assim, a posse de Alfonsín é apresentada como um marco fundador, mas não como a conclusão da transição. A partir desse conjunto, a democracia parte da restituição do governo civil, porém depende da consolidação das instituições e da defesa contínua das regras do jogo democrático.

A ordem de publicação dos Dossiês apresentados até aqui evidencia um encadeamento narrativo: primeiro, a democracia aparecia como realidade distante; depois, materializa-se na

¹⁶³SALLES, Flávio de Almeida. Com o regime brasileiro, um reencontro cuidadoso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 dez. 1983. Exterior, 2º caderno, p. 22. Integra o Dossiê “A grande festa da posse de Alfonsín”.

realização de eleições e na transferência do poder aos civis. Agora, introduzem um novo desafio: como viver no regime democrático recém instaurado. Como um romance construído capítulo após capítulo, cada publicação retoma questões da anterior e desloca o debate para uma nova etapa da trajetória democrática.

Antes mesmo da leitura do texto, a ilustração de Luiz Carneiro antecipa o tom de “No verão argentino, a alegre festa da democracia”, publicado em 19 de fevereiro de 1984. Alfonsín aparece sorridente, ocupando quase todo o enquadramento, enquanto costura no centro da bandeira argentina o Sol de Maio igualmente contente. Ao representar o novo presidente costurando a bandeira, e não discursando ou exercendo autoridade, a ilustração associa o governante à reparação simbólica da nação.

A mudança na linguagem visual mostra certa coerência editorial na iconografia dos Dossiês. Ao contrário das edições anteriores, marcadas por sombras, contrastes intensos e figuras opressoras, a ilustração adota traços leves, praticamente sem claro-escuro. O sorriso compartilhado entre Alfonsín e o Sol de Maio reforça uma atmosfera de otimismo, indicando que o reencontro com a democracia é apresentado como um momento de esperança.

Figura 20 - Recorte do Dossiê “No verão argentino, a alegre festa da democracia”



Fonte: Folha de S. Paulo (1984).

A escrita de Rossi também se modifica. A “terra arrasada” e o “fosso” são substituídos pelo “verão”, pela “festa” e pela “alegria”. Observamos como a presença do correspondente no local dos fatos adiciona camadas que não poderiam ser acessadas em artigos produzidos à distância. Como quem nos conta o que vê enquanto caminha pelas ruas da capital argentina, o

jornalista abre o texto narrando a empolgação e o alívio da população, demonstrando como a linguagem jornalística também produz atmosferas:

Florida e Lavalle - os dois calçadões que se cruzam no coração de Buenos Aires fervilham de gente nestas noites quentes do verão democrático. E é inevitável que segmentos da multidão parem a cada esquina para ver, por exemplo, um grupo de saltimbancos, em uma delas, encenando a céu aberto uma peça que fala da liberdade. Na esquina seguinte, o espetáculo está a cargo de marionetes, também improvisadas na rua. [...] O longo silêncio de oito anos acabou na Argentina e é assim que, dois meses depois de restaurada a democracia, o argentino sorve a liberdade redescoberta em doses generosas. O medo desapareceu por completo, caíram igualmente as barreiras que sufocaram o país durante os anos tenebrosos do ciclo militar.¹⁶⁴

Na narrativa de Rossi, a democracia passa a ser percebida como uma experiência vivida. A escolha de elementos aparentemente banais - pessoas caminhando pelos calçadões, artistas de rua, espetáculos improvisados e multidões reunidas - evidencia a recuperação do espaço público como lugar de convivência e expressão política. A frase “o medo desapareceu por completo” sintetiza essa transformação: a ruptura em relação ao período ditatorial também tem caráter subjetivo, marcado pela superação do medo que restringia a circulação, a comunicação e a sociabilidade.

Nesse sentido, a reportagem amplia a definição de democracia construída ao longo dos Dossiês anteriores. Associada às eleições, à posse presidencial e à reconstrução das instituições, agora se manifesta também nas práticas cotidianas da população. Essa leitura aproxima-se da reflexão de Norberto Bobbio de que a democracia não se reduz ao ato eleitoral, mas depende da existência de instituições e práticas capazes de assegurar liberdades públicas, publicidade dos atos do poder e participação dos cidadãos na vida política.¹⁶⁵ O “verão democrático” descrito por Rossi representa justamente o momento em que essas regras começam a ser reapropriadas pela sociedade argentina. Como uma das maiores expressões da liberdade conquistada, o jornalista descreve o chamado “destape”, o fim da censura aprovada pelo Congresso:

A partir da posse de Alfonsín, a televisão argentina - que ocultara zelosamente a verdade durante os oito anos do ciclo militar - começou a vomitar cadáveres em todos os lares da nação. Era a cobertura ampla da descoberta dos “NN” (do latim *nomen nescio*, não conheço o nome), cadáveres de detidos-desaparecidos sepultados clandestinamente pela repressão e que começaram a ser desenterrados já na agonia do regime militar. De repente, a dura verdade penetrou com toda a intensidade na população inteira, levando a revista “El Porteño” a batizar o espetáculo de “El show del horror”. Na verdade, pouco daquilo que agora se está mostrando era

¹⁶⁴ ROSSI, Clóvis. No verão argentino, a alegre festa da democracia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 16.

¹⁶⁵ BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

desconhecido no exterior ou na própria Argentina, das entidades de direitos humanos.¹⁶⁶

Com a restauração democrática, informações mantidas ocultas passaram a circular publicamente. A escolha do verbo “vomitar” transmite a ideia de expulsão violenta de algo que permaneceu reprimido por muito tempo – os cadáveres - e que, uma vez restauradas as liberdades públicas, já não pode continuar escondido. O curioso é que essa construção produz um contraste significativo com o título do próprio Dossiê. Se, de um lado, há “verão”, “festa” e “alegria”, de outro, a reportagem faz questão de lembrar que o regime democrático não encerra o passado autoritário. Pelo contrário, é justamente o que permite expô-lo.

A criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas e o fim da censura integram aquilo que Ana Roberta Fávaro identifica como pilares da justiça de transição, isto é, um conjunto de mecanismos voltados à responsabilização dos agentes estatais, ao reconhecimento das vítimas e à reafirmação do Estado de Direito.¹⁶⁷ O “show de horror” descrito por Rossi participa, portanto, da legitimação da democracia recém-restaurada ao tornar públicos crimes que o regime anterior procurou ocultar.

O correspondente também distribui a palavra entre representantes de diferentes setores da sociedade argentina. A reportagem expõe as “discrepâncias” entre os organismos de direitos humanos e o governo Alfonsín, expressas pela angústia entre a “escala de responsabilidade” posta em prática pelo presidente e a punição total das Forças Armadas, exigido pelas Mães da Praça de Maio:

Na prática, isso equivaleria à dissolução das Forças Armadas. Pergunto a Hebe de Bonafini se essa tese é politicamente viável e ela responde, fulminante: Não sei se é politicamente viável, mas, afinal, para que servem as Forças Armadas? Já o jornalista político Oscar Raul Cardoso, do matutino “Clarín”, é mais realista: “Não se pode confundir o governo democrático com um governo revolucionário. O governo Alfonsín não é a Frente Sandinista. E completa o ex-chanceler Oscar P. Camilión: “Aqui, realizaram-se apenas eleições e não a Revolução Francesa”. De fato, Alfonsín não pode fazer muito mais do que está fazendo. Como diz o advogado Emilio Fermin Mignone, destacado defensor dos direitos humanos, “se as sanções se reduzem a condenar (o que ainda é preciso ver) um punhado de membros das primeiras juntas militares, não haverá verdade nem justiça e, por extensão, tampouco haverá estabilidade democrática”.¹⁶⁸

¹⁶⁶ ROSSI, Clóvis. No verão argentino, a alegre festa da democracia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 16.

¹⁶⁷FÁVARO, Ana Roberta Ferreira. *Democracia como direito humano no contexto da redemocratização na América do Sul: Brasil, Argentina e Chile*. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

¹⁶⁸ ROSSI, Clóvis. No verão argentino, a alegre festa da democracia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1984. Dossiê-Folha, Exterior, 2º caderno, p. 16.

O trecho reúne ao menos três posições distintas diante do mesmo problema. Hebe de Bonafini expressa a perspectiva das vítimas da repressão, para quem a democracia somente se completaria com a responsabilização integral das Forças Armadas. Oscar Raúl Cardoso introduz uma leitura pragmática, lembrando que um governo eleito não dispõe da liberdade de ação de um governo revolucionário. A referência de Oscar Camilión à Revolução Francesa reforça a ideia de que a redemocratização argentina deveria ocorrer dentro dos limites institucionais, e não por meio de uma ruptura radical. Por fim, Emílio Mignone ocupa uma posição intermediária ao advertir que uma punição excessivamente limitada comprometeria a própria legitimidade da nova ordem democrática. A multiplicidade de vozes mobilizadas pelo jornalista demonstra que o consenso em torno do retorno à ordem constitucional não eliminava as divergências sobre o alcance da justiça, o ritmo e os limites das transformações.

Já a referência à Frente Sandinista, feita por Cardoso, mobiliza um referente que já vinha sendo explorado pela *Folha* nas discussões sobre a situação na América Central, convidando o leitor a estabelecer paralelos entre diferentes projetos políticos latino-americanos. Embora apareça apenas como um recurso comparativo dito por um jornalista argentino, ela evidencia que os Dossiês dialogavam entre si e construíram, ao longo do tempo, um repertório compartilhado com seus leitores. Assim como as referências feitas ao processo brasileiro, a comparação revela que, para parte da intelectualidade e do jornalismo do período, as democracias latino-americanas também eram pensadas em contraste com outros modelos de transição e transformação política existentes no continente.

Meses depois, “Desaparecidos, uma ferida aberta na história da Argentina” (23/09/1984) deslocava a atenção para o enfrentamento institucional da violência praticada pelo Estado. A democracia passa então a envolver a capacidade de investigar o passado, reconhecer as vítimas, e buscar verdade e justiça. Assinado por Flávio Tavares, o texto realiza uma espécie de tradução jornalística do Relatório Sábado¹⁶⁹, produzido pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), selecionando episódios, testemunhos e evidências capazes de apresentar ao leitor brasileiro o caráter sistemático da violência estatal. A metáfora da “ferida aberta” apresenta os desaparecimentos como um

¹⁶⁹ O Relatório Sábado, ou Nunca Más, é uma resposta inicial ao contexto de reabertura política como necessidade de enfrentar e registrar o legado das ditaduras de maneira imediata. Ao evidenciar as estratégias de repressão utilizadas pela ditadura argentina, o informe se destaca ao trazer à tona as metodologias empregadas pelos aparatos repressivos. O Nunca Más utilizou os depoimentos das vítimas para a sua elaboração, visto que os arquivos das juntas militares não estavam à disposição da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP). Ver: BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios *Nunca Más* na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada*, v. 2, n. 1, 2008.

trauma ainda ativo no presente democrático, de modo que a abertura institucional não bastava para superar o autoritarismo: enquanto os crimes permanecessem sem esclarecimento e responsabilização, a violência continuaria produzindo efeitos sobre a sociedade argentina.

A legenda da fotografia, “Diante da sede do governo argentino, as Mães da Praça de Maio reivindicavam a punição dos ex-chefes militares acusados pelo desaparecimento de seus filhos”, situa a mobilização no próprio centro do poder político do novo regime democrático. A fotografia capta os painéis compostos por dezenas de retratos, que individualizam as vítimas e, simultaneamente, evidenciam a dimensão coletiva da repressão, impedindo que os desaparecimentos sejam reduzidos a números ou a uma memória restrita às famílias. Acima dos rostos, a inscrição “caçados por assassinos” atribui diretamente aos agentes da repressão a responsabilidade pela perseguição e pelo desaparecimento dessas pessoas, confrontando o silêncio e as justificativas construídas pela ditadura.

Figura 21- Recorte do Dossiê “Desaparecidos, uma ferida aberta na história argentina”



Fonte: Folha de S. Paulo (1984).

Tavares é a única assinatura nesse Dossiê, e abre a reportagem recuperando uma declaração pública do general Ramón Camps, para convertê-la em fio condutor de sua narrativa:

Em plena euforia do poder, em 1976, o general Ramón Camps traçou publicamente as linhas de ação militar na Argentina: “Primeiro eliminaremos os subversivos, logo os colaboradores, depois os simpatizantes e, por último, os indiferentes”. Agora, oito anos depois, a Comissão dos Desaparecidos confessa que, ao redigir o relatório de

suas investigações, tentou inutilmente evitar que o capítulo sobre tortura e extermínio dos presos se convertesse numa “enciclopédia do horror”.¹⁷⁰

A reportagem coloca em relação duas temporalidades. De um lado, a declaração de Camps, pronunciada durante o auge do poder militar, explicita a ampliação progressiva das categorias consideradas inimigas. De outro, o relatório elaborado oito anos depois revela as consequências concretas dessa política. Tavares sustenta a expressão “enciclopédia do terror” detalhando os “métodos de tortura desconhecidos noutras partes do mundo”, evidenciando que a barbárie atingiu as camadas mais vulneráveis e indefesas da sociedade argentina.

O jornalista faz referência ao fuzilamento de adolescentes cujo único “crime” foi reivindicar passe livre nos ônibus, sob a justificativa militar de que era preciso “matar essas pombinhas, antes que cresçam e se transformem em águias”. Ao reproduzir essa frase, evidencia a violência como uma prática preventiva, dirigida não apenas ao que as vítimas haviam feito, mas ao que poderiam vir a representar politicamente.

O Dossiê também oferece espaço às vozes das vítimas e de indivíduos que participaram do funcionamento do aparato repressivo. Uma sobrevivente relata: “Levavam os presos a um imenso buraco e aí nos enterravam, só com a cabeça de fora [...]”. Em seguida, Tavares reproduz o relato de um ex-cabo da Marinha, que “Contou que em maio de 76 começaram os primeiros “voos sem porta”: os prisioneiros eram levados em aviões da Marinha e atirados em alto mar”.

A reportagem assume uma função documental, tornando públicas evidências que o regime militar havia procurado eliminar ou manter em segredo. Esse procedimento reduz o espaço para que os crimes sejam apresentados como rumores, exageros ou denúncias politicamente motivadas. Tais relatos permitem ao leitor dimensionar a natureza do aparato repressivo e ainda confrontar os discursos militares que apresentavam a ditadura como resposta necessária à “subversão”.

Nesse sentido, o Dossiê desmonta a chamada “teoria dos dois demônios”, que estabelecia uma equivalência entre a violência praticada pelas organizações guerrilheiras e aquela executada pelo Estado.¹⁷¹ Ao expor a lógica de aniquilação que alcançava até os “indiferentes”, Tavares joga luz sobre a repressão como um projeto de reestruturação da

¹⁷⁰ TAVARES, Flávio. Desaparecidos, uma ferida aberta na história da Argentina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 18.

¹⁷¹ BALBINO, Ana Carolina. Justiça de transição na Argentina: de Alfonsín a Madri (1983-1996). *Projeto História*, São Paulo, v. 82, p. 319-341, jan./abr. 2025, p.328.

sociedade através do pânico indiscriminado, rompendo os laços de solidariedade e quebrando qualquer institucionalidade.¹⁷²

Depois de apresentar uma extensa sucessão de depoimentos, o jornalista recupera a posição expressa pela comissão: “Não estamos movidos pelo ressentimento, nem pelo espírito de vingança e só pedimos a verdade e a justiça”. A investigação e revelação dos crimes não é revanche dos vencedores contra os derrotados, mas sim uma exigência necessária à reconstrução democrática. Verdade e justiça aparecem como condições para que a sociedade argentina pudesse enfrentar essa herança sem repetir os mecanismos de silêncio e impunidade produzidos pela ditadura.

O fim da reportagem retoma o mesmo procedimento utilizado na abertura, e Tavares resgata novamente as palavras de um militar:

“Esta página brilhante da história militar argentina, para alcançar o prêmio da glória, teve que caminhar por zonas de lodo e escuridão, que ninguém, definitivamente ninguém, deve pretender atualizar ou desvendar”, disse Galtieri. Pouco mais de três anos depois, quase tudo foi desvendado.¹⁷³

A frase final do jornalista inverte a declaração de Galtieri: enquanto o general reivindicava o esquecimento e advertia que ninguém deveria “desvendar” as zonas obscuras da repressão, a CONADEP realizava precisamente o movimento contrário. “Quase tudo foi desvendado” indica que aqueles que haviam controlado a circulação das informações já não conseguiam impedir que suas práticas fossem investigadas e expostas publicamente. A *Folha* transforma, assim, as experiências individuais de sofrimento em denúncia coletiva da violência estatal cometida pelo regime militar argentino.

Nos cinco Dossiês, a democracia ultrapassa o sentido estritamente eleitoral. Embora o voto apareça como condição indispensável para romper com os regimes militares, ele não é suficiente. Ao longo das reportagens, a consolidação democrática passa a depender também da reconstrução das instituições, da liberdade de imprensa, do enfrentamento das violações de direitos humanos, da justiça de transição e da capacidade de impedir a continuidade de práticas autoritárias. Trata-se, portanto, de uma concepção de democracia liberal fortemente associada à experiência das transições políticas do Cone Sul.

¹⁷² BALBINO, 2025, p.330.

¹⁷³ TAVARES, Flávio. Desaparecidos, uma ferida aberta na história da Argentina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 18.

A distribuição temática dos Dossiês revelou que o tema da democracia também era frequente para outra região, mas havia uma diferença importante entre elas: o Cone Sul recebeu um número significativamente maior de Dossiês que a América Central. Argentina, Uruguai e Chile compartilhavam com o Brasil a experiência recente das ditaduras militares, articuladas por mecanismos como a Operação Condor, o que favorecia comparações entre seus processos de abertura e transição. Além disso, Argentina e Brasil mantinham estreitas relações diplomáticas, econômicas e estratégicas, fazendo com que as transformações políticas no país vizinho refletissem imediatamente no debate público brasileiro.

A estrutura da cobertura também era diferente. No Cone Sul, a *Folha* contava com correspondentes próprios, sobretudo Clóvis Rossi em Buenos Aires, enquanto o mesmo não acontecia para a América Central. Isso não significa que a porção centro-americana ocupasse um lugar secundário no debate promovido pelo jornal. Mas se os Dossiês sobre o Cone Sul convidavam a pensar a própria abertura política brasileira, aqueles dedicados a El Salvador e à Nicarágua deslocavam a discussão para a própria definição de democracia como objeto de disputa no contexto latino-americano. A questão passava a interrogar quais critérios permitiam caracterizar um regime democrático quando entram em cena revoluções, guerrilhas e intervenção estrangeira.

A América Central e a democracia como conceito em disputa

Refletindo sobre a noção de democracia na América Latina, Maria Lígia Prado chama atenção para como ao longo do século XX, os opositores de esquerda aos governos oligárquicos e conservadores deram muito pouca importância à “questão democrática”, pois a preocupação era, no plano interno, com os problemas da injustiça social e da pobreza e, no plano externo, com o poder do imperialismo norte-americano.¹⁷⁴

Afinal, uma democracia pode ser instituída sob tutela estrangeira e esvaziamento da soberania? Em “El Salvador vota, apostando na paz que não virá” (25/03/1984), a realização de eleições não define, por si só, uma experiência democrática. O Dossiê relaciona o pleito à influência norte-americana e à continuidade da guerra, por meio de uma construção narrativa que privilegia o correspondente como testemunha.

¹⁷⁴PRADO, Maria Lígia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p.58.

O título da página já antecipa a interpretação. A escolha pelo verbo “apostando” sugere incerteza: a paz não aparece como consequência natural das eleições, mas como possibilidade remota, dependente de fatores que vão além do processo eleitoral. Ao mesmo tempo, o complemento “que não virá” elimina qualquer expectativa otimista antes mesmo do desenvolvimento da reportagem. Em seguida, chama atenção a ilustração que reúne armas, algemas e voto. Como observa Peter Burke, imagens políticas podem condensar conflitos abstratos em símbolos reconhecíveis.¹⁷⁵ Na composição de Luiz Carneiro, tais itens fazem existir na mesma cena democracia, coerção e poder armado.

A imagem organiza-se em três painéis verticais que podem ser lidos como uma narrativa contínua. No primeiro, observa-se um homem visto de costas, uniformizado e portando um fuzil preso ao corpo. No painel central, a figura aparece de perfil, usando chapéu de aba larga e vestimentas simples, com mangas arregaçadas, aproximando a figura da de um trabalhador rural. A ambiguidade sugere que o personagem não corresponde claramente nem ao soldado nem ao camponês, condensando, antes, a experiência de uma sociedade militarizada, com uma guerrilha formada por camponeses, e ao mesmo tempo, uma guerra que atravessava o cotidiano de uma população em boa parte rural.

O painel final rompe parcialmente essa continuidade ao mostrar dois braços distintos convergindo para a urna eleitoral. Na parte inferior, o braço algemado está para depositar uma cédula de votação em uma urna da qual parece escorrer sangue; acima dele, outro braço empunha um revólver. Parecem coexistir dois sujeitos políticos: de um lado, o eleitor, cujo exercício da cidadania aparece limitado; de outro, aquele que detém o poder das armas, cuja presença acompanha e condiciona o próprio ato eleitoral.¹⁷⁶

¹⁷⁵BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.73.

¹⁷⁶Um elemento curioso é a cédula eleitoral, na qual o ilustrador desenha, claramente, um pé de galinha, portanto, a cédula não é neutra. Embora a reportagem do *Dossiê* não faça referência direta a esse símbolo, sua inclusão pode ser interpretada como uma alusão ao campesinato, mencionado no texto como o principal sujeito afetado pela guerra civil, pela pobreza e pelo deslocamento forçado: ou, também é possível que o desenho dialogue com a simbologia associada ao eleitorado rural e analfabeto.

Figura 22 - Recorte do Dossiê “El Salvador vota, apostando na paz que não virá”



Fonte: Folha de S. Paulo (1984).

Os subtítulos - “Esquadrões e guerrilha povoam cemitérios com 46 mil mortos”; “Sem negociações, guerra de desgaste vai continuar”; “Um trunfo duvidoso para Washington”; “Conflito, a herança da colonização” – também antecipam diferentes chaves de leitura do Dossiê. O redator da *Folha*, Celestino Vivian, é quem conduz o tema, descrevendo as eleições como uma estratégia norte-americana imposta de cima para baixo, com a marca “*made in USA*”:

Sob o lema de “ballots and not bullets” (votos e não balas), o presidente Ronald Reagan, através de seu ex-enviado especial a América Central, Richard Stone, promoveu no ano passado frustradas conversações com os rebeldes para convencê-los a participar do pleito. Reagan não aceitou as propostas de Ungo pela formação de um “governo de salvação nacional”, com a participação de todas as forças políticas, que se encarregaria primeiro de pôr fim à guerra e reconstruir o país e depois de convocar eleições. O presidente norte-americano se baseava em precedentes em que marxistas “engoliam” seus aliados tão logo chegaram ao poder. Mas Reagan subestima as causas do conflito salvadorenho, embasadas na desigualdade social (aliás, esta é a tese do Itamarati), e as coloca no âmbito das tensões Leste-Oeste. Não quer que um governo de esquerda se instale no país. Ameaçaria, afirma a Casa Branca, a segurança dos Estados Unidos em seu flanco Sul, como diz constituir uma ameaça o governo esquerdista da Nicarágua e por isso apóia os rebeldes anti-sandinistas.¹⁷⁷

Na interpretação de Vivian, Washington utilizava as eleições como instrumento de legitimação da política norte-americana para a região, e não como meio de solucionar o conflito salvadorenho. Além disso, ao localizar a origem do conflito na desigualdade social e

¹⁷⁷ VIVIAN, Celestino. El Salvador vota, apostando na paz que não virá. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1984. Exterior, 2º caderno, p.18.

não apenas na disputa entre capitalismo e comunismo, Celestino Vivian considera também os fatores internos da sociedade salvadorenha.

Sua leitura aproxima-se daquela desenvolvida posteriormente por estudiosos dos conflitos na América Central, que entendem a situação em El Salvador como um processo histórico com raízes em condicionantes locais e que, conforme explica Roberto Neto, por coincidência diacrônica, inseriu-se no contexto do conflito entre Estados Unidos e União Soviética. No caso de El Salvador - e também da Nicarágua -, Neto explica que a ausência de legitimidade política dos setores dominantes em uma conjuntura de crise econômica e, em meio à Guerra Fria, impulsionou o extremo voluntarismo da guerrilha.¹⁷⁸

Para Rossi, por sua vez, a violência praticada pelos dois principais polos do conflito inviabilizava qualquer pretensão de legitimidade democrática. De um lado, estavam os “esquadrões da morte”, financiados indiretamente pelos Estados Unidos por meio das Forças Armadas salvadorenhas:

[...] não será a eleição de hoje, a segunda em três anos, que poderá fazer estancar o sangue que corre solto em El Salvador. É simples de explicar: desses 46 mil mortos, pelo menos 30 mil foram assassinados por “esquadrões da morte”, que assumiram diferentes nomes ao longo dos anos. E os “esquadrões” estão umbilicalmente ligados à mais alta hierarquia das Forças Armadas, que, por sua vez, recebe uma chuva de dólares norte-americanos para combater a guerrilha. Enquanto estiverem alimentados dessa maneira indireta, os “esquadrões” não deixarão de funcionar, eliminando toda e qualquer pessoa que mostrar alguma preocupação com direitos humanos e justiça social.¹⁷⁹

O jornalista argumenta estabelecendo uma relação direta entre a violência paramilitar e o apoio norte-americano ao governo salvadorenho. O uso da expressão “umbilicalmente ligados” busca reforçar que os esquadrões da morte não eram grupos autônomos ou desvios isolados das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, a imagem da “chuva de dólares” produz a ideia de que o financiamento norte-americano direcionado ao combate à guerrilha alimentava diretamente a violência política no país. Neste enquadramento, o processo eleitoral perde sua legitimidade porque o próprio Estado responsável por organizá-lo aparece associado ao terror.

De outro, aponta a própria guerrilha, que controlava aproximadamente um terço do território nacional:

¹⁷⁸ MOLL NETO, Roberto. A nação como “comunidade imaginada” nas relações internacionais: o caso das narrativas sobre o papel dos Estados Unidos diante da revolução na Nicarágua e da guerra civil em El Salvador nos anos 1980. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 283-305, jan. 2017, p.290-291.

¹⁷⁹ ROSSI, Clóvis. Esquadrões e guerrilha povoam cemitérios com 46 mil mortos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 18. Integra o Dossiê “El Salvador vota, apostando na paz que não virá”.

[...] embora se trate exatamente das regiões menos povoadas, é evidente que esse fato, por si só, retira representatividade de qualquer pleito. Nessas áreas, os guerrilheiros armaram seu próprio esquema de governo, promovem até casamentos e a autoridade formal é deles, única e exclusivamente. Como se poderá considerar legítima uma eleição em que se marginaliza, automaticamente, um terço do país?¹⁸⁰

A crítica de Rossi não se dirige apenas ao governo. O controle exercido pela guerrilha sobre parte do território também ameaçava a representatividade do pleito. A pergunta retórica conduz o leitor à conclusão de que nada adianta existir urnas se não há condições efetivas de participação política dos cidadãos para a legitimidade democrática. Newton Carlos amplia a crítica ao expor que nem mesmo Washington parecia acreditar plenamente na eficácia do processo eleitoral que patrocinava. Como observa o jornalista, o próprio Reagan admitia que “nenhum presidente salvadorenho terá condições de [...] acabar com os esquadrões da morte e dialogar com a guerrilha.”¹⁸¹

A aproximação entre as argumentações evidencia que as críticas não se dirigiam ao princípio das eleições em si, mas às condições em que elas eram realizadas. Rossi ainda mobiliza sua experiência direta com El Salvador, alternando, ao longo do texto, entre descrição factual, testemunho pessoal e análise:

Eu assisti às eleições de 1982 e verifiquei in loco o estrago que a guerrilha provocou no esquema oficial de votação. [...] é indiscutível o desejo da maioria da população de votar, porque foi convencida de que votação é igual a paz, o que não é bem verdade. Em 82, assisti cenas impressionantes que denotavam o desejo da maioria de chegar aos postos eleitorais, não porque houvesse especial entusiasmo pelos candidatos, mas porque ficava subentendido que o caminho da paz passava pelas urnas. Não passou em 1982 e nem vai passar agora, mas, em algum momento de um futuro imprevisível, terá que ser assim.¹⁸²

A escrita em primeira pessoa transforma sua presença no território em parte do argumento da reportagem, o que aproxima o leitor brasileiro da realidade descrita e diferencia o texto da reprodução de despachos internacionais. Além disso, a página incorpora a posição de setores da população que rejeitavam tanto a solução militar do governo quanto a da guerrilha. Como aponta Celestino Vivian:

Estas eleições, impostas de cima para baixo para dar ao país uma fachada de democracia, impossível nas atuais circunstâncias, não contam somente com a oposição da guerrilha, mas também de um amplo segmento da população, que não se considera ligado nem aos

¹⁸⁰ ROSSI, ref. 179, p. 18.

¹⁸¹ CARLOS, Newton. Um trunfo duvidoso para Washington. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 18. Integra o Dossiê “El Salvador vota, apostando na paz que não virá”.

¹⁸² ROSSI, Clóvis. Esquadrões e guerrilha povoam cemitérios com 46 mil mortos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 18. Integra o Dossiê “El Salvador vota, apostando na paz que não virá”.

partidos de direita nem à esquerda armada. Cerca de 30 por cento do eleitorado, professores, estudantes, sindicatos operários e camponeses e organizações de defesa dos direitos humanos defendem o diálogo e a negociação para superar o conflito e condenam a solução militar, que torna o país cada vez mais dependente dos Estados Unidos.¹⁸³

A população, portanto, associa democracia à negociação política e à construção de consensos e ao fazê-lo, atribui legitimidade não à vitória de um dos lados, mas à superação do próprio conflito. A reportagem questiona se é possível falar em regime democrático quando as regras do jogo coexistem com a permanência das armas, de modo que o Dossiê explicita justamente a falência da promessa apontada por Bobbio de que a democracia constitui um conjunto de regras destinado a resolver conflitos sem o recurso sistemático à violência.¹⁸⁴

A situação na Nicarágua adiciona outra camada a esse debate. Ali, para além da possibilidade de realização das eleições, a questão principal está na disputa entre diferentes concepções de democracia: de um lado, a defesa liberal do pluralismo político, da liberdade de imprensa e da alternância no poder; de outro, a definição sandinista, fundada na justiça social, na soberania nacional e na preservação da revolução.

Historicamente, na Nicarágua, a configuração do conflito inverte aquela lógica observada em El Salvador. Neste país, a guerrilha de esquerda enfrentava um governo apoiado pelos Estados Unidos; no outro, após a vitória da Revolução Sandinista, em 1979, o governo revolucionário passou a enfrentar uma guerrilha contra revolucionária - os *contras* - financiada, armada e treinada pelo governo norte-americano. Essa inversão altera os termos do debate: o problema passa a ser a consolidação de um projeto revolucionário de esquerda sob intervenção externa e no contexto da Guerra Fria.

No Dossiê-Folha, o debate a respeito das complexidades internas da Revolução Sandinista contou com a tradução de duas reportagens do jornal francês *Le Monde*, compondo dois Dossiês exclusivos sobre a Nicarágua¹⁸⁵ e que, embora publicados com mais de um ano de intervalo, compartilham uma mesma matriz interpretativa. Por isso, são analisados de forma articulada, com destaque para o enquadramento presente no primeiro dossiê e a maneira como os mesmo elementos são retomados e aprofundados na cobertura das eleições pouco mais de um ano depois.

¹⁸³ VIVIAN, Celestino. El Salvador vota, apostando na paz que não virá. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 18.

¹⁸⁴ BOBBIO, 1986.

¹⁸⁵ Ao todo, entre 1982 e 1984, foram publicados quatro dossiês referentes ao país. Além desses dois: “Na América Central, o jogo do tudo ou nada” (10/04/1983) e “América Central: a explosão latente” (01/05/1983), discutidos no tópico 3.1.

Em “A revolução sandinista na encruzilhada” (23/01/1983), a Revolução Sandinista é apresentada como um processo de progressivo abandono de suas promessas democráticas. Essa interpretação aparece no conjunto editorial da publicação – título, subtítulo e ilustração – e é desenvolvida posteriormente na reportagem de Charles Vanhecke, que privilegia determinadas vozes e concepções de democracia. O subtítulo antecipa o enquadramento: “Entre o monolitismo ditatorial e o pluralismo democrático, a Nicarágua começa a escolher o pior caminho”. Ao afirmar que a Nicarágua “começa a escolher o pior caminho”, o cenário é apresentado como uma escolha entre dois polos antagônicos: o “monolitismo ditatorial” e o “pluralismo democrático”.

A ilustração reforça tal interpretação. Não é possível afirmar sua autoria, mas no canto inferior esquerdo, resquícios de tinta parecem indicar o formato da assinatura de “Mariza”. O personagem central, um combatente armado, ocupa o primeiro plano da composição, enquanto atrás dele projeta-se uma segunda figura como uma sombra, mas com traços mais agressivos: dentes expostos, olhos cerrados, nariz pontudo e proeminente e feições endurecidas. A semelhança dos traços e a sobreposição das figuras permitem ler a segunda como uma duplicação sombria da primeira, e não como outro sujeito. Articulada ao texto, a composição sugere a existência de uma face oculta ou de um desdobramento sombrio da revolução, que emergia a medida que o processo revolucionário se consolidava.

Figura 23 - Recorte do Dossiê “A revolução sandinista na encruzilhada”



Fonte: Folha de S. Paulo (1983).

Charles Vanhecke abre o texto discorrendo sobre as particularidades da luta sandinista:

Poucos revolucionários pareceram, na História, mais democráticos do que os sandinistas da Nicarágua. Eles queriam uma revolução diferente: socialista, mas respeitando o pluralismo político e a livre imprensa, e cuidadosos, no campo diplomático, em manter um estrito não-alinhamento. Tratava-se de um compromisso entre todos os que contribuíram, em julho de 1979, para a derrubada da ditadura Somoza. Os sandinistas não estavam sós no combate. Eles foram os primeiros e permaneceram na vanguarda até o fim, mas outras forças juntaram-se a eles: a Igreja, a burguesia, a intelectualidade. No fim é todo um país que se subleva contra o caudilho [...].¹⁸⁶

Mas logo o jornalista afirma experimentar a “sensação de algo já visto”, descrevendo um movimento que, segundo ele, teria se repetido em outras revoluções do século XX: “uma revolução, inicialmente democrática, restringindo as liberdades ao invocar a necessidade de enfrentar seus adversários”. Ao recorrer a esse paralelismo histórico, Vanhecke retira a Revolução Sandinista de sua especificidade e a insere numa narrativa mais ampla sobre qual seria o destino das revoluções socialistas. A Nicarágua deixa de aparecer como um caso singular da América Central para tornar-se mais um exemplo de um percurso considerado recorrente.

Vanhecke organiza então o texto em torno de um contraste: antes, a defesa do pluralismo, da imprensa livre, da economia mista e do não alinhamento; depois, censura, estado de emergência, concentração do poder, perseguição política, restrição ao pluralismo. O fio narrativo deste Dossiê é a transformação da revolução, e para sustentá-lo, Vanhecke reduz sua intervenção opinativa explícita por meio da seleção e ordenação de vozes locais. São mobilizadas falas do diretor do jornal *La Prensa*, de representantes da Igreja Católica, da Comissão Permanente de Direitos Humanos, de empresários, sindicalistas, diplomatas, dissidentes e mesmo de dirigentes sandinistas.

Porém, o texto não distribui o mesmo espaço entre perspectivas divergentes. O que ele produz é um efeito de diversidade de discursos, mas a maior parte deles converge para concluir que a Revolução Sandinista estaria abandonando o pluralismo. A primeira “grave acusação” veiculada pelo artigo é com relação à liberdade de expressão:

[...] praticamente instituíram o delito de opinião com base na legislação destinada a proteger a segurança e a integridade do território, e evitar a divulgação de notícias alarmistas. Jornalistas, dirigentes partidários e sindicalistas foram presos e julgados por terem criticado o regime e não por pegarem em armas contra ele. [...] O caso do jornal “La Prensa” é exemplar. Rapidamente, ele começou a sofrer diversos ataques: sua circulação foi suspensa inúmeras vezes, suas instalações e seus jornalistas foram

¹⁸⁶ VANHECKE, Charles. A revolução sandinista na encruzilhada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 1983. Exterior, 1º caderno, p. 8.

vítimas de agressões, e, finalmente, passou a ser censurado. “Todos os dias enviamos à censura o jornal inteiramente composto”, explica seu diretor Pablo Cuadra, “ele volta mutilado. Temos de refazê-lo”.¹⁸⁷

Reproduz a fala do arcebispo de Manágua, Obando Bravo, segundo o qual a revolução teria sido confiscada “por um partido único que se confunde com as Forças Armadas e que pretende representar sozinho o conjunto do país”. Em seguida, Marta Baltodano, coordenadora da CPDH, acrescenta: “Nós fomos partidários entusiastas desta revolução. Mas [...] temos a sensação de que a violação dos direitos humanos está em vias de se institucionalizar”. Vários depoimentos seguem pela reportagem. “O empresariado se pergunta [...] onde começa e onde termina a intervenção pública”, relata Vanhecke.

Resgata, ainda, falas de membros do governo. Rafael Solís, secretário do Conselho sandinista, explica que “Será difícil especificar na lei [...] que um partido de direita possa assumir o governo”, em uma referência explícita ao princípio da alternância, ou a ausência dela. Vanhecke lembra que o membro da junta de governo, Sérgio Ramirez, declarou já em 1980 que “Não fizemos nossa luta para ter eleições a cada quatro anos e trocar de presidente com regularidade”. A reportagem se encerra com uma breve entrevista com Tomás Borge, ministro do Interior, cujas respostas confirmam pontos criticados pelo próprio Dossiê:

- Reagan não estaria tentando radicalizar a Nicarágua? - BORGE - Se assim for, ele não compreendeu nada de nossa Revolução. Nós não falamos de pluralismo político ou de economia mista para agradar aos americanos. Trata-se de nosso programa, que será mantido, qualquer que seja a política de Reagan. - Quais eleições? - BORGE - Ainda não sabemos, estamos estudando o sistema eleitoral de outros países para convocar eleições compatíveis com nossa realidade. - Sua concepção de pluralismo implica na possibilidade de a oposição chegar ao poder? - BORGE - Para ser sincero, não penso que ela terá condições.¹⁸⁸

Os relatos mobilizam critérios que se repetem e transformam liberdade de imprensa, pluralismo partidário, garantias individuais, separação entre partido e Estado e alternância no poder em parâmetros para avaliar a legitimidade da revolução. Os dirigentes sandinistas, por sua vez, associam sua legitimidade à defesa das conquistas revolucionárias e da soberania nacional. Embora ambas as concepções apareçam na reportagem, elas não ocupam posições equivalentes na arquitetura editorial do Dossiê.

Em vez de a entrevista relativizar a interpretação construída pela reportagem, reforça a hipótese anunciada desde o título. Desse modo, as falas dos sandinistas não aparecem para

¹⁸⁷ VANHECKE, 1983, p. 8.

¹⁸⁸ *Ibid.*

“dar o outro lado”, mas servem, sobretudo, como evidências de que o “pior caminho” foi escolhido pelo projeto revolucionário, afastando-o da concepção liberal de democracia.

Publicado pouco mais de um ano depois, “Divididos, nicaraguenses esperam paz impossível” (13/05/1984) retoma praticamente o mesmo enquadramento interpretativo, agora no contexto da proximidade das eleições. A reportagem de Marcel Niedergang evidencia a tensão entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade eleitoral. Nesta publicação, o título coloca em foco a própria sociedade: não é mais a Revolução Sandinista que se encontra “na encruzilhada”, mas todo um país aparece dividido e incapaz de alcançar a paz.

A guerra, a polarização política e as dificuldades econômicas são o pano de fundo da narrativa, e as eleições não aparecem como solução para as dificuldades. No subtítulo “Sandinistas não aceitam entregar o poder”, a escolha do verbo “aceitar” indica que o problema não seria apenas vencer as eleições, mas admitir a possibilidade de perder o poder.

A ilustração, novamente sem autoria identificada, também trabalha com a ideia da duplicidade, representando duas figuras masculinas sobrepostas. Os dois rostos compartilham características físicas muito semelhantes - o formato do nariz, a barba, o perfil alongado e o uso de uma boina com um círculo frontal – indicando que se trata de um mesmo indivíduo com duas expressões diferentes. A duplicação das figuras é curiosa, pois estabelece uma continuidade visual entre os dois Dossiês dedicados à Nicarágua. O recurso apresenta a Revolução Sandinista como uma experiência atravessada por tensões internas.

Enquanto a figura posicionada em primeiro plano mantém uma expressão serena e controlada, a segunda apresenta olhos arregalados, dentes cerrados e traços marcados pela tensão. A diferenciação entre as boinas, uma escura e outra clara, parece cumprir uma função gráfica de destacar as duas faces sem romper sua identidade comum. O fuzil desempenha papel central nessa construção visual. Atravessando diagonalmente toda a composição, ultrapassa a borda da ilustração e estabelece continuidade entre as duas figuras.

Esses elementos, em diálogo com a reportagem, apontam duas formas distintas de legitimidade: uma revolucionária, fundada na luta armada, e outra institucional, vinculada ao processo eleitoral em curso. No entanto, a arma que as conecta impede que essas dimensões apareçam como excludentes, indicando que a institucionalização da revolução não apaga sua origem armada, mas convive com ela.

Figura 24 - Recorte do Dossiê “Divididos, nicaraguenses esperam a paz impossível”



Fonte: Folha de S. Paulo (1984).

A tensão anunciada pelo projeto gráfico é desenvolvida por Marcel Niedergang ao longo de todo o texto. Logo nos primeiros parágrafos o jornalista sintetiza aquilo que identifica como o núcleo da posição sandinista:

O poder não pode ser compartilhado, esta é a idéia-mestra que se deduz das explicações e das declarações públicas dos comandantes. “Nós não vamos perder as eleições de maneira alguma”, dizem eles. “Conquistamos o poder pelos fuzis, não vamos perdê-lo pelo voto”. “Nunca - diz ainda Daniel Ortega - o poder do povo poderá ser derrotado, nem pelas balas nem pelas cédulas de votação”. E arremata: “A única solução fecunda é a crítica construtiva”.¹⁸⁹

A reportagem reproduz diretamente declarações dos dirigentes sandinistas, aproximando o leitor do discurso original e concentrando justamente aquelas de maior força retórica. Elas produzem, ainda, um efeito quase paradoxal para o leitor. Em uma concepção liberal de democracia, o voto constitui precisamente o mecanismo legítimo de conquista e perda do poder. Aqui ocorre o inverso: o poder deriva da revolução, enquanto as eleições aparecem subordinadas à legitimidade conquistada pela luta armada.

Sob essa lógica, Ortega não rejeita a realização de eleições. Mas sua argumentação enfatiza que o fundamento da legitimidade democrática é anterior ao processo eleitoral, pois é a própria Revolução Sandinista. Nessa perspectiva, o voto não poderia revogar aquilo que

¹⁸⁹ NIEDERGANG, Marcel. Divididos, nicaraguenses esperam a paz impossível. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 maio 1984. Exterior, 2º caderno, p. 18.

teria sido conquistado pelo povo na luta revolucionária. No contexto brasileiro de 1984, essas declarações adquiriam ainda outro sentido. Enquanto a *Folha* acompanhava e apoiava a mobilização em torno das Diretas Já, o Dossiê apresentava ao leitor uma experiência política que inverte um princípio que vinha sendo endossado na política brasileira, isto é, a ideia de que a conquista do poder deveria decorrer da vontade expressa pelo povo nas urnas.

À legitimidade revolucionária, a reportagem contrapõe uma definição de democracia amparada nas demandas da oposição:

[...] declarou Sérgio Ramirez [...] que “mesmo que a guerra se agrave, ainda assim nós faremos as eleições”. Diante dessa promessa - que é ao mesmo tempo um desafio -, as oposições se veem numa situação de perplexidade. Oscilam entre a denúncia de um processo eleitoral “que não faz sentido”, porque “os sandinistas vão vencer em qualquer hipótese”, e a esperança de conquistar, ou preservar, um certo espaço efetivamente democrático “que permita paralisar a consolidação do poder revolucionário sandinista”. O governo prometeu levantar o estado de emergência antes das eleições, sem mencionar uma data. Mas todos [...] reivindicam bem mais: a supressão da censura à imprensa, uma anistia completa e autêntica, a separação entre o partido sandinista e o Estado.¹⁹⁰

O jornalista expõe que a oposição se encontra dividida entre duas estratégias: denunciar um pleito cujo resultado estaria previamente definido ou participar dele na expectativa de preservar algum espaço institucional. O centro da controvérsia, portanto, não reside na realização da eleição em si, mas na possibilidade de que ele produza uma alternância efetiva de poder, pois seus resultados estariam previamente limitados pela própria estrutura política construída pela Revolução. Nesse enquadramento, democracia envolve competição política, liberdade de expressão e igualdade entre as forças concorrentes.

Os dois Dossiês mantêm um enquadramento semelhante sobre o governo sandinista. Em “A revolução sandinista na encruzilhada” (1983), a revolução é apresentada como um processo que teria se afastado progressivamente de seus compromissos iniciais com o pluralismo político e a liberdade de imprensa. Em “Divididos, nicaraguenses esperam paz impossível” (1984), a questão se aprofunda diante da resistência à alternância de poder, considerada um dos fundamentos da democracia liberal.

Ao traduzir as reportagens do *Le Monde*, a *Folha de S. Paulo* incorporava também um modo específico de interpretar a Revolução Sandinista. Nessa narrativa, as particularidades do processo revolucionário e os efeitos da permanente intervenção dos Estados Unidos tendiam a ocupar uma posição secundária diante da ênfase atribuída a tendência autoritária do regime.

¹⁹⁰ NIEDERGANG, 1984, p. 18.

Os Dossiês revelam, assim, os critérios e valores mobilizados pelo jornal para definir o que considerava democrático - ou autoritário - na América Latina dos anos 1980.

* * *

A análise desse conjunto documental demonstrou que a *Folha* não tratou cada experiência nacional como um caso isolado. Os autores estabeleceram um jogo de espelhos entre diferentes processos latino-americanos: a Argentina é comparada ao Brasil; a abertura política brasileira aparece como parâmetro para interpretar o Cone Sul; Nicarágua e El Salvador evidenciam diferentes impasses envolvendo revoluções, guerras civis e intervenção norte-americana. A comparação entre esses processos revela uma assimetria importante na cobertura. Nos Dossiês sobre a Argentina, a democracia aparece associada à reconstrução institucional, à liberdade de imprensa e à responsabilização pela violência militar. Em El Salvador, o processo eleitoral é problematizado pela guerra civil e pela intervenção externa. Já na Nicarágua, a preservação das conquistas revolucionárias pelos sandinistas é avaliada a partir de critérios como liberdade de imprensa, pluralismo partidário, garantias individuais e alternância no poder.

Para o Cone Sul, portanto, a passagem das ditaduras para governos civis podia ser narrada como um processo de reconstrução democrática; nos casos centro-americanos, sobretudo na Nicarágua, os projetos surgidos de experiências revolucionárias eram avaliados pelos critérios da democracia liberal. A cobertura mostrava, assim, maior facilidade em reconhecer como democrático o processo de superação das ditaduras militares do que em incorporar as possibilidades políticas abertas por uma experiência revolucionária. Ao selecionar temas, hierarquizar vozes, articular textos e imagens e estabelecer comparações entre os países do continente, a *Folha de S. Paulo* participou da construção dos sentidos atribuídos à democracia, delimitando quais experiências poderiam ser reconhecidas como legítimas, possíveis ou desejáveis para a região.

3.3 É possível sair do túnel? Colapso econômico, repressão e a herança compartilhada pelas nações latino-americanas

Nos dois primeiros momentos deste capítulo, a análise privilegiou as disputas em torno da soberania e os sentidos atribuídos à democracia; este terceiro movimento examina a

crise como uma categoria transversal capaz de articular as tensões identificadas nos dois eixos anteriores, mas também ir além delas. Nos Dossiês, a noção de crise contempla a instabilidade econômica e política, mas evidencia também o enfraquecimento da capacidade dos Estados latino-americanos de decidir autonomamente seus rumos e os limites e as fragilidades das experiências democráticas da região.

Durante o levantamento das publicações, chamou atenção o uso frequente de termos como “crise”, “falência”, “colapso”, “implosão”, “quebrou” e “fim”, o que possibilitou reunir um conjunto documental no qual diferentes experiências nacionais são organizadas em torno de um mesmo horizonte de esgotamento. Diante disso, neste tópico, buscamos compreender de que modo a recorrência de temas como endividamento externo, repressão institucionalizada, desigualdade, violência e instabilidade política permitiu à cobertura dos Dossiês apresentar conjunturas nacionais distintas como sintomas de uma crise latino-americana compartilhada.

Os Dossiês “O Chile quebrou com Pinochet” (19/09/1982) e “Crise leva Pinochet a namorar o populismo” (09/01/1983) constituem o primeiro núcleo documental deste tópico. As páginas constroem um movimento narrativo complementar: o primeiro desmonta a imagem do chamado “milagre chileno”; o segundo mostra como a deterioração econômica passa a ameaçar a própria sustentação política do regime. Em 1982, a narrativa transforma a crise econômica chilena em uma crítica mais ampla ao próprio projeto político instaurado após o golpe de 1973. Embora o colapso financeiro ocupe lugar central na reportagem, ele é constantemente articulado ao esvaziamento das instituições democráticas e à repressão.

O título não descreve apenas uma recessão econômica. O verbo “quebrou” aproxima o Estado da linguagem da falência empresarial e transforma a crise financeira em metáfora do fracasso do projeto político conduzido pelos militares. Ao transformar o país em sujeito da ação - “o Chile quebrou” - o título também universaliza a crise, sugerindo que o fracasso extrapola a economia e atinge o conjunto da experiência nacional. Nessa publicação, Pinochet ocupa boa parte da composição visual, de modo que o olhar do leitor se concentra sobre o governante, reforçando a relação estabelecida pelo título entre sua figura e o colapso nacional.

Figura 25 - Recorte do Dossiê “O Chile quebrou com Pinochet”



Fonte: Folha de S. Paulo (1982).

Antes de mencionar os responsáveis específicos pela crise chilena, Gerardo Mello Mourão insere o país em um quadro econômico mais amplo. O jornalista reconhece que a crise possuía dimensão mundial, mas considera seus efeitos particularmente graves na América Latina, aproximando as experiências do Chile, da Argentina e do Brasil:

A crise econômica será, neste momento, um fenômeno mundial. Sua repercussão na América Latina parece mais assustadora do que no resto do mundo, com países como a Argentina e o Brasil imprensados entre a recessão e a inflação. No Chile é pior. Trata-se, possivelmente, do país que tem, no continente, os mais qualificados quadros de comando para a gestão da coisa pública. O regime castrense instalado no país há 9 anos deu-se ao luxo de marginalizar esses quadros.¹⁹¹

Na comparação, Argentina e Brasil aparecem como países igualmente “imprensados entre a recessão e a inflação”, o que insere a crise chilena em um cenário compartilhado por diferentes nações latino-americanas. Ao afirmar, contudo, que “no Chile é pior”, Mourão simultaneamente aproxima e diferencia essas experiências. O país seria a manifestação aguda de uma crise regional, cuja intensidade estaria relacionada às escolhas realizadas pela ditadura de Augusto Pinochet. Na sequência, Mourão passa para a atribuição de responsabilidades, e embora mencione como antecedente um passado próximo, atribui à ditadura militar a responsabilidade imediata pela situação do país:

¹⁹¹ MOURÃO, Gerardo Mello. O Chile quebrou com Pinochet. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1982. Exterior, 1º caderno, p. 14.

O que é certo é que o Chile, um dos países mais belos e mais cultos desta parte do mundo, está dividido e castigado. De quem a culpa? Se formos buscá-la em termos mais remotos, nós encontraremos, certamente, com a exacerbada radicalização dos grupos do perverso esquerdismo infantil que inviabilizou o governo de Allende, e cutucou com vara curta a onça do militarismo chileno. Mas de maneira atual, a suprema responsabilidade pela crise chilena, em todos os seus aspectos, deve ser imputada à ditadura dos generais que, à revelia do povo, continuam sentados na montaria em que se instalaram a 11 de setembro de 1973, numa fria e ensanguentada manhã de Santiago.¹⁹²

A recessão econômica mundial funciona como contexto, mas não como explicação suficiente para o colapso chileno, consequência de decisões políticas concretas. As antíteses empregadas no texto - um país “belo” e “culto”, mas também “dividido” e “castigado”; uma sociedade com “os mais qualificados quadros de comando para a gestão da coisa pública” que foram “marginalizados” - reforçam o paradoxo de uma crise que não seria resultado inevitável das limitações nacionais, mas da forma como o poder foi exercido pelos militares. A responsabilização do regime então é vinculada à política econômica formulada pelos *Chicago Boys*. O grupo atuou na condução das políticas de liberalização comercial e financeira, privatização, desregulamentação e redução da intervenção estatal, apresentadas pelos defensores do regime como responsáveis pelo chamado “milagre chileno”.¹⁹³

Porém, o jornalista os descreve como “os pedantes economistas da escola do professor Friedman, o papa do neocapitalismo que, quando adotado nos países em desenvolvimento, se tornou ainda mais selvagem do que o velho capitalismo selvagem propriamente dito”, concluindo que eles “levaram o Chile à beira do apocalipse”. Mesmo diante dos resultados apresentados, Mourão considerava cada vez mais remota a possibilidade de abandono dessa “danosa política econômica”, reforçando o argumento de que a crise chilena não decorria apenas de uma conjuntura internacional desfavorável, mas resultava, sobretudo, da combinação entre autoritarismo político e adoção de um programa econômico prejudicial à nação. A crítica ao regime, contudo, não permanece restrita à interpretação do correspondente:

Nos 32 parágrafos de seu texto, o manifesto produz uma dura crítica contra o governo, dizendo logo em seu primeiro item que “o Chile passa por uma crise cuja profundidade e alcances já não podem ser ocultados. Está reconhecida por todos os setores sociais, produtivos, gremiais, sindicais e profissionais do país”. No item 2 diz o documento que “esta crise se deve a uma gestão política que dividiu os chilenos, e a erros cada dia mais claros e decisivos na área econômica e social, aos quais se juntou a recessão mundial, para cujos efeitos o governo não soube tomar

¹⁹²MOURÃO, 1982, p. 14.

¹⁹³SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. O neoliberalismo chileno (1973-1990) e seus desafios à integração sul-americana dos anos 1980. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão, v. 9, n. 1, p. 82-91, jan./jun. 2018.

medidas preventivas nem correções adequadas”. Acrescentando que a situação atual é o resultado da “implantação de um governo que por nove anos tem impedido a participação dos cidadãos, suprimindo as liberdades essenciais e desenvolvendo uma política repressiva permanente”, o manifesto democrata-cristão denuncia: “o modelo econômico, projetado como o milagre chileno, terminou no mais completo fracasso, traduzido numa taxa de crescimento negativo da produção per capita, por milhares de falências, por alarmante desemprego, pelo rebaixamento dos salários, pela insolvência do sistema financeiro, pela destruição do aparelho de produção industrial, agrícola e mineiro e da infraestrutura física do país.”¹⁹⁴

A incorporação extensa do manifesto da Democracia Cristã reforça o diagnóstico de Mourão ao apresentá-lo também como percepção de setores da oposição. A crise deixa de aparecer somente como avaliação jornalística e passa a ser apresentada como uma visão compartilhada por diferentes setores da sociedade chilena. O documento também reproduz a mesma articulação entre escalas presente na argumentação de Mourão, reconhecendo que a “recessão mundial” agrava o problema, mas não absolve a ditadura de sua responsabilidade.

Ao denunciar o fracasso do chamado “milagre chileno”, a crise aparece como um fenômeno simultaneamente econômico, social, político e institucional. Manifesta-se nas falências, no desemprego e na destruição do aparelho produtivo, mas também na supressão das liberdades, na exclusão da participação popular e na permanência dos militares no poder. Nesse enquadramento, a ruína financeira converte-se em evidência do esgotamento do projeto autoritário.

No início do ano seguinte, “Crise leva Pinochet a namorar o populismo” (09/01/1983) retoma o diagnóstico apresentado e amplia a análise para os efeitos políticos do colapso econômico. Agora, a crise aparece como força capaz de alterar o próprio comportamento do regime. A escolha do verbo “namorar” indica uma aproximação hesitante e quase constrangida de Pinochet com medidas anteriormente rejeitadas, motivada pela necessidade de conter o descontentamento social e preservar sua permanência no poder.

A organização gráfica da página amplia essa interpretação. No centro da composição, a caricatura de Pinochet o apresenta com traços exagerados, colocando-o novamente como principal personagem responsável pelo cenário retratado. À direita, uma fotografia mostra um grupo de homens alinhados contra um muro, acompanhada da legenda “A repressão no Chile, em seguida ao golpe de setembro de 73”. A imagem inscreve na página a origem violenta do regime e associa sua sustentação política, desde o início, à repressão estatal.

Os demais recursos na página articulam essa violência política ao fracasso econômico e à restrição das liberdades. O gráfico que representa a queda do Produto Nacional Bruto nos

¹⁹⁴MOURÃO, 1982, p. 14.

anos anteriores fornece uma tradução quantitativa do esgotamento do “milagre chileno”, enquanto a charge localizada na parte inferior da página denuncia a permanência da censura e a ausência de liberdade de imprensa.

A composição reúne diferentes temporalidades e dimensões da crise: a fotografia remete à violência fundadora do regime; o gráfico registra a deterioração econômica presente; o cartum chileno evidencia a continuidade do autoritarismo; e a caricatura de P. Caruso condensa o desgaste presente de Pinochet. A página reúne visualmente repressão, fracasso econômico e perda de legitimidade como partes de um mesmo processo, capaz de obrigar o regime a ensaiar respostas contraditórias para assegurar sua sobrevivência.

Figura 26 - Página do Dossiê “Crise leva Pinochet a namorar o populismo”



Fonte: Folha de S. Paulo (1983).

Logo na abertura, Galeano de Freitas estabelece o princípio organizador de toda a reportagem:

Os regimes autoritários, carentes de votos, costumam basear sua legitimidade nos indicadores econômicos, principalmente quando é possível apresentá-los reluzentes. O regime do general Augusto Ugarte Pinochet chegou a fabricar um “milagre” - fim da inflação e altos índices de desenvolvimento econômico - que provava o caráter científico de seu governo, imune a pressões setoriais, e preso à teoria da Escola de Chicago. De repente, os brilhantes indicadores perdem luz. Tornam-se negativos. O Deus PIB cai. O que fazer? Tudo, menos entregar o poder. O Chile trocou os ministros da área econômica três vezes no ano passado. Agora, bate às portas do FMI para refinar uma formidável dívida externa. Contraditoriamente, Pinochet namora fórmulas populistas para se manter no poder, este não é o único paradoxo chileno hoje.¹⁹⁵

A passagem estabelece uma relação direta entre economia e legitimidade política, com a expressão “Deus PIB” sintetizando esse processo. Os indicadores econômicos haviam sido transformados em uma espécie de alicerce do governo militar, e quando esses números “perdem luz” e se tornam negativos, entra em crise a política econômica, uma das principais justificativas para a permanência de Pinochet no poder. A frase “Tudo, menos entregar o poder” denuncia que o abandono parcial da ortodoxia econômica não é apresentado como uma revisão ou reconhecimento dos limites do modelo, mas como uma estratégia de sobrevivência política.

A partir dessa premissa, Freitas retoma a desconstrução do “milagre chileno”, atribuindo o aparente crescimento ao endividamento externo, à concentração do capital e à manipulação dos indicadores econômicos. Sintetizando as bases do modelo em “três mitos” - a confiança na inserção exportadora, na atuação produtiva do empresariado e na disponibilidade ilimitada de crédito externo -, o jornalista conclui, em destaque: “Resultado: UM DESASTRE DE ALTO CUSTO SOCIAL”.

Em citação ao cientista político Eugênio Tironi, Freitas enfatiza a relação entre o colapso do modelo e o enfraquecimento das bases sociais do regime:

Até pouco tempo, a base de apoio social do governo constituía um bloco granítico. [...] É natural que o transcurso do tempo e as crises recentes acabem por fragmentar esse bloco de apoio. O tempo e a despolitização destes anos tenderam a evaporar aquela solidariedade básica que nasceu com o golpe militar e que se reproduziu com a invocação constante do terror. Agora, o mito do êxito do modelo se esboroa, com o que se perde a eficácia de todas as barreiras inibitórias, emergindo reclamos de todos os lados contra a gestão econômica [...]. E, por fim, percebe-se nova atitude do Estado no campo econômico, pois já começa a processar as demandas e a intervir em benefício de determinados setores. Assim chega-se a um ponto em que resulta

¹⁹⁵ FREITAS, Galeano de. Crise leva Pinochet a namorar o populismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jan. 1983.Exterior, 2º caderno, p. 18.

cada vez mais difícil identificar um conglomerado social homogêneo que apoie o governo.¹⁹⁶

A crise econômica converte-se, portanto, em fator de deslegitimação da ditadura. O verbo “esboroar” reforça a ideia de desmoronamento gradual de uma imagem anteriormente sólida, enquanto a dificuldade de identificar um grupo social homogêneo de apoio mostra que o desgaste atinge diferentes setores sociais. Esse cenário econômico aproxima-se daquele identificado por Renato Martins, que caracteriza a crise de 1982–1983 como uma recessão sem precedentes, marcada pela queda do PIB, pelo aumento do desemprego, pela redução dos salários e pela multiplicação das falências, o que teria levado ao enfraquecimento dos apoios que sustentavam o regime.¹⁹⁷

Freitas destaca ainda outra contradição ao observar que “no país do mais puro monetarismo já se começa a debater abertamente a possibilidade de se (re) estatizar todo o sistema bancário”. Isto é, diante do colapso do mercado financeiro o Estado é convocado a absorver os prejuízos produzidos pelo setor privado. Como demonstra Marcos Resende, o endividamento, as altas taxas de juros e a recessão elevaram a inadimplência de bancos e empresas, tornando necessária a intervenção estatal para impedir o colapso do sistema financeiro chileno.¹⁹⁸

Em “Bolívia, das casernas à falência” (13/03/1983) a *Folha* retrata a experiência boliviana também pela combinação entre autoritarismo e endividamento externo, somado ao narcotráfico como fator de degradação institucional. Até então, a Bolívia ocupava uma posição relativamente secundária no conjunto documental analisado. O país havia sido mencionado em “A aventura democrática no Cone Sul”, mas “Bolívia, das casernas à falência” é o único dossiê do recorte inteiramente dedicado à sua conjuntura. Por essa razão, a publicação já foi mobilizada no tópico 3.1, quando privilegiamos a dependência econômica como obstáculo ao exercício da soberania nacional. Neste momento, veremos como a página articula crise econômica, legado ditatorial, corrupção estatal, narcotráfico e reconstrução democrática.

No título, a passagem das “casernas” para a “falência” já estabelece uma relação direta entre o fim do ciclo militar e a herança recebida pelo novo governo democrático. A ilustração de Mariza Costa traduz essa sobreposição de problemas. Construída como uma

¹⁹⁶FREITAS, ref. 195, p. 18.

¹⁹⁷MARTINS, Renato. Chile: a democracia e os limites do consenso. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 49, 2000, p. 71.

¹⁹⁸RESENDE, Marcos Taroco. As políticas econômicas das ditaduras do Chile (1973-1982) e da Argentina (1976-1983) sob um ângulo comparativo. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 42, n. 77, 2021, p. 151.

espécie de colagem reúne uma arma, rostos, uma figura masculina de chapéu, óculos e charuto, o mapa da Bolívia, montanhas, uma lâmina e uma nota de dinheiro. Como efeito, condensa, numa única composição, diferentes dimensões da experiência boliviana apresentada pelo dossiê: militarização, violência política, colapso econômico, corrupção, narcotráfico e empobrecimento social.

Figura 27 - Recorte do Dossiê “Bolívia, das casernas à falência”



Fonte: Folha de S. Paulo (1983).

A organização da página procura diagnosticar o legado de destruição transmitido pelos governos militares à nova administração civil. No texto principal, Clóvis Rossi apresenta a dívida externa como um dos maiores obstáculos enfrentados pelo governo de Hernán Siles Zuazo:

[...] mais do que nunca, a Bolívia necessita hoje de uma trégua em todas as frentes. Precisa de oxigênio de parte dos bancos internacionais [...] São no total 537 milhões de dólares, ou 80 por cento de tudo o que o país arrecada com suas exportações - uma porcentagem insuportável para qualquer nação e mais ainda para uma das mais pobres do mundo. Pior ainda: no ano que vem, vence outra fatia semelhante da dívida [...] o que significa que, sem essa indispensável trégua, a Bolívia vegetará durante dois anos, limitando-se a pagar suas contas externas. ¹⁹⁹

¹⁹⁹ ROSSI, Clóvis. Bolívia, das casernas à falência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 mar. 1983. Exterior, 1º caderno, p. 14.

Com a utilização do verbo “vegetar”, Rossi posiciona a dívida para além do campo abstrato das finanças públicas, apresentando o pagamento dos compromissos externos como uma condição que paralisava o país e reduzia drasticamente sua capacidade de decidir sobre a aplicação dos próprios recursos. Durante dois anos, a economia boliviana estaria destinada ao pagamento de seus credores, comprometendo investimentos, políticas sociais e medidas de reconstrução nacional. A falência financeira converte-se, assim, em limitação da soberania econômica do novo governo democrático.

Essa interpretação é amparada pela articulação entre dados financeiros e indicadores sociais. Rossi observa que “16 de cada cem crianças morrem antes de completar um ano de vida”, enquanto as sobreviventes “não têm esperanças de ir além dos 52 anos” e vivem permanentemente subnutridas. Assim, o jornalista estabelece uma relação direta entre a falência financeira e a degradação das condições de vida da população:

Foi essa dramática situação - somada ao esgotamento das reservas em divisas, que continuam hoje sendo negativas - que fez Siles Zuazo lançar a sua própria versão de “economia de guerra”, ao assumir em outubro. O pacote previa aumentos generalizados de preços para os doze produtos básicos da “cesta familiar” em média de 50 por cento [...] Pedir uma trégua, depois dessas medidas, seria o mesmo que exigir a morte por inanição de uma parte substancial da população. Por isso, Siles concedeu também aumentos salariais (30 por cento em média)[...]. Com esse dinheiro, entretanto, calcula a Central Operária Boliviana (COB), pode-se atender apenas 20 por cento das necessidades dos trabalhadores em termos de produtos essenciais e transportes.²⁰⁰

A comparação com uma “economia de guerra” dimensiona a gravidade da conjuntura: as medidas de austeridade e o aumento dos preços submetiam a população a uma situação comparável à de uma sociedade em guerra, na qual o atendimento às necessidades mais básicas se tornava inviável. Desse modo, a crise financeira assume também uma dimensão humanitária. Na segunda parte da página, o diagnóstico é ampliado das finanças para o próprio funcionamento do Estado durante o regime militar, e Galeano de Freitas discute a degradação das instituições estatais. A transição democrática exigiria mais do que a substituição dos governantes, pois implicava reconstruir um aparelho público penetrado pela corrupção e pelo narcotráfico:

Após uma série de ziguezagues, inclusive com governos militares com base popular - general Ovando, num determinado momento, e general Juan José Torres, em outro - as Forças Armadas bolivianas, já hegemônicas pelas doutrinas de “Segurança

²⁰⁰ROSSI, ref. 199, p. 14.

Nacional” de inspiração norte-americana, assumem o poder e passam a fazer uso indiscriminado da corrupção como instrumento de dominação política. Instaura-se o que René Zavaleta Ortiz denomina de Estado delinquente, que tem sua expressão maior na presidência do general García Meza. O banditismo insere-se no coração do aparato estatal e os extraordinários lucros auferidos pela exportação da cocaína são divididos “fraternalmente” entre os principais chefes militares.²⁰¹

Segundo a formulação de Freitas a respeito do “Estado delinquente”, para além das práticas autoritárias, um grande problema seria o fato de o próprio aparato estatal ter sido transformado em instrumento de atividades ilícitas, de modo que o “banditismo” se instalara em seu “coração”. O emprego irônico do advérbio “fraternalmente” para descrever a divisão dos lucros da cocaína entre os chefes militares reforça a percepção de uma estrutura de poder organizada em benefício de seus integrantes.

A associação entre o regime militar e o narcotráfico encontra respaldo na bibliografia sobre o período. Pedro Armas Diéguez observa que, durante a década de 1980, o Estado boliviano não apenas tolerou o tráfico de drogas, mas participou dele, por meio das ligações de ministros, altos comandos militares e grupos paramilitares com o negócio da cocaína.²⁰² Allan Gillies, por sua vez, caracteriza o golpe de 1980 como uma operação planejada e financiada com o auxílio de narcotraficantes, destacando que o governo García Meza oferecia proteção oficial em troca de recursos provenientes dessas redes.²⁰³ Fernando Rabossi também registra que Roberto Suárez - um dos principais narcotraficantes bolivianos das décadas de 1970 e 1980 - ajudou a financiar o golpe e que o regime militar proporcionou cobertura à expansão da produção e da exportação de cocaína.²⁰⁴

Ao incorporar também a designação “narcofascista”, atribuída pela União Democrática Popular aos governos militares, o texto intensifica a associação entre ditadura, repressão, corrupção e narcotráfico. Nesse sentido, a crise boliviana é interpretada tanto por meio de uma incompetência econômica dos governos militares, como por uma verdadeira falência moral dos governantes, expressando uma desagregação mais profunda do Estado.

Rossi e Freitas atribuem papel decisivo ao legado dos governos militares na crise boliviana. A administração de Siles Zuazo aparece, desde o início, condicionada por uma economia endividada, por uma população submetida à miséria e por um aparelho estatal cuja

²⁰¹ FREITAS, Galeano de. Dificil morte do Estado delinquente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 mar. 1983. Exterior, 1º caderno, p. 14. Integra o Dossiê “Bolívia, das casernas à falência”.

²⁰² ARMAS DIÉGUEZ, Pedro. Geopolítica y narcotráfico en la América Andina. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Madrid, n. 12, 1992, p. 128.

²⁰³ GILLIES, Allan. *The coca-cocaine economy, the US “war on drugs” and Bolivia’s democratic transition (1982-1993)*. La Paz: Andean Information Network, 2018, p. 2.

²⁰⁴ RABOSSO, Fernando. De Cachuela Esperanza a Guajará-Mirim: recursos, escalas e transformações. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, edição especial n. 3, 2019, p. 210.

legitimidade e capacidade de funcionamento precisavam ser reconstruídas. O Dossiê evidencia, sobretudo, o rastro econômico, social e institucional deixado pela ditadura.

Podemos retomar a ilustração, cuja sobreposição dos elementos faz com que sua leitura não se esgote em um primeiro olhar. À medida que as reportagens sublinham diferentes dimensões da crise, os objetos representados adquirem novos sentidos: a arma remete à militarização e à violência estatal; a figura de chapéu, charuto e óculos evoca o imaginário do gângster ou do integrante de uma organização criminosa, relacionado à atuação dos militares; o mapa insere essas práticas no próprio território boliviano; e o dinheiro estabelece uma conexão entre poder político, enriquecimento e atividades ilícitas.

É sugestiva também a proximidade entre uma nota enrolada, uma lâmina e uma forma branca - ao que parece, um pequeno monte de pó - disposto sobre o mapa da Bolívia. Tais itens dialogam com a narrativa de Galeano de Freitas acerca do “Estado delinquente”, e podem ser lidos como referências visuais ao consumo e ao circuito econômico da cocaína, cuja produção e exportação aparecem no texto como um dos pilares da corrupção do regime do general García Meza. Como em outros Dossiês, os textos fornecem chaves para interpretar os símbolos da imagem, que, por sua vez, reúne mesma composição problemas que as reportagens desenvolvem separadamente.

Chile e Bolívia aparecem, assim, como experiências distintas de uma crise regional marcada pelo endividamento externo, pelo autoritarismo e pelos efeitos duradouros das ditaduras. Na Argentina, essa mesma articulação de fatores aparece no Dossiê “A implosão do regime militar” (26/09/1982), momento em que a ditadura permanecia formalmente no poder, mas já apresentava sinais evidentes de desgaste. Clóvis Rossi organiza esse processo de desagregação, convertendo diferentes problemas - derrota militar, crise econômica, disputas internas nas Forças Armadas e questionamentos sobre a repressão - em evidências de uma crise sistêmica que anunciava o esgotamento do modelo ditatorial.

O termo “implosão”, utilizado no título, localiza as causas do colapso no interior do próprio regime, isto é, uma estrutura que passa a desmoronar por suas próprias contradições. Logo abaixo, a breve introdução ao tema afirma que “O desastre nas Malvinas fez ruir o regime militar argentino, depois de seis anos e meio de governo. Agora, entre acusações e expurgos, os militares enfrentam o complicado processo de transferência do poder aos civis, que receberão o país atravessando a mais severa crise econômica da história.”

A ilustração interpreta esse diagnóstico, apresentando uma figura militar montada sobre uma criatura de corpo volumoso, que se apoia sobre o prédio do Congresso Nacional

argentino. A composição produz uma sensação de instabilidade, pois a criatura parece pesada demais para a estrutura que a sustenta, causando a impressão de que a qualquer momento o edifício irá ceder sob o seu peso. Sendo o Congresso um símbolo da institucionalidade civil, uma leitura possível é que o regime militar não apenas se impôs sobre as instituições do país, mas as submeteu a uma sobrecarga de contradições com potencial destrutivo.

Figura 28 - Recorte do Dossiê “A implosão do regime militar”



Fonte: Folha de S. Paulo (1982).

Para guiar sua argumentação, Rossi se apropria de um irônico jogo de palavras usado pela imprensa argentina, o *Proceso al Proceso*. A expressão significava que o Processo de Reorganização Nacional - definido pelo correspondente como o “nome oficial e pomposo do regime militar instaurado em 1976” - estava, finalmente, sendo levado ao banco dos réus:

[...] a verdade é que a guerra das Malvinas desatou, de fato, o processo ao ciclo militar e de uma maneira curiosa: os advogados de defesa se escondem talvez porque o réu seja indefensável e as acusações mais ruidosas partem exatamente de personalidades que, em um momento ou outro, tiveram responsabilidades no desastre a que a Argentina foi conduzida durante os últimos seis anos e meio. Esse “processo ao processo” começou imediatamente após a rendição das tropas argentinas nas Malvinas e ganhou forma de rito sumário no interior das Forças Armadas, decapitando cabeças umas depois das outras. [...] Mas o “processo ao processo” não se limita ao tema da guerra, que foi apenas a gota d’água que afogou, de uma vez, o regime instalado em 1976. Tudo o mais está em discussão, da crise econômica aos mortos e desaparecidos, da abertura política à corrupção.²⁰⁵

²⁰⁵ ROSSI, Clóvis. A implosão do regime militar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 1982. Exterior, 2º caderno, p. 18.

A metáfora é ponto de partida para a interpretação do correspondente, que explica como o regime deixou de ocupar a posição de autoridade responsável por julgar, perseguir e condenar seus adversários e passou a figurar como réu de seu próprio processo. Ao sugerir que seus defensores se escondiam porque o acusado seria “indefensável”, Rossi enfatiza a perda de legitimidade do governo. O uso da expressão “rito sumário” para caracterizar os expurgos nas Forças Armadas reforça ainda a ironia de que os procedimentos arbitrários associados à ditadura voltavam-se agora contra seus próprios integrantes.

A sequência construída pelo jornalista amplia progressivamente o alcance da crise. A derrota nas Malvinas aparece como “a gota d'água” que precipitou o colapso, mas o julgamento do regime alcançava também a economia, a corrupção, a abertura política e os mortos e desaparecidos. Nenhuma dimensão permanecia preservada, por isso a implosão era, simultaneamente, militar, política, econômica, moral e institucional.

O “processo ao processo” adquiriu uma dimensão concreta quando a Justiça Federal argentina abriu uma ação criminal contra José Alfredo Martínez de Hoz, ministro da Economia entre 1976 e 1981 e um dos principais formuladores da política econômica da ditadura. O “czar da economia” passava a ser responsabilizado pelo crescimento da dívida externa, apontado pelo jornalista como um dos legados mais graves do regime. A presença, na lateral da página, do texto intitulado “Dívida externa será apurada pela Justiça” reforça a organização do Dossiê como um conjunto articulado.

Para Rossi, contudo, esse julgamento representava apenas uma etapa inicial. O verdadeiro “processo ao processo” ocorreria durante a transição democrática, quando a sociedade civil poderia cobrar a conta deixada pelos militares. Essa herança reunia duas importantes dimensões: as vidas destruídas pela máquina repressiva e os bens nacionais dilapidados por uma “política econômica alucinada”. O governo do general Reynaldo Bignone administrava, assim, nas palavras do jornalista, uma espécie de “massa falida” que seria transmitida à futura administração civil.

Essa imagem aproxima a experiência argentina dos demais países analisados. Aqui, novamente, a crise é multidimensional e o endividamento, a deterioração institucional e o aprofundamento das tensões sociais aparecem como resultados da administração das Forças Armadas. No Chile, o chamado “milagre econômico” transformara-se em um “desastre de alto custo social”; na Bolívia, a democracia recebera um “Estado delinquente”, empobrecido e corroído pelo narcotráfico. Apesar das particularidades nacionais, a cobertura do Dossiê-

Folha apresenta essas ditaduras como produtoras de uma crise compartilhada, cujos efeitos perdurariam para além de seu fim.

O caso uruguaio acrescenta outra dimensão ao quadro de crise das ditaduras do Cone Sul. “O fracasso do regime militar e a crise uruguaia” (08/01/1984) examina como uma sociedade historicamente associada à estabilidade democrática se transformara em um dos Estados mais repressivos da região. Poucos meses depois, “Duelo regime-oposição tem data marcada no Uruguai” (10/06/1984) acompanharia a abertura política, mostrando que o enfraquecimento do governo não significava o desaparecimento das estruturas de controle construídas durante a ditadura. Os dois Dossiês deslocam a atenção da queda formal do regime para a disputa em torno da permanência de seu legado institucional.

O primeiro dossiê possui uma estrutura que combina duas camadas discursivas: a tradução da longa reportagem do jornal francês *Le Monde* fornece o panorama histórico e político da crise, e sintetiza a lógica do terrorismo de Estado; o artigo de Newton Carlos interpreta o caso uruguaio pelo viés da institucionalização repressiva e amplia a leitura, qualificando o regime como o “mais totalitário da América Latina”.

Seu título já vincula diretamente o governo militar à crise nacional. Ao colocar o “fracasso” antes da “crise”, a formulação sugere que o colapso uruguaio é uma consequência da própria experiência autoritária. O subtítulo adiciona mais informações: “Após mais de dez anos de democracia entre parênteses, a sociedade articula-se para desfazer os planos continuístas dos generais.” O uso da metáfora do parêntese parece indicar que a democracia ficou suspensa, como se tivesse sido interrompida temporariamente.

A ilustração, sem autoria, traduz visualmente essa metáfora. Uma carroça puxada por bois magros aparece comprimida entre duas grandes curvas pretas, semelhantes a parênteses. A dificuldade dos animais para movimentar o peso transmite uma sensação de lentidão ou imobilidade que os impede de avançar. A imagem associa a suspensão da democracia ao movimento lento e difícil de uma sociedade que procura sair do espaço restritivo criado pelo regime.

Figura 29 - Recorte do Dossiê “O fracasso do regime militar e a crise uruguaia”



Fonte: Folha de S. Paulo (1984).

A reportagem assinada por Jacques Després diagnostica a crise relacionando a perda de legitimidade política ao fracasso econômico do regime. A rejeição do projeto constitucional de 1980 por 57% dos eleitores aparece como marco dessa deterioração, pois demonstrava a recusa popular a uma “democracia limitada e vigiada”. Paralelamente, o país enfrentava inflação, desemprego e um rápido crescimento da dívida externa, que passou de 750 milhões de dólares em 1973, para 4,5 bilhões em 1983.²⁰⁶ Como nos casos chileno, boliviano e argentino, a crise econômica integrava a narrativa dos Dossiês de que os militares não haviam cumprido as promessas de estabilidade e prosperidade utilizadas para justificar a ruptura democrática.

Newton Carlos contribui à análise demonstrando como a repressão havia sido incorporada ao funcionamento cotidiano do Estado, enfatizando como a antiga “Suíça da América Latina” havia se tornado o país do “horror total”:

O regime uruguaio foi definido por Alfred Stepan, especialista em militarismo da Universidade de Columbia, como o mais totalitário da América Latina. Mais de 10 anos depois de instalado em pouco ou nada mudou a “essência” desse regime, que enquadrou um pequeno país por meio de medidas que mesclam tortura cruel com técnicas refinadas de repressão. Um sistema de classificação política impede que muitos milhares de uruguaios obtenham passaportes ou se empreguem no setor público. O controle de correspondência é quase absoluto. Idem o de telefonemas. Em 78 correu mundo uma foto de uma câmara de tortura no Uruguai que por toda

²⁰⁶ DESPRÉS, Jacques. O fracasso do regime militar e a crise uruguaia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jan. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 16.

parte recebeu a legenda de “a última instância da tortura”. A ex-Suíça da América Latina transformou-se no país do “horror total”.²⁰⁷

Carlos constrói o argumento em sucessivas camadas. Primeiro, define o regime pela intensidade de seu aparato repressivo; depois, mostra como esse sistema ultrapassa a violência física ao incorporar mecanismos permanentes de vigilância social. Ao privilegiar esse tipo de descrição, apresenta a repressão não apenas como violência excepcional contra militantes, mas como uma tecnologia de administração de toda a sociedade, baseada na classificação política dos cidadãos, na vigilância das comunicações e na restrição do acesso ao emprego e à circulação. Em seguida, o jornalista recorre a indicadores quantitativos para demonstrar os efeitos desse modelo repressivo:

Relatório da Anistia Internacional, divulgado em fevereiro de 76, mostrou afinal ao mundo o que acontecia nos porões do regime uruguaio. Desde 73, ano do fechamento do Parlamento, 22 pessoas tinham sido torturadas até à morte no Uruguai, que havia alcançado a marca de país com a mais alta concentração mundial de prisioneiros políticos. Nos primeiros três anos de ditadura, um em cada 50 uruguaios tinha sido preso ou interrogado. Os presos ou interrogados somavam 56 mil ou dois por cento da população. “O trágico percurso da democracia a um estado policial”, escreveu Joanne Comang, “Washington Post”. No ano passado foi dito que ainda restavam mil presos políticos, para uma população de três milhões.²⁰⁸

Os dados reforçam seu argumento de que a repressão assumiu uma dimensão nacional como expressão de um Estado policial. Nesse sentido, a *Folha* materializava no noticiário aquilo que a historiografia, através de autores como Enrique Serra Padrós, define como o cerne do terrorismo de Estado: a instauração de uma cultura do medo que ultrapassa a violência contra indivíduos específicos e tem como objetivo atingir toda a sociedade, quebrando as correntes de solidariedade social e criando uma atmosfera de passividade, alienação e indiferença pelo amedrontamento das pessoas.²⁰⁹

Com essa observação, Newton Carlos examina a tentativa dos militares de tornar permanente esse sistema de exceção. Ao explicar o projeto constitucional proposto pelas Forças Armadas, o correspondente afirma que o documento previa “a criação de um quarto poder do Estado”:

O diálogo com os partidos autorizados a funcionar (Colorado, Nacional e a pequena União Cívica) foi aberto a 13 de maio de 83. Os representantes militares entregaram

²⁰⁷CARLOS, Newton. Forças Armadas querem se tornar o quarto poder. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jan. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 16.

²⁰⁸*Ibid.*

²⁰⁹BALBINO, 2025, p.336.

ao exame dos partidos um documento de 10 páginas e 25 itens. Nele foi proposta a criação de um quarto poder do Estado, de um poder militar ao nível do Executivo, Legislativo e Judiciário. A fórmula seria a institucionalização do Consea ou Conselho de Segurança Nacional, teoricamente subordinado à presidência, mas dispondo de um arsenal de leis repressivas cuja vigência significaria acoplar à Constituição o atual estado de exceção. Os militares querem a Justiça Militar atuando nos chamados crimes de lesa-pátria, autorização para operações “anti-subversivas” noturnas, ampliação dos prazos para prender e interrogar pessoas, limitações à liberdade de imprensa, normas para frear “distorções demagógicas” do Parlamento, permissão para investigações secretas e regulamentos que “despolitizem” os sindicatos. Isto teria como definição jurídica a expressão “estado de subversão”. Os partidos não aceitam essa constituição-Lei de Segurança Nacional, os militares insistem, o impasse é total, os protestos se multiplicam e as facções militares mais duras, lideradas pelo atual presidente e general Gregório Alvarez, tentam agora substituir a institucionalização pelo continuísmo puro e simples.²¹⁰

Justiça Militar, operações noturnas, ampliação dos prazos de detenção, limitações à imprensa, investigações secretas e controle dos sindicatos são enumerados pelo jornalista como partes de um projeto destinado a incorporar a lógica repressiva da ditadura ao funcionamento regular do Estado. A expressão “acoplar à Constituição o atual estado de exceção” sintetiza essa tentativa: em vez de eliminar as estruturas autoritárias, a abertura deveria revesti-las de legalidade e assegurar sua sobrevivência dentro da nova ordem institucional. Ao encerrar, Carlos organiza as últimas orações em uma sequência acelerada: os partidos recusam a proposta, os militares insistem, o impasse torna-se “total”, os protestos se multiplicam e os setores mais duros procuram substituir a institucionalização pelo “continuísmo puro e simples”.

A construção conduz o leitor da negociação política ao bloqueio e, finalmente, à permanência direta dos militares no poder. A proposta de um “quarto poder” e a continuidade dos generais constituíam caminhos distintos para impedir o restabelecimento pleno do poder civil. O caso uruguaio demonstra que mesmo enfraquecida econômica e politicamente, a ditadura ainda procurava controlar os termos de sua própria saída e garantir que seus mecanismos de vigilância, repressão e intervenção sobrevivessem à transição.

Em “Duelo regime-oposição tem data marcada no Uruguai” (10/06/1984), esse projeto encontra uma oposição mais fortalecida. Afastando a ideia de uma transição consensual, o título transforma a abertura política em um “duelo” no qual regime e oposição apresentam projetos distintos para o futuro do país. A ilustração de Mariza Costa reforça a profunda assimetria de forças dos sujeitos envolvidos. Um militar ocupa quase toda a composição e

²¹⁰CARLOS, Newton. Forças Armadas querem se tornar o quarto poder. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jan. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 16.

segura pequenas figuras esqueléticas, aparentemente submetidas aos movimentos de suas mãos. O contraste de proporções apresenta o regime como uma presença ainda dominante, enquanto reduz a sociedade a corpos frágeis e vulneráveis.

Igor Fuser reconstrói historicamente essa conjuntura no artigo “A falência de um modelo deslocado no continente”, organizando a explicação a partir do contraste entre o passado democrático e a experiência ditatorial:

Por mais de 50 anos, o Uruguai se distinguiu de seus vizinhos sul-americanos pela relativa prosperidade econômica, pelo avançado sistema educacional, social e trabalhista e, sobretudo, por uma estável democracia política. Isso era possível graças aos lucros provenientes das exportações de lã e carne, a partir do fim do século passado, que financiaram a criação de um “welfarestate” de inspiração social-democrata, cujas bases foram lançadas em 1904 pelo “caudilho esclarecido” José Batlle y Ordoñez, do Partido Colorado. Esse modelo, responsável pela urbanização e pelo florescimento de uma indústria voltada para o mercado interno, escondia um fato essencial: a estrutura econômica, assentada sobre as imensas fazendas de gado, permanecia estagnada. Os latifundiários, em vez de investir seus excedentes na produção, se dedicaram durante décadas à especulação financeira e ao consumo de supérfluos. Essa contradição - uma sociedade de tipo europeu, baseada numa agricultura tipicamente latino-ame-americana, subdesenvolvida, na definição do estudioso francês Alain Rouquié - não poderia persistir eternamente. É assim que, a partir do final dos anos 50, a “Suíça latino-americana”, como o país ficara conhecido, começou a viver sua grande crise, que iria liquidar, uma a uma, todas as conquistas do período anterior e culminar na implantação de uma das mais tenebrosas ditaduras do continente.²¹¹

Ao partir de uma sociedade reconhecida por sua tradição democrática e chegar a uma ditadura marcada pela repressão, Fuser organiza a trajetória uruguaia como uma narrativa de degradação. O autoritarismo aparece como agente da destruição progressiva de um modelo social dito excepcional no continente, culminando em uma espécie de tragédia histórica. A repetição da alcunha “Suíça latino-americana”, também empregada por Newton Carlos no dossiê anterior, destaca o contraste entre o passado idealizado e a situação produzida pelos militares. O jornalista também recorre à quantificação para expor os efeitos do terrorismo de Estado sobre a estrutura social e econômica do país:

[...] 56 mil detidos por motivos políticos em três anos (dois por cento da população, um recorde mundial no gênero); 12 mil pessoas privadas de seus direitos civis; um milhão de exilados (um terço do total de uruguaio), dos quais 300 mil são refugiados políticos e 700 mil estão longe de seus lares por falta de trabalho. O desemprego, aliás, é a consequência mais evidente da linha econômica monetarista e desnacionalizada aplicada pelo ministro Vegh Villegas, o Delfim Neto de lá, que [...] reduziu os salários à metade, ao mesmo tempo em que foram quadruplicadas as despesas militares. Para completar a tragédia, o sistema educacional, antigo orgulho

²¹¹ FUSER, Igor. A falência de um modelo deslocado no continente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 18. Integra o Dossiê “Duelo regime-oposição tem data marcada no Uruguai”.

nacional, foi reduzido a cinzas pelos militares - basta dizer que 80 por cento dos professores universitários estão no exterior.²¹²

Ao chamar Alejandro Végh Villegas de “o Delfim Neto de lá”, Fuser traduz o personagem para o leitor brasileiro e aproxima as políticas econômicas das duas ditaduras. A crise uruguaia passa, desse modo, a integrar um repertório regional que relaciona autoritarismo, monetarismo, redução salarial e concentração de renda. A comparação continental torna-se, inclusive, o eixo orientador do artigo de Newton Carlos intitulado “Fantasma da Argentina ronda a lenta transição à democracia”. O “fantasma” que atravessava o processo uruguaio era a possibilidade de que a queda da ditadura produzisse consequências semelhantes às observadas no país vizinho, como a perda do controle militar sobre a transição e a responsabilização dos oficiais.

O trecho a seguir evidencia o modo pelo qual o jornalista enquadra a experiência uruguaia dentro de um cenário regional:

O novo comandante do Exército do Uruguai, general Hugo Medina, diz que tem a responsabilidade de fazer com que sua arma “só saia bem dessa situação”. O que ele entende por essa situação é o que entendem todos os uruguaios: o descalabro a que chegou o país de 11 anos depois de um regime militar hoje no mais absoluto isolamento. Pinochet ainda conta com algum apoio da opinião pública, variando entre os 20 e os 10 por cento de acordo com os últimos inquéritos, e conseguiu impor ao Chile um texto constitucional à sua imagem por meio de plebiscito. Os militares uruguaios não só perderam um plebiscito, caso único na história das ditaduras, como estão zerados em matéria de apoio interno. Além disso, brigam entre si muito mais do que brigaram os militares argentinos, quando a caminho da guilhotina política, ou do que brigam os militares chilenos. Em abril transpiraram em Montevideu os termos de um manifesto assinado por 60 altos oficiais da Marinha decretando o “esgotamento de processo cívico-militar” ou “processo de reorganização nacional”. Também os argentinos chamavam assim a sua estada em palácio, ministérios, empresas estatais, autarquias, governos de Estado e prefeituras. Num momento de euforia, quando ainda eram ditaduras aprumadas e autoconfiantes, a uruguaia e a chilena se identificaram como construtoras a longo prazo de “democracias protegidas”. Hoje o general Medina reconhece que a aspiração nacional do Uruguai, “reiteradamente manifestada”, é ter simplesmente um governo democrático.²¹³

A declaração inicial do general Hugo Medina - preocupado com a forma como o Exército deixaria o poder - é imediatamente contraposta a análise jornalística sobre aquilo que o regime havia de fato produzido. Para apresentar esses efeitos ao leitor, Carlos faz sucessivas

²¹² FUSER, Igor. A falência de um modelo deslocado no continente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 18. Integra o Dossiê “Duelo regime-oposição tem data marcada no Uruguai”.

²¹³ CARLOS, Newton. Fantasma da Argentina ronda a lenta transição à democracia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1984. Exterior, 2º caderno, p. 18. Integra o Dossiê “Duelo regime-oposição tem data marcada no Uruguai”.

comparações, de modo que as referências cruzadas transformam Chile, Argentina e Uruguai em diferentes estágios de uma mesma crise dos regimes militares.

Nessa comparação, o caso argentino funciona como antecipação de um futuro possível para as Forças Armadas uruguaias. A chamada “alfonsinização” - termo usado por Igor Fuser - representava o temor de que a posse de um governo civil fosse acompanhada pela investigação dos crimes da ditadura e pelo julgamento de oficiais. O “fantasma” era, portanto, menos a possibilidade de retorno à democracia do que a perda da capacidade militar de definir os limites da abertura e garantir sua própria impunidade.

A oposição feita por Carlos entre “democracia protegida” e “simplesmente um governo democrático” encerra a narrativa desmontando o vocabulário utilizado pelos militares. Aquilo que era apresentado como proteção significava, na prática, preservação da tutela militar sobre o poder civil. Ao retirar o adjetivo, Newton Carlos revela que a principal reivindicação da sociedade era justamente o restabelecimento de uma democracia sem qualificações impostas pelo regime.

Assim, o Dossiê insere a transição uruguaia em uma leitura regional, construída pelas comparações com Brasil, Chile e, sobretudo Argentina. A partir do discurso jornalístico, as dificuldades do regime não se restringiam à economia ou à perda de apoio interno; envolviam também a circulação continental de expectativas democráticas e de demandas por responsabilização. O “duelo” anunciado no título diz respeito, também, a quem determinaria os termos da saída dos militares e quanto da ordem autoritária permaneceria depois dela.

Após acompanhar as aproximações feitas entre Chile, Bolívia, Argentina e Uruguai, retomamos uma publicação de dezembro de 1982, “Começo do fim na crise argentina” (12/12/1982) assinada por Clóvis Rossi. Não pretendemos reabrir a análise do cenário político do país, mas evidenciar mais um caso do procedimento narrativo que atravessou todo o conjunto documental: a interpretação de crises nacionais a partir de comparações entre países latino-americanos. Embora o título se refira diretamente à Argentina, o correspondente amplia rapidamente o diagnóstico para o Chile e o Uruguai, apresentando o desgaste das ditaduras como um processo que ultrapassava as fronteiras nacionais.

Na reportagem, Rossi percebe o desgaste da ditadura argentina, fazendo uso de expressões que constroem uma progressiva perda de autoridade. Os militares já não teriam “outra alternativa” senão antecipar as eleições; seria “tarde” para tentar uma concertação com os civis; e o regime estaria “morto” ou, “no mínimo, em coma”. A sequência conduz o leitor da redução das possibilidades políticas à imagem final de um organismo sem capacidade de

reação. Mas não iremos retomar detalhadamente esse diagnóstico, pois ele reproduz elementos já identificados nos demais Dossiês: derrota militar, crise econômica, fragmentação das Forças Armadas e incapacidade de controlar a abertura. A principal contribuição da publicação está em outro movimento.

Embora ocupe apenas meia página - uma exceção ao formato predominante do Dossiê-Folha - Rossi utiliza parte significativa do texto para advertir que a crise não estava restrita à Argentina:

[...] nos países vizinhos que também seguiram as teorias da Escola de Chicago, instalou-se uma crise semelhante à da Argentina, que, este ano, explodiu de vez. No Chile e no Uruguai, esparrama-se a desconfiança, acentuada, no segundo caso, pela recente renúncia de Valentin Arizmendi (o Martínez de Hoz uruguaio) [...] No Chile, a crise tem uma faceta que toca diretamente a Argentina: os desterrados estão sendo enviados ao Brasil e não à Argentina, como era mais ou menos tradicional. É evidente que Pinochet sabe que a instabilidade argentina é tamanha que enviar seus adversários para Buenos Aires pode ser um tiro pela culatra: uma mudança de governo aqui abriria uma tribuna para os desterrados - o que, de resto, está acontecendo antes mesmo de que os militares deixem o poder.²¹⁴

Argentina, Chile e Uruguai são aproximados inicialmente pela adoção das políticas econômicas inspiradas na Escola de Chicago. A semelhança entre os resultados permite a Rossi apresentar o colapso do primeiro país como manifestação mais visível de um processo que também atingiu aos outros. A crise “explode” na Argentina e “se esparrama” pelo Chile e pelo Uruguai, uma formulação que sugere circulação - e uma espécie de contágio - entre as experiências nacionais.

Com a comparação de Valentín Arismendi como “o Martínez de Hoz uruguaio”, o jornalista não precisa reconstruir detalhadamente sua trajetória ou explicar os efeitos de sua política econômica. A referência ao antigo ministro sinaliza para o leitor da *Folha* os sentidos de endividamento, fracasso econômico e deterioração social. Ao transferir essa identificação para o Uruguai, o correspondente cria uma equivalência entre personagens e políticas de países distintos.

Ainda a partir do trecho, ao alterar o destino dos exilados chilenos e enviá-los ao Brasil, Pinochet demonstraria reconhecer que uma eventual abertura argentina poderia produzir efeitos políticos sobre o Chile. Buenos Aires deixaria de ser um espaço seguro para o isolamento dos opositores e poderia converter-se em uma “tribuna para os desterrados”. O possível fim de uma ditadura teria, portanto, efeitos que ultrapassavam sua política interna,

²¹⁴ ROSSI, Clóvis. Começo do fim na crise argentina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1982. Exterior, 2º caderno, p. 25.

pois reorganizaria a circulação regional de opositores, denúncias e discursos contra os demais regimes militares no continente.

“Começo do fim na crise argentina” concentra várias das conexões que a cobertura estabelecia entre processos tratados separadamente em outros dossiês. Personagens, modelos econômicos, vocabulários políticos e expectativas sobre as transições circulavam entre Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Brasil e outros países da região. No conjunto documental mobilizado, a crise chilena ajuda a interpretar o fracasso das políticas econômicas neoliberais; a falência boliviana evidencia os limites impostos pela dívida e pela degradação do Estado; a implosão argentina expõe o colapso político e militar das ditaduras; e a transição uruguaia demonstra a tentativa de preservar institucionalmente os mecanismos de repressão. A *Folha* construía relações entre notícias de diferentes países, atribuindo sentidos continentais às crises nacionais.

* * *

Até aqui, a análise privilegiou uma leitura aprofundada de Dossiês específicos e a articulação entre projeto gráfico, escolhas editoriais e construção narrativa. Uma vez identificados esses mecanismos, a escala de observação se amplia: em vez de realizar novas análises exaustivas de cada página, interessa acompanhar a recorrência e a circulação de estratégias discursivas que produzem um enquadramento mais amplo sobre a América Latina.

Essa mudança de escala não pressupõe que os jornalistas tenham apagado as particularidades nacionais ou submetido todos os países a uma narrativa homogênea. A intenção é demonstrar como publicação após publicação, ao longo dos três anos analisados, a experiência de um país servia como chave para interpretar os acontecimentos dos demais. Em alguns casos, essa operação chegava a vincular os países latino-americanos à percepção de uma trajetória ou de um destino histórico compartilhado.

A cobertura a respeito do Paraguai explicita essa perspectiva. Em “Paraguai, a história se repete” (06/02/1983), ao analisar as quase três décadas da ditadura de Alfredo Stroessner e os sucessivos governos de força que o antecederam, o jornalista Galeano de Freitas indaga: “Haverá povos propensos ao autoritarismo, senão ao totalitarismo? Estranho e curioso, o Paraguai experimentou, pelo menos, três vezes períodos autoritários dilatados.”²¹⁵ A pergunta redireciona, em certa medida, a explicação do autoritarismo das conjunturas políticas

²¹⁵FREITAS, Galeano de. Paraguai, a história se repete. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 fev. 1983. Exterior, 2º caderno, p. 18.

específicas para a própria trajetória histórica do país. O título, ao anunciar que “a história se repete”, faz referência a uma possível propensão nacional ao autoritarismo, o que confere ao processo um sentido cíclico e quase fatalista.

Essa leitura não se limita ao caso paraguaio. No Dossiê “A aventura democrática no Cone Sul” (05/12/1982), ao lado da análise de Clóvis Rossi sobre os caminhos incertos da redemocratização, um box reúne Argentina, Chile, Bolívia e Uruguai sob o título “Quatro países com tradição de autoritarismo”. A formulação transforma experiências nacionais distintas em manifestações de uma continuidade histórica regional. Diante do peso dessa tradição, a incerteza aparecia como uma das poucas garantias para o futuro político desses países.

A síntese desse temor é formulada por Rossi por meio da metáfora: “o problema do Cone Sul - e de toda a América Latina - não se resume a sair do túnel, o que já aconteceu várias vezes antes. O eixo da questão é não voltar a cair no túnel, pouco mais adiante, como também já ocorreu inúmeras vezes”.²¹⁶ Com a ampliação da análise, a metáfora do túnel reforça a percepção de que a democratização latino-americana não deveria ser compreendida como conquista definitiva, mas como processo permanentemente ameaçado pela repetição histórica.

Como observa Maria Lígia Prado, interpretações dessa natureza dialogam com um imaginário historicamente construído sobre a América Latina, segundo o qual a região possuiria um “destino predeterminado” que a conduziria politicamente aos regimes ditatoriais. Essa perspectiva alimentou a representação de sociedades supostamente desprovidas de “vocação democrática”, nas quais o autoritarismo apareceria menos como resultado de relações sociais e conflitos históricos concretos do que como traço persistente de sua formação.²¹⁷

Em outras publicações, a economia também funcionava como elemento de integração continental. Examinamos anteriormente que Chile, Bolívia, Argentina e Uruguai enfrentavam endividamento, inflação ou recessão, mas interessa observar agora como esses problemas aproximavam países com sistemas políticos diferentes. Esse procedimento aparece em “Crise, palavra comum nas Américas (08/05/1983)”, no qual Clóvis Rossi coloca lado a lado três países com organizações institucionais bastante diferentes: a Argentina, que atravessava o

²¹⁶ROSSI, Clóvis. A aventura democrática no Cone Sul. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 dez. 1982. Exterior, 2º caderno, p. 22.

²¹⁷PRADO, Maria Lígia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p.36.

esgotamento de sua ditadura militar; a Venezuela, cuja “estabilidade democrática” completava 25 anos, “todo um recorde em se tratando da América Latina”; e o México, caracterizado pelo jornalista como uma “insólita democracia de partido único”, mantida havia aproximadamente cinquenta anos.²¹⁸ Segundo Rossi, o “denominador comum” entre as três nações era o enfrentamento da “mais grave crise de suas histórias”, marcada pela recessão mundial e o endividamento externo.

A crise econômica torna comparável uma ditadura em decomposição, uma democracia representativa relativamente estável e um regime dominado por um único partido. Tal noção, portanto, já não depende exclusivamente da natureza autoritária ou democrática do governo. Ao empregar a expressão “denominador comum”, Rossi realiza o procedimento que a leitura serial do conjunto documental permitiu a esta pesquisa identificar: parte das diferenças nacionais para construir uma equivalência continental.

Destacamos, a partir dos Dossiês, ao menos duas operações complementares de integração narrativa. Na primeira, os países são relacionados pela recorrência do autoritarismo, caracterizado por metáforas de repetição, ciclos e retornos. Na segunda, sistemas políticos podem ser comparados a partir de problemas como dívida externa, recessão e dependência, que funcionam como um vocabulário econômico compartilhado. Em ambos os casos, a narrativa parte de conjunturas nacionais, aproxima-as de experiências vizinhas e as insere em uma interpretação de alcance continental, na qual cada experiência fornece categorias, exemplos e advertências para a compreensão das demais.

Isso não significa atribuir à *Folha* um programa intencional de aproximação regional. A integração narrativa é entendida aqui como um efeito de conjunto, identificado pela recorrência de procedimentos editoriais e discursivos ao longo do corpus. Nesse sentido, os Dossiês ofereceram possibilidades de leitura para os processos históricos latino-americanos que produziram um efeito ambivalente. Por um lado, permitia compreender as conexões entre ditaduras, políticas econômicas, transições democráticas e formas de dependência que efetivamente ultrapassavam as fronteiras nacionais. Por outro, podia reforçar a representação da América Latina como espaço permanentemente aprisionado à instabilidade, ao autoritarismo e ao colapso.

A expressão escolhida para nomear este capítulo adquire, assim, um segundo sentido. “Crise, palavra comum nas Américas” sintetiza tanto uma recorrência encontrada nas

²¹⁸ROSSI, Clóvis. Crise, palavra comum nas Américas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 maio 1983. Exterior, 2º caderno, p. 28.

conjunturas analisadas quanto o enquadramento produzido pela própria cobertura: ao relacionar acontecimentos nacionais e atribuir-lhes um sentido continental, os Dossiês contribuíram para narrar a América Latina de modo a justificar a constatação de que a crise era, afinal, a palavra mais comum nas Américas.

Considerações finais

Como ocorre com frequência, esta pesquisa também surgiu por acaso. Para fazer uma referência a Carlo Ginzburg e a *O queijo e os vermes*, nem sempre a fonte oferece imediatamente aquilo que o historiador esperava encontrar; por vezes, é justamente a distância entre a expectativa inicial e aquilo que aparece no arquivo que permite formular uma nova pergunta. Esta investigação começou com meu interesse pela literatura, com o desejo de encontrar a literatura latino-americana na imprensa.

Eu vinha me dedicando a *O amor nos tempos do cólera*, de Gabriel García Márquez, e cheguei à *Folha de S. Paulo* procurando o autor, buscando compreender a recepção de sua obra e as discussões que ela poderia ter provocado no contexto da década de 1980. Na Ilustrada, o caderno de cultura do jornal, não encontrei o escritor colombiano da forma que esperava. Como acontece com frequência na pesquisa, a fonte não estava me dando aquilo que eu havia esperado dela.

Foi então que passei a procurá-lo na editoria de Exterior. Ali encontrei matérias que evidenciavam o envolvimento político do escritor e suas intervenções nos acontecimentos latino-americanos, mas a investigação ainda não parecia inteiramente satisfatória. Fui me familiarizando com a seção, buscando Gabo em meio ao noticiário diário, até que, em um domingo de 1984, apareceu diante de mim um tal Dossiê-Folha.

A princípio, eu não sabia o que aquilo significava, não conhecia seu nível de recorrência e não tinha como identificar imediatamente uma estrutura. Chamaram minha atenção o selo, a página inteira dedicada a um mesmo tema, o título impactante e, sobretudo, a ilustração ao redor da qual se organizavam densas colunas de texto. A partir daquele encontro, percebi que precisava voltar no tempo e tentar localizar o surgimento do formato.

Em uma aba do computador, mantive abertos os calendários dos anos de 1980, 1981, 1982, 1983, 1984 e 1985; em outra, o Acervo Digital da *Folha*. Cada vez que clicava em uma nova edição dominical, eu esperava, sem saber com certeza, se o Dossiê-Folha estaria ali, entre o meio e o final da seção de Exterior. Passei a esperar por aquele formato e por aquela página. Eu havia ido para a imprensa buscando o literato, buscando a obra, buscando autoria, buscando nela uma linguagem literária e uma percepção sobre a América Latina a partir da literatura.

O Dossiê-Folha me mostrou autoria, um formato próprio, metáforas, títulos impactantes e imagens que ofereciam interpretações próprias. Passei, então, a reparar nos

sujeitos da *Folha*: quem escrevia aquelas matérias, quem assinava os artigos, quem formulava aqueles títulos e quem produzia as ilustrações que condensavam visualmente realidades tão complexas. Esse percurso ajuda a explicar o nascimento da pesquisa e sua principal escolha metodológica. O Dossiê-Folha deixou de ser tomado como um simples local onde estavam depositadas informações sobre a América Latina e passou a ser compreendido como um dispositivo editorial.

A investigação não se limitou, portanto, a perguntar o que a *Folha de S. Paulo* publicou sobre o continente entre 1981 e 1984, mas procurou compreender de que maneira textos, títulos, fotografias, ilustrações, mapas, tabelas, legendas, assinaturas e formas de diagramação foram articulados para construir sentidos sobre os acontecimentos. O acaso que conduziu ao objeto não dispensou o método; ao contrário, exigiu voltar às edições, sistematizar recorrências, comparar páginas e transformar impressões iniciais em problemas históricos.

O primeiro capítulo demonstrou que o aparecimento do Dossiê-Folha somente pode ser compreendido no interior das transformações materiais, empresariais e políticas vividas pelo jornal. A comparação entre as edições de 1960 e aquelas do início da década de 1980 tornou visível a passagem de um noticiário internacional disperso, fortemente dependente dos telegramas das agências e pouco marcado pela autoria individual, para uma editoria de Exterior mais estruturada, segmentada e interpretativa. Essa mudança é resultado de investimentos técnicos, da reorganização das equipes, da especialização dos profissionais e da disputa da empresa por uma posição mais influente no mercado jornalístico.

O Projeto Folha participou desse processo ao sistematizar valores como pluralismo, profissionalização, crítica e objetividade, ao mesmo tempo que procurava construir para o jornal uma nova identidade pública no contexto da abertura política brasileira. Tal reposicionamento não pode ser dissociado do passado de colaboração do Grupo Folha com a ditadura nem reduzido a uma adesão desinteressada à democratização.

A defesa das liberdades públicas, a ampliação das assinaturas jornalísticas e o posterior engajamento nas Diretas Já estavam ligados também à busca por credibilidade, leitores e diferenciação comercial. Essa constatação significa reconhecer que as interpretações produzidas pelos jornalistas foram formuladas dentro de uma empresa de comunicação atravessada por interesses políticos, editoriais e mercadológicos.

A análise das agências internacionais também permitiu afastar duas explicações simplificadoras. A *Folha* não produzia autonomamente todas as informações que colocava em

circulação, mas tampouco se limitava a reproduzir passivamente conteúdos estrangeiros. Os telegramas, os periódicos internacionais, os correspondentes e os redatores instalados em São Paulo compunham uma rede de circulação e reelaboração das notícias. A redução dos correspondentes permanentes, relacionada aos altos custos da cobertura e à conjuntura recessiva, ampliou as responsabilidades da equipe interna.

Nesse cenário, o Dossiê-Folha surgiu como uma interrupção planejada do ritmo cotidiano: uma página dominical sem anúncios, para a qual um redator podia pesquisar durante parte da semana, reunir diferentes materiais e organizar uma interpretação mais extensa. O chamado “lado magazine” do jornal condensava, assim, as tensões entre urgência e aprofundamento, dependência informacional e autoria, redução de recursos externos e valorização da produção realizada na redação.

O segundo capítulo demonstrou que a América Latina presente na editoria de Exterior não correspondia a uma soma equilibrada de seus países. O levantamento das 209 edições dominicais e das 1.216 unidades do noticiário regular revelou uma geografia preferencial relativamente estável. Argentina, El Salvador, Nicarágua e Chile permaneceram entre os espaços mais recorrentes, enquanto outros países ocuparam posições marginais ou apareceram apenas em circunstâncias específicas. Essa desigualdade constitui, por si mesma, um resultado da pesquisa: a região era construída tanto por aquilo que se tornava visível quanto pelas ausências e pelas diferentes intensidades atribuídas a cada experiência nacional.

O mapeamento dos 98 Dossiês-Folha publicados na editoria de Exterior entre setembro de 1982 e dezembro de 1984 permitiu identificar 27 exemplares formalmente dedicados à América Latina. Neles, a concentração no Cone Sul foi ainda mais acentuada: Argentina, Chile e Uruguai reuniram mais da metade do corpus. As crises das ditaduras, as eleições, as transições civis e os legados dos governos militares adquiriram, portanto, uma centralidade que aproximava a cobertura internacional das questões que atravessavam o debate público brasileiro. A América Central constituiu outro núcleo importante, mas recebeu um tratamento distinto, marcado pelas revoluções, guerras civis, guerrilhas, contrarrevoluções e intervenções dos Estados Unidos.

Essa distribuição mostra que a América Latina construída pela *Folha* não possuía um conteúdo fixo. No Cone Sul, a unidade regional era produzida sobretudo pela experiência compartilhada das ditaduras e pelas expectativas de redemocratização. Na América Central, predominavam a guerra, a revolução e a intervenção externa. Em outras páginas, países com organizações políticas muito diferentes eram aproximados pelo endividamento, pela inflação e

pela recessão. A categoria regional funcionava, desse modo, como uma escala interpretativa acionada conforme o problema em discussão, e não como identidade previamente estabelecida.

O lugar ocupado pelo Brasil permaneceu ambíguo ao longo desse processo. Em determinadas publicações, a experiência brasileira era aproximada das demais por meio do autoritarismo, da dívida e da expectativa de abertura. Em outras, o Brasil funcionava como ponto externo de observação ou como parâmetro utilizado para avaliar os caminhos dos países vizinhos.

Devido ao limite imposto pelas próprias fontes, que não dão conta da recepção, não é possível afirmar que o jornal tenha produzido entre seus leitores uma identidade latino-americana ou uma percepção estável do Brasil como parte da região. O que a pesquisa pôde demonstrar foi a criação de condições narrativas para que acontecimentos distantes fossem inseridos em um mesmo presente político e imaginados como componentes de um campo histórico relacionado.

O terceiro capítulo aprofundou essa conclusão por meio dos eixos da soberania, da democracia e da crise. No primeiro, a soberania apareceu como uma noção que ultrapassava a defesa formal das fronteiras nacionais. Os Dossiês analisados relacionaram a intervenção estrangeira à presença de tropas e bases militares, às operações de inteligência, ao treinamento das Forças Armadas latino-americanas e à atuação dos Estados Unidos na América Central.

Ao mesmo tempo, a dependência econômica, a dívida externa, o controle estrangeiro de setores estratégicos da economia e o condicionamento das políticas nacionais pelos credores internacionais foram apresentados como outras formas de limitação da autonomia. Autoritarismo interno e dependência externa apareciam relacionados porque os governos militares, mesmo quando mobilizavam uma retórica nacionalista, haviam aprofundado mecanismos que restringiam a capacidade dos Estados latino-americanos de decidir sobre seus recursos e seus caminhos políticos.

No eixo da democracia, constatou-se que o posicionamento assumido pela *Folha* no processo de abertura brasileiro repercutia na forma como o jornal avaliava os países latino-americanos, embora essa relação não fosse automática ou livre de contradições. A concepção liberal de democracia constituiu o principal horizonte normativo da cobertura: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, garantias individuais e alternância no poder apareciam como critérios para reconhecer a legitimidade dos regimes. Ainda assim, os Dossiês revelavam constantemente que a realização de eleições, por si só, não bastava.

Na Argentina, a democracia foi narrada como reconstrução institucional, recuperação das liberdades públicas e enfrentamento do legado repressivo. A posse de Raúl Alfonsín não encerrava a transição: permaneciam a ameaça militar, os desaparecidos, a impunidade e a necessidade de transformar o sofrimento das vítimas em memória, verdade e justiça. Em El Salvador, o voto realizado em meio à guerra civil, à atuação dos esquadrões da morte e à intervenção norte-americana surgia como um ritual incapaz de produzir a paz prometida.

Na Nicarágua, os Dossiês colocaram em confronto duas fontes de legitimidade: a revolucionária, fundada na luta dos sandinistas contra a ditadura de Somoza, e a liberal-eleitoral, baseada no pluralismo e na possibilidade de alternância. Embora diferentes posições aparecessem nas páginas, sua organização editorial fazia com que os valores liberais funcionassem como parâmetro predominante para avaliar o sandinismo. Nesse caso, a incorporação de reportagens do *Le Monde* também evidenciou como a *Folha* importava não apenas informações, mas enquadramentos produzidos em outros centros jornalísticos.

Por fim, a crise funcionou como uma linguagem capaz de conectar experiências nacionais distintas. No Chile, ela desmontava a imagem do “milagre” econômico e corroía uma das bases de legitimação do regime de Pinochet. Na Bolívia, a dívida, a pobreza e a penetração do narcotráfico no aparelho estatal constituíam o legado transmitido pelos governos militares à administração civil.

Na Argentina, a derrota nas Malvinas, a fragmentação das Forças Armadas e o colapso econômico anunciavam a implosão da ditadura. No Uruguai, a crise envolvia tanto a destruição de conquistas sociais quanto a tentativa dos militares de preservar mecanismos de tutela e repressão dentro do novo regime. A experiência de cada país oferecia, assim, personagens, conceitos e advertências para a interpretação dos demais.

A pesquisa identificou um efeito de conjunto, isto é, o Dossiê-Folha aproximou processos latino-americanos distintos por meio da recorrência de comparações, metáforas, categorias e procedimentos gráficos. A integração narrativa revelava conexões históricas entre ditaduras, políticas econômicas, intervenções estrangeiras e transições democráticas e, ao mesmo tempo, podia reforçar a representação da América Latina como uma região condenada a repetir seus fracassos.

Entre as autorias identificadas no recorte, Mariza Dias Costa é a única mulher a participar de maneira recorrente da produção dos Dossiês, e seu trabalho não ocupava uma função meramente decorativa. Reconhecíveis pelo claro-escuro acentuado, pelas figuras expressivas, pelas sobreposições e pela proximidade com uma estética por vezes grotesca,

suas ilustrações elaboravam interpretações próprias. A América Central transformada em alvo por uma mira, a sombra do autoritarismo inclinada sobre o eleitor argentino, a colagem que une militares, dinheiro e narcotráfico na Bolívia e o militar uruguaio desproporcionalmente maior que os corpos submetidos às suas mãos não apenas repetem aquilo que os textos afirmam. Essas imagens condensam relações, acentuam tensões e oferecem ao leitor uma entrada visual para os problemas discutidos na página.

Ao redor delas, as colunas de texto parecem efetivamente girar, como sugeria a primeira impressão diante do arquivo. Em alguns casos, a ilustração converge com a interpretação dos jornalistas; em outros, amplia seus sentidos, introduz ambiguidades ou torna visível aquilo que o discurso escrito apresenta separadamente. Reconhecer essa autonomia significa também restituir a Mariza um lugar autoral pouco evidenciado aos profissionais responsáveis pela produção visual dos jornais. Sua presença solitária entre os nomes identificados expõe, ainda, a dimensão masculina da cobertura internacional e da redação do período, convidando a perguntar pelas condições de trabalho, visibilidade e reconhecimento das mulheres na grande imprensa.

Algumas perguntas permanecem abertas porque exigem outras fontes e novas escalas de investigação. A primeira diz respeito à recepção: cartas de leitores, registros de circulação, análise do quadro Tendências e Debate - geralmente a página 3 de uma edição da *Folha* - e outras formas de interação poderiam ajudar a compreender se as relações propostas pelos Dossiês foram percebidas pelo público e se contribuíram para aproximar simbolicamente o Brasil da América Latina.

Outra possibilidade seria acompanhar o formato depois de 1984, investigando as razões de sua diminuição, suas transformações gráficas e a eventual transferência de suas funções para outros espaços do jornal. Também seria produtivo comparar os Dossiês com a cobertura de outros periódicos como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e publicações da imprensa alternativa, verificando se a integração narrativa identificada aqui constituía uma particularidade da *Folha* ou fazia parte de um repertório jornalístico mais amplo.

As imagens abrem um campo particularmente promissor. Um levantamento sistemático da produção de Mariza Dias Costa na *Folha*, associado à investigação dos arquivos do setor de arte, poderia identificar obras sem assinatura, reconstruir suas condições de encomenda e compreender melhor as relações entre ilustradores, diagramadores e jornalistas. Tal pesquisa permitiria escrever não apenas uma história das representações

visuais da América Latina, mas também uma história das mulheres e da autoria gráfica dentro da imprensa brasileira.

Ao final deste percurso, retornar àquela primeira página encontrada no arquivo permite perceber quanto o objeto se transformou. O Dossiê-Folha que inicialmente chamou atenção pelo selo, pelo título e pela ilustração revelou-se um espaço no qual o jornal procurava interromper a dispersão do noticiário cotidiano e oferecer ao leitor brasileiro uma narrativa mais extensa sobre o que se passava no mundo. Nessas páginas, a América Latina foi imaginada por meio de crises compartilhadas, mas também de resistências, disputas por soberania e possibilidades de reconstrução democrática. A região não aparecia pronta: era selecionada, recortada, comparada e reorganizada a cada domingo.

A pesquisa começou procurando García Márquez e a literatura latino-americana na imprensa. Terminou encontrando jornalistas, ilustradores, correspondentes, títulos, metáforas, ausências e páginas capazes de produzir suas próprias narrativas sobre a América Latina. Talvez esse deslocamento constitua, afinal, uma das partes mais cativantes do trabalho historiográfico: voltar ao arquivo esperando encontrar uma coisa e permitir que os indícios, sem deixarem de ser interrogados criticamente, conduzam a perguntas que não esperávamos formular.

Fontes

Periódico*

Folha de S. Paulo, 1960.

Folha de S. Paulo, 1981 a 1984.

* Periódico disponível no Acervo Digital Folha, mediante assinatura mensal do jornal Folha de S. Paulo.

Livros

NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2016.

ROSSI, Clóvis. *Enviado especial: 25 anos ao redor do mundo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

Documentos institucionais da *Folha de S. Paulo*

FOLHA DE S. PAULO. A Folha depois da campanha Diretas-Já. São Paulo, 1984. In: FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial da Folha: projetos editoriais anteriores*. São Paulo, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projetos-editoriais-anteriores/1984-a-folha-depois-da-campanha-diretas-ja.shtml>.

Acesso em: 27 jul. 2026.

FOLHA DE S. PAULO. A Folha e alguns passos que é preciso dar. São Paulo, jun. 1981. In: FOLHA DE S. PAULO. *Projeto Editorial da Folha: projetos editoriais anteriores*. São Paulo, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projetos-editoriais-anteriores/1981-a-folha-e-alguns-passos-que-e-preciso-dar.shtml>.

Acesso em: 27 jul. 2026.

Fonte musical

BAD BUNNY. El apagón. Intérprete: Bad Bunny. In: BAD BUNNY. *Un verano sin ti*. [S. l.]:

Rimas Entertainment, 2022. Faixa 16. Disponível em:

<https://open.spotify.com/track/0UvZcEfzVyx47QsRbjyBz>. Acesso em: 27 jul. 2026.

Referências

- AGUIAR, Pedro. *Agências de notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo*. 2018. 667 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_643096f2651024e3121fa405f861db80. Acesso em: 27 jul. 2026.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARBEX JR., José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- ARMAS DIÉGUEZ, Pedro. Geopolítica y narcotráfico en la América Andina. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Madrid, n. 12, p. 119–133, 1992. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/AGUC/article/view/AGUC9292110119A>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- BAGGIO, Kátia Gerab. Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 28, p. 39–54, dez. 2002. Disponível em: https://regina-duarte-yr90.squarespace.com/s/03_Baggio-Katia-Gerab.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.
- BAGGIO, Roberta Camineiro. Tensionamentos sociais e justiça de transição: contribuições ao constitucionalismo latino-americano. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; TORELLY, Marcelo D.; ABRÃO, Paulo (org.). *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 87–117. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia/anexos/justica-transicao_versao-final.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.
- BALBINO, Ana Carolina. Justiça de transição na Argentina: de Alfonsín a Madri (1983–1996). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 82, p. 319–341, 2025. DOI: 10.23925/2176-2767.2025v82p319-341. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/69195>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- BARBOSA, Alexandre. *A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-24112005-120924/pt-br.html>. Acesso em: 27 jul. 2026.
- BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1–19, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/issue/view/34>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289–321, jul./dez. 2009. DOI: 10.1590/S0103-21862009000200001. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/eh/a/wDjSryQpkTFYcKBMHqwfNKD/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 27 jul. 2026.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CANOFRE, Fernanda. Sem Campanha da Legalidade teríamos tido ditadura já em 1961, lembra jornalista que resistiu em porão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 set. 2021. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/sem-campanha-da-legalidade-teriamos-tido-ditadura-ja-em-1961-lembra-jornalista-que-resistiu-em-porao.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2026.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARRANÇA, Thais. Brasileiros são latinos ou não — e por que isso é tão polêmico? BBC News Brasil, 13 fev. 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0zdpj7ppeo>. Acesso em: 27 jul. 2026.

CARVALHO, Andreia de Souza de. *De revolução salvadora a conspiração maligna: representações da Revolução Cubana na imprensa escrita brasileira (1959 a 1964)*. 2004. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1642. Acesso em: 27 jul. 2026.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priore. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books, 1988.

DELUCA, Naná. Tavares de Miranda inovou colonismo social em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jun. 2021. Folha 100 anos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/06/tavares-de-miranda-inovou-colonismo-social-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FÁVARO, Ana Roberta Ferreira. *Democracia como direito humano no contexto da redemocratização na América do Sul: Brasil, Argentina e Chile*. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/2748>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “LatinAmerica” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: ANPOCS, 2005.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Qual democracia? O período de redemocratização na América Latina: uma reflexão sobre Brasil e Argentina. *Ameríndia: História, Cultura e Outros Combates*, Fortaleza, v. 10, p. 42–54, nov. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15129>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FINOTTI, Ivan. De redator a editor-executivo, Matinas Suzuki acompanhou modernização do jornal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jan. 2022. Folha 100 anos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2022/01/de-redator-a-editor-executivo-matinas-suzuki-acompanhou-modernizacao-do-jornal.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FOLHA DE S. PAULO. Clóvis Rossi, decano da Redação da Folha, morre aos 76 em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2019. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/clovis-rossi-decano-da-redacao-da-folha-morre-aos-76.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FOLHA DE S. PAULO. Ilustrações de Mariza levaram o horror do cotidiano para as páginas do jornal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 out. 2020. Folha 100 anos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2020/10/ilustracoes-de-mariza-levaram-o-horror-do-cotidiano-para-as-paginas-do-jornal.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FOLHA DE S. PAULO. Morre Newton Carlos, pioneiro do jornalismo internacional, aos 91. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 set. 2019. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/morre-newton-carlos-pioneiro-do-jornalismo-internacional-aos-91.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FOLHA DE S. PAULO. Trump publica imagem de mapa que mostra Venezuela como 51º estado americano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 maio 2026. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2026/05/trump-publica-imagem-de-mapa-que-mostra-venezuela-como-51o-estado-americano.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FRIDERICH, Lidiane Elizabete. Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas. *Aedos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 439–455, ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/download/67044/43432>. Acesso em: 27 jul. 2026.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O escândalo do século*. Tradução de Joel Silveira, Léo Schlafman e Remy Gorga Filho. Rio de Janeiro: Record, 2020.

GILLIES, Allan. *The coca-cocaine economy, the US “war on drugs” and Bolivia’s democratic transition (1982–1993)*. La Paz: Andean Information Network, 2018. 11 p. Disponível em: <https://ain-bolivia.org/wp-content/uploads/2.0.-The-Coca-Cocaine-Economy-the-US-%E2%80%98War-on-Drugs%E2%80%99-and-Bolivia%E2%80%99s-Democratic-Transition-1982-1993.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143–179.

HERMES, Gilmar Adolfo. *As ilustrações de jornais diários impressos: explorando fronteiras entre jornalismo, produção e arte*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3590>. Acesso em: 27 jul. 2026.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942–1970)*. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2000.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LOWENTHAL, Abraham F. Os Estados Unidos e a América Latina: além da era Reagan. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 18, p. 41–61, ago. 1989. DOI: 10.1590/S0102-64451989000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yXMFJ8695dVGfwTY69pB3Bf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111–153.

MARTINS, Renato. Chile: a democracia e os limites do consenso. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 49, p. 65–85, 2000. DOI: 10.1590/S0102-64452000000100005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/CtSW3S9Gn9ggKsR6RgBYsGk/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 27 jul. 2026.

MARTINS FILHO, João Roberto. As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947–1989). *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, n. 46, p. 105–139, jan. 2005. DOI: <https://doi.org/10.4322/tp.v1i46.88>. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/88>. Acesso em: 27 jul. 2026.

MENESES, Sônia Maria. Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 — o acontecimento recalcado e a ascensão do jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 39–71, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180305102013039>. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/3682>. Acesso em: 27 jul. 2026.

MOLL NETO, Roberto. A nação como “comunidade imaginada” nas relações internacionais: o caso das narrativas sobre o papel dos Estados Unidos diante da revolução na Nicarágua e da guerra civil em El Salvador nos anos 1980. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 283–305, jan. 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/38>. Acesso em: 27 jul. 2026.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História da Folha de S. Paulo: 1921–1981*. São Paulo: IMPRES, 1980.

NUNES, Leticia. Quando a Folha se tornou a Folha. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, ed. 336, 4 jul. 2005. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/quando-a-folha-se-tornou-a-folha/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. O projeto de reestruturação do trabalho jornalístico na Folha de S. Paulo: racionalidade e gerenciamento. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159–179, 2013. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v24i2p159-179. Disponível em: https://revistas.usp.br/ceru/pt_BR/article/view/87212. Acesso em: 27 jul. 2026.

PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 3, n. 4, p. 31–42, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/904>. Acesso em: 27 jul. 2026.

PIRES, Elaine. *Imprensa, ditadura e democracia: a construção da autoimagem dos jornais do Grupo Folha (1978–2004)*. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13081>. Acesso em: 27 jul. 2026.

PRADO, Maria Lígia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

RABOSSA, Fernando. De Cachuela Esperanza a Guajará-Mirim: recursos, escalas e transformações. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, ed. esp. n. 3, p. 199–217, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/23919>. Acesso em: 27 jul. 2026.

REBINSKI, Luiz. Entrevista: Matinas Suzuki Jr. *Cândido*, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Matinas-Suzuki-Jr>. Acesso em: 27 jul. 2026.

RESENDE, Marcos Taroco. As políticas econômicas das ditaduras do Chile (1973–1982) e da Argentina (1976–1983) sob um ângulo comparativo. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 42, n. 77, p. 142–172, 2021. DOI: 10.5380/re.v42i77.72257. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/72257>. Acesso em: 27 jul. 2026.

RIBEIRO, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012. (Biblioteca Básica Brasileira). Disponível em: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/america-latina-patria-grande-1.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2026.

ROMANELLI, Amanda; RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BONSANTO, André; DAEMON, Flora; ROUCHOU, Joëlle; PEDRETTI, Lucas. *A serviço da repressão: Grupo Folha e violações de direitos na ditadura*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024. E-book Kindle.

ROUSSEAU, Fabiana. Las políticas públicas de reparación y sus incidencias en los procesos de memoria, verdad y justicia: el caso argentino. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; TORELLY, Marcelo D.; ABRÃO, Paulo (org.). *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 185–193. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia/anexos/justica-transicao_versao-final.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANT'ANNA, Francisco Cláudio Corrêa Meyer. *Papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-americana: um estudo do comportamento editorial de grandes periódicos nacionais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2001.

SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. O neoliberalismo chileno (1973–1990) e seus desafios à integração sul-americana dos anos 1980. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão, v. 9, n. 1, p. 82–91, jan./jun. 2018. DOI: 10.33662/ctp.v9i1.10472. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/10472>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. *A repercussão do movimento sandinista na imprensa brasileira: 1926–1934*. 2005. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93435>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SILVA, Aline Santos; OLIVEIRA, Gilca Garcia de; OLIVEIRA, Gabriela de Freitas. O Brasil na América Latina: reflexões sobre a construção da identidade(s) latino-americana. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 31., 2017, Montevideu. *Anais [...]*. Montevideu: ALAS, 2017. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-018/2477>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPOTIFY. The top artists, songs, albums, podcasts, and audiobooks of 2025. *SpotifyNewsroom*, 3 dez. 2025. Disponível em: <https://newsroom.spotify.com/2025-12-03/wrapped-top-artists-songs-albums-podcasts-audiobooks/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Cortez; FAPESP, 2005.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.

**APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE DADOS DA EDITORIA DE EXTERIOR
PARA A AMÉRICA LATINA (1981, 1983, 1984)**

Tabela 3 - Autoria e procedência do noticiário regular da editoria Exterior em 1981

Categoria	Ocorrências	Participação (%)
Produção assinada da <i>Folha</i>	96	30,2%
Sucursal da <i>Folha</i> sem autoria individual	3	0,9%
Jornal internacional	13	4,1%
Agência internacional	5	1,6%
Colaboração externa identificada	1	0,3%
Fonte institucional identificada	1	0,3%
Sem assinatura ou procedência identificável	199	62,6%
Total	318	100%

Nota: a autoria foi atribuída apenas quando havia identificação explícita associada ao texto.

Fonte: elaborado pela autora com base nas edições da *Folha de S. Paulo* disponíveis no Acervo Digital Folha.

Quadro 6 - Países e recortes regionais mais recorrentes no noticiário regular da editoria Exterior em 1981

País/região	Frequência	Palavras-chave da abordagem temática
Argentina	60	Autoritarismo e regimes militares (18); relações internacionais e intervenção (13); economia e dependência (9)
El Salvador	41	Conflitos armados e guerrilhas (18); relações internacionais e intervenção (10); política interna (4)
América Latina	39	Relações internacionais e intervenção (36); direitos humanos e repressão (1); sociedade, cultura e imprensa (1)
Chile	24	Direitos humanos e repressão (6); conflitos armados e guerrilhas (4); economia e dependência (4)
Nicarágua	22	Relações internacionais e intervenção (6); sociedade, cultura e imprensa (5); conflitos armados e guerrilhas (3)
Bolívia	20	Autoritarismo e regimes militares (10); economia e dependência (3); relações internacionais e intervenção (2)
Uruguai	15	Eleições e democratização (10); autoritarismo e regimes militares (3); direitos humanos e repressão (2)
Guatemala	14	Conflitos armados e guerrilhas (6); relações internacionais e intervenção (3); direitos humanos e repressão (3)
América Central	12	Relações internacionais e intervenção (4); conflitos armados e guerrilhas (4); sociedade, cultura e imprensa (2)
Peru	11	Conflitos armados e guerrilhas (3); política interna (2); sociedade, cultura e imprensa (2)

Nota: o quadro reúne os dez focos geográficos mais frequentes. O foco principal é exclusivo, e as palavras-chave correspondem às três categorias temáticas mais recorrentes em cada país ou recorte regional.

Fonte: elaborado pela autora com base nas edições da *Folha de S. Paulo* disponíveis no Acervo Digital Folha.

Tabela 4 - Autoria e procedência do noticiário regular da editoria Exterior em 1983

Categoria	Ocorrências	Participação (%)
Produção assinada da <i>Folha</i>	96	30,5%
Produção mista <i>Folha</i> /agência	1	0,3%
Jornal internacional	11	3,5%
Agência internacional	5	1,6%
Colaboração externa identificada	2	0,6%
Autoria identificada, vínculo não determinado	1	0,3%
Sem assinatura ou procedência identificável	199	63,2%
Total	315	100%

Nota: a autoria foi atribuída apenas quando havia identificação explícita associada ao texto.

Fonte: elaborado pela autora com base nas edições da *Folha de S. Paulo* disponíveis no Acervo Digital Folha.

Quadro 7 - Países e recortes regionais mais recorrentes no noticiário regular da editoria Exterior em 1983

País/região	Frequência	Palavras-chave da abordagem temática
Argentina	54	Política interna (24); eleições e democratização (15); autoritarismo e regimes militares (4)
América Latina	44	Política interna (13); relações internacionais e intervenção (12); conflitos armados e guerrilhas (7)
Nicarágua	34	Conflitos armados e guerrilhas (11); política interna (10); relações internacionais e intervenção (9)
El Salvador	33	Política interna (15); conflitos armados e guerrilhas (10); relações internacionais e intervenção (5)
América Central	32	Relações internacionais e intervenção (15); política interna (11); conflitos armados e guerrilhas (6)
Chile	27	Política interna (21); sociedade, cultura e imprensa (2); eleições e democratização (2)
Peru	13	Política interna (5); conflitos armados e guerrilhas (4); direitos humanos e repressão (2)
Uruguai	12	Política interna (7); eleições e democratização (2); autoritarismo e regimes militares (2)
Colômbia	9	Política interna (6); conflitos armados e guerrilhas (2); desastres e acidentes (1)
Guatemala	8	Relações internacionais e intervenção (3); política interna (3); eleições e democratização (2)
México	8	Política interna (2); direitos humanos e repressão (2); eleições e democratização (1)

Nota: foram incluídos onze focos porque Guatemala e México apresentaram a mesma frequência na décima posição. O foco principal é exclusivo, e as palavras-chave correspondem às três categorias temáticas mais recorrentes em cada país ou recorte regional.

Fonte: elaborado pela autora com base nas edições da *Folha de S. Paulo* disponíveis no Acervo Digital Folha.

Tabela 5 - Autoria e procedência do noticiário regular da editoria Exterior em 1984

Categoria	Ocorrências	Participação (%)
Produção assinada da <i>Folha</i>	77	30,0%
Sucursal da <i>Folha</i> sem autoria individual	1	0,4%
Jornal internacional	23	8,9%
Agência internacional	10	3,9%
Colaboração externa identificada	2	0,8%
Sem assinatura ou procedência identificável	144	56,0%
Total	257	100%

Nota: a autoria foi atribuída apenas quando havia identificação explícita associada ao texto.

Fonte: elaborado pela autora com base nas edições da *Folha de S. Paulo* disponíveis no Acervo Digital Folha.

Quadro 8 - Países e recortes regionais mais recorrentes no noticiário regular da editoria Exterior em 1984

País/região	Frequência	Palavras-chave da abordagem temática
Nicarágua	34	Política interna (10); conflitos armados e guerrilhas (10); eleições e democratização (8)
Argentina	28	Política interna (8); autoritarismo e regimes militares (7); relações internacionais e intervenção (4)
El Salvador	26	Conflitos armados e guerrilhas (11); política interna (8); sociedade, cultura e imprensa (3)
América Latina	26	Relações internacionais e intervenção (9); política interna (6); eleições e democratização (3)
América Central	25	Relações internacionais e intervenção (18); conflitos armados e guerrilhas (5); política interna (1)
Chile	20	Política interna (9); autoritarismo e regimes militares (5); direitos humanos e repressão (3)
Bolívia	18	Política interna (9); economia e dependência (5); autoritarismo e regimes militares (4)
Uruguai	14	Política interna (8); sociedade, cultura e imprensa (2); eleições e democratização (2)
Peru	13	Conflitos armados e guerrilhas (6); política interna (4); direitos humanos e repressão (2)
Honduras	9	Política interna (5); relações internacionais e intervenção (3); conflitos armados e guerrilhas (1)

Nota: o quadro reúne os dez focos geográficos mais frequentes. O foco principal é exclusivo, e as palavras-chave correspondem às três categorias temáticas mais recorrentes em cada país ou recorte regional.

Fonte: elaborado pela autora com base nas edições da *Folha de S. Paulo* disponíveis no Acervo Digital Folha.

ANEXO A – RECORTE DO DOSSIÊ “NA AMÉRICA CENTRAL, O JOGO DO TUDO OU NADA” COM FOCO NA ILUSTRAÇÃO DE MARIZA COSTA

18 — 2.º caderno — EXTERIOR — Domingo, 10 de abril de 1983

FOLHA DE S. PAULO

Na América Central, o jogo do tudo ou nada

Honduras, base territorial para os rebeldes da Nicarágua, acusa o governo sandinista de querer desestabilizar os vizinhos. Os combates intensificam-se. Manágua denuncia uma agressão, e, com o quadro radicalizado, afasta-se um desfecho diplomático.

Clóvis Rossi,
de Buenos Aires

Só há duas possibilidades para resolver a crise centro-americana: ou a aniquilação do atual governo nicaraguense, por meio de uma intervenção direta dos Estados Unidos, ou a queda dos demais domínios da área, até a completa “sandinização” do istmo. Essa é a inevitável conclusão a que se chega depois de conversar com os chanceleres dos dois países mais diretamente envolvidos no conflito conjuntamente mais importante (Honduras e Nicarágua), e depois de se considerar as informações da imprensa norte-americana a respeito dos planos para desestabilizar o governo de Manágua.

Diálogo, planos de paz, reuniões de chanceleres — tudo isso pode apenas alongar no tempo a duração da crise, mas não fornecer a solução, porque a radicalização chegou ao ponto do não-retorno. É evidente, a esta altura, que Honduras decidiu assumir o papel de ponta-de-lança dos Estados Unidos na área centro-americana, inclusive no que se refere à batalha de propaganda que cerca a luta militar e política propriamente dita.

Aqui em Buenos Aires, seu chanceler Edgardo Paz Barrios, preparou cuidadosamente uma entrevista coletiva para expor denúncias que vêm sendo feitas repetidamente pelos norte-americanos (as respostas nicaraguenses estão na entrevista abaixo, exclusiva para a “Folha”, do chanceler Miguel D’Eusebio). Paz Barrios considera a Nicarágua sandinista como o elemento essencial de desestabilização da região, seja porque é o ponto básico do tráfico de armas para a guerrilha salvadorenha, seja porque trabalha para desestabilizar os vizinhos.

O chanceler hondurenho afirma, enfaticamente, que havia nicaraguenses entre os sequestradores de um grupo de embaixadas em Honduras.



conta com a própria imprensa norte-americana para demonstrar que os planos para derrubar o sandinismo são “orquestrados, armados e financiados” pelos Estados Unidos, como diz o chanceler D’Eusebio.

Paz Barrios tentou vender a ideia de que a atual situação corresponde a uma questão

O próprio Paz Barrios foi obrigado a admitir, entretanto, que esse número (ainda que correto) é pequeno em comparação com a população total da Nicarágua (5,5 milhões). E atrapalhou-se quando os jornalistas lhe perguntaram como era possível, sem apoio de Honduras que um contingente tão numeroso de adversários do sandinismo tivesse “brutado” no interior

coloca tanta ênfase na necessidade de que a Nicarágua respeite o pluralismo político e as regras democráticas, sem fazer o mesmo em relação a outros vizinhos, mais especialmente a Guatemala.

Todas essas questões, na verdade, apenas encobrem o tema de fundo: é possível ou não o surgimento de um regime de

Eden Pastora, o grande mistério

Newton Carlos

Quando se dirigia a um encontro com o ministro do Exterior da Costa Rica, há alguns dias, o ministro e comandante sandinista Tomás Borge tinha uma preocupação especial. Onde está Eden Pastora, o comandante Zero? Em março Pastora havia dito que, as palavras “começam a sobrar e a aborrecer” e que em breve iniciaria “ações concretas” contra o regime da Nicarágua. Mas Borge foi tranquilizado com a notícia de que o chefe da “Aliança Revolucionária Democrática” e das “Forças Revolucionárias Sandinistas”, grupos no exílio dispostos a combater “desvios” da revolução nicaraguense, decidira deixar a Costa Rica depois de admoestado pelo governo costarricense.

A informação dizia que Pastora fora para o México. Transmissões de rádios “clandestinas”, captadas confusamente, insistem em que Pastora já está dentro da Nicarágua. A preocupação dos sandinistas tem motivações de sobra. Pastora, ou o comandante Zero da “Frente Sandinista de Libertação Nacional”, no poder na Nicarágua desde 1979, não se dedicou apenas pelo golpe de ocupação do Palácio Nacional, em Manágua, um ano antes da queda de Somoza. Com isso ele chamou a atenção do mundo para a luta dos sandinistas e conseguiu a libertação de muitos e importantes presos políticos. Durante a guerra contra o somocismo, Pastora foi também eficiente comandante da frente sul, junto à fronteira com Costa Rica, justamente a região na qual ele promete voltar a guerrear, agora contra os sandinistas.

EXCLUSÃO

Foi o comandante Pastora quem liderou o desfile militar do primeiro aniversário da revolução sandinista, em uniforme de campanha, de pé num tipo militar e rodeado por um general de cavalaria. Ninguém imaginava que um ano depois ele abandonaria altos cargos e a própria Nicarágua, lançando-se contra antigos companheiros. Seus íntimos, no entanto, também ex-combatentes da frente sul, já sabiam que Pastora não estava satisfeito com o quinhão de poder que lhe coubera como vice-ministro da Defesa e chefe das milícias populares. Não se sabe exatamente quais as razões que fizeram com que o lendário comandante Zero fosse excluído do diretório de nove comandantes sandinistas, a liderança máxima da revolução. A explicação mais corrente, embora pouco consistente, é a de que cometera o pecado de ser apenas um social-democrata confesso.

Pastora tem, de fato, muitos amigos na Internacional Socialista, sobretudo na ação Democrática, o partido social-democrata venezuelano, o qual num dado momento ele conseguiu mobilizar contra o regime nicaraguense.

Nota: o arco superior da mira pode ser identificado no espaço entre a folha da planta e a silhueta da igreja. Ainda que sutilmente, é possível perceber uma reta que corta o diâmetro da mira na vertical e desce em paralelo com a figura da mulher.